

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

MARIA FLORÊNCIA DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
(*STRICTO SENSU*) EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2013 A
2017: contribuições para a Gerontologia Social Crítica**

FRANCA

2022

MARIA FLORÊNCIA DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
(*STRICTO SENSU*) EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2013 A
2017: contribuições para a Gerontologia Social Crítica**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como pré-requisito para obtenção de título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nanci Soares

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

FRANCA

2022

S237p Santos, Maria Florência dos
A produção de conhecimento nos programas de pós-graduação (stricto sensu) em serviço social no Brasil, no período de 2013 a 2017: contribuições para a gerontologia social crítica / Maria Florência dos Santos. -- Franca, 2022
203 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Nanci Soares
Coorientadora: Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

1. Pós-graduação. 2. Serviço Social. 3. Envelhecimento. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

MARIA FLORÊNCIA DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
(*STRICTO SENSU*) EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2013 A
2017: contribuições para a Gerontologia Social Crítica**

**Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do
Título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e
sociedade**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
(Prof.^a Dr.^a Nanci Soares)

1^a Examinadora: _____
(Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira)

2^a Examinadora: _____
(Prof.^a Dr.^a Josiani Julião Alves de Oliveira)

3^a Examinadora: _____
(Prof.^a Dr.^a Marta Regina Farinelli)

4^a Examinadora: _____
(Prof.^a Dr.^a Suéllen Bezerra Alves Keller)

Franca (SP), _____ de _____ de 2022.

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, pois sem Ele nada seria possível. Dedico-o, também, a todas/os as/os pesquisadoras/es do Brasil, que mesmo diante das incertezas, das precárias condições e do escasso financiamento para suas pesquisas, continuam acreditando na ciência e buscando respostas para as questões que afligem a sociedade nas diversas áreas do conhecimento.

Dedico-o ainda a todas as pessoas idosas deste país, em especial aquelas da classe trabalhadora e subalterna, que em sua grande maioria têm os seus direitos negados até mesmo antes de nascer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pelo dom da vida, pela saúde, pela força e pela coragem concedida durante todos os dias da minha existência. Agradeço ainda pelas oportunidades, pelos anjos que encontrei ao longo da minha trajetória e por todas as bênçãos, livramentos, graças e milagres alcançados em minha vida.

Agradeço à minha família, ao meu pai Juarez, a minha mãe Rubenita, ao meu irmão Dorgival e ao meu avô Sr. Francisco (meu vô Chico). Carrego comigo um pedacinho de cada um de vocês e, apesar da distância, não esqueço um só segundo de cada um de vocês, que representam para mim a força da classe trabalhadora e subalterna que resiste e luta, mesmo com todas as expressões da questão social e dessa onda conservadora e de extrema direita que insiste em massacrar, de diversas formas, aqueles/as que vivem do trabalho.

Agradeço ao meu noivo, José Cleveilton, pela paciência, por suportar minha ausência, meus dias mais tensos, meus estresses, minha ansiedade, e por ser um porto seguro que literalmente segurou a barra de diversas formas para que eu pudesse me dedicar à escrita desta tese, e mesmo antes, quando isso era apenas um sonho, incentivou-me a tentar o processo seletivo para o doutorado e percorrer esse árduo e maravilhoso caminho em busca do conhecimento. Obrigada por partilhar comigo o seu sorriso e tornar os meus dias mais leves, mesmo em meio a tanto caos e tantas dificuldades. Você também representa para mim a força da classe trabalhadora que luta e resiste, mesmo nos dias mais sombrios deste país.

Agradeço à minha amiga-irmã Vivia Santana, que mesmo a distância está sempre presente na minha vida, nos momentos alegres ou tristes, e sabe ouvir e dar os melhores conselhos. Obrigada por todo o apoio, pelas leituras, correções, reflexões e sugestões para este trabalho e por todo o apoio em todos os aspectos da minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Dr.^a Nanci Soares, por todos os ensinamentos, por compartilhar seu conhecimento comigo e por toda alegria e leveza ao tratar dessa temática tão relevante e necessária nos dias atuais. Obrigada pelo apoio e paciência durante essa jornada intensa do doutorado. Minha gratidão.

Agradeço à minha coorientadora, Dr.^a Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, pela disponibilidade para participar durante todo esse processo de construção e desenvolvimento da pesquisa, bem como pelo apoio, paciência e por compartilhar seu conhecimento, assim como por todo o incentivo, entusiasmo e alegria em tratar desse tema. Minha gratidão.

Agradeço às professoras convidadas para compor a banca examinadora da minha defesa, assim como às suplentes, que também aceitaram com entusiasmo participar desse processo, trazer contribuições para esta pesquisa e dividir o conhecimento e seu tempo comigo. Minha gratidão.

Agradeço a todas/os as/os professoras/res e à direção (tanto a atual como as demais que tive a oportunidade de conhecer desde 2015 até 2022) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp/*Campus* de Franca, ao ex-secretário Mauro e à atual secretária Denise por todo o apoio e compreensão durante esses anos de mestrado e doutorado. Agradeço também a todos/as os/as demais funcionários/as da Unesp que contribuem para o funcionamento da instituição e possibilitam que os discentes encontrem um ambiente organizado, limpo e sempre disponível à realização das atividades de estudo e pesquisa. Obrigada.

Agradeço a toda a turma de doutorado que ingressou em 2018 pelos momentos de troca e construção coletiva do conhecimento.

Agradeço às amigas Gabriela Vilione, Mariana Ladeira, Mayara Simon e Jonorete pelas trocas, pelos desabafos e por compartilhar seu conhecimento comigo. Agradeço a vocês pelo apoio em todos os momentos de discussões relacionadas ao projeto de pesquisa, à escrita da tese e ao apoio em questões pessoais.

Jonorete e Gabriela, nunca irei esquecer os nossos encontros na casa da Jonorete, do nosso grupo de *WhatsApp* “futuras doutoras”, para discutirmos e refletirmos sobre nossos objetos de estudo, mas que também incluíam desabafos e risadas, além das conversas em particular via *WhatsApp* que tanto me apoiaram e me deram forças.

Mayara, nunca irei esquecer o seu companheirismo e nossas aventuras em pousadas e hospedagens em Franca e em eventos científicos, tudo por um objetivo maior: a busca incessante pelo conhecimento.

Agradeço à Capes pela bolsa concedida, que me proporcionou a oportunidade de iniciar e permanecer no doutorado.

Agradeço ao professor e amigo André Motta, por todo o incentivo, apoio, reflexões e por contribuir com minha evolução física, principalmente no quesito saúde, e me mostrar que posso me superar a cada dia.

Agradeço à minha psicóloga Shirlei, que me ajudou no momento mais tenso e desesperador, quando eu sempre dizia “não consigo, não vai dar tempo”... Deu tempo, está dando certo e continuará dando certo. E se não der, tento outra vez.

Agradeço a cada usuário/a que tive a oportunidade de atender e aprender com cada história de vida que ouvi ao longo da minha trajetória profissional. Com vocês venho crescendo e evoluindo não apenas como profissional, mas principalmente como ser humano.

Agradeço à minha base, a todos/as professores/as que passaram pela minha trajetória durante o ensino fundamental e médio no Colégio Estadual Professora Josefa Marques, que passou por uma mudança de nome e atualmente se chama Colégio Estadual Professor José Aribaldo Campos Lima, localizado no povoado Sítios Novos, município de Poço Redondo (SE).

Agradeço também aos/as professores/as que passaram pela minha trajetória durante minha graduação em Serviço Social na Universidade Tiradentes (Unit), em especial à Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, responsável por me apresentar o mundo da pesquisa científica, através do programa de iniciação científica.

Agradeço a todos/as que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse momento fosse possível, pois em meio a um contexto de pandemia da Covid-19; da vivência, ao longo de toda a minha trajetória de vida, das diversas formas de expressão da questão social, mesmo quando alcancei o espaço da universidade como discente/pesquisadora, nunca estive imune às questões que afetam a classe trabalhadora e subalterna deste país, já que faço parte dela. Posso afirmar que concluir uma tese de doutorado, em meio ao caos por que o Brasil vem passando, em especial aos ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo, de perda de direitos conquistados historicamente através de lutas em que muitas/os perderam suas vidas, é realmente uma conquista única, principalmente quando se é menina/mulher, nordestina e parte da classe que vive do trabalho.

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”
 (“Pra não dizer que não falei das flores”. Autor: Geraldo Vandré)

"Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção" (MARX, ENGELS, 2009, p. 25).

SANTOS, Maria Florência dos. **A produção de conhecimento nos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em serviço social no Brasil, no período de 2013 a 2017: contribuições para a Gerontologia Social Crítica.** 2022. 203 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMO

O estudo apresentado tem como objetivo geral analisar a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017. Os objetivos específicos foram: mapear os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil; identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice; apreender as tendências de análises teórico-metodológicas defendidas, implícita ou explicitamente, nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, produzidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social. A pesquisa é bibliográfica, teórica e documental, tendo como principal fonte as dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil. O material foi selecionado a partir de uma busca no banco de dissertações e teses da Capes, através de alguns filtros. Foram identificados 44 trabalhos (37 dissertações e sete teses). Posteriormente, foi realizada a leitura com a ajuda de uma ficha que facilitou na identificação de pontos-chave que, em seguida, foram analisados com base na fundamentação teórico-metodológica do materialismo histórico crítico-dialético de Marx. Como resultados, tem-se que não existem programas de pós-graduação em Serviço Social com linhas de pesquisa em envelhecimento, embora a categoria se ache a pesquisar e produzir conhecimento científico sobre a temática. Os temas mais discutidos e relacionados com a velhice e com o envelhecimento referem-se à seguridade social, sobretudo às políticas de saúde e assistência social. Foram identificadas algumas tendências que predominam nas dissertações e teses em relação à velhice da classe trabalhadora e subalterna que: I – consideram os determinantes e condicionantes sociais, econômicos e culturais no processo de envelhecimento e velhice; II – não responsabilizam apenas o sujeito e sua família pelo modo de envelhecer e vivenciar a velhice, mas questionam e criticam a ausência do Estado e sua política neoliberal; III – o direcionamento político hegemônico é pela luta e garantia de direitos sociais da classe trabalhadora e subalterna, em especial dos/as velhos/as; IV – há a opção explícita e implícita pela concepção teórico-metodológica crítica-dialética, através da análise da totalidade social, embora com algumas lacunas. Sugere-se uma maior explicitação na definição da concepção teórico-metodológica da opção pelo método crítico-dialético em estudos de pós-graduação (*stricto sensu*) que pretendam entender e transformar a realidade social na sua totalidade, e sugestões de formas de devolutiva dos resultados da pesquisa para a população, visto que a emancipação humana só será possível noutro modo de sociabilidade, através de alternativas construídas coletivamente.

Palavras-chave: Pós-graduação. Produção do conhecimento. Serviço Social. Gerontologia Social Crítica.

SANTOS, Maria Florência dos. **The production of knowledge in postgraduate programs (*stricto sensu*) in social work in Brazil, from 2013 to 2017: contributions to Critical Social Gerontology.** 2022. 203 s. Thesis (Doctorate in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

ABSTRACT

The present study has the general objective of analyzing the contribution of the knowledge production of postgraduate programs in Social Work in Brazil to Critical Social Gerontology, from 2013 to 2017. The specific objectives were: to map the postgraduate programs in Social Work in Brazil; identify the main themes and discussions in theses and dissertations on aging and old age; apprehend the tendencies of theoretical-methodological analyzes defended, implicitly or explicitly, in theses and dissertations on aging and old age, produced by graduate programs in Social Work. The research is bibliographical, theoretical and documental, having as main source the dissertations and theses defended in graduate programs in Social Work in Brazil. The material was selected from a search in Capes' database of dissertations and theses, through some filters. A total of 44 works were identified (37 dissertations and seven theses). Subsequently, the reading was carried out with the help of a form that facilitated the identification of key points that were then analyzed based on the theoretical-methodological foundation of Marx's critical-dialectical historical materialism. As a result, there are no graduate programs in Social Work with lines of research in aging, although the category is found to research and produce scientific knowledge on the subject. The most discussed topics related to old age and aging refer to social security, especially health and social assistance policies. Some trends that predominate in dissertations and theses in relation to old age in the working and subaltern class were identified, which: I – consider the social, economic and cultural determinants and constraints in the process of aging and old age; II – they do not only blame the subject and his family for the way of aging and experiencing old age, but question and criticize the absence of the State and its neoliberal policy; III – the hegemonic political direction is for the struggle and guarantee of social rights for the working and subaltern classes, especially for the elderly; IV – there is the explicit and implicit option for the critical-dialectical theoretical-methodological conception, through the analysis of the social totality, although with some gaps. It is suggested a greater explanation in the definition of the theoretical-methodological conception of the option for the critical-dialectical method in postgraduate studies (*stricto sensu*) that intend to understand and transform the social reality in its entirety, and suggestions of forms of feedback of the results from research to the population, since human emancipation will only be possible in another mode of sociability, through collectively constructed alternatives.

Keywords: Postgraduate studies. Knowledge production. Social Work. Critical Social Gerontology.

SANTOS, Maria Florência dos. **La producción de conocimiento en los programas de posgrado (stricto sensu) en Servicio social en Brasil, de 2013 a 2017: contribuciones a la Gerontología Social Crítica** 2022. 203 h. Tesis (Doctorado em Servicio Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2022.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo general analizar la contribución de la producción de conocimiento de los programas de posgrado en Servicio Social en Brasil a la Gerontología Social Crítica, de 2013 a 2017. Los objetivos específicos fueron: mapear los programas de posgrado en Servicio Social en Brasil; identificar los principales temas y discusiones en tesis y disertaciones sobre envejecimiento y vejez; aprehender las tendencias de los análisis teórico-metodológicos defendidos, implícita o explícitamente, en las tesis y disertaciones sobre el envejecimiento y la vejez, producidas por los programas de posgrado en Servicio Social. La investigación es bibliográfica, teórica y documental, teniendo como fuente principal las disertaciones y tesis defendidas en programas de posgrado en Servicio Social en Brasil. El material fue seleccionado a partir de una búsqueda en la base de datos de disertaciones y tesis de la Capes, a través de algunos filtros. Se identificaron un total de 44 trabajos (37 disertaciones y siete tesis). Posteriormente, la lectura se realizó con la ayuda de un formulario que facilitó la identificación de puntos clave que luego fueron analizados con base en la fundamentación teórico-metodológica del materialismo histórico crítico-dialéctico de Marx. Como resultado, no existen programas de posgrado en Servicio Social con líneas de investigación en envejecimiento, aunque se encuentra la categoría de investigar y producir conocimiento científico sobre el tema. Los temas más discutidos relacionados con la vejez y el envejecimiento se refieren a la seguridad social, especialmente a las políticas de salud y asistencia social. Se identificaron algunas tendencias que predominan en disertaciones y tesis en relación a la vejez en la clase trabajadora y subalterna, que: I – consideran los determinantes y condicionantes sociales, económicos y culturales en el proceso de envejecimiento y vejez; II – no solo culpabilizan al sujeto ya su familia por la forma de envejecer y vivir la vejez, sino que cuestionan y critican la ausencia del Estado y su política neoliberal; III – la dirección política hegemónica es para la lucha y garantía de los derechos sociales de las clases trabajadoras y subalternas, en especial de los ancianos; IV – existe la opción explícita e implícita por la concepción teórico-metodológica crítico-dialéctica, a través del análisis de la totalidad social, aunque con algunas lagunas. Se sugiere una mayor explicación en la definición de la concepción teórico-metodológica de la opción por el método crítico-dialéctico en los estudios de posgrado (stricto sensu) que pretenden comprender y transformar la realidad social en su totalidad, y sugerencias de formas de retroalimentación de los resultados de la investigación a la población, ya que la emancipación humana sólo será posible en otro modo de sociabilidad, a través de alternativas construidas colectivamente.

Palabras clave: Posgrado. Producción de conocimiento. Servicio Social. Gerontología Social Crítica.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

- Quadro 1** – As três perspectivas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social do Serviço Social no Brasil.....73
- Figura 1** – Mapa contendo os Programas de Pós-Graduação vinculados à área de avaliação do Serviço Social.....123
- Figura 2** – Panorama dos trabalhos em nível nacional divididos por região.....125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Humana
- ABESS** - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
- ABEPSS** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABDV** - Atividades Básicas da Vida Diária
- AIVD** - Atividades Instrumentais da Vida Diária
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- BO** - Boletim de Ocorrência
- CAP** - Caixa de Aposentadoria e Pensão
- CID** - Classificação Internacional de Doença
- CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CCI** - Centro de Convivência do Idoso
- CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial
- CEP** - Comitê de Ética e Pesquisa
- CBCISS** - Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais
- COBAP** - Confederação de Aposentados e Pensionistas
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBAS** - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CNPQ** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho
- CF** - Constituição Federal
- DC** - Desenvolvimento de Comunidade
- DRU** - Desvinculação de Receitas da União
- EMESCAM** - Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
- ENPESS** - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- EUA** - Estados Unidos da América
- FHC** - Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUFPI - Fundação Universidade Federal do Piauí

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IRC - Insuficiência Renal Crônica

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

IAPS - Institutos de Aposentadoria e Pensão

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI - Instituição de Longa Permanência

LBA - Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MPC - Modo de Produção Capitalista

MR - Movimento de Reconceituação

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PDF - Formato de Documento Portátil

PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

PRORURAL - Programa de Assistência Social do Trabalhador Rural

PAI - Programa de Assistência ao Idoso

PAPI - Projeto de Apoio à Pessoa Idosa

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PEPSS - Projeto Ético-Político do Serviço Social

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PSB - Proteção Social Básica

PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria

PUC/GOIÁS - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC/RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SAD - Serviço de Atendimento Domiciliar
SESC - Serviço Social do Comércio
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SBGG - Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SUS - Sistema Único de Saúde
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCISS - União Católica Internacional de Serviço Social
UMA - Universidade da Maturidade
UNATI - Universidades Abertas à Terceira Idade
UAD - Unidade de Atendimento Domiciliar
UAI - Unidade de Atenção ao Idoso
UCPEL - Universidade Católica de Pelotas
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRJ - Universidade Federal do Rio De Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFF - Universidade Federal Fluminense

UnB - Universidade de Brasília

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS.....	40
1.1 A Gênese do Serviço Social na América Latina.....	41
<i>1.1.1 O Conservadorismo Clássico: numa perspectiva crítica.....</i>	<i>41</i>
<i>1.1.2 O Conservadorismo Moderno.....</i>	<i>49</i>
<i>1.1.3 A Origem do Serviço Social na América Latina: numa perspectiva histórico-crítica....</i>	<i>52</i>
CAPÍTULO 2: DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA INSERÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	59
2.1 Surgimento, desenvolvimento e renovação do Serviço Social no Brasil e as primeiras aproximações com a Gerontologia Social.....	61
<i>2.1.1 O Movimento de Reconceituação do Serviço Social: questionamentos teóricos-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.....</i>	<i>70</i>
2.2 A inserção do Serviço Social na Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>)	85
CAPÍTULO 3: APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.....	97
3.1 A Gerontologia Social e a Geriatria como ciências do envelhecimento humano: a velhice como objeto de estudo da ciência.....	98
<i>3.1.1 O nascimento e desenvolvimento da Geriatria e da Gerontologia Social.....</i>	<i>100</i>
3.2 O Serviço Social e a conquista do direito à velhice.....	105
3.3 O Serviço Social e as pesquisas na área do envelhecimento e da velhice: contribuições para a construção da Gerontologia Social Crítica.....	112
CAPÍTULO 4: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE ENVELHECIMENTO E VELHICE: ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA.....	119
4.1 Panorama acerca dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil.....	120

<i>4.1.1 Mapeamento dos Programas de Pós-Graduação.....</i>	<i>121</i>
<i>4.1.2 Perfil e formação dos/as pesquisadores/as.....</i>	<i>127</i>
4.2 Dissertações e Teses: a realidade da produção científica do Serviço Social referente à velhice.....	129
<i>4.2.1 Resultados encontrados na Região Norte.....</i>	<i>130</i>
<i>4.2.2 Resultados encontrados na Região Centro-Oeste.....</i>	<i>135</i>
<i>4.2.3 Resultados encontrados na Região Nordeste.....</i>	<i>136</i>
<i>4.2.4 Resultados encontrados na Região Sudeste.....</i>	<i>143</i>
<i>4.2.5 Resultados encontrados na Região Sul.....</i>	<i>160</i>
4.3 Tendências na produção do conhecimento em Serviço Social na área da Gerontologia Social Crítica.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	180
REFERÊNCIAS DA AMOSTRA UTILIZADA.....	191
ANEXOS.....	196
APÊNDICES.....	198

INTRODUÇÃO

Toda sociedade tende a viver, a sobreviver; exaltar o vigor e a fecundidade, ligados à juventude; teme o desgaste e a esterilidade da velhice. (BEAUVOIR, 1990, p. 52)

Corroboramos a aludida afirmação de Beauvoir (1990) e acrescentamos que numa sociedade onde impera o sistema do capital, cuja ideologia valoriza e exalta a juventude como sendo a melhor fase da vida, a velhice pode ser vista como um processo doloroso, devido ao preconceito e à discriminação. Embora não se saiba como evitar o processo de envelhecimento, este pode ser vivenciado de maneira mais lenta e menos acelerado, assim como pode se dar de forma precoce, a depender das condições de vida de cada um.

A temática em estudo é contemporânea, pois conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a tendência é do crescimento da expectativa de vida, com considerável aumento do número de pessoas idosas¹.

Sobre o nosso interesse e a aproximação com o tema envelhecimento e velhice, esse processo vem acontecendo desde a graduação, através da nossa participação em Iniciação Científica, na condição de bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o projeto intitulado “Modos de Educar: práticas escolares no baixo São Francisco sergipano”, que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Entre o passado e o presente: memórias e vivências de idosos do Baixo São Francisco (SE) como foco do Serviço Social”.

A continuidade do processo de formação profissional deu-se através do ingresso numa residência multiprofissional, com bolsa do Ministério da Saúde, com o artigo de conclusão intitulado “Idosos hospitalizados por fraturas: um olhar sobre a estrutura familiar e os aspectos sociais”. Em seguida, com a entrada no mestrado acadêmico e a realização da pesquisa “A valorização social da memória e experiência de vida na ótica da pessoa idosa”, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Desde o nosso ingresso no mestrado, em 2015, até o presente momento, a participação no *Grupo de Estudos e Pesquisas Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade* da Unesp – *Campus* de Franca vem proporcionando debates, reflexões e organização de eventos sobre a referida temática. Assim, entendendo a relevância social e a grandeza de possibilidades que existem para pesquisar, fizemos a opção pela continuidade da pesquisa sobre o envelhecimento

¹ Por questões de gênero usamos nesse estudo os termos: pessoa idosa, idoso /a e velho /a, para referir às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos de idade. Ao empregarmos o termo velho/a, não temos a intenção de discriminar essa população, como normalmente é visto na sociedade capitalista; pelo contrário, entendemos que velhos/as são aquelas pessoas que já viveram muitos anos e estão na fase da velhice.

humano, dada a sua importância atual, uma vez que com o crescimento contínuo da população no país, há desafios colocados por essa realidade em todas as áreas do conhecimento.

A problemática da pesquisa foi surgindo ao longo do tempo, durante os estudos sobre a temática, envolvendo participações em eventos científicos e em momentos de apresentações de trabalhos sobre o tema. Restou evidente nesses encontros certo desinteresse em relação ao assunto, por parte de alguns participantes.

Nos eventos da categoria profissional de assistentes sociais, é possível observar que normalmente não são disponibilizados eixos temáticos específicos sobre o envelhecimento humano, mas, geralmente, há algum eixo que engloba outros temas, como Geração, Políticas Geracionais, Família etc.² Ou seja, a impressão é de que não existe um espaço específico para discutir esse assunto tão pertinente no contexto contemporâneo³.

O estudo ora apresentado, inicialmente, visava analisar apenas os programas de pós-graduação em Serviço Social com linha de pesquisa na área do envelhecimento e da velhice, mas após uma pesquisa realizada em 2018 na plataforma sucupira, verificamos que não há linhas de pesquisa específicas nessa área, embora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)⁴ tenha existido a linha de pesquisa em “Gerontologia Social”, que não mais existe.

Em outras universidades foram encontradas linhas de pesquisa que fazem referência à velhice, mas não são específicas. Assim, observamos uma lacuna em relação a espaços, dentro dos programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Serviço Social, dedicados exclusivamente

² No XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), que ocorreu em 2018, em Vitória (ES), na sessão de comunicações orais, pode-se observar o eixo temático: Classes Sociais, Geração e Serviço Social, com um subeixo envolvendo infância, adolescência, juventude e envelhecimento.

³ É importante mencionar a mesa intitulada: “Envelhecimento e políticas sociais em tempos de contrarreformas”, que ocorreu em 2018 no XVI ENPESS, coordenada pelas professoras Dr.^a Solange Maria Teixeira, Dr.^a Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, Dr.^a Maria Irene Lopes Bogalho de Carvalho, Dr.^a Nanci Soares e MSc. Jonorete de Carvalho Benedito. Iniciativas como essa devem ser multiplicadas, pois podem contribuir com a discussão e a expansão da temática do envelhecimento em eventos renomados da categoria profissional.

⁴ É importante mencionar que esse programa, embora com nota máxima na avaliação quadrienal da CAPES 2017-2020, será fechado.

A partir de 2022 não haverá abertura de ingresso para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. A não abertura de ingresso não significa o fechamento imediato do programa, que só ocorrerá quando todos os estudantes atuais concluírem seus cursos, desde que, até lá, o ingresso não seja retomado. A decisão não gera nenhum prejuízo acadêmico aos atuais estudantes matriculados, seja no mestrado ou doutorado. A partir de 2022 não haverá abertura de ingresso para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. A não abertura de ingresso não significa o fechamento imediato do programa, que só ocorrerá quando todos os estudantes atuais concluírem seus cursos, desde que, até lá, o ingresso não seja retomado. A decisão não gera nenhum prejuízo acadêmico aos atuais estudantes matriculados, seja no mestrado ou doutorado. (disponível em: <https://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-servico-social/ingresso-e-processo-seletivo/>)

à Gerontologia Social, o que não significa que a temática não esteja inserida nesses ambientes, como será discutido mais adiante neste trabalho⁵.

Diante dessa constatação, optamos por pesquisar todos os programas de pós-graduação em Serviço Social, pois mesmo sem existirem ainda linhas de pesquisa específicas nessa área, o tema está sendo pesquisado no âmbito da pós-graduação em Serviço Social⁶, ficando então delimitada como objeto de pesquisa a *contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017*⁷.

A relevância social desta pesquisa encontra-se em entender como a categoria vem avançando no campo da Gerontologia Social Crítica, tendo como principais referências os estudos realizados anteriormente por Campelo e Paiva (2012) e Alves (2014). Consiste numa temática contemporânea, devido ao crescimento da expectativa de vida em escala quase mundial. Ressalta-se que existem países que ainda não vivenciam esse processo, pois, segundo Campelo e Paiva (2014, p. 27), em países da África, “... nos anos 1990 e início do século XXI, a taxa de mortalidade superava a dos anos 1970”.

A respeito do assunto, Alexandre Kalache afirma que (2009, p. 31). “... no Japão, tínhamos 82 anos de expectativa de vida, em 2002; em Serra Leoa, a mesma expectativa era de apenas 34 anos”. As disparidades no processo de envelhecimento variam de país para país, dentro de um mesmo país, nas diferentes regiões e até dentro de uma mesma cidade.

O Brasil está acompanhando essa realidade, embora com suas particularidades. Segundo Kalache (2009, p. 31):

... em São Paulo. Através dos muros que separam o Morumbi rico do Morumbi pobre, vejam como um prédio se abre como se fosse um leque, com belas e verdejantes varandas, cada uma com sua piscina, e, do outro lado do muro, pode-se ver como vivem os mais pobres, muitas vezes miseráveis, com expectativa de vida de até 17 anos a menos do que a daqueles que nasceram no lugar certo.

⁵ Como o Serviço Social é generalista e engloba as diversas formas de manifestação da “questão social”, pode incluir temáticas correlatas em uma única linha de pesquisa, o que não justifica a ausência de linhas de pesquisa específicas para discutir a questão da velhice. Mais espaços devem ser destinados a essa temática tão relevante para a sociedade.

⁶ Como exemplo, a pós-graduação em Serviço Social da Unesp – *Campus* de Franca, em que mesmo não existindo uma linha de pesquisa específica sobre a temática, estão sendo desenvolvidos estudos nessa área na linha de pesquisa *Estado, Sociedade e Políticas Sociais*.

⁷ É importante ressaltar fatos importantes que ocorreram nesse contexto histórico, conforme Keller (2019, p. 120) “De junho de 2013 ao Golpe de 2016, observou-se uma escalada do conservadorismo, culminando na eleição do projeto político neofascista neoliberal de Jair Bolsonaro.” Para maiores detalhes e aprofundamento ver: KELLER (2019).

Quando Kalache (2009) afirma que quem nasceu no lugar certo tende a viver mais do que quem nasceu no lugar errado, discordamos do autor, pois entendemos que, na verdade, são as condições objetivas de existência que podem contribuir para uma maior expectativa de vida.

Aquelas pessoas que têm a garantia do acesso à saúde nos seus níveis de prevenção e assistência, à moradia digna, ao saneamento básico, à educação, ao lazer, ao transporte, enfim a todos os direitos sociais elencados e garantidos na Constituição Federal de 1988 e regulamentados em legislações específicas, terão a possibilidade de envelhecer com mais qualidade e vivenciar uma velhice mais saudável, ao contrário de quem tem esses direitos negados ou garantidos parcialmente e sem qualidade.

Segundo Haddad (2017), o fato de os indivíduos atingirem uma idade elevada (no tocante à classe trabalhadora e subalterna) nem sempre significa que as condições de vida tenham melhorado, pois muitas vezes aumenta a longevidade sem elevar a qualidade de vida. Quando uma pessoa tem seu direito de envelhecer negado ou até mesmo quando consegue uma maior expectativa de vida, mas sem qualidade, com dependências, fragilidades e vulnerabilidades socioeconômicas e até físicas, isso é reflexo da ausência e/ou da insuficiência da garantia dos direitos sociais por parte do Estado.

O estudo sobre qualidade de vida é um campo multidisciplinar que pode ser analisado por várias perspectivas nas diversas áreas do conhecimento. De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 22-23):

Não basta aumentar a expectativa de vida, mas melhorar a qualidade dos anos vividos. Portanto, tanto a percepção individual dos sujeitos quanto análises objetivas sobre qualidade de vida, desde um ponto de vista semântico sobre o termo até possíveis aplicações diretas no real não podem ignorar o caráter de interdependência entre as duas esferas de percepção (objetiva e subjetiva), nem aspectos clínicos e sociais para que o ser humano não seja tratado como um número ou índice de análise, nem tão somente um realizador integralmente responsável pelo seu bem-estar.

Qualidade de vida é algo que pode ser entendido a partir das condições objetivas de vida dos sujeitos e do seu acesso a bens e serviços essenciais ao seu desenvolvimento enquanto ser social (educação, saúde, moradia, esporte, trabalho etc.), sem responsabilizá-lo por sua situação, mas verificando se esse acesso é garantido através do Estado e de suas políticas sociais públicas. Deve-se considerar também a subjetividade, pois cada ser humano pode ter um entendimento diferente acerca do que venha a ser uma vida com qualidade.

O grau de acesso a esses bens, serviços e produtos não é igual entre todas as classes sociais. Mesmo que a expectativa de vida esteja crescendo, é preciso entender que esses anos

acrescentados nem sempre vêm com mais qualidade para todos/as, mas tão somente para uma pequena parcela da sociedade, ficando a grande maioria excluída.

Sobre a classe trabalhadora, entendemos que são as pessoas destituídas dos meios de produção e que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, incluindo as que conseguem inserção no mercado de trabalho (formal e informal) e também aquelas que estão excluídas, seja pelo desemprego estrutural e/ou por impedimentos psíquicos, mentais, físicos e/ou de idade. Essa classe não é homogênea, apresenta diferenciações tanto em relação ao tipo de trabalho desenvolvido como à remuneração, o que também pode influenciar no aspecto qualidade de vida.

Sobre a realidade do Brasil, na contemporaneidade a expectativa de vida do/da brasileiro/a⁸ está se alterando a cada ano, o que pode ser comprovado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018, p. 6):

A tábua de mortalidade projetada para o ano de 2017 forneceu uma expectativa de vida de 76,0 anos para o total da população, um acréscimo de 3 meses e 11 dias em relação ao valor estimado para o ano de 2016 (75,8 anos). Para a população masculina, o aumento foi de 3 meses e 14 dias, passando de 72,2 anos para 72,5 anos, em 2017. Já para as mulheres o ganho foi um pouco menor, em 2016 a expectativa de vida ao nascer era de 79,4 anos, elevando-se para 79,6 anos em 2017 (2 meses e 26 dias maior).

Os dados mencionados não fazem distinção entre as classes sociais, apenas entre os sexos: masculino e feminino. É necessário atentar para as particularidades de cada realidade, pois, conforme exposto, mesmo que a expectativa de vida esteja crescendo no Brasil, há diferenças econômicas, sociais, culturais, de gênero e raça que afetam as regiões e as cidades, contribuindo com a heterogeneidade do processo de envelhecimento da população para além do sexo biológico.

Existem as diferenças entre os gêneros: as mulheres estão vivendo mais que os homens. Segundo os dados apresentados, os homens têm uma expectativa de vida de 72,5 anos, já as mulheres, de 79,4 anos. Embora no período destacado, 2016 a 2017, a expectativa de vida entre os homens tenha aumentado mais do que entre as mulheres, estas ainda continuam atingindo idades mais elevadas (IBGE, 2018).

O Brasil, portanto, está deixando de ser um país com maior população jovem para tornar-se um país com maior proporção de população envelhecida. Sabemos que várias são as áreas de estudo que pesquisam a respeito desse processo que está mudando o formato da

⁸ Embora a sociedade capitalista seja conservadora e machista, fazemos a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Assim aderimos, neste estudo, à linguagem de gênero.

pirâmide etária e trazendo consigo diversas formas de manifestação da questão social⁹, objeto de trabalho do assistente social. Todavia, a velhice não é por si só uma manifestação da questão social, pois a velhice ativa, independente, autônoma e com acesso de qualidade aos direitos sociais provavelmente não necessita de intervenções. Já a “velhice trágica” é aquela dependente. As pesquisas realizadas nessa área buscam obter respostas que possam subsidiar possíveis intervenções na realidade.

A pós-graduação (*stricto sensu*) em Serviço Social, ao realizar pesquisas científicas buscando desvendar realidades, a partir do conhecimento imediato para o seu aprofundamento, não se contenta apenas com o superficial e cumpre um relevante papel e uma significativa contribuição para a transformação da realidade.

Cumprir identificar como esse crescimento da população idosa vem sendo estudado no âmbito da pós-graduação em Serviço Social, pois representa uma nova realidade, e, por isso mesmo, um desafio tanto para o Estado quanto para toda a sociedade, principalmente para os profissionais que atuam na área social. É, portanto, um desafio para a ciência. Nas palavras de Tonet (2013, p. 102): “Conhecer é um momento do processo de transformação da realidade, seja ela natural ou social. O conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade. Ele é, além disso, uma mediação absolutamente indispensável para a autoconstrução do ser humano”.

O que se propõe com este estudo não é analisar a consequência dessa transição demográfica, mas sim o que as pesquisas científicas, desenvolvidas pela pós-graduação em Serviço Social, estão observando e trazendo de resultados. O objeto de pesquisa deste estudo é *a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017*.

Adotamos a concepção teórico-metodológica histórico-crítica como norteadora do estudo. A escolha pelo método de Marx deu-se porque entendemos que ele possibilita uma compreensão do todo, incluindo suas partes, ou seja, do nível micro ao macrossocial, e dá conta da totalidade social. Este método não se aparta da teoria nem da história da sociedade.

O materialismo histórico-dialético de Karl Marx permite uma aproximação profunda com o objeto de estudo, pois considera que o conhecimento se inicia a partir da aparência

⁹ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

percebida no cotidiano, mas acrescenta que para apreender a realidade é necessário captar a sua estrutura e dinâmica.

Conforme Simionatto (2009, p. 4):

O conhecimento da realidade aqui não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas e culturais. Ao contrapor-se à “razão instrumental”, o método proposto por Marx também tem na realidade empírica seu ponto de partida, mas, ao desvendá-la, possibilita uma crítica radical à sociedade capitalista, revestindo-se, assim, de grande força política na luta pela transformação social.

Além do desvendamento da realidade, esse método propõe uma transformação social, pois através do conhecimento da realidade é possível observar as lacunas que trazem possibilidades de mudanças.

Ao optar pelo método crítico-dialético para o desenvolvimento desta pesquisa, concordamos com Prates (2016, p. 108) ao considerar que “O que mais nos encanta na teoria e no método marxiano é exatamente a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para ações concretas com vistas à sua transformação”. A partir do conhecimento de uma dada realidade, é preciso propor estratégias ao seu enfrentamento. Assim, é preciso indagar-se: “Queremos conhecer para quê? Para dar visibilidade, propor algo, para subsidiar estratégias de enfrentamento?” (PRATES, 2016, p. 113).

Segundo Prates, Closs e Carraro (2016, p. 24), “a pesquisa e a produção de conhecimentos, realizadas sob a orientação da teoria crítica, vinculam-se necessariamente à transformação da realidade”. Ou seja, tem-se um objetivo e também uma posição ética e política, pois visa uma mudança que defenda os interesses da classe trabalhadora e subalterna.

Silva (2007) assevera que na produção de conhecimento, a relação entre teoria e prática deve ser dialética, sem anular ou sobrevalorizar uma em detrimento da outra. A teoria deve debruçar-se sobre questões concretas da realidade prática, ou seja, elevá-las ao nível teórico. Nessa relação, a pesquisa é fundamental, uma vez que poderá fornecer alternativas a serem desenvolvidas na prática, sem, contudo, pretender converter-se num manual a ser seguido, pois não há como prescrever normas e receitas para lidar com as expressões da questão social no cotidiano; pode-se apenas buscar apreendê-la à luz da teoria e propor estratégias de ação.

Segundo Paulo Netto (2009, p. 7):

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui

propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Entendemos que a teoria é o processo de reproduzir, no plano das ideias, o objeto de pesquisa. Para isso, é preciso partir da aparência, mas buscar capturar a essência, pois só assim é possível produzir uma teoria que é sempre histórica e questionável, portanto, que sofre transformações. Sobre esse processo, Tonet (2013, p. 104) afirma: “... o conhecimento também é sempre aproximativo. Na medida em que o objeto – a realidade – é infinito e sempre em desenvolvimento, seu conhecimento nunca poderá ser esgotado”.

Com o intuito de buscar respostas, que serão sempre aproximativas, históricas, sociais e políticas, realizamos um estudo teórico e, portanto, bibliográfico e documental. A principal fonte foram as dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Serviço Social. Além destas, também utilizamos as legislações referentes à pessoa idosa e aos programas de pós-graduação. Ambos os materiais foram analisados à luz da teoria crítica, com abordagem qualitativa para responder: *qual a contribuição da produção do conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017?*

Optamos pelo método de análise teórico-metodológico, que proporciona o desvendamento e o entendimento do movimento sócio-histórico das relações sociais de produção e reprodução¹⁰ capitalista no tocante à contribuição da produção do conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, ressaltando que tais programas, embora com perspectivas críticas, estão inseridos numa sociedade capitalista.

Escolhemos referências que possuem uma visão crítica da sociedade, sendo algumas/alguns das/os principais autoras/res que guiaram essa trajetória: Campelo e Paiva (2012, 2014), Teixeira (2008), Haddad (2017), Beauvoir (1990), Paulo Netto (2009, 2015, 2011), Papaléo Netto (2013), Paulo Netto e Braz (2012), Bourguignon (2007), Alves (2014), Alves, Campelo e Paiva, Arruda (2016), Kosik (1976), Yazbek (2009), Simionatto (2009), Sposati (2007), Marx (2010), Marx e Engels (2009), Tonet (2013), Iamamoto (2000, 2001, 2013, 2014), Carvalho; Silva e Silva (2005), Soares et al (2014), entre outros/as, que vêm dando grande contribuição à área e possuem uma visão crítica acerca da realidade.

O caminho percorrido para o desenvolvimento deste estudo inclui a escolha da temática, a elaboração do pré-projeto de pesquisa, a participação no processo seletivo para ingresso na

¹⁰ A (re)produção material e a espiritual podem proporcionar a manutenção ou a alteração da ordem social vigente.

pós-graduação (*stricto sensu*), a entrada no programa, as disciplinas cursadas e o aproveitamento de cada uma delas para aperfeiçoar o projeto de pesquisa, as diversas participações em eventos científicos como ouvinte e/ou membro da comissão organizadora e/ou apresentação de trabalhos científicos, os diversos encontros de orientação e coorientação, as discussões com as colegas do grupo de estudos e pesquisa, as discussões e sugestões da banca de qualificação, as leituras e fichamentos, enfim, uma trajetória que não dá para descrever apenas com palavras, pois além de todo esse processo mencionado, também vivenciamos no cotidiano as diversas formas de manifestação da questão social que interferem em todos os aspectos da nossa vida, tanto pessoal, quanto profissional e acadêmica.

É preciso deixar registrado que durante essa trajetória de intensos estudos que o doutorado exige, dado que o mundo passou por um período pandêmico, afetando de alguma maneira a todos/as, em especial os/as velhos/as desse país.

Consoante a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (s/d):

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.

Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus.

Em pouco tempo, o novo coronavírus se espalhou pelo mundo, deixando muitas vítimas. “O primeiro caso confirmado de pessoa com o novo coronavírus no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020. Desde então, já foram registrados mais de 28 milhões de casos no país” (REZENDE, 2022).

Infelizmente, a pandemia ainda não acabou; mesmo com os avanços da ciência e com o desenvolvimento de diversas vacinas, a sociedade ainda convive com o coronavírus, que vem passando por processos de mutação e fazendo surgir outras cepas ainda mais resistentes. Após o primeiro caso de Covid-19 no Brasil e com o isolamento social, como medida para tentar conter e controlar a transmissão do vírus, houve um atraso na área social e econômica que afetou toda a sociedade, em especial a classe trabalhadora e subalterna¹¹.

Nesse cenário é que vivenciamos os dois últimos anos do doutorado. Podemos afirmar que o processo de doutoramento e de construção do conhecimento científico foi perpassado por vivências individuais e coletivas, que podem afetar a/o discente de diversas formas. Isso precisa

¹¹ Foi e continua sendo essa classe que perdeu seus empregos ou que teve seus salários reduzidos para trabalhar meio período, que teve de enfrentar o coronavírus e sair de casa para trabalhar em busca da sobrevivência, pois não tinha condições de fazer o isolamento social, que dependeu de um auxílio emergencial para sobreviver, que teve seus filhos/as fora da escola, que enfrentou hospitais lotados e que também pagou com a própria vida.

ser considerado dentro da academia, pois também pode interferir no desenvolvimento e na qualidade dos estudos. Mencionamos esses acontecimentos para frisar o quanto foi árduo e ao mesmo tempo encantador o caminho percorrido para a construção desta tese.

Pesquisar é buscar respostas para algum/ns questionamento/s, em determinado contexto histórico, político, social, econômico e cultural. Todavia, as respostas encontradas não são verdades eternas e absolutas, pois podem sofrer alterações, acompanhando a dinâmica e as transformações societárias.

Este estudo teve como campo empírico o universo dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, iluminado pela concepção teórico-metodológica do materialismo crítico-dialético. Tal método possibilita chegar o mais próximo possível da essência do objeto, pois conforme Tonet (2013, p. 106), “não é o sujeito que organiza o objeto, mas, ao contrário, o objeto que organiza o sujeito. Isto porque o objeto tem uma natureza e uma lógica próprias. Esta natureza e esta lógica devem ser respeitadas”.

É importante ressaltar que este trabalho não teve a intenção de avaliar a produção do conhecimento pelos programas pesquisados, como adequados ou não, mas mostrar/identificar um panorama dos principais temas que despertam interesse nos pesquisadores da área, suas problematizações, seus resultados e possíveis sugestões de estratégias para a transformação da realidade, e com isso entender a contribuição que vem sendo dada para a Gerontologia Social Crítica, além de dar visibilidade às pesquisas e seus resultados.

Sobre as limitações metodológicas, o estudo se pautou por documentos disponibilizados em ambiente virtual, o que demonstra um avanço da tecnologia, que facilita a vida moderna e encurta distâncias. Porém, por se tratar de um sistema tecnológico, que também possui seus entraves, nem todas as informações estavam disponibilizadas na íntegra, conforme será visto. O estudo foi realizado com o conteúdo encontrado na base de dados do *site* da Capes da plataforma sucupira, no banco de dissertações e teses.

Inicialmente, a pesquisa visava *mapear os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, com linha de pesquisa no campo da Gerontologia Social Crítica, nos últimos dez anos*. Mediante esse mapeamento, seriam identificados os programas específicos em Serviço Social, sendo selecionados aqueles com linhas de pesquisa sobre a velhice – um critério de inclusão/exclusão.

Um estudo de Alves (2014), assistente social que realizou um mapeamento desses programas em 2014, encontrou, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), uma linha de pesquisa em “Gerontologia Social”; na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), outra linha de pesquisa: “violência, família, criança, idoso e gênero”; na

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), “relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e família”; na Universidade Federal Fluminense (UFF), “geração e política social”. Embora todos estejam na área de avaliação do Serviço Social da Capes, apenas os programas da UFPE e da PUC/RS são em Serviço Social; o da UFMA, em Políticas Públicas, e o da UFF, em Política Social.

Esse mapeamento foi atualizado em 2019¹², com base nos dados da plataforma sucupira da Capes. Acessando o menu cursos Avaliados e Reconhecidos, escolhendo a Área de Avaliação em Serviço Social e contabilizando os programas de pós-graduação e as Instituições de Ensino desse item, verificamos que as linhas de pesquisa encontradas por Alves (2014) na UFMA, UFPE e UFF continuam a existir, mas a linha da PUC-RS em Gerontologia Social já não mais existe. Atualmente, a linha de pesquisa relacionada ao envelhecimento em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social existe apenas na UFPE, mas de forma abrangente, envolvendo diversas temáticas, ou seja, não é específica.

Conforme já mencionado, mesmo os programas de Pós-Graduação em Serviço Social não tendo uma linha exclusiva de pesquisa sobre o envelhecimento e a velhice, eles também podem pesquisar essa temática dentro de linhas mais genéricas. Em outras palavras, os espaços destinados para esse tema, em tais programas, não são explícitos. Assim, esperamos que este estudo possa contribuir para desvelar esta lacuna, bem como a necessidade de lutas e empenho a fim de conquistar mais espaços para discutir o envelhecimento.

Os espaços sociais reservados para debater e investir em temáticas específicas, como, por exemplo, o envelhecimento e a velhice, têm grande relevância histórica, política, social, econômica e cultural para o desenvolvimento da sociedade, pois a conquista de tais ambientes reflete o nível e o tipo de sociedade que se pretende construir. No atual modelo de sociedade, baseado no Modo de Produção Capitalista (MPC), os espaços destinados para discutir o envelhecimento ainda são escassos.

Sobre o envelhecimento, grupos de pesquisa e projetos de extensão, a exemplo da Universidade Aberta à Terceira idade (UNATI), desenvolvidos em faculdades que têm cursos de graduação e/ou até programas de pós-graduação em Serviço Social, são avanços que precisam ser mantidos e estendidos a outros espaços.

¹² A atualização dos dados foi realizada como desenvolvimento de um dos objetivos específicos deste estudo: *mapear os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil*. Os resultados desse objetivo foram apresentados, em forma de resumo expandido, no III Congresso Internacional de Envelhecimento Ativo “Envelhecimento da Classe Trabalhadora, Expropriação e Resistência no Século XXI”, realizado na Unesp – Campus de Franca em 2019.

Através de uma pesquisa preliminar na plataforma sucupira, no banco de dissertações e teses da Capes – utilizando as palavras-chave: idoso, pessoa idosa, velhice e envelhecimento, além de outros filtros para refinar os resultados, tais como: mestrado, doutorado, período de 2007 a 2017; grande área do conhecimento: Ciências Sociais aplicadas; área do conhecimento: Serviço Social; área de avaliação: Serviço Social; e nome do programa: Serviço Social –, foi possível identificar que as dissertações e teses disponíveis na íntegra datam a partir do ano de 2013. Assim, delimitou-se o período de 2013 até 2017 para a realização da pesquisa, num intervalo de cinco anos.

Diante do exposto, optamos por delimitar a pesquisa apenas a programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Isso se deu porque no Serviço Social tem-se hegemonicamente uma opção por uma teoria social crítica¹³, motivo por que queremos analisar se a produção do conhecimento nesses programas realmente envolve a totalidade social, que é uma categoria fundamental na teoria social crítica de Marx, e sua contribuição para a construção da Gerontologia Social Crítica¹⁴.

Diante desses resultados preliminares, o objetivo geral consiste em: *Analisar a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017.*

Os objetivos específicos, que também passaram por alterações, ficaram delineados da seguinte forma: *1 – Mapear os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil; 2 – Identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017; e 3 – Apreender as tendências de análises teórico-metodológicas defendidas, implícita ou explicitamente, nas teses e dissertações sobre o*

¹³ Com isso não queremos afirmar que os demais programas não tenham essa perspectiva crítica, pois sabemos que dialogam diretamente com o Serviço Social, afinal estão vinculados à área de avaliação em Serviço Social. Segundo a ABEPSS, em 2015, “a expansão quantitativa dos Programas de pós-graduação da área foi seguida pela diversificação da área básica, o que ressalta a necessidade de sua articulação com a graduação em Serviço Social. Entre os 32 cursos da área de Serviço Social listados por área básica na página da Capes, a maioria dos Programas de pós-graduação possui área básica em Serviço Social: 22 (68,7%). Destes, quatro articulam Serviço Social e outros temas, o que indica a ênfase de suas pesquisas: Serviço Social e Desenvolvimento Regional, Serviço Social e Direitos Sociais, Serviço Social e Política Social, Serviço Social, Trabalho e Questão Social; entre os outros dez (31,3%) Programas listados, sete são em Política Social (e destes um é em Política Social e Cidadania) e três são em Políticas Públicas (sendo um destes em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local). Estas áreas básicas, bem como as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas, conectam-se com temas e conteúdos historicamente abordados pelo Serviço Social brasileiro – Política Social, Estado, Direitos Sociais, Trabalho, Questão Social, Desenvolvimento. Isso pode indicar que estes Programas possuem preocupação em assentar conteúdos relacionados com a graduação, o que incide de forma positiva na formação acadêmica de docentes e/ou futuros docentes dos cursos de graduação em Serviço Social. Contudo, esta preocupação deve ser seguida pela afirmação de que tais conteúdos são imprescindíveis ao Serviço Social.” (ABEPSS, 2015, p. 14-15).

¹⁴ A produção do conhecimento nesses programas traz contribuição para a área da Gerontologia, mas o que buscamos com esta pesquisa é a contribuição para a **Gerontologia Social Crítica, que envolve a totalidade social.**

envelhecimento e a velhice, produzidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, no período de 2013 a 2017.

Além desses, há ainda os objetivos de cunho teórico, que foram traçados para contribuir com a aproximação da temática.

No primeiro capítulo, são: *entender a história do Serviço Social na América Latina e suas correntes filosóficas; discutir sobre a gênese do Serviço Social no Brasil e identificar como ocorreu a desconstrução de um movimento conservador na profissão, a construção de outro movimento crítico e as primeiras aproximações da profissão com a Gerontologia; tratar acerca da contribuição da pós-graduação (stricto sensu) para a profissão; mostrar como se deu o nascimento e desenvolvimento da Gerontologia e da Geriatria como ciências que estudam o processo de envelhecimento e da velhice e o seu caráter multidisciplinar; entender sobre a relação do Serviço Social e o direito à velhice; e discutir sobre a contribuição do Serviço Social para a construção da Gerontologia Social Crítica.*

Para alcançar os objetivos descritos, traçamos um desenho para o desenvolvimento do estudo, com a opção pelo método crítico-dialético e suas categorias, que serviram de embasamento para analisar e interpretar os dados encontrados

Segundo Prates (2016, p. 117-118):

Categorias, portanto, podem ser definidas como elementos que, sendo partes constitutivas, auxiliam a explicar um fenômeno, uma relação e/ou um movimento da realidade; ao mesmo tempo, podem orientar processos interventivos. Convém ressaltar, no entanto, que sua interconexão com os demais elementos que conformam o fenômeno, na perspectiva dialético-crítica, é fundamental para que possamos explicá-lo como unidade dialética, sem reduzir-lhe o sentido.

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 44), “... é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Utilizamos as fontes mencionadas por Gil, trazendo autores/as que estudam a temática do envelhecimento numa abordagem teórica e metodológica crítica, que serviram de base para a análise das dissertações e teses. Quanto ao uso da pesquisa bibliográfica, “a sua principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

A pesquisa teórica perpassou todo o processo de investigação, desde a elaboração do projeto até a construção e a finalização desta tese, dando suporte para a interpretação dos dados obtidos.

No que se refere à pesquisa documental, para Severino (2007, p. 122-123), “têm-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas,

sobretudo, outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais”. Neste estudo, os documentos selecionados foram legislações referentes à pessoa idosa (Constituição Federal, Política Nacional da Pessoa Idosa, Estatuto do Idoso, entre outras), as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, o Código de Ética da/do Assistente Social, a Lei de Regulamentação da Profissão e as dissertações e teses.

Esta pesquisa dispõe de um alcance maior, pois irá abranger diversos trabalhos já realizados, em determinado espaço de tempo, os quais foram agora analisados com base no método crítico-dialético e em suas categorias teóricas¹⁵, que são próprias do método, sendo as principais: o trabalho, a totalidade social, a historicidade, a contradição e a mediação; assim como as categorias analíticas¹⁶: ideologia da velhice, envelhecimento trágico, conservadorismo, etc.; além das categorias empíricas¹⁷ que podem surgir ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa.

A análise foi realizada a partir de parâmetros retirados dos estudos de Campelo e Paiva (2014) que consideram a centralidade da categoria trabalho, a opção pelo método crítico-dialético e a velhice como produto social; e também de tendências encontradas nos estudos de Alves, Campelo e Paiva e Arruda (2016), discutidas a seguir.

Diante do exposto, procuramos responder, com o desenvolvimento dos objetivos do estudo, às seguintes indagações: (I) Quais programas de pós-graduação em Serviço Social possuem linhas de pesquisa em Gerontologia Social? (II) Quais e quantos programas de pós-graduação em Serviço Social estão inclusos na pesquisa? (III) A concepção teórico-metodológica, presente nas dissertações e teses, dá conta de apreender a totalidade social ou apenas aspectos fragmentados da realidade? (IV) Qual a perspectiva/tendência encontrada com maior ênfase, nas dissertações e teses, e sua contribuição para a gerontologia social crítica? (V) Como o Serviço Social trata essa temática tão relevante para a sociedade? (VI) Quais os resultados e as propostas apresentadas?

Para responder às indagações das questões III, IV, V e VI, mergulhamos no universo da pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Para isso percorremos outros caminhos até desenvolver a análise de todo o material. Enveredamos por tendências e parâmetros encontrados

¹⁵ “... as categorias não são tomadas de forma isolada, mas historicizadas, porque essa interconexão lhes altera o sentido original, razão pela qual a totalidade não se resume a uma mera junção de fatos, mas se constitui em um todo articulado. A totalidade é outra categoria fundamental do método dialético. No entanto, não há totalidade que não seja histórica e contraditória.” (PRATES, 2016, p. 118).

¹⁶ “As analíticas são aquelas utilizadas para identificar fenômenos que auxiliam a explicar nosso problema de pesquisa.” (PRATES, 2016, p. 118).

¹⁷ “Além das categorias teóricas, podemos trabalhar com *categorias empíricas*, ou seja, aquelas que emanam da expressão dos sujeitos ou de documentos analisados e que devem ser adensadas teoricamente para auxiliarem no processo de análise dos dados.” (PRATES, 2016, p. 119).

em outros estudos que serviram de referência, além do preenchimento de uma ficha durante a leitura de cada dissertação ou tese, para atender aos objetivos 2 e 3¹⁸ e observar a presença ou a ausência de informações que contribuíssem na interpretação da realidade do objeto de estudo. As respostas a tais questionamentos e aos referidos objetivos estão em toda a discussão desenvolvida neste estudo, em especial no terceiro capítulo.

Sobre as tendências, utilizamos como referências uma pesquisa realizada por Alves (2014) e um artigo publicado por Alves, Campelo e Paiva e Arruda (2016), intitulado “Produção de conhecimento no Serviço Social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores”. Neste artigo foram destacadas cinco tendências na produção do conhecimento do Serviço Social:

- I. negação da abordagem estritamente biológica para a caracterização do processo de envelhecimento humano;
- II. reforço ao discurso da transdisciplinaridade na proposta de integração recíproca de várias disciplinas e áreas do conhecimento;
- III. assim como na Gerontologia Social, a categoria profissional tem reproduzido, na produção de conhecimento, a responsabilização do sujeito através da ideia do autocuidado;
- IV. a direção política hegemônica na produção está pautada pela luta na garantia dos direitos dos velhos;
- V. enquanto tendência, é observada a possibilidade de análise da velhice do trabalhador associada às determinações macrossociais, que incidem no modo como ela se expressa de forma particular nas vidas dos sujeitos velhos. (ALVES, 2014 apud ALVES, CAMPELO E PAIVA, TAVARES, 2016, p. 81).

Para identificar as tendências reforçadas e defendidas nos trabalhos, adotamos como referências os parâmetros traçados por Campelo e Paiva (2014), quando desenvolveu uma pesquisa sobre a produção do conhecimento nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess). Embora a pesquisa desenvolvida pela autora possua outros objetivos, pela relevância dos parâmetros delineados, estes podem ser aplicados em outros contextos, desde que também se busquem identificar contribuições do Serviço Social para a Gerontologia Social Crítica.

De acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 41):

Buscaram-se, então, conteúdos versados sobre “velhice, saúde e trabalho” que: 1) contemplassem, na análise teórico-metodológica, o movimento histórico das relações sociais de produção e reprodução capitalista; 2) levassem em consideração a centralidade do trabalho, entendendo que o trabalho é o fundante do ser social; 3) abordassem a velhice como uma produção social, tendo em vista que na sociedade moderna, essa análise não

¹⁸ 2 – Identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações, sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017; e 3 – Apreender as tendências de análises teórico-metodológicas defendidas, implícita ou explicitamente, nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, produzidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, do período de 2013 a 2017.

pode ser apartada da ordem sociometabólica da reprodução do sistema do capital; e/ou 4) contextualizassem a condição de saúde, ou pior, de doença, associada à pauperização, dos homens velhos e mulheres velhas, enquanto expressão da questão social. Foram essas, basicamente, as primeiras questões levantadas para se entender a racionalidade apresentada, ou mesmo, a tendência, no material consultado. Para realizar o processo de lapidação dos escritos, dando conta dessas questões abordadas teoricamente ao longo dos capítulos deste livro, se fez necessário transformá-las em parâmetros (de descritores e conteúdos), apenas para efeito de estratégia metodológica. Ao considerar pelo menos um desses parâmetros discutidos na análise do conteúdo, conforme já mencionado anteriormente, há uma tendência 5) à opção pelo ponto de vista da totalidade que se se contrapõe à racionalidade do capital.

No caso específico desta pesquisa, não temos como foco a categoria saúde, como a autora Campelo e Paiva teve em seu estudo. Limita-se aqui a produções relacionadas à área do envelhecimento e da velhice e sua contribuição para a Gerontologia Social Crítica. Corroboramos Campelo e Paiva (2014) sobre a importância da concepção teórico-metodológica em explicar o movimento sócio-histórico da sociedade; a importância da categoria trabalho; da velhice como produto da sociedade, assim como também a questão de saúde/doença estar relacionada às condições objetivas de vida. Tais parâmetros contribuíram com a análise do material, pois uma dissertação e/ou tese que discuta a velhice sem considerar o movimento de produção e reprodução social é um conhecimento fragmentado da realidade, que não enxerga a totalidade social.

O envelhecimento visto por uma concepção teórico-metodológica crítica e dialética, que analisa o todo e suas partes, entende, segundo Teixeira (2008, p. 81), que:

Os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade. Nesse sentido, o envelhecimento sofrerá determinações econômicas, sociais, culturais, étnicas e sexuais, diferenciando-se no tempo e no espaço, interditando tratamentos universalizantes e a-históricos.

Essa perspectiva enxerga a heterogeneidade que existe na velhice, pois tratar essa fase da vida como igual é desconsiderar a historicidade, a contradição, as condições de trabalho, emprego, renda, acesso à educação, à moradia, à saúde, ao lazer, enfim, é desprezar as relações estabelecidas a partir do espaço que cada pessoa ocupa na sociedade de classes.

A ficha (ver apêndice) que guiou as leituras do material tem alguns itens importantes que contribuíram para atingir os objetivos 2 e 3 propostos¹⁹. Foi desenvolvida tendo como

¹⁹ A ficha contribuiu para o desenvolvimento dos objetivos 2 e 3, que são respectivamente: *identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações, sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017; e apreender as tendências de análises teórico-metodológicas defendidas, implícita ou explicitamente, nas teses e*

referência as discussões teóricas realizadas durante a elaboração do projeto de pesquisa, além da ficha da tese de Campelo e Paiva (2012).

Inicialmente, tem-se a numeração de cada ficha; em seguida, a identificação de cada trabalho, com: o título da dissertação ou tese, o nome do autor/a, a formação em nível de graduação, o nome da universidade a que o programa de pós-graduação está vinculado, o ano de defesa e a linha da pesquisa. Essas informações possibilitaram a organização do material e, além disso, saber qual a graduação dos/as autores/as e entender melhor os resultados, pois mesmo sendo programas de pós-graduação em Serviço Social, estes aceitam profissionais de áreas afins e, portanto, com outras visões de mundo.

Para obter a informação sobre a graduação dos/as autores/as, realizamos uma pesquisa na plataforma Lattes (currículo Lattes²⁰), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Outro item é sobre as principais áreas relacionadas à Gerontologia Social, tendo então as opções de: saúde, previdência social, assistência social, educação, memória e outros. Consideramos relevante identificar as principais temáticas pesquisadas e as discussões desenvolvidas, atentando, dessa forma, para responder a um dos objetivos do estudo: *identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações, sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017.*

Temos ainda um tópico sobre a opção pela concepção teórico-metodológica nas dissertações e teses, ou melhor, se é a teoria social crítica, se ela está evidente ou não no trabalho, pois para contribuir com a construção da Gerontologia Social Crítica é necessário estar pautado pelo método histórico crítico-dialético. Este dado é de extrema relevância para concluir se tais programas de pós-graduação contribuem com a construção da Gerontologia Social Crítica ou com seu viés tradicional.

Outro tópico é sobre os aspectos mais referenciados em relação ao/a velho/a: saúde/doença, família, trabalho e outros. Esse dado é importante, já que na sociedade atual a velhice é vista, na maioria das vezes, como sinônimo de doença, mas se sabe que isso não é verdade. Embora haja doenças que atinjam mais essa parcela da população, são as condições

dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, produzidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, do período de 2013 a 2017.

²⁰ A plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, tornou-se um elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (CNPq, *online*).

objetivas de vida e o grau de acesso aos direitos sociais ao longo de toda a vida que poderão proporcionar uma velhice saudável e com saúde ou uma velhice doentia e “trágica”. Portanto, não é apenas uma questão de escolha do indivíduo, mas de oportunidades.

Em relação à família, a própria legislação (Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Idoso de 1994, Estatuto do Idoso de 2003) a coloca como a primeira e principal responsável pelas pessoas idosas, isentando o Estado de algumas responsabilidades. Em compensação, sobrecarrega as famílias, sem dar o suporte necessário para que elas consigam desempenhar os papéis a elas impostos e atribuídos social e culturalmente.

Tratamos ainda sobre os termos utilizados nas dissertações e teses: velho/a, idoso/a, pessoa idosa, usuário/a, terceira idade. Embora pareça algo menos importante, pode estar carregado de ideologia, de preconceito e de discriminação, assim como de valorização e de respeito.

Na sociedade capitalista, “velho/a” é utilizado, na maioria das vezes, como algo pejorativo, ultrapassado ou obsoleto. Muitas vezes, as pessoas que já atingiram idades elevadas sofrem discriminações e preconceito, sendo chamadas de velhas com menosprezo e depreciação. Daí ser necessário esclarecer, quando se faz a opção por esse termo para designar seres humanos que já viveram muitos anos, a fim de evitar entendimentos equivocados.

O termo terceira idade, segundo Teixeira (2008), surgiu na França, no final da década de 1960, para trazer um novo sentido à velhice, que deixava de ser uma fase de doença e miséria. O termo “terceira idade” foi criado para designar o período da vida desligado do trabalho e de questões familiares, sendo uma fase para vivenciar o lazer e novos valores. “O gerontólogo francês Huet propôs para esse estágio da existência humana a designação ‘Terceira Idade’, materializada com a implantação, nos anos 1970, da universidade para a Terceira Idade, popularizando-se no vocabulário mundial” (TEIXEIRA, 2008, p. 112).

Tal realidade não pode ser generalizada para todas as pessoas idosas, principalmente quando se trata de países em processo de desenvolvimento como o Brasil. Cumpre indagar: “terceira idade” para quem?

Assim, o retrato da velhice do trabalhador pobre está longe da tão propagada “idade do lazer” ou “terceira idade”. Os idosos mais pobres vivem em famílias numerosas, 53% deles com cinco ou mais membros. Logo, a “síndrome do ninho vazio” que gera depressão, isolamento, também não se enquadra nessa realidade. Esses idosos também concentram os piores índices de escolaridade: 68,3% não têm nem um ano de escolaridade, não sendo em tese os alunos das universidades da terceira idade. Além disso, os mais pobres (66,4%) são negros e estão concentrados nas regiões mais pobres do país: Nordeste e Norte, fruto das desigualdades sociais e regionais. (TEIXEIRA, 2008, p. 142).

No Brasil, as condições de vida da população idosa e pobre estão longe de ser o afastamento do trabalho e das questões familiares, tampouco de ter acesso ao lazer. Assim, é necessário ter cautela ao usar o termo “Terceira Idade”, bem como os demais termos, pois pode existir uma ideologia por trás de cada um, o que pode camuflar ou descortinar a realidade, contribuindo para a sua manutenção ou transformação.

Outra informação relevante é se há no texto menção às expressões “tragédia do fim da vida”, “velhice trágica” ou “tragédia do envelhecimento”, que foram usadas inicialmente por Haddad (2017) e depois por Teixeira (2008) e por Campelo e Paiva (2014). As autoras utilizam esses termos para defenderem que o processo de envelhecimento e a fase da velhice não são homogêneos, mas resultados da inserção do indivíduo na sociedade de classes. Ademais, os direitos conquistados por essa população ainda continuam, em sua grande maioria, a ser desrespeitados.

Assunto também de extrema importância, presente na ficha, refere-se aos possíveis resultados encontrados nas pesquisas, assim como sugestões para transformar a realidade. Ainda que os/as autores/as não tenham apontado soluções, o fato de desvendar realidades, que é uma forma de proporcionar conhecimento, já é uma grande contribuição para aqueles/as que desejam alterar a realidade social, uma vez que através do conhecimento da realidade é possível intervir nela.

Há ainda um item sobre a menção ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), pois quando se trata de pesquisas envolvendo seres humanos, a submissão do projeto de pesquisa a tal comitê é obrigatória. A devolutiva dos resultados da pesquisa, que também faz parte do comprometimento ético e político do método crítico-dialético, é outro aspecto presente na ficha, assim como a bibliografia utilizada.

É necessário frisar que quando se faz a opção pelo método de Marx, automaticamente se faz a opção pela transformação da realidade. O conhecimento é imprescindível para as futuras intervenções e mudanças, todavia, isso só será possível se houver uma democratização e a sociedade tiver acesso a esse conhecimento, pois só assim será possível uma transformação que atinja as estruturas do atual modo de sociabilidade.

Entendemos a relevância de todos os itens apontados na ficha (ver apêndice) para atingir os objetivos do estudo e tentar aproximar-se da essência do objeto. Todos os tópicos tiveram como base as reflexões e as discussões teóricas realizadas durante a construção e o desenvolvimento do projeto de estudo.

No tocante às considerações éticas, foram atendidas todas as normas e os aspectos éticos durante o desenvolvimento da pesquisa, conforme prevê a Resolução nº 466, de 12 de dezembro

de 2012 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012), e a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõem sobre pesquisa na área das ciências humanas e sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). A pesquisa não precisou ser apreciada pelo CEP, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, teórica e documental, cujos dados estão disponíveis na internet para acesso público.

Convém ressaltar ainda que não tivemos, com esta pesquisa, nenhuma intenção de tecer qualquer tipo de avaliação em relação aos programas e/ou as dissertações e teses, aqueles credenciados e reconhecidos nacionalmente, e estas, defendidas e aprovadas pelas bancas de avaliação.

Pretendemos dar aolutiva dos resultados da pesquisa para a sociedade através da elaboração da tese, que após a defesa do doutorado, ficará disponível para consulta pública no *site* da Unesp e no catálogo de dissertações e teses da plataforma sucupira da Capes, além da construção de artigos e/ou resumos e envio para eventos e para revistas científicas da área ou de áreas afins, a fim de publicar e socializar os resultados.

A tese ora apresentada está estruturada, inicialmente, com a introdução, envolvendo o percurso e os procedimentos metodológicos, que é o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa e as considerações éticas, seguida de quatro capítulos e das considerações finais.

No primeiro capítulo discutiui-se a história do Serviço Social na América Latina e as correntes filosóficas que influenciam a profissão. No segundo capítulo foi realizado um apanhado do histórico do Serviço Social no Brasil e das primeiras aproximações com o envelhecimento humano, o Movimento de Reconceituação (MR) e a inserção da profissão na pós-graduação, bem como a contribuição da produção do conhecimento científico para a formação e a atuação profissional nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

No terceiro capítulo adentramos na constituição da Gerontologia Social e da Geriatria; da relação do Serviço Social com a velhice enquanto direito; e da produção que a profissão vem desenvolvendo no campo da Gerontologia Social e sua contribuição para a construção de um acervo crítico nessa área.

Já no quarto capítulo temos os resultados e as discussões acerca da produção (dissertações e teses) que vem sendo desenvolvida pelos programas de pós-graduação em Serviço Social no que se refere à contribuição para a Gerontologia Social na sua perspectiva crítica.

As considerações finais que fecham esse estudo, fazendo um apanhado de todos os objetivos desenvolvidos em cada capítulo, trazem indicações que permitiram uma aproximação com a realidade estudada, que se acha em constante processo de transformação, portanto não são verdades eternas, mas que representam um momento histórico e social.

Em relação aos resultados, o estudo mostrou que o Serviço Social tem uma aproximação com a temática do envelhecimento desde as suas origens através da intervenção nas diversas expressões da questão social, mas só a partir da década de 1980 é que a profissão dá os primeiros passos para uma contribuição teórica nessa área. Isso só foi possível após o Movimento de Reconceituação, que na sua fase de intenção de ruptura abriu espaço para a profissão optar pela teoria social crítica como suporte para entender e intervir na realidade que envolve a totalidade. Em seguida, a profissão adentra na área acadêmica e começa a produzir conhecimento científico, incluindo nas suas pesquisas a área da Gerontologia Social.

No que se refere aos resultados das análises realizadas nas dissertações e teses encontradas do período de 2013 a 2017, temos que a concepção teórico-metodológica nem sempre esteve explícita, mas era possível identificá-la através da observação da crítica ao MPC, ao Estado neoliberal, à “ideologia da velhice” e à “reprivatização da velhice”. Porém, em estudos desse porte, é necessário deixar claro para o/a leitora/a qual a perspectiva adotada pelo/a autor/a. Também verificamos como resultados estudos que traziam outras concepções teóricas e metodológicas que não dão conta de entender a realidade social na sua totalidade.

Outro resultado encontrado relaciona-se à escassa menção ao CEP, assim como às formas de devolutiva dos resultados da pesquisa, o que também foi pouco referido nos estudos analisados.

Além disso, encontramos algumas tendências no material analisado, que: I – consideram os determinantes e condicionantes sociais, econômicos e culturais no processo de envelhecimento e velhice; II – não responsabilizam apenas o sujeito e sua família pelo modo de envelhecer e vivenciar a velhice, mas questionam e criticam a ausência do Estado e sua política neoliberal; III – o direcionamento político hegemônico dá-se pela luta e garantia de direitos sociais da classe trabalhadora e subalterna, em especial dos/as velhos/as; IV – a opção explícita ou implícita pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética, através da análise da totalidade social, embora com algumas lacunas.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

O objetivo deste capítulo é entender a história do Serviço Social na América Latina e suas correntes filosóficas. Iniciamos o capítulo com as discussões acerca do conservadorismo e suas vertentes, objetivando apreender sua influência na profissão de Serviço Social e, em seguida, um pouco de história sobre a origem da profissão na América Latina.

Para o desenvolvimento deste capítulo realizamos a leitura de artigos e livros, sendo os principais autores: Paulo Netto (2001), Paulo Netto (2015), Netto e Braz (2012), Escorsim Netto (2013), Souza (2015), Souza (2016a), Souza (2016b), Iamamoto (2008), Iamamoto e Carvalho (2014), Castro Manrique (2000), Simionatto, (2009), Montañó (2011), Alves (2014), Keller (2019), Teixeira (2008), Yazbek (2009) CFESS (2009), entre outros/as autores/as.

1.1 A Gênese do Serviço Social na América Latina

Para entender o que vem sendo pesquisado pela pós-graduação em Serviço Social no Brasil e sua contribuição para a construção da Gerontologia Social Crítica, é necessário desvelar as bases que fundamentaram e ainda alicerçam o Serviço Social, ou seja, apreender as correntes doutrinárias e filosóficas que influenciaram e/ou continuam a influenciar essa profissão e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas pesquisas. Assim, no presente tópico tecemos uma discussão sobre o conservadorismo, a partir das contribuições de Escorsim Netto (2013), Souza (2015), Souza (2016a), Souza (2016b), Netto e Braz (2012), Iamamoto (2008), Simionatto, Martinelli (2000), (2009), Keller (2019), entre outros/as autores/as.

É importante ressaltar que, embora não seja objetivo deste trabalho aprofundar o debate sobre o conservadorismo, realizamos uma discussão sobre o tema, uma vez que ele está presente nos fundamentos filosóficos que influenciaram e/ou continuam a influenciar o Serviço Social, assim como a reprodução da sociedade de classes, na qual a profissão está inserida. Esse debate é extremamente relevante para entender o objeto de estudo, uma vez que resgatar as origens e a história é o primeiro passo para se entender o que ainda permanece e persiste de velho, mesmo que em novas facetas, quais os avanços alcançados e que é possível sugerir melhorias para que a profissão continue avançando e materializando seus objetivos em termos teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e operativos.

1.1.1 O Conservadorismo clássico: uma perspectiva crítica

O pensamento conservador clássico surge em 1789, período da Revolução Francesa, e vai até 1914, período da Primeira Guerra Mundial. Como Escorsim Netto (2013) aborda em seu

livro “O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica”, o conservadorismo não é atemporal e tampouco a-histórico; ele nasce na configuração da sociedade burguesa. Logo, é necessário entender as diferenças e semelhanças entre a classe burguesa e o pensamento conservador, que nasceram concomitantemente.

Segundo Souza (2016a, p. 361) em seu artigo “Burke e a gênese do conservadorismo”, publicado na revista *Serviço Social e Sociedade*, “a matriz ideológica do conservadorismo é, reconhecidamente, o pensamento de Edmund Burke”. Escorsim Netto (2013) também considera Burke como o fundador do pensamento conservador, e acrescenta que sua obra surge de forma imediata e como crítica à Revolução Francesa.

Na concepção de Souza (2016a, p. 364):

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renuncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais. Ou seja, utópicos desejos meramente subjetivos de igualdade. Tais utopias seriam inaceitáveis sob o ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social seria natural e positivamente constituída.

Na perspectiva do conservadorismo clássico, a sociedade é imutável, a-histórica e, portanto, sem possibilidades para mudanças que não preservem sua estrutura atual. Para manter a ordem social vigente intacta, o conservadorismo menospreza qualquer ideia ou teoria que defenda outro tipo de sociedade, embora permita e antecipe pequenas mudanças, considerando-as como concessões, realizadas de cima para baixo. Entretanto, elas são, de fato, respostas às reivindicações e lutas da classe trabalhadora, mas que não atendiam e continuam, nos dias atuais, sem atender às reais necessidades dessa classe.

Ainda sobre o pensamento conservador, Souza (2016a, p. 368) assegura que:

Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida – a desigualdade social e a propriedade privada, incluídas. Com essa operação ideológica antropomorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo.

Burke²¹, enquanto criador do conservadorismo clássico, defendia uma naturalização das relações sociais, proveniente da ordem divina, sem alternativa para transformação. Justamente por isso ele era contra a modernidade e todas as consequências que ela poderia trazer para a sociedade. Nessa visão, os homens e as mulheres deveriam aceitar sua situação, sem questionamentos, pois não existia a possibilidade de mudança, uma vez que cada um nascia

²¹ Edmund Burke (1729-1797), filósofo irlandês contrário à Revolução Francesa, considerado fundador do pensamento conservador clássico.

para mandar ou obedecer. Nessa perspectiva, a propriedade privada e a desigualdade social são vistas como resultados de um processo natural. Como a sociedade é dinâmica, ocorreu uma série de mudanças, surgindo um novo modelo de produção, que se instaura em todo o mundo.

De acordo com Martinelli (2000, p. 31):

Nas sociedades medievais, com sua economia natural, as relações de troca eram simples, e tal subordinação não ocorria de forma contratual, e muito menos compulsiva. Os séculos XIV e XV vão encontrar, porém, o feudalismo imerso em graves crises, de um lado, decorrentes da intensa difusão das transações monetárias em seu interior e, de outro, a desintegração da estrutura feudal em função do amadurecimento de suas próprias contradições internas. Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, sobretudo a partir da primeira metade do século XV, as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial ... A separação entre os camponeses e a terra, entre o produto e os meios de produção ... A divisão social do trabalho inicia-se com uma primeira ruptura entre fiação e tecelagem.

Esses são os primeiros sinais de mudança no modo de produção material e espiritual que se inicia na Europa e, que aos poucos, deixa de ser feudalista para tornar-se capitalista, surgindo também uma sociedade de classes: a burguesia e o proletariado (trabalhadores/ras assalariados/as). Segundo Martinelli (2000, p. 32-33), foi nos séculos XIV e XV que a oligarquia burguesa acumulou os poderes político e econômico:

O ciclo de vida do capital, cujo início vínhamos buscando, pode ser localizado, portanto, em termos de Europa Ocidental, e em especial na Inglaterra, na segunda metade do século XVI. A essa altura, o modo de produção legado na sociedade feudal já havia se subordinado plenamente ao capital, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político, parametrados pelas concepções e pelos objetivos da burguesia.

Portanto, entendemos que o capitalismo surgiu na Europa²². Conforme Paulo Netto (2001), é com a Revolução Industrial no século XVIII, também iniciada nesse continente, que surge a questão social, conhecida como pauperismo²³.

De acordo com Oliveira, Chaves (2017, p. 145):

As revoluções europeias do século XVIII constituem a base para a consolidação do capitalismo e, paralelamente, à medida que rompem com sistemas tradicionais de forma de organização social, representam o

²² No dizer de Martinelli (2000, p. 34), "... evidentemente não se pode falar de um momento preciso de surgimento do capitalismo, mas de um conjunto de circunstâncias, de condicionalidades materiais criando os fluxos históricos que permitem o seu surgimento".

²³ A designação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente a seus desenvolvimentos sociopolíticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica, e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "questão social". (PAULO NETTO, 2001, p. 43).

solapamento de costumes e instituições vigentes até então. Introduzem, por outro lado, novos hábitos e estratégias de sobrevivência... Tendo em vista uma ação nesse contexto, são necessários profissionais aptos a realizarem a leitura da realidade e dos modos de organização da vida em sociedade, com formação específica, ou seja, baseada nos elementos constitutivos da convivência e sobrevivência sociais e nos fatores que dela decorrem.

Para Simionatto (2009, p. 1), as revoluções ocorridas entre os séculos XVI e XVII “podem ser consideradas marcos do pensamento moderno. Temos, a partir de então, o surgimento da chamada ‘nova ciência’ ou ‘razão moderna’, fundada na astronomia e na física, tendo em Copérnico e Galileu seus principais representantes”. Até aquele período, as explicações acerca da realidade eram baseadas em dogmas, através da fé e da religião.

Ainda segundo Simionatto (2009, p. 3):

A transição entre os séculos XVII e XIX é marcada pela constituição do Estado burguês, com mudanças significativas nas esferas econômicas, política, social e cultural. A hegemonia burguesa no campo das ideias favoreceu as condições necessárias para o rompimento definitivo com o feudalismo e o surgimento de um novo modo de produção – o modo de produção capitalista.

Nesse contexto, a burguesia da época, que estava assumindo o poder, lutava pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, num movimento conhecido como cultura ilustrada, ao qual se opunha o conservadorismo clássico.

Netto e Braz (2012, p. 31-32) asseveram que a cultura ilustrada deu suporte ao projeto de emancipação humana proposto pela burguesia, na época revolucionária, que primava por *liberdade, igualdade, fraternidade*, porém “... a emancipação possível sob o regime burguês, que se consolida nos principais países da Europa Ocidental na primeira metade do século XIX, não é a *emancipação humana*, mas somente a *emancipação política*”.²⁴ (Grifos dos autores).

Como podemos observar, o pensamento conservador inicialmente recusa o ideário burguês e propõe um projeto que é antirracionalista e antidemocrático, que visava restaurar a sociedade e por isso menosprezava a Ilustração e a Modernidade (ESCORSIM NETTO, 2013). Neste sentido, Souza (2015, p. 4) corrobora o pensamento de Escorsim Netto (2013) e anota que o conservadorismo clássico em sua gênese era antimoderno, antirrepublicano, antiliberal e antiburguês. Em suas próprias palavras: “É possível caracterizá-lo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade”.

Assim, “o conservadorismo, desde sua origem, é um discurso em defesa da retomada dos padrões morais supostamente perdidos. Essa determinação, em parte, acompanha-o até a

²⁴ Até os dias de hoje ainda não alcançamos a emancipação humana; está só será possível num outro tipo de sociedade.

contemporaneidade” (SOUZAb, 2016, p. 44). Desde as suas origens o conservadorismo defende a moral, sendo esta baseada nas crenças da classe que domina os meios de produção e a ideologia que sustenta a sociedade.

Ainda para Souza (2016b), o pensamento conservador nega a razão e valoriza o pragmatismo e o imediatismo; portanto, desvaloriza qualquer perspectiva de historicidade e descredencia teorias que procurem ir além da aparência e visem ir mais a fundo, buscando o cerne das questões.

Sabemos que a burguesia, após atingir seus objetivos de derrubar o Ancien Régime²⁵ e tomar o poder, “renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe *conservadora*, a burguesia tenta neutralizar e/ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada...” (NETTTO, BRAZ, 2012, p. 32, grifo dos autores). A referida cultura ilustrada fez parte do plano das ideias (liberdade, igualdade e fraternidade) do chamado programa da modernidade, ditado pela burguesia.

Quando a burguesia conquistou uma posição política de destaque, o contexto social da época também se tornou favorável ao seu desenvolvimento. Deste modo, consoante Paulo Netto e Braz (2012, p. 87-88):

Enterrado o *Antigo Regime*, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o *Estado Burguês*. Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do *modo de produção capitalista*, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de *mercadorias* ocupa o centro da vida econômica... (Grifos dos autores).

O Estado instaurado pela burguesia buscava atender aos interesses do seu criador e contemplar as suas próprias demandas, ou seja, dominar a sociedade e expandir seu modo de produção. Para que isso fosse possível, formulou legislações e criou órgãos públicos, dando origem a uma superestrutura que contribuiu para a concretização dos seus objetivos.

É importante ressaltar que, nesse momento, surgiu não apenas a classe burguesa, mas também a classe trabalhadora. Embora com objetivos antagônicos, ambas utilizam o trabalho como meio de sobrevivência.

²⁵ Termo francês que significa Antigo Regime, que era o sistema social, político e aristocrático da França antes da Revolução Burguesa.

Como explica Iamamoto (2008, p. 27-28):

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista – entre o trabalho coletivo e a apropriação privada da atividade, das condições e fruto do trabalho – está na origem do fato de que o desenvolvimento nesta sociedade redundava, de um lado, em uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado e na sua contraface, faz crescer a distância entre a concentração/acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados “primeiro mundo”.

Nessa nova reorganização da sociedade, uma classe representa o capital e a outra o trabalho. Para a burguesia continuar existindo, ela depende da exploração da classe trabalhadora e da apropriação dos frutos do seu trabalho; já esta última se submete a isso porque não possui os meios de produção e, como necessita reproduzir-se enquanto ser humano (alimentar-se, vestir, beber etc.), vende o único bem que possui: sua força de trabalho. Existe uma mútua dependência, porquanto uma não pode existir sem a outra.

Nesse contexto, com todas as mudanças ocorridas na passagem do século XVIII para o XIX, inicia-se o período denominado de modernidade, surgindo então o positivismo²⁶ de Comte²⁷, que nasceu para sustentar no mundo das ideias a sociedade burguesa. Surge também no mesmo período a teoria social de Karl Marx²⁸, que intenta explicar o surgimento e o desenvolvimento da sociedade burguesa, realizando uma crítica e propondo a sua transformação.

Diante do exposto, fica nítido que a contradição é originária da sociedade burguesa, pois ela surge com ideias revolucionárias, visando instaurar valores que culminassem com a emancipação humana, mas que logo são abandonadas. No caso dos conservadores, que na época eram contra a burguesia, passam, após a chegada dessa classe ao poder, a apoiá-la; para isso,

²⁶ “No positivismo de August Comte (1798-1857), a sociedade é regulada por leis naturais: três hipóteses: 1) Leis naturais – as leis que regulam o funcionamento da vida social, econômica e política são as mesmas que as leis naturais, portanto o que reina na sociedade é uma harmoniosa semelhança à da natureza, uma espécie de harmonia natural; 2) naturalismo positivista – se a sociedade é regida por leis de tipo natural, a ciência que estuda essas leis naturais da sociedade é do mesmo tipo que a ciência natural que estuda as leis da astronomia, da biologia, etc. 3) Objetividade científica – o cientista social deve estudar a sociedade com o mesmo espírito objetivo, neutro, livre de juízo de valor, livre de quaisquer ideologias ou visões de mundo, exatamente da mesma maneira que o físico, o químico, o astrônomo, etc.” (LOWY, 2006, p. 38-39).

²⁷ “Nascido em Montpellier, na França, no ano de 1798, Isidore Auguste Marie François Xavier Comte foi um filósofo francês que ficou conhecido por ter sido o primeiro a sintetizar a necessidade de uma ciência da sociedade (Sociologia) e por ter fundamentado, pela primeira vez, a teoria positivista.” (PORFÍRIO, s/d).

²⁸ “Karl Marx foi um filósofo, sociólogo, economista, jornalista e teórico político alemão. Junto a Friedrich Engels, elaborou uma teoria política que embasou o chamado socialismo científico. Suas contribuições para a Filosofia Contemporânea incluem, além da análise social e econômica, um novo conceito de dialética, baseado na produção material da humanidade”. (PORFÍRIO, s/d).

criam uma base teórica e ideológica a fim de sustentar esse modo de produção nascente, denominado capitalismo.

Mais tarde, a partir de 1848, o pensamento liberal constituirá um dos pilares de sustentação do conservadorismo, significando uma mudança importante no seu eixo. Isto é, de pensamento antiburguês, passa a se constituir como mais uma ideologia conservadora típica da sociedade capitalista. (SOUZA, 2016a, p. 375).

Para Escorsim Netto (2013), os conservadores constroem o conhecimento para legitimar o poder da burguesia e impedir possíveis ameaças revolucionárias.

Logo no pós-1848, surge a Sociologia para fortalecer a classe que estava no poder. Para Souza (2015, p. 5): “Certos princípios do conservadorismo clássico vão ganhar dimensão ‘científica’ com as sociologias de August Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) e Émile Durkheim (1858-1917)”. Ainda para Souza (2016b), na sua origem o conservadorismo surgiu com embasamento irracionalista, porém isso foi relativizado a partir das contribuições das sociologias científicas de Comte, Spencer e Durkheim.

Desse modo, surge a Sociologia na área das Ciências Sociais para fundamentar uma visão de mundo e de sociedade, intentando contribuir na explicação da realidade social a partir do olhar de quem está no poder, a burguesia.

Conforme Barreto (2012, p. 28):

A Sociologia, como filha da modernidade, nasceu para explicar como havia surgido a sociedade industrial, como era o seu funcionamento, quais eram as suas consequências na vida de cada membro dessa sociedade. Para isso, recorreu a conhecimentos que advinham de antigas áreas do conhecimento como a Filosofia e a História.

Comte e Durkheim²⁹ são considerados os pais da Sociologia. A partir do pensamento deles surge o positivismo, que em seguida dá origem às demais matrizes também de cunho conservador. “Da matriz positivista derivam as vertentes denominadas funcionalismo, estrutural e estrutural-funcionalismo, assentadas na abordagem instrumental e manipuladora da realidade.”

Ainda sobre a Sociologia e as vertentes derivadas do positivismo, Gouvêa (1996, p. 70-71) observa: “A concepção funcionalista representa, na Sociologia, uma maneira de interpretar e explicar a organização e o funcionamento da sociedade”.

²⁹ “Émile Durkheim foi um psicólogo, filósofo e sociólogo francês do século XIX.” (PORFÍRIO, s/d). “Apesar de Auguste Comte ter cunhado o termo Sociologia e estabelecido as necessidades de uma ciência que estudasse a sociedade, foi Durkheim quem formulou as regras do método sociológico e emancipou a Sociologia como uma ciência autônoma. Durkheim também foi o primeiro docente a ocupar uma cátedra de Sociologia em uma universidade.” (PORFÍRIO, s/d).

As vertentes que surgem após o positivismo possuem a mesma perspectiva conservadora, ainda que haja pequenas diferenças no modo de explicar a realidade. O funcionalismo surge a partir do entendimento das teorias e leis da Biologia, como esclarece Gouvêa (1996, p. 71-72):

A analogia com o funcionamento que o coração exerce para bombear o sangue na realização da função metabólica necessária à manutenção do organismo como um todo foi aplicada à área da cultura e do social. O método consistia em eleger um fenômeno e analisar a relação que estabelece com todo o sistema, mas, do ponto de vista da função, do resultado e da contribuição que essa parte oferece para o todo e para a sua manutenção. Portanto, o bom funcionamento das partes garante a harmonia, a ordem e o equilíbrio do sistema. Esse constitui o princípio básico do funcionalismo. O progresso seria a consequência natural desse ordenamento funcional do sistema no seu todo.

Se a pessoa não se desenvolve e não atende às normas impostas pela sociedade, é ela quem é disfuncional e precisa melhorar, e não o sistema social, pois nessa concepção de sociedade o único responsável por sua condição de vida é o próprio indivíduo.

“Como sistema social, o funcionalismo passou a significar o ‘conjunto de modelos socialmente aceitos, destinados a guiar e a regular o comportamento dos membros’ de uma determinada sociedade” (VIEIRA, 1994, p. 28 apud GOUVÊA, 1996, p. 72). Desse modo, quem foge dessas normas é colocado/a à margem da sociedade e é culpabilizado/a por sua inadequação. Essa teoria defende que é preciso reproduzir o padrão imposto para que a sociedade continue harmônica e mantenha a ordem social vigente.

Surge então uma teoria social crítica, formulada por Marx, contrária ao modo de produção que acabara de nascer. Explica Simionatto (2009, p. 4):

O conhecimento, em Marx, não se apresenta apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, segundo as necessidades e os interesses de uma classe social. A razão “instrumental” ou “fenomênica”, presente nas formulações anteriores, é substituída, em Marx, pela “razão dialética” ou “razão ontológica”, que busca captar o real em suas múltiplas determinações e reafirmar o caráter histórico e criador da práxis humana.

Essa teoria crítico-dialética busca extinguir a sociedade capitalista e construir outro modo de produção, no qual inexistirá exploração entre seres humanos, uma sociedade sem diferenciação entre classes sociais.

Todas essas teorias que surgiram para explicar, transformar ou manter intacta a sociedade fazem parte de um período da história denominada modernidade e são chamadas de “grandes metanarrativas”. Conforme Salatiel (2008, s/n):

Um exemplo de metanarrativa é a filosofia iluminista, que acreditava que a razão e seus produtos – o progresso científico e a tecnologia – levariam o

homem à felicidade, emancipando a humanidade dos dogmas, mitos e superstições dos povos primitivos. O marxismo é outro exemplo de metanarrativa. Para os marxistas, a história era impulsionada pelo confronto entre duas classes contraditórias, a burguesia e o proletariado, que resultaria, ao fim da revolução do proletariado, numa sociedade sem classes, de plena liberdade e igualdade: o comunismo.

As metanarrativas, cada uma com perspectivas e ideologias diferentes, trouxeram explicações referentes à realidade social. Apenas a teoria e o método marxista visavam uma transformação radical do Modo de Produção Capitalista (MPC).

Retornando ao pensamento conservador, Souza (2016b) afirma que se trata de uma ideologia heterogênea e plural, que possui várias vertentes, tendências e ramificações, incluindo combinações ecléticas com outras matrizes de pensamentos. Dependem da formação sócio-histórica de cada país. “Essa pluralidade não infirma o estabelecimento de uma tendência comum, unificadora, convergente, capaz de possibilitar um tratamento unitário, mas não identitário, ao conservadorismo como tradição de pensamento e ação” (SOUZA b, 2016, p. 207).

Em consonância com Souza (2016b), Keller (2019) também entende o conservadorismo como não homogêneo, e justamente por isso pode se apresentar de diversas formas, a depender de cada contexto histórico, social e econômico. Além disso, “explica-se pela aversão às mudanças e transformações revolucionárias em concomitância à supervalorização da ordem, das instituições e tradições no estágio do capitalismo” (KELLER, 2019, p. 19).

Entendemos que o conservadorismo acompanha as mudanças societárias e continua existindo e se reconstruindo, porém mantém a sua essência a fim de preservar a ordem social por ele estabelecida, permitindo apenas as mudanças que não abalem suas estruturas.

1.1.2. O Conservadorismo moderno

No item anterior, vimos que o conservadorismo clássico inicialmente não aceitava as mudanças trazidas pelo Iluminismo, porém, com a chegada da burguesia ao poder, essa classe acaba abandonando seus ideais e incorporando o conservadorismo com o objetivo de manter-se no poder e obstar mudanças. Em relação ao conservadorismo moderno, de acordo com Souza (2015, p. 5), o seu surgimento ocorre “a partir de finais da década de 1910 até 1960-70, sendo admissível supor como o período de formação do pensamento conservador moderno” (SOUZA, 2015, p. 5).

Segundo Simionatto (2009, p. 5), a razão moderna se firmou ainda no século XX, através das teorias positivista e social crítica, conforme mencionamos no item anterior, conhecidas como “grandes metanarrativas³⁰”. Cumpre levar em conta as transformações ocorridas ainda no final desse século, como a crise do capitalismo entre os anos de 1960-1970, o colapso do socialismo dos países do Leste europeu, a crise das ideologias e a não realização dos ideais prometidos pela modernidade (liberdade, igualdade e fraternidade). Dá-se então a crise dos paradigmas.

Os paradigmas perdem a credibilidade e entram em falência. Isso ocorreu porque não cumpriram suas promessas, nem ocorreu a emancipação humana anunciada pela burguesia revolucionária. O socialismo não vingou e não se deram as transformações esperadas pela sociedade.

Como não foram concretizadas as promessas da modernidade, surge uma séria de críticas e um movimento que visa desacreditar as teorias nascidas naquele período, a exemplo da teoria social crítica.

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética”, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados “novos paradigmas” como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social. (SIMIONATTO, 2009, p. 5).

O conservadorismo moderno despreza a historicidade presente na teoria social crítica e valoriza apenas o tempo presente; recusa tanto as “utopias” revolucionárias quanto as reacionárias, pois as considera como totalitárias. No que se refere às diferenças entre o conservadorismo clássico e o moderno, Souza (2015, p. 11) observa:

Ressaltamos aqui apenas quatro pontos que ajudam a perceber mudanças significativas de posição do conservadorismo moderno em relação ao conservadorismo clássico: (i) eles dificilmente assumem uma filiação teórica ou tradição ideológica, considerada pejorativamente como dogmas; (ii) diferentemente dos primeiros conservadores, os contemporâneos valorizam o presente e não são nostálgicos de formas sociais passadas; (iii) aproximam-se do pragmatismo, ou, no mínimo, de um acentuado empirismo, na medida em que valorizam “o possível”, a situação dada tal como se apresenta; (iv) atualmente, conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança, a saber, aquelas

³⁰ “O filósofo francês Jean-François Lyotard (1924-1998) definiu o pós-moderno como ‘a incredulidade em relação às metanarrativas’ (em sua obra *A condição pós-moderna*). Com isso, ele queria dizer que a experiência da pós-modernidade decorreria da perda de nossas crenças em visões totalizantes da história, que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade.” (SALATIEL, 2008, s/n).

que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas. (SOUZA, 2015, p. 11).

O capitalismo vê o período da pós-modernidade como uma oportunidade para superar a sua crise. Categorias como essência e totalidade são trocadas por aparência e imediaticidade. A ênfase é dada na parte, no local e micro, sem considerar sua relação com o todo (SIMIONATTO, 2009).

A pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. (SIMIONATTO, 2009, p. 8).

Os conservadores atuais não se prendem ao passado, pelo contrário, eles dão ênfase ao aqui e ao agora, defendendo o pragmatismo, o empirismo e o imediatismo, exaltando apenas o que é possível fazer no exato momento. Não se opõem às mudanças, desde que elas não desfavoreçam seus interesses, que representam os da classe que domina a sociedade, tanto em relação aos meios de produção quanto a ideologia.

Segundo Coutinho (2006, p. 111-113), o pós-modernismo é “uma combinação de irracionalismo e de miséria da razão, representando a superestrutura ideológica da contrarreforma neoliberal”. A pós-modernidade representa e favorece o capital e seus projetos de expansão e exacerbação da exploração do trabalho.

É importante ressaltar que, no Brasil, o conservadorismo não surgiu e desenvolveu-se como na Europa e nos Estados Unidos, mas teve uma adaptação, com características próprias, o que Souza (2016b) identifica como “conservadorismo à brasileira”:

O que no Brasil se adaptou “conservadoramente” ao capitalismo não foi um domínio rural de tipo feudal, mas sim uma forma de latifúndio peculiar: uma exploração rural de tipo colonial (ou seja, voltada desde as origens para a produção de valores de troca para o mercado externo) e fundada em relações escravistas de trabalho. (COUTINHO, 2011, p. 206).

Enquanto na Europa existia uma classe burguesa lutando pelos ideais da Revolução Francesa, no Brasil nem sequer existia classe burguesa, e a economia girava em torno do trabalho escravo. De acordo com Konder (2003, p. 29): “Na sociedade brasileira, o problema crucial não era a chamada *questão social* (a questão do movimento operário), como na Europa; era a *questão servil* (isto é, a questão da escravidão)”. Keller (2019, p. 126) acrescenta: “Assim, o que existia em concreto era uma elite agrária, com poder político, ainda que a realidade

socioeconômica fosse escravista. Eram liberais no pensamento e senhores de escravos na prática”.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, como visto, não existia classe burguesa para reivindicar mudanças sociais; o que aconteceu entre nós foi a transformação da elite agrária em classe burguesa, mantendo os mesmos privilégios, a propriedade privada e defendendo os costumes, tradições e instituições existentes. Embora tenhamos sofrido influência da Europa, tivemos um capitalismo e um conservadorismo à brasileira, típico de países em desenvolvimento, porém com suas peculiaridades.

Enquanto na Europa se lutava por direitos trabalhistas e sociais, no Brasil a luta era em torno da liberdade dos escravos, um atraso social que ainda não conseguimos superar, haja vista os preconceitos, discriminações e desigualdades sociais, que ainda persistem.

A fim de problematizar nosso objeto de estudo, “*a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017*”, avançaremos no próximo item, realizando uma análise sócio-histórica sobre a origem do Serviço Social na América Latina, que sofreu influências da Europa, para, em seguida, adentrar na realidade brasileira e discutir acerca do desenvolvimento da profissão no país e das delimitações históricas do conservadorismo. Também serão expostas as primeiras aproximações da profissão com a Teoria Social Crítica de Marx.

1.1.3 A Origem do Serviço Social na América Latina: uma visão histórico-crítica

Em relação à natureza e à gênese da profissão de assistente social, existem diversas posições de diferentes autoras/es, assistentes sociais. Entre elas destacamos a endógena e a histórico-crítica na visão de Carlos Montaña (2011), na produção de conhecimento sobre o Serviço Social.

A perspectiva endógena, segundo Montaña (2011, p. 1), “sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas, ‘anteriores’ da ajuda, da caridade, e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’”.

Na perspectiva histórico-crítica, ainda segundo Montaña (2011), a origem do Serviço Social está vinculada ao momento em que o Estado começa a intervir e a gerenciar as expressões da questão social, ou seja, a profissão é produto de necessidades sociais, situada num determinado contexto histórico.

Iamamoto e Carvalho, (2014), no livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, situaram o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo esta/este profissional como trabalhadora/trabalhador que vende sua força de trabalho para se realizar enquanto tal, estando, assim, sujeito/a aos processos alienatórios e à exploração do seu trabalho. Desse modo, desvendaram o caráter contraditório desta profissão.

A visão histórica-critica entende que o contexto sócio-histórico da época permitiu o surgimento de uma nova profissão, na transição do modo capitalista concorrencial³¹ para o monopolista, “fazendo surgir novas manifestações da ‘questão social’, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83).

Assim, a primeira perspectiva tem uma visão particularista e focalista da profissão, entendendo a realidade de forma fragmentada, pois não faz uma análise da realidade social em sua totalidade e explica a origem da profissão a partir dela mesma.

Entre as perspectivas acima mencionadas, adotamos a perspectiva sócio-histórica, que entende a profissão a partir de uma necessidade social. Assim sendo, primeiramente exporemos a origem do Serviço Social na América Latina.

Para Oliveira e Chaves (2017, p. 146), “o Serviço Social, como profissão institucionalizada, configura-se no cenário mundial a partir da década de 1920, após a Primeira Guerra Mundial”. Essa profissão foi criada para atender a demandas societárias que surgiram a partir da exploração do capital sobre o trabalho.

A classe trabalhadora começou a crescer e a se organizar, reivindicando e lutando por direitos. A partir do surgimento do capitalismo também surgiu um novo modelo de sociedade, gerando um novo modo de se relacionar. Como esclarece Martinelli (2000, p. 53-54): “O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa”.

³¹ **Capitalismo concorrencial:** a partir da oitava década do século XVIII, configura-se o estágio do capitalismo chamado de capitalismo concorrencial, liberal ou clássico. Netto & Braz (2010, p. 172) destacam que sobre a base da indústria moderna, que provocará um processo de urbanização sem precedentes, o capitalismo concorrencial criará o mercado mundial, já que os países mais avançados buscarão matérias brutas e primas nos rincões mais afastados do mundo e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala.

Capitalismo monopolista: inicia-se no fim do século XIX e início do século XX, quando as grandes empresas conseguiram concentrar capital, tecnologias e força de trabalho, e as pequenas empresas foram sendo compradas, incorporadas ou faliram. No capitalismo monopolista, a produção das grandes empresas é melhorada através de tecnologias, novas patentes e profissionais qualificados, entretanto, as pequenas empresas passam a ser compradas ou incorporadas às maiores. (SÉRIE: IMPERIALISMOS DE LENIN).

Foi com a Revolução Industrial, na Inglaterra no século XVIII, que surgiu um fenômeno chamado pauperismo: um aumento da pobreza proporcionalmente ao crescimento da riqueza. Enquanto a indústria avançava e produzia cada vez mais, a maioria da população não tinha acesso aos bens e serviços produzidos, o que contribuiu para o aumento exacerbado da pobreza (PAULO NETTO, 2001).

Contudo, só no século XIX, o pauperismo foi reconhecido como questão social, isso porque a classe trabalhadora começou a se organizar e a exigir respostas para suas demandas (PAULO NETTO, 2001). Nesse cenário, o Estado burguês é obrigado a atender a algumas reivindicações, já que *“num marco democrático, para servir ao monopólio, o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção – deve desenvolver mecanismos de coesão social”* (PAULO NETTO, BRAZ, 2012, p. 217, grifo dos autores).

A origem da questão social está diretamente vinculada à relação contraditória estabelecida entre capital e trabalho, que possuem interesses conflitantes. Para Yamamoto e Carvalho (2014, p. 134-135):

O desdobramento da questão social é também o da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses.

A questão social, conforme ensina Yamamoto (200, p. 17, grifo da autora), pode ser definida como *“disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais”*. A forma como ela se apresenta no cotidiano é através da violência, do desemprego estrutural, da fome, do uso abusivo de drogas, do envelhecimento precoce e da dependência, do preconceito, da discriminação, do analfabetismo funcional, da gravidez na adolescência etc.

Nesse contexto, é necessário destacar que a gênese do Serviço Social está relacionada ao surgimento da questão social. Foi na Europa, nascedouro e berço do capitalismo, que a burguesia, a Igreja e o Estado se uniram para conter as manifestações políticas e sociais da classe trabalhadora, com o intuito de preservar a estrutura societária vigente.

Para concretizar esse objetivo, criaram algumas estratégias, sendo uma delas o surgimento dos/as *“... primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social*, atividade que se profissionalizou sob a denominação de ‘Serviço Social’, acentuando seu caráter de prática de prestação de serviços” (MARTINELLI, 2000, p. 66, grifo da autora).

Ainda segundo Martinelli (2000, p. 66), a origem do Serviço Social foi marcada por alienação, contradição e antagonismo, inerentes ao MPC. Por conseguinte, a profissão surge a partir de interesses da classe que dominam a sociedade e visam atender a demandas da classe dominada, mas sempre com o objetivo de fortalecer a primeira, numa incontestável relação contraditória.

O pauperismo, como polo oposto da expansão capitalista, crescera tanto na Europa durante o século XIX que seu atendimento já não podia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da Igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – o Serviço Social – à estrutura organizacional da sociedade burguesa, constituída como um importante instrumento de controle social. (MARTINELLI, 2000, p. 86).

A profissão de Serviço Social na Europa sofre forte influência religiosa, principalmente pela “Escola Católica de Serviço Social de Paris no início do século XX, que se propõe a estudar a questão social a partir da doutrina social da Igreja Católica, forma núcleos de discussão e divulga seu ideário por toda a Europa e América Latina” (CORREA NETTO, 2010, p. 52).

Na América Latina, esse processo não foi diferente, embora cada país desse continente apresente suas particularidades. Na década de 1920, exatamente em 1925, foi criada a primeira escola de Serviço Social da América Latina na cidade de Santiago, no Chile, pelo médico Alejandro Del Río.

Nesse período, o Chile experimentava um processo de industrialização; a medicina e o direito atendiam às questões relacionadas, respectivamente, à saúde e aos direitos trabalhistas do proletariado que estava se formando. Por isso, tais profissões passaram a demandar que outros profissionais as subsidiassem (CASTRO MANRIQUE, 2002).

Neste quadro, as expressões de protesto e os progressos na organização de classe do proletariado – com a influência das ideias socialistas, naqueles anos potenciadas pelo êxito da experiência russa de 1917 – exigiram que o Estado (e, nele, a aliança de classes dominantes, como pilar da hegemonia, articulasse formas de ação para responder às demandas de uma realidade social nova). É óbvio que nem no Chile nem nos experimentos históricos de outros países, o confronto de classe se resolveu pacificamente e em benefício do proletariado. O emprego das mais diferentes formas de repressão sempre se combinou com algumas concessões à classe operária e ao movimento popular³². (CASTRO MANRIQUE, 2000, p. 35-36).

Sobre o surgimento do Serviço Social na América Latina, Castro Manrique (2000, p. 44-45) informa:

³² Cabe destacar que no caso da realidade brasileira não foi diferente, pois também houve repressão e assistência à classe trabalhadora.

A profissão, ela mesma, só pode ser entendida no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, embasadas nas condições particulares de cada país latino-americano. O processo de imposição da lógica de acumulação capitalista é o eixo em torno do qual se articulam e organizam as funções do Estado e a luta das classes sociais para alcançar sua hegemonia e, naturalmente, entre o conjunto delas e a classe operária, que emerge como o contrário da implantação das relações assalariadas da exploração.

A gênese do Serviço Social se dá num determinado contexto, o do desenvolvimento da industrialização e da expansão do capital, que ao explorar a força de trabalho necessita de mecanismos para evitar que a classe trabalhadora se organize a ponto de mexer nas estruturas do sistema. Assim, necessita atender a algumas necessidades dessa classe que estava se formando e se organizando para exigir reconhecimento.

Outro ponto que merece destaque neste momento das reflexões é que a conjuntura histórica que exigiu o surgimento da profissão não é homogênea em todos os países da América Latina, sofrendo variações de acordo com as particularidades de cada um deles.

A Igreja Católica foi a principal responsável no que se refere à organização e à formação das primeiras profissionais do Serviço Social, mas ela fez isso com um objetivo e uma ideologia, procurando atender aos próprios interesses.

De acordo com Castro Manrique (2000, p. 47-48):

Os elementos que mais colaboram para o surgimento do Serviço Social têm origem na *Ação Católica* – intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica –, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. Estes núcleos de leigos, orientados por uma retórica política de cunho humanista e antiliberal, lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho de Estado. A *Ação Católica* (e, por extensão o Serviço Social) prende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais –, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarcocomunista.

Inicialmente, como a profissão nasceu vinculada à Igreja Católica, não se admitia a opção por teorias de cunho científico, pois a Igreja buscava recuperar o seu poder na sociedade. Seu sustentáculo eram os dogmas da fé e do catolicismo. Não se aceitava o uso da razão, proveniente da ciência, o que incluía a não adesão à teoria de caráter conservador liberal, tampouco à teoria social crítica ligada a ideias de socialismo e comunismo.

A Escola Elvira Matte de Cruchaga, primeira escola católica no Chile, foi criada em 1929. Segundo Castro Manrique (2000), essa escola não surge de forma antagônica à primeira,

criada pelo médico Alejandro Del Río, mas ambas compartilharam de uma mesma base (a formação do Serviço Social belga), embora com diferenças.

Para Castro Manrique (2000), a escola fundada pelo médico intencionava que o assistente social fosse um subtécnico do médico; já a escola criada pela Igreja Católica visava cobrir todos os espaços que envolvessem a questão social.

A criação dessa primeira escola católica obedeceu a uma dupla racionalidade: de um lado, responder às demandas que uma sociedade em mutação colocava à Igreja e à sua intelectualidade; doutro, exercer o papel de promotora internacional do Serviço Social católico. (CASTRO MANRIQUE, 2000, p. 77).

Em seus estudos, Castro Manrique (2000, p. 78) destaca a importância da Igreja Católica para essas escolas de Serviço Social:

Desta relação básica entre Igreja e profissão procede uma característica ainda atual do Serviço Social: a sua sempre presente dimensão continental. A Igreja conferiu ao Serviço Social uma base orgânica continental. Ela era o único poder terreno de alcance capaz de estimular – de forma quase articulada – escolas com esta perspectiva. A sua influência se manifesta em duas vertentes principais: a que se expressa indiretamente na formação de escolas estatais e a que se dá na formação de escolas sob sua gestão. Em muitos casos, como a escola de Del Río, a fundação do centro de formação se deu sob o signo estatal; contudo, nem por isto a iniciativa esteve isenta da poderosa inspiração religiosa de organizadores, docentes e alunos. Recorde-se, a propósito, o traço confessional de profissionais europeus que vieram à América e dirigiram tantas escolas.

Castro Manrique (2000) destaca a relação que a Igreja Católica teve na gênese do Serviço Social e que ultrapassou um determinado país, chegando a atingir todo o continente. Mesmo aquelas escolas criadas pelo Estado sofriam influência da doutrina religiosa na formação das/os suas/seus alunas/os.

Conforme Martinelli (2000), foi a partir das décadas de 1920 e 1930 que o Serviço Social europeu cresceu. Criou-se em 1925 na Itália, durante a I Conferência de Serviço Social, realizada em Milão, a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), “um organismo de maior porte e que exerceu grande influência não só sobre o Serviço Social europeu como também sobre o latino-americano” (MARTINELLI, 2000, p. 120).

A UCISS tinha o objetivo de difundir o Serviço Social católico, ultrapassando a Europa e buscando atingir outros continentes. A Escola Elvira Matte de Cruchaga se filiou à UCISS e “recebeu da UCISS a tarefa de fomentar o Serviço Social católico na América Latina” (CASTRO MANRIQUE, 2000, p. 94). A partir daí foram surgindo escolas no Uruguai, na Argentina, na Colômbia, no Peru, na Venezuela, no Brasil e em todo o continente latino-americano.

No Brasil não foi diferente dos demais países, tendo em vista que aqui a profissão de Serviço Social nasceu para atender às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais, quando o Estado foi requisitado pela classe trabalhadora para responder a expressões da questão social e deixou de tratá-la apenas como caso de polícia e de repressão, administrando-a por meio de políticas sociais públicas, embora nunca tenha abandonado as ações coercitivas (IAMAMOTO E CARVALHO, 2014).

A fim de atender aos objetivos propostos neste estudo, o próximo capítulo trata especificamente do surgimento e do desenvolvimento da profissão no Brasil, e das primeiras aproximações com as questões do envelhecimento. Ademais, aborda a entrada da profissão na pós-graduação.

**CAPÍTULO 2: DO SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SUA
INSERÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Os objetivos deste capítulo são discutir a gênese do Serviço Social no Brasil e identificar como ocorreu a desconstrução de um movimento conservador na profissão, a construção de outro movimento crítico e as primeiras aproximações da profissão com a Gerontologia. Também se aborda a contribuição da pós-graduação e da produção de conhecimento científico para a profissão.

Foram tecidas discussões acerca da origem do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão interventiva. Este surge com base em necessidades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais de uma determinada época, mas que a partir das transformações sócio-históricas, passa por mudanças e questionamentos. Acompanha o processo de mudanças societárias e renova-se, deixando de ser apenas uma profissão interventiva, para ser também produtora de conhecimento científico, contribuindo, desse modo, para o desvendamento da realidade e possibilitando alternativas de transformação social, o que envolve não apenas a própria profissão, mas toda a sociedade.

Desde a gênese do Serviço Social, temos as primeiras aproximações com o envelhecimento da classe trabalhadora e subalterna, que foram, nesse contexto, de caráter apenas interventivo e ainda assistencialista. Mas há alterações conforme a profissão vai mudando seu enfoque teórico-metodológico.

O capítulo enfoca o conservadorismo e suas delimitações históricas e analisa a gênese do Serviço Social e a influência do pensamento conservador no denominado Serviço Social Tradicional, o Movimento de Reconceituação (MR) do Serviço Social, em suas três perspectivas, modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, com maior ênfase nesta última, pois foi a partir dela que o Serviço Social teve aproximação com a teoria social crítica.

Outro item do capítulo versa sobre o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e sua inserção como área do conhecimento na Capes, ressaltando a relevância da pesquisa na formação e na atuação profissional da/o assistente social nas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para a construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social (PEPPSS).

Para o desenvolvimento desse capítulo, realizamos leituras de artigos, livros e legislações, sendo os principais autores: Paulo Netto (2001, 2015), Netto e Braz (2012), Iamamoto (2008), Iamamoto e Carvalho (2014), Castro Manrique (2000), Alves (2014), Keller (2019), Teixeira (2008), Yazbek (2009) e o CFESS (2009).

2.1 Surgimento, desenvolvimento e renovação do Serviço Social no Brasil e as primeiras aproximações com a Gerontologia Social

Como o Serviço Social foi institucionalizado pelo Estado, passou a intervir nas diversas expressões da questão social, incluindo o envelhecimento da classe trabalhadora e subalterna. Portanto, percebe-se que o Serviço Social atua em face das demandas do envelhecimento desde a sua origem como profissão.

O Serviço Social se aproxima do envelhecimento, primeiramente, pelas suas ações práticas, pois surge, inicialmente, como profissão interventiva, que tem como objeto de trabalho as diversas expressões da questão social. Logo, quando a velhice extrapola o âmbito privado e se torna uma problemática pública, sendo gerida e administrada pelo Estado, é nesse momento que se torna uma demanda que requer intervenções da/o Assistente Social.

O envelhecimento humano foi ao longo da história, e acrescento que, ainda continua sendo visto como algo pejorativo, embora todos/as queiram viver por muitos anos. Entretanto, o medo da velhice ainda é um monstro que habita a mente humana, e isso pode ser reflexo da falta de valorização social e da discriminação e preconceito sofrido pelos/as velhos/as na sociedade capitalista.

Por séculos foi incumbido às famílias a responsabilidade de cuidado e atendimento das necessidades básicas dos/as seus/suas velhos/as. Aquelas pessoas idosas cujas famílias não tinham condições financeiras para oferecer o mínimo necessário para sobrevivência e/ou que nem sequer tinham familiares conhecidos, ficavam a cargo de instituições filantrópicas e religiosas, em outras palavras, elas eram atendidas por meio da caridade, da benevolência e do assistencialismo.

Segundo Neri (2005, p. 9):

No Brasil, pode-se dizer que o marco inicial da construção da categoria social velhice remonta ao ano de 1890, quando foi fundado no Rio de Janeiro o Asilo São Luiz para a Velhice Desamparada, e ao ano de 1909, quando surgiu, nessa mesma instituição, um pavilhão para velhos não desamparados.

Para exemplificar, no contexto internacional, no século XVII na Inglaterra, quando foi criada por volta de 1603 a Lei dos Pobres (*Poor Law*), embora fosse uma assistência coercitiva, que obrigava os pobres a trabalharem, forçava o trabalho infantil, sendo recolhidos em asilos e hospitais os que eram considerados incapazes para o trabalho e as pessoas idosas. (TEIXEIRA, 2008). Nessa época, a velhice era vista como uma responsabilidade particular e individual de cada um; isso só foi rompido com as lutas sociais travadas pela classe trabalhadora.

Segundo Teixeira (2008, p. 90-91):

A ruptura com o domínio privado em que se encontrava a reprodução social do trabalhador – a cargo da família, do mercado, das instituições filantrópicas (confessionais ou laicas) – foi rompida não apenas por sua incapacidade de deter o crescimento da pobreza, mas também pela luta de classes.

O envelhecimento do/a trabalhador/a só passa a receber atenção do Estado a partir das lutas, organizações e reivindicações da classe trabalhadora; é nesse momento que a velhice se transforma em questão social de ordem pública, mas nunca deixou de ser também privada. Todavia, não foi qualquer velhice que se transformou em questão social e exigiu intervenções do Estado, mas sim a velhice pobre, dependente, doente e vulnerável.

Buscando neutralizar as intervenções classistas sociopolíticas dos trabalhadores, não apenas pela via dos mecanismos coercitivos repressivos, ou de uma política social de cunho moral, voluntária e benevolente, emerge um conjunto de proteções públicas que a experiência de Bismark, na Alemanha, instituindo o Seguro Social Público, de modo a antecipar-se às lutas sociais, é pioneira e expressa uma nova modalidade de enfrentamento da questão social. (TEIXEIRA, 2008, p. 91).

Na citação anterior, Teixeira (2008) traz um exemplo da realidade de um país desenvolvido, mas no Brasil também tivemos ações do Estado para evitar uma revolução da classe trabalhadora, embora aqui tenha ocorrido tardiamente se comparado com a Alemanha.

No que se refere ao caso brasileiro, que tem suas particularidades, a conquista de direitos sociais não ocorreu da mesma forma nem no mesmo tempo em que ocorreu na Europa. No Brasil, não tínhamos uma tradição de lutas e reivindicações como na Europa; além disso, no início século XX o país ainda era agrário-exportador, diferentemente dos países europeus.

Na realidade brasileira, por volta de 1930, inicia-se o processo de industrialização, que foi intensificado nas décadas seguintes. O país precisava de força de trabalho especializada e importou trabalhadores/as estrangeiros/as, que traziam consigo experiências em lutas e conquistas por direitos sociais e trabalhistas³³. Estes influenciaram na criação e no desenvolvimento de movimentos sociais que lutavam por melhores condições objetivas de vida e por direitos trabalhistas.

O governo, que precisava dessa força de trabalho para realizar os seus projetos de modernizar e industrializar o país, foi acoplando, como se fossem suas, algumas das reivindicações dos/as trabalhadores/as e passou a atender a algumas demandas e necessidades

³³ É importante ressaltar que no Brasil os negros escravizados já lutavam por direitos, pela liberdade e pela vida, embora não fossem naquela época uma força de trabalho especializada, o que não aconteceu nem após a abolição da escravidão. Esta não foi acompanhada de uma política de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. Logo, não se pode falar em liberdade política, muito menos em emancipação humana.

dessa classe, mas o com objetivo principal, embora camuflado, de manter a estrutura social intocável. O Estado utilizou-se de políticas sociais públicas e contou com a força de trabalho de assistentes sociais a fim de controlar e conter a população, mediante práticas clientelistas e assistencialistas.

Na conjuntura histórica da década de 1920 no Brasil, podem-se citar as lutas operárias, que reivindicavam por direitos trabalhistas, a exemplo da redução da carga horária para oito horas e aumentos salariais. Nesse cenário, foi criado, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1923, a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários (CAPs).

Notam-se, portanto, as primeiras reivindicações desencadeadas pela classe trabalhadora e os primeiros sinais de resposta do Estado e da burguesia, que embora se achem nos moldes que não permitiam alterações na estrutura e no MPC, trouxeram direitos e garantias para a classe trabalhadora, a impor limites para o processo de exploração do capital sobre o trabalho.

Em 1923, com a Lei Eloy Chaves, implantaram-se as CAPs, o que é considerado a origem da política previdenciária no país. Estas eram de natureza individual, viabilizadas pela filantropia empresarial, pois eram mantidas com contribuições patronais e dos trabalhadores, sem a participação do Estado, que apenas regulava e normatizava.

Só em 1933, quando foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), é que o governo começou a participar da gestão e do financiamento, através da contribuição tripartite (empregador, empregado e governo), embora mantendo um caráter de capitalização, individualização e responsabilização dos indivíduos, pois só participava desse sistema quem se achava inserido no mercado de trabalho formal.

Acerca de quem estava fora desse processo, nas margens da sociedade, os/as desempregados/as, as pessoas idosas e os/as doentes, Teixeira (2008, p. 153) anota:

As questões relacionadas ao envelhecimento do trabalhador – como problemática social – emergem à cena pública, inicialmente, através das lutas operárias, não como uma questão autônoma, de lutas por políticas específicas para esse segmento, mas como parte das lutas operárias por melhores condições de vida e de trabalho. Isso porque sua emergência se deve à constituição do proletariado como sujeito político, à luta para o reconhecimento de seus problemas como decorrentes da ordem capitalista e não de imprevidência ou de cunho individual.

É necessário ressaltar que as conquistas desse período se referem à classe trabalhadora, ou seja, o direito ao salário mínimo, às férias, ao décimo terceiro etc. A aposentadoria e a pensão eram direitos destinados apenas a quem estava inserido no mercado de trabalho com carteira assinada, podendo abranger seus dependentes (cônjuge e filhos/filhas), ficando excluídos/as os/as que trabalhavam informalmente ou que nem conseguiam sequer desenvolver atividades

informais, seja pela falta de meios e oportunidades, seja porque as condições físicas, mentais ou da idade não permitiam, como, por exemplo, doentes, idosos/as, crianças e pessoas com deficiência.

Portanto, “em relação ao envelhecimento, aquele que ganha visibilidade social são os trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal; continuam os mais pobres invisíveis para o capital, e desprotegidos” (TEIXEIRA, 2008, p. 156). O que restava para essa população excluída e invisível eram as ações disponibilizadas pela filantropia, ou seja, pela via da caridade e da boa vontade dos ricos, que mantinham as organizações beneficentes, responsáveis por prestar apoio e ajuda aos necessitados.

No Brasil, as primeiras aproximações e intervenções com a temática do envelhecimento iniciaram-se através de instituições que prestavam serviços e atendiam à população pobre, incluindo as pessoas idosas carentes. Antes de o Estado intervir e gerir as expressões da questão social, estas eram atendidas apenas pelas Irmandades de Misericórdia (com enfermarias e albergues), pela Igreja Católica (com instituições asilares e orfanatos) (TEIXEIRA, 2008). Mesmo após a intervenção estatal, tais instituições continuaram, por meio de parcerias público-privadas, a atender à população mais pobre, aos/às velhos/as e às/aos doentes.

No que se refere à gênese do Serviço Social no Brasil, é importante destacar o papel que a Igreja Católica desempenhou na formação das primeiras profissionais. Conforme Castro Manrique (2000, p. 100), assim como ocorreu no Chile, no Brasil a Igreja Católica também buscava se revigorar e resgatar a sua hegemonia, que estava perdendo para a sociedade civil e para o Estado.

Inicialmente, a profissão surgiu vinculada à Igreja Católica e sua doutrina social, baseada em São Tomás de Aquino (século XII), com o tomismo³⁴ e o neotomismo³⁵ (século XIX), de origem franco-belga, responsável pela formação das/os primeiras/os profissionais (YAZBEK, 2009).

Martinelli (2000, p. 121-122) esclarece que o Serviço Social surgiu no Brasil, sob a influência do referencial europeu, embora não tenha sido apenas uma transferência de modelos e ideias, uma vez que se deve analisar o contexto histórico-social que distinguia o país naquele período.

³⁴ **Tomismo** – referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino, um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser, que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII. (YAZBEK, 2009, p. 27).

³⁵ **Neotomismo** – retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII, em 1879, na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco-belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social. (YAZBEK, 2009, p. 27).

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado à iniciativa da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontraram-se na doutrina social da Igreja. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 89-90).

Nessa época, a formação profissional era baseada na doutrina social da Igreja e tinha como ideologia os costumes, a moral e os valores da família burguesa. Assim, a/o assistente social atuava na educação da família operária, utilizando para isso a moral burguesa como modelo a ser seguido, desconsiderando que as relações sociais são construídas dentro do modo de produção e reprodução do sistema do capital.

Segundo Yazbek (2009), os primeiros objetivos políticos e sociais do Serviço Social têm seus fundamentos baseados na Igreja Católica, que buscava retomar seu espaço de hegemonia na sociedade, e são de caráter humanista e conservador³⁶, indo de encontro ao liberalismo e ao marxismo. Nessa época, a Igreja recusava as explicações da realidade provenientes das teorias científicas; havia uma cisão entre fé e razão.

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (YAZBEK, 2009, p. 4).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a manifestação original do Serviço Social no Brasil aconteceu através do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), que surge em 1932. “As atividades do CEAS se orientarão para a *formação técnica especializada* de quadros para a ação social e a difusão da *doutrina social* da Igreja” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 183-184, grifos da/o autora/autor). Em 1936, surgiu a primeira escola de Serviço Social do país, na cidade de São Paulo, fundada pelo Ceas, fruto de iniciativas do Movimento Católico e do Estado, “devido à institucionalização da profissão e à demanda crescente, requisitando intervenções da/do assistente social” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014).

Nas décadas de 1940 e 1950, ocorre de forma mais intensa o processo de industrialização no país. Por requisição do próprio capital, a profissão aproxima-se das Ciências

³⁶ Segundo Yazbek (2009, p. 5): “O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade; nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadas, particularmente da ordem capitalista”.

Sociais, pois necessitava de uma base científica para se tornar mais técnica e moderna, e atender às necessidades do capital industrial e financeiro que estava se formando.

Nesse cenário, o governo brasileiro criou algumas instituições sociais, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) em 1942, do Serviço Social do Comércio (Sesc) em 1946, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em 1942, e do Serviço Social da Indústria (Sesi) em 1946, que tinham como intuito atender a demandas da classe trabalhadora, como alimentação, orientações sobre assuntos envolvendo a família, qualificação técnica dos trabalhadores para as exigências do mercado de trabalho etc.

A LBA tinha como objetivo atender as famílias cujos chefes foram para a Guerra. Essa instituição era presidida pelas primeiras-damas do país e foi fundada no binômio público-privado. Eram oferecidos benefícios provenientes do setor público e privado, mas com um caráter de benevolência e assistencialismo, destinados à população mais vulnerável. Nesse período não existia o direito à assistência, porquanto reinava a lógica do favor.

Através de uma ação educativa e doutrinária, os assistentes sociais foram inseridos em instituições com diversas práticas materiais, entre elas a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social do Comércio (Sesc), instituições pioneiras no cuidado assistencial aos velhos. É pela via da intervenção que o Serviço Social se aproxima da realidade dos trabalhadores velhos e que se inicia essa interlocução. (ALVES, 2014, p. 61).

Nessas décadas, a própria prática profissional da/o assistente social era conservadora³⁷ e entendia a realidade como algo fragmentado, sem apreender a sua totalidade, o que só mudou após o Movimento de Reconceituação.

Essas instituições, criadas pelo Estado para atender às necessidades e reivindicações da classe trabalhadora, também acolheram necessidades do segmento idoso e tiveram a/o assistente social como uma/um das/os profissionais requisitada/o para atuar diante das expressões da questão social relacionada à velhice. Nesse primeiro momento, o Serviço Social se aproxima dessa temática através de ações práticas.

Nesse contexto histórico, em 1943, o governo Getúlio Vargas sancionou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando regulamentar os direitos trabalhistas e com isso atender às exigências da classe trabalhadora e se legitimar diante dela.

Mas a extensão da jornada encontra dois limites, que travam os interesses capitalistas. O primeiro é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida a médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem a sua reprodução ameaçada (é isso o que explica, entre outras razões, o fato de o Estado burguês limitar legalmente a jornada, para preservar a reprodução da força de trabalho em benefício dos interesses gerais do capital).

³⁷ A prática conservadora era baseada na moral e nos costumes; fundamentava-se na doutrina social da Igreja Católica e em teorias como o positivismo e o funcionalismo, que explicavam a realidade a partir de leis da natureza.

O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário – lutas que forçam o Estado a intervir na regulação das relações capital/trabalho (a limitação legal da jornada é o exemplo mais claro dessa intervenção). (NETTO, BRAZ, 2012, p. 120).

Conforme Netto e Braz (2012), quando o Estado resolveu interferir diretamente na relação capital e trabalho, ele não o fez porque quis atender às necessidades da população que sobrevive do trabalho e que lutava por direitos, mas porque pretendia obter reconhecimento e ser aceito perante essa classe, o que evitaria ameaças à reprodução da sociedade de classes. Entretanto, é necessário frisar que tudo isso só foi possível graças às lutas dos movimentos sociais.

Ainda na década de 1940, o governo Vargas firma aliança com o governo Roosevelt, dos EUA, o que altera o plano político, econômico e social do Brasil. A intenção dos EUA era ganhar espaço no continente latino-americano. No que se refere à profissão de Serviço Social, “como decorrência daquele pacto deu-se a mudança de eixo, em termos de linhas de prática, de perspectivas de ensino e de formas de abordagem” (MARTINELLI, 2000, p. 132) Isso foi possível através de programas de intercâmbio entre os EUA e o Brasil (bolsas de estudos) e da participação em congressos.

Assim, o conservadorismo católico, no início do Serviço Social brasileiro, começa a ser tecnificado. A influência norte-americana possibilitou à profissão um processo de modernização, adotando a teoria positivista para a formação profissional, de base conservadora (YAZBEK, 2009). Nessa época, as/os assistentes sociais não possuíam, ainda, uma visão crítica acerca da sociedade, nem da função social do seu trabalho na sociedade de classes.

Embora o Serviço Social comece, nesse período, a incorporar a teoria positivista, isso não significa que tenha abandonado radicalmente a doutrina social da Igreja.

O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão – que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmáticas da profissão, as reforça e atualiza. O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando – na justificativa dessa ação – o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao tempo que preserva o caráter de uma profissão especial, voltada

para os elevados ideais de “serviço do Homem”. (IAMAMOTO, 2013, p. 23-24, grifo da autora).

Isso ocorre por volta das décadas de 1940 e 1950, quando a profissão recebe a requisição para atender às mudanças por que a sociedade estava atravessando, a exemplo do processo de industrialização, urbanização e modernização. As/os profissionais, enquanto agentes representantes do Estado, operando através das políticas públicas, atendiam às demandas da classe trabalhadora, não obstante o objetivo fosse mantê-la controlada.

A profissão necessitava de bases científicas para fundamentar a sua prática profissional, porém continuava a serviço de uma determinada classe social e não questionava o modelo de sociedade vigente, apenas contemplava as requisições impostas. Esse arranjo “teórico-doutrinário” tão bem definido por Iamamoto (2013) é exatamente a garantia da moralidade pregada pela Igreja Católica com a junção da teoria positivista, também de caráter conservador.

Segundo Yazbek (2009, p. 6), “é a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação”. A modernização proposta dá-se dentro dos limites permitidos pelo capital, pois moderniza, mas conserva o *status quo* das relações sociais vigentes.

Tal processo, denominado pelos estudiosos de “modernização conservadora”, visa atender às necessidades do capital, que buscava, nas décadas de 1940 e 1950, investir na industrialização do país e para isso necessitava de uma força de trabalho submissa, dominada, reprimida e conformada com sua situação, acreditando tratar-se de um processo natural e sem possibilidades de mudanças estruturais.

O Serviço Social brasileiro importou as técnicas e métodos americanos na sua tríade: Caso, Grupo e Desenvolvimento de Comunidade (DC), que utilizavam a teoria positivista e um viés psicologizante tanto para explicar quanto para intervir na sociedade.

No que se refere ao Serviço Social de casos, a preocupação centrava-se na personalidade do “cliente³⁸”, ou seja, as mudanças partiriam dos indivíduos, que deveriam mudar seus comportamentos e ajustar-se à sociedade (ANDRADE, 2008).

Segundo Paula (2009), a técnica de caso era desenvolvida da seguinte forma: estudo, diagnóstico e tratamento. O/a profissional efetuava uma investigação dos fatores internos e

³⁸ Cliente era um termo utilizado naquela época, porém, após o Código de Ética de 1993, o termo utilizado é usuário/usuária dos serviços prestados pela/pelo assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

externos ao indivíduo e, com base nesse conhecimento, era traçado um diagnóstico e proposto um tratamento que possibilitasse o ajustamento do sujeito à sociedade.

No tocante ao Serviço Social de grupo, este se dava sob um enfoque educacional, a fim de desenvolver a personalidade individual, preparando o indivíduo para a liderança e a tomada de decisões, ou seja, para ser responsável por suas ações e por sua situação, dando ênfase ao aspecto psicossocial, com o objetivo de ajustar os indivíduos à sociedade vigente.

Conforme Andrade (2008, p. 283):

O enfoque “terapêutico” e disciplinador dado ao trabalho desenvolvido junto a grupos facilita o processo de integração-adaptação, porque ele contém o comportamento do homem inadequado, desequilibrado, sem, no entanto, rever questões sociais mais profundas. Nesse sentido, o problema está no homem, não na sociedade.

Esse enfoque desenvolvido através do grupo buscava impor modos de comportamento considerados adequados e aceitos pela sociedade, excluindo e culpabilizando quem fugisse dessas normas e também tentando fazer com que todas as pessoas aderissem ao que era visto como correto. Não se consideravam as reais condições de vida e as diferenças que os indivíduos tinham no acesso à alimentação, à educação, à saúde, que influenciam tanto no desenvolvimento quanto no comportamento dos sujeitos.

Essa forma de abordagem também procurava garantir a ordem, para que ninguém questionasse o MPC, mantendo as pessoas submissas aos ditames e à ideologia do capital.

No que se refere ao Desenvolvimento de Comunidade (DC), Andrade (2008, p. 283) afirma que “também apresenta características semelhantes aos dois processos anteriormente descritos. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao tempo que realizava um trabalho assistencial”.

O DC foi organizado e divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1950, como estratégia para integrar a população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimento, para que a população aderisse e contribuísse com o desenvolvimentismo. Para Andrade (2008), o DC foi uma estratégia adotada para manter o domínio ideológico do capitalismo americano e impedir o crescimento do comunismo. Não podemos esquecer que a Revolução Cubana ocorreu no final dessa década, em 1959. Existia, portanto, uma preocupação enorme dos países onde o capitalismo já tinha se estabelecido, que a realidade cubana se propagasse em outros países e impedisse a proliferação do MPC pelo mundo.

O DC foi utilizado para integrar a população, visando a sua participação a partir dos objetivos do governo, que era modernizar e desenvolver o país, cabendo à população contribuir com esse processo através da responsabilização por melhores condições de vida e bem-estar.

Andrade (2008) esclarece que a década de 1950 trouxe profundas mudanças nas fontes do Serviço Social, que antes eram da Europa e nesse período, por diversos motivos (a exemplo da expansão de domínio do capital norte-americano, adesão do Brasil a política desenvolvimentista³⁹, necessidade de tecnificação da profissão etc.), passa a usar teorias e técnicas norte-americanas. Isso contribuiu com “... um conteúdo mais ‘científico’ à conhecida metodologia da Ação Católica – o ver-julgar-agir. Ocorreu uma modernização da profissão pela via da razão instrumental” (ANDRADE, 2008, p. 295).

Fica evidente que ambas as abordagens visam mudar o indivíduo e nunca a realidade social. Em outras palavras, é o cliente quem deve desenvolver-se e adaptar-se à realidade, pois é ele quem está doente e é disfuncional. Esse modo de intervenção não realizava uma análise de totalidade, pois, de acordo com Tonet (2013, p. 57), “é conservadora toda elaboração teórica que não permita compreender os fenômenos sociais como momentos de uma configuração histórica em permanente processo de transformação. O conservadorismo atinge um largo espectro de teorias”.

Constatamos que nesse período a/o profissional de Serviço Social ainda não compreendia o envelhecimento e a velhice como resultantes das condições objetivas de vida da classe trabalhadora, pois ainda não tinha acesso a um embasamento teórico que proporcionasse um olhar crítico que fosse além da aparência imediata da realidade.

A forma como a profissão entende e intervém na realidade começa a mudar, mesmo que inicialmente a passos lentos, a partir da instauração do Movimento de Reconceituação (MR), conforme será discutido no próximo item.

2.1.1 O Movimento de Reconceituação do Serviço Social: questionamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão

Na década de 1960, na América Latina, surge o Movimento de Reconceituação (MV), que era uma crítica ao que se considerava ser um Serviço Social tradicional e conservador. Este, segundo Paulo Netto (2015), baseava-se numa prática profissional empírica, paliativa, burocrática, com uma visão funcionalista, buscando enfrentar os reflexos psicossociais da

³⁹ “A Conferência Internacional de Ministros Responsáveis pelo Bem-Estar Social (ONU, 1968) foi a consolidação do conceito de ‘bem-estar social desenvolvimentista’, evoluindo de uma conotação de programas curativos, destinados a grupo vulneráveis da população, para adquirir um papel definido no panorama de desenvolvimento nacional. Uma das contribuições básicas seria o reconhecimento do papel do homem no desenvolvimento.” (JUNQUEIRA, 1981).

questão social na vida dos indivíduos como algo natural e enxergando a sociedade capitalista como natural e ineliminável.

Tratava-se de uma prática reforçada pela autocracia burguesa. Assim, surgem alguns questionamentos sobre essa forma de entender e de intervir na realidade, como um movimento heterogêneo.

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. (YAZBEK, 2009, p. 6-7).

Surge nesse período o MR do Serviço Social, que procurou rever e repensar a teoria e os métodos a que a profissão aderira para intervir na realidade. A profissão começou a questionar-se sobre seu objeto de trabalho e qual o seu papel na sociedade.

No Brasil, no dia 1º de abril de 1964, o país sofre um golpe e tem início um período de ditadura militar que derruba o então governo de João Goulart⁴⁰, que tinha um projeto de desenvolvimento nacional (PAULO NETTO, 2005). Nessa conjuntura histórica, houve expansão, modernização e centralização das políticas sociais públicas, ocorrendo um binômio de repressão-assistência. Os governos militares reprimiam a população, que era proibida de se expressar e, de forma compensatória, prestavam assistência às pessoas necessitadas.

Nessa perspectiva, em função do ingresso tanto dos excluídos ao universo da previdência, quanto de novos assalariados, resultante do movimento de modernização conservadora que impulsionou o crescimento econômico a novos patamares, a política previdenciária ampliou a clientela e promoveu uma nova reestruturação do sistema, com instituições centralizadoras e unificadoras, tais como a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que efetivou a fusão dos IAPS. Em 1967, o seguro de acidentes de trabalho foi incorporado ao INPS. Em 1971, criou-se o Programa de Assistência Social do Trabalhador Rural (Prorural), estendendo-se a previdência social aos trabalhadores rurais através do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Em 1972, as empregadas domésticas são incorporadas. Seis meses após, em 8 de junho de 1973, a Lei nº 5.890 contempla os trabalhadores autônomos. (TEIXEIRA, 2008, p. 163).

⁴⁰ Jânio Quadro foi eleito presidente do Brasil em 1961. Sem completar o primeiro ano de governo, renunciou, assumindo o vice-presidente João Goulart. “Em seu governo enfatizou as reformas de base, como reforma agrária, urbana, educacional, etc., apoiadas por partidos de esquerda e pela ala progressista da Igreja Católica”. (SILVA, 2004, p. 11).

No período de ditadura militar a Previdência Social foi consolidada e expandida, abrangendo assim uma categoria maior de trabalhadores/as. A classe trabalhadora já reivindicava direitos provenientes do trabalho assim como aqueles relacionados ao suprimento de necessidades básicas de sobrevivência, como saúde, assistência social, moradia, entre outros. O Estado ditatorial que se instaurou naquele período, aproveitando-se de reivindicações históricas da classe trabalhadora, resolveu investir na política previdenciária como forma de se legitimar diante da sociedade e de amenizar os efeitos da falta de liberdade de expressão.

Como as garantias estavam voltadas para quem estava inserido/a no mercado de trabalho formal, resta indagar como ficavam e aqueles/as que não estavam inseridos nesses espaços. Até a década de 1970, essa parte da população “invisível” para a sociedade continuava sob a responsabilidade apenas da família e das instituições filantrópicas e religiosas.

Os fundamentos do Serviço Social foram interrompidos pela ditadura militar, pelo menos no que se refere às suas ideias mais críticas, que foram deixadas de lado, pois uma ditadura burguesa e reacionária não permite críticas e mudanças que afetem a estrutura da sociedade. Seus maiores avanços ocorreram justamente quando a ditadura adentrou seu estágio de esgotamento.

Assim, a partir de 1965 inicia-se o MR na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia), em meio aos movimentos por mudanças. No Brasil, para o desenvolvimento do MR, destacam-se as iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais (CBCISS), que foi o organizador dos “Seminários de Teorização”; as inquietudes apresentadas na esfera da pós-graduação; a intervenção de organismos e agências de formação profissional como a ABESS⁴¹ e, até mesmo, de associações e sindicatos da categoria (PAULO NETTO, 2015).

Esses seminários resultaram no Documento de Araxá – 1967, Documento de Teresópolis – 1970, Documento de Sumaré – 1978 e Documento de Alto da Boa Vista – 1984, como veremos a seguir.

Paulo Netto (2015) divide o processo de renovação do Serviço Social no Brasil em três perspectivas: a primeira, a perspectiva de modernização do conservadorismo; a segunda, a reatualização do conservadorismo; e a terceira, a intenção de ruptura, conforme resumo no

⁴¹ A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) foi criada em 1946; em 1996 mudou a nomenclatura para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), “justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação”. (Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>).

quadro a seguir, com os documentos pertencentes a cada momento da teoria adotada por cada perspectiva, as/os autoras/res e as principais características identificadas em cada uma.

Quadro 1 – As três perspectivas do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil.

1ª Perspectiva Modernização do Conservadorismo	2ª Perspectiva Reatualização do Conservadorismo	3ª Perspectiva de Intenção de Ruptura
<p>Documento de Araxá (1967) – buscou uma teoria para a profissão e adotou o positivismo e o estrutural-funcionalismo.</p> <p>Documento de Teresópolis (1970) – buscou uma metodologia e a operacionalidade para a profissão e aderiu ao diagnóstico e ao planejamento.</p>	<p>Documento de Sumaré (1978) – buscou a cientificidade do Serviço Social na América Latina, através da “nova proposta”; buscou uma metodologia e uma teoria e adotou a tríade pessoa, diálogo e transformação, com base na teoria fenomenológica.</p> <p>Alto da Boa Vista (1984) – trouxe reflexões sobre correntes filosóficas que influenciaram o Serviço Social.</p>	<p>Método de Belo Horizonte (conhecido como Método BH) – na década de 1970 – primeiras aproximações com a teoria social crítica, embora com alguns limites. Foi o marco inicial para mudar a forma de a profissão entender a realidade.</p>
<p>Principal teórico: José Lucena Dantas, contribuindo na orientação teórica estrutural-funcionalista.</p>	<p>Principal teórico: Anna Augusta Almeida, com a tese “Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social”. 2. ed. Rio de Janeiro. F. Alves, 1980.</p>	<p>Principal teórico: Leila Lima Santos – Ex-diretora da Escola de Serviço Social da PUC-MG.</p>
<p>Características e inovação: O país passava por um processo de industrialização. A/o profissional assistente social era um agente técnico a serviço do Estado, que procurava adequar os sujeitos à realidade. Precisava se modernizar para atender às demandas profissionais da época. A profissão precisou adotar uma teoria científica para entender e intervir na realidade. Porém, isso não significa que tenha deixado de usar a doutrina da Igreja Católica.</p>	<p>Características e inovação: O Brasil continuava seu processo de industrialização e de modernização da sociedade. O Estado precisava atender às requisições do contexto histórico, social, econômico e político. Para isso contava com o apoio das políticas sociais e do Serviço Social. A profissão tentava inovar e se adequar a essas novas exigências, e optou pela fenomenologia. Ocorreu, então, uma reatualização do conservadorismo, pois</p>	<p>Características e inovação: Buscava romper com o tradicionalismo presente na profissão e no modo de entender e explicar a realidade. Embora tenha sido um avanço e um marco histórico para a profissão, esse processo iniciou-se com alguns limites, que a própria conjuntura histórica impunha, pois o país vivenciava uma ditadura militar que se iniciou em 1964 e perdurou até 1985. As primeiras aproximações com a teoria crítica, não se deram nas</p>

Essa perspectiva foi, na verdade, uma forma de modernizar o conservadorismo, sem eliminá-lo.	essa nova teoria contribuía para a culpabilização do sujeito.	fontes originais de Marx. Portanto, foi uma intenção de ruptura com o conservadorismo, que só se alargou e pôde crescer na categoria profissional com o fim da ditadura militar e com a implantação dos primeiros cursos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>).
--	---	---

Fonte: Quadro elaborado por Maria Florência dos Santos, 2022, com base nos estudos sobre a temática.

No que se refere às fases, a primeira perspectiva, conhecida como modernizadora, surge num contexto de desenvolvimento da indústria do país, aprofundado por volta das décadas de 1950 a 1960. Conforme Paulo Netto (2015), o Serviço Social, na perspectiva modernizadora, é convocado a intervir, dinamizar e integrar a sociedade. Possui um caráter reformador, contribuindo assim com o desenvolvimento e a modernização do Brasil, contudo, sem alterar as estruturas de classes sociais, tendo como referência teórica, ideológica e política o estrutural-funcionalismo⁴².

A profissão foi obrigada a se aliar à ciência, adquirindo um caráter mais técnico, embora aderindo a uma teoria conservadora, que nasceu para dar uma base ideológica ao modo de produção capitalista. Por isso também continuou com ações e caráter conservadores.

A perspectiva modernizadora surgiu após dois seminários de teorização: Araxá e Teresópolis. O primeiro seminário ocorreu na cidade de Araxá, no Estado de Minas Gerais, entre os dias 19 e 26 de março de 1967; o segundo, na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, de 10 a 17 de janeiro de 1970.

Durante o seminário de Araxá ficou evidente que a perspectiva modernizadora aderiu a uma base conservadora, pois buscava o novo, sem alterar o entendimento preestabelecido pela doutrina da Igreja Católica. Assim, “... sai-se aqui do campo ético do neotomismo para o terreno teórico do estrutural-funcionalismo – a ‘globalidade’ é a perspectiva das relações sistêmico-integrativas de indivíduo e sociedade” (PAULO NETTO, 2015, p. 220). Portanto, é o indivíduo que deve adaptar-se à sociedade, pois esta é vista como harmônica e perfeita.

Conforme Paulo Netto (2015, p. 244-245), como resultados dos seminários de Araxá e Teresópolis tem-se que:

⁴² Segundo o estrutural-funcionalismo, a “estrutura reproduz os elementos estáticos da sociedade, compreendendo todas as relações básicas e padronizadas dessa sociedade, no interior de um grupo e entre os seus grupos”. (VIEIRA, 1994, p. 28 apud GOUVÊA, 1996, p. 73).

O *Documento de Araxá* consagrou: se, neste, a ênfase na “teorização” conseguira atrelar as concepções profissionais ao projeto da “modernização conservadora”, a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura-se no privilégio à questão da “metodologia” ... Em Araxá, coroa-se uma indicação do sentido *sociotécnico* do Serviço Social; em Teresópolis, cristaliza-se a *operacionalidade* deste sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão e consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática. (Grifo do autor).

O seminário de Araxá buscou uma teorização para o Serviço Social com caráter sociotécnico, com ênfase na atuação técnica da/o profissional. A teoria adotada foi a da matriz positivista, o estrutural-funcionalismo, enquanto o de Teresópolis buscou uma metodologia que possibilitasse uma operacionalidade para a profissão, trazendo o diagnóstico e o planejamento. A teoria adotada também foi o estrutural-funcionalismo, com a contribuição de José Lucena Dantas. Em Araxá, o objeto do Serviço Social é o homem; em Teresópolis, o objeto passa a ser a situação social-problema. Ambos os documentos emitidos nos referidos seminários pertencem ao MR do Serviço Social e trazem atualizações e avanços, porém sem mudar a ordem social vigente.

A vertente modernizadora, segundo José Paulo Netto (1994, p. 164) apud Yazbek (2009, p. 8):

Caracteriza-se pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção de conhecimento e a intervenção profissional.

Ainda no âmbito do Movimento de Reconceituação, em 1978 ocorre o Seminário de Sumaré, no Estado de São Paulo, seguido em 1984 do seminário do Alto da Boa Vista, no Estado do Rio de Janeiro. Ambos fazem parte da perspectiva de reatualização do conservadorismo. Segundo Paulo Netto (2015), nos dois seminários, mas principalmente no Alto da Boa Vista, foi notável uma abertura a referências distintas ao conservadorismo.

O dado mais saliente do que se propõe inovador nos textos representativos da tendência renovadora de que agora tratamos é, sem dúvida, a reivindicação de um suporte metodológico até então inusual no desenvolvimento do Serviço Social em nosso país: o *recurso à fenomenologia* aparece neles como o insumo para a reelaboração teórica e prática da profissão. Mais precisamente, a demanda do aporte do pensamento fenomenológico surge como a faceta mais proeminente das colocações significativas dos autores que se inscrevem na perspectiva de reatualização do conservadorismo. É efetivamente a remissão ao influxo da fenomenologia que emerge como uma das principais balizas

diferenciadoras da contribuição desta perspectiva no processo de renovação profissional desenvolvido nas duas últimas décadas. (PAULO NETTO, 2015, p. 267).

A perspectiva de reatualização do conservadorismo, mais precisamente no Documento de Sumaré (1978), trouxe uma nova proposta, através da fenomenologia como teoria e metodologia de intervenção para a profissão, sendo Anna Augusta de Almeida a autora que se dedicou a essa perspectiva através da sua tese de livre-docência, buscando resgatar a dimensão psicologista e o humanismo abstrato cristão. Em sua “Nova proposta”, traz um conjunto de três conceitos que devem ser desenvolvidos tanto na teoria quanto na metodologia de atuação profissional, envolvendo pessoa, diálogo e transformação.

... 1ª pelo diálogo, profissional e cliente se autoimplicam numa experiência de investigação de uma verdade; 2ª pelo diálogo (mediante o conhecimento que ele propicia), constrói-se o *projeto social* ..., à base da concepção segundo a qual se coloca o diálogo “como processo *gerador* de transformação social”. (ALMEIDA, 1978, p. 118 apud PAULO NETTO, 2015, p. 208).

Segundo Paulo Netto (2015, p. 312), a vertente reatualização do conservadorismo trouxe “... a ‘nova proposta’, que recupera o que há de mais consagrado no tradicionalismo profissional: a herança psicossocial, a tendência à centralização nas dinâmicas individuais e o viés psicologizante⁴³”. Essa perspectiva culpabiliza o indivíduo pela sua situação; se através do diálogo não houver a mudança do sujeito, ele será o único responsabilizado. Essa concepção desconsidera o modo de organização social, que é baseado na exploração do trabalho pelo capital, provocando desigualdades sociais, o que impede que todos os sujeitos tenham oportunidades iguais.

A vertente inspirada na fenomenologia, segundo Yazbek (2009, p. 8),

... emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mourier (1936). Dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de “auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas” (ALMEIDA, 1980, p. 114). Esta tendência em que o Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p. 201) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão.

Tanto a perspectiva de modernização conservadora quanto a de reatualização do conservadorismo trazem avanços e novos conceitos para o Serviço Social, embora sempre

⁴³ É importante mencionar que o Serviço Social não se apropriou com profundidade da fenomenologia, nem recorreu aos clássicos.

conservando um tradicionalismo que não permitia uma crítica radical à sociedade de classes. Isso só vai mudar a partir do surgimento da perspectiva de intenção de ruptura; embora se dê num contexto de ditadura, é justamente nesse período em que a autocracia burguesa começa a dar indícios de falência, que ela ganha espaço para se desenvolver.

Sobre a terceira perspectiva, a intenção de ruptura, segundo Paulo Netto (2015), seu surgimento data da primeira metade da década de 1970, na Universidade Católica de Minas Gerais, mas só a partir da década seguinte, 1980, é que ela consegue ultrapassar os muros da universidade e começa a ter visibilidade em outros espaços ocupados pela categoria profissional de assistentes sociais, não sendo ainda, naquela época, uma teoria hegemônica na categoria profissional.

A universidade desempenha um papel de grande importância para o processo de renovação do Serviço Social. Segundo Paulo Netto (2015), o desenvolvimento da perspectiva de intenção de ruptura só foi possível porque o Serviço Social achava-se inserido no meio acadêmico, nos níveis de graduação e pós-graduação. Nesse cenário, essa perspectiva ganhou espaço para se desenvolver, embora, justamente por isso, haja críticas enfatizando uma discussão presente no Serviço Social, de que existe diferença entre teoria e prática.

No espaço universitário tornou-se possível a interação *intelectual* entre assistentes sociais que podiam se dedicar à pesquisa sem as demandas imediatas da prática profissional submetida às exigências e controles institucional-organizacionais e especialistas e investigadores de outras áreas; ali se tornaram possíveis *experiências-piloto* (através da extensão, com campos de estágio supervisionados diretamente por profissionais orientados pelos novos referenciais) destinadas a verificar e a apurar os procedimentos interventivos propostos sob a nova ótica. Neste espaço foi possível quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de prática *autogeridas*. (PAULO NETTO, 2015, p. 320, grifo do autor).

A intenção de ruptura foi sendo trabalhada pela universidade através da realização de experiências envolvendo⁴⁴ a pesquisa, a extensão e o estágio supervisionado, obtendo ganhos e a adesão dessa perspectiva pelas instituições de formação acadêmica, nos congressos, e até fora do âmbito universitário, nos organismos representativos da categoria profissional, embora seja limitado no que se refere ao seu aspecto técnico-operacional, se comparada às outras vertentes. Paulo Netto (2015) explica que, apesar de essa perspectiva ser oposta ao e combater o

⁴⁴ É importante destacar como os espaços da pós-graduação, com o desenvolvimento de pesquisas científicas, assim como os projetos de extensão universitária, podem contribuir para o avanço da Gerontologia Social Crítica.

tradicionalismo, ela ainda não conseguiu romper com ele no campo da prática profissional e por isso permanece como intenção.

A perspectiva de intenção de ruptura, conforme Paulo Netto (2015, p. 332), ocorreu em “três momentos diferenciáveis: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional”.

Paulo Netto (2015, p. 333) acrescenta:

A emergência visivelmente objetivada desta perspectiva renovadora está contida no trabalho levado a cabo, mais notadamente entre 1972 e 1975, pelo grupo de jovens profissionais que ganhou hegemonia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, onde se formulou o depois célebre “Método Belo Horizonte”. É na atividade deste grupo que a intenção de ruptura se explicita originalmente em nosso país, assumindo uma formulação abrangente que até hoje se revela uma arquitetura ímpar.

A cidade de Belo Horizonte foi propícia ao desenvolvimento dessa perspectiva, pois ali existiam elites reacionárias que contribuíram com o golpe de Estado, mas contraditoriamente, havia ali movimentos sindicais e populares, além de movimentos estudantis com forte caráter democrático e revolucionário, o que dificultou a instauração da ditadura militar, que tardou, para se impor com mais força, naquele espaço.

Um grupo de profissionais formados no pré e no pós-1964, tendo como referências Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, postulou uma linha de renovação do Serviço Social. Isso foi desenvolvido numa universidade particular, espaço que possibilitou pensar em algo com o intuito de romper com o instituído.

No dizer de Paulo Netto (2015, p. 334):

É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação.

Inicialmente, a perspectiva de intenção de ruptura formulou uma crítica ao tradicionalismo profissional direcionado à sua dimensão teórico-prática, e em seguida, procurou romper com o conservadorismo (neotomismo, positivismo, estrutural-funcionalismo e fenomenologia), através da crítica à dimensão teórico-metodológica, envolvendo o momento da concepção, da intervenção e da formação profissional.

Entendemos que para suprimir o conservadorismo e o tradicionalismo da profissão, é necessário investir desde a formação, através da opção por uma teoria crítica, para que seja

possível criar as bases que possibilitem ao/a profissional entender a sociedade como dinâmica, contraditória e desigual.

O ambiente universitário foi o local onde surgiu a perspectiva de intenção de ruptura. Contudo, em 1975, ela sofreu uma interrupção, quando alguns dos seus formuladores foram demitidos da universidade, impossibilitando a sua maior divulgação na época. Isso não impediu que no final da década de 1970 e início de 1980, houvesse uma retomada dessa perspectiva, a qual se deu através dos trabalhos de conclusão de pós-graduação, sobretudo pelos/as profissionais que exerciam a docência e podiam se dedicar à pesquisa, sendo o momento da consolidação acadêmica dessa perceptiva.

De acordo com Paulo Netto (2015, p. 339-340):

A incidência do projeto da ruptura, a partir do segundo terço da década de 1980, penetra e enforma os debates da categoria profissional, dá o tom da sua produção intelectual, rebate na formação de quadros operada nas agências acadêmicas de ponta e atinge as organizações representativas dos assistentes sociais. Numa palavra: a partir de meados dos anos 1980, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, *produtivo*.

Após a emersão, vem a consolidação acadêmica e, em seguida, o momento do espraiamento. A terceira fase da intenção de ruptura é a da disseminação, momento em que essa perspectiva se espalhou pela categoria profissional e passou a ser hegemônica, apesar de não ter eliminado o conservadorismo e o tradicionalismo, que sobrevivem até os dias atuais.

É importante ressaltar que, na perspectiva da intenção de ruptura, a primeira aproximação que o Serviço Social teve com a teoria crítica foi marcada por incertezas, sendo uma fase problemática, pois, na época, a leitura de Marx se deu a partir de fontes secundárias, sem ir até as fontes originais. Foi uma leitura a partir de autores/as que escreviam sobre Marx, sendo, portanto, um marxismo, sem Marx (PAULO NETTO, 2005, 2015).

Outro problema que ocorreu na fase de intenção de ruptura foi a confusão que os profissionais faziam entre prática profissional e militância política. Embora a profissão tenha um caráter político, uma vez que não é neutra e se posiciona em favor dos interesses de uma classe social, esse aspecto é diferente da política partidária (PAULO NETTO, 2005, 2015). O Serviço Social defende os movimentos sociais e a militância da luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais, entretanto, isso difere da atuação prática e interventiva da/o profissional.

É com este referencial, afirma Yazbek (2009, p. 150), “precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sociopolítico, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao tempo que

se aproxima dos movimentos sociais”. É neste momento que se inicia a perspectiva comprometida com a ruptura do Serviço Social Tradicional.

Segundo Paulo Netto (2015), os principais responsáveis pelas contribuições para a renovação do Serviço Social no Brasil, no que se refere à perspectiva de intenção de ruptura, foram o Método de Belo Horizonte, conhecido como “Método BH”, a universidade e as reflexões produzidas por Marilda Villela Yamamoto. Esta foi a primeira autora brasileira a ir às fontes e a realizar leituras da bibliografia de Marx. A partir disso, contribuiu para a consolidação da perspectiva de intenção de ruptura, pois apreendeu a profissão na perspectiva teórico-metodológica e crítico-dialética, dando então uma direção a um debate profissional qualificado teórico e politicamente. Vicente de Paula Faleiros também trouxe grande contribuição ao Serviço Social em relação à teoria social crítica.

A perspectiva de intenção de ruptura, segundo Yazbek (2009, p. 9), “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, num primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx”.

A principal conquista que o MR trouxe para o Serviço Social foi deixar de enxergar a/o profissional apenas como um técnico executor terminal de políticas sociais e passar a vê-la/o, também, como uma/um planejadora/planejador e formuladora/formulador de políticas públicas. Além disso, teve-se a conquista, a partir da inserção na pesquisa científica⁴⁵, da valorização da/o profissional como uma/um intelectual, deixando de lado aquela velha divisão entre as/os teóricas/teóricos das Ciências Sociais (que produzem conhecimento) e a/o assistente social, que apenas usufrui de tais teorias para fundamentar suas intervenções, sendo apenas um/a profissional da prática (PAULO NETTO, 2005).

Até os dias atuais existe uma discussão e uma separação, dentro da própria categoria profissional, entre aqueles/as que atuam na prática e aqueles/as que atuam na universidade (desenvolvendo pesquisas e produzindo conhecimento), além da discussão, que ainda persiste, sobre a dicotomia entre teoria e prática.

Sobre esse assunto é relevante citar Cláudia Mônica dos Santos, que em 2006 defendeu uma tese intitulada “Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil”. Segundo Santos (2006, p. 19), “... de um referencial teórico não se derivam, de imediato, instrumentos e técnicas para a intervenção, mas ele contribui e é condição necessária para a escolha dos instrumentos mais adequados à ação”. Com isso a autora afirma

⁴⁵ Não se pode deixar de mencionar que, embora tenham existido conquistas, estas se deram dentro dos limites de uma universidade reprimida pelo regime da ditadura militar.

que é a concepção teórica escolhida que embasa a atuação profissional e condiciona a opção por determinados instrumentos e até a sua elaboração.

Santos (2006, p. 19) também define o que é teoria e o que é prática na perspectiva marxista:

Sustento essa tese fundamentada na própria concepção de teoria e prática defendida no materialismo histórico-dialético. Para tal concepção, teoria e prática mantêm uma relação de unidade na diversidade, formam uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da “possibilidade” e o da segunda, o da “efetividade”.

Portanto, é através da teoria que é possível enxergar as possibilidades, ainda num plano das ideias e, em seguida, por meio da prática, é possível a concretização dessa teoria, ou seja, a sua realização⁴⁶. Mas isso não ocorre sem obstáculos, sem barreiras e sem desafios, pois a realidade é dinâmica e vive em constante mudança, e justamente por isso exige que a/o profissional tenha domínio de todas as dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – que fundamentam o Serviço Social, contribuindo para uma leitura da totalidade.

Santos (2006) afirma que é primordial que seja garantida durante a formação profissional de assistentes sociais, numa concepção teórico-crítica, a operacionalização dos instrumentos, para que exista uma relação entre teoria e prática. Assegura ainda que “... está faltando ao assistente social o domínio dos instrumentos e técnicas... saber, por exemplo, como conduzir uma entrevista, uma reunião ou um grupo; diferenciar entre reunião e grupo...” (SANTOS, 2006, p. 21). A autora chama atenção para a carência da formação profissional de assistentes sociais em relação ao aspecto técnico-operativo e de sua associação com as demais dimensões.

Persistem, ainda presentes na profissão, vestígios do tradicionalismo e do conservadorismo, tanto ligados aos dogmas da Igreja quanto às teorias modernas e pós-modernas, pois quando se questiona a relação da teoria com a prática e vice-versa, isso significa que o tradicional ainda não foi totalmente eliminado, mas que a renovação crítica convive com ele, numa luta diária e constante pela disputa de quem se mantém prevalente como opção teórico-metodológica na categoria profissional.

É importante ressaltar que se conquistou através do MR uma hegemonia na profissão, que aderiu a uma concepção teórico-metodológica crítica e dialética, mas esta convive, na

⁴⁶ Resta esclarecer que isso não significa aplicar a teoria na prática, pois o marxismo não é uma teoria aplicável através de variáveis manipuláveis; é, na verdade, uma forma de explicar a realidade e, a partir desse entendimento, dar subsídios para a intervenção, tendo como horizonte o objetivo de transformar a realidade apresentada.

contemporaneidade, com imposições herdadas do tradicionalismo, que se alimenta do modo de pensar e de se comportar instituído pela sociedade capitalista. Houve rupturas com o conservadorismo, mas não ocorreu a sua eliminação.

A perspectiva de intenção de ruptura ganha espaço na segunda metade da década de 1970, quando a ditadura militar começa a desmoronar, período em que as forças democráticas se expandem. A transição da década de 1970 para a de 1980 é marcada pela volta e efervescência dos antigos e novos movimentos sociais, o retorno da classe trabalhadora para o campo político, cenário que contribuiu com a luta e a construção de um Serviço Social crítico, como pretendiam os/as assistentes sociais que defendiam essa proposta.

Concernente ao nosso objeto de estudo, é importante neste momento retomar, nessa conjuntura histórica de retorno dos movimentos sociais, como ficou a situação dos/as velhos/as no país. Conforme Teixeira (2008, p. 163):

Os idosos do exército industrial de reserva, o setor informal, os pobres, de forma geral, também foram incluídos, através da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que aprova o amparo da previdência social para os velhos carentes com mais de setenta anos e para inválidos, no valor de meio salário mínimo, desde que cumpram os requisitos de não exercer atividades remuneradas; de não ser mantidos por outras pessoas; e de não ter outro meio de subsistência. Em síntese, uma atenção à velhice desumanizada, abandonada, mas incapaz de promover esses velhos sequer à categoria de pobres, mantendo-os na indigência, e com atenção restrita a poucos, considerando-se a discrepância entre os critérios de idade e a esperança de vida, principalmente nas regiões mais pobres.

Esse benefício é um marco na história da assistência pública por parte do Estado às pessoas velhas; é, portanto, uma conquista, embora não atendesse às necessidades básicas e mínimas de sobrevivência dos/as velhos/as e inválidos/as, pois a expectativa de vida naquela época era muito baixa, e para dispor do acesso ao amparo era necessário ter setenta anos de idade, faixa etária alcançada por poucos. Havia ainda outros requisitos que deveriam ser atendidos para conseguir tal benefício. Era, portanto, um direito cercado de empecilhos, que mais parecia dificultar do que facilitar a garantia e o acesso da população idosa e carente, restringindo ao máximo esse direito.

Anota Teixeira (2008, p. 165):

Em síntese, estratégias de atenção aos trabalhadores idosos podem ser mapeadas num conjunto disperso de iniciativas, a partir da emergência do sistema de proteção social, ampliando os incluídos, na sua fase de expansão, na política tanto previdenciária quanto da assistência social, inclui esse segmento entre seus beneficiários, desde que elegíveis. Porém, lutas e reivindicações por políticas específicas no país estão relacionadas às influências da Gerontologia Internacional, aos grupos de pressão locais, entre eles, aqueles formados pelos *experts* do envelhecimento e suas tentativas de

tomá-los como objeto autônomo não só no que concerne ao saber, mas também às políticas, bem como às iniciativas governamentais.

A população idosa foi incluída nas políticas sociais de Previdência e Assistência, porém precisava atender aos critérios exigidos, que, como visto, mais excluía do que incluía. Essas iniciativas eram baseadas nos preceitos da Gerontologia Internacional, como pode ser observado na aludida afirmação de Teixeira (2008), e não atendia à realidade dos velhos/as que viviam no Brasil.

Surgiram outras instituições que também incorporaram a temática do envelhecimento, como, por exemplo, o Sesc e as Universidades Abertas à Terceira Idade (Unatis). Embora todas elas fossem destinadas a um público com características específicas, continuava excluída a maior da parte da população idosa do país. As pessoas idosas que frequentam o Sesc e/ou as Unatis configuram um público que, embora possa ser proveniente da classe trabalhadora, possui outro nível de instrução e de condições econômicas, e, portanto, outras condições de vida e de acesso.

É importante ressaltar que a classe trabalhadora e subalterna não é homogênea. Imagine um/a professor/a universitário aposentado/a, que trabalhou a vida inteira em uma universidade federal; agora imagine um/a porteiro/a aposentado/a, que trabalhou a vida inteira na portaria da mesma universidade; imagine, ainda, uma/un profissional aposentada/o que trabalhou na limpeza da mesma instituição. Consegue perceber a diferença nas condições de acesso à informação, bens e serviços entre os/as três trabalhadores/as? É justamente essa diferenciação que existe na classe trabalhadora, que também se refletirá na heterogeneidade na velhice.

Tanto as legislações quanto os demais programas voltados às pessoas idosas não atendiam a suas reais necessidades, pois eram formulados com base em modelos importados de realidades bem distintas daquela da população brasileira. Resta refletir: como ficam as demais pessoas idosas da classe trabalhadora e subalterna?

Em 1974, criam-se leis, programas e projetos voltados para o envelhecimento, tais como: Programa de Assistência ao idoso (PAI) e o Projeto de Apoio à Pessoa Idosa (Papi). Durante a década de 1970, organizações privadas e públicas intensificam suas ações junto à população idosa: o Serviço Social do Comércio (Sesc) adota programas para a “terceira idade”, no estilo dos modelos americano e francês; a LBA desenvolve programas para idosos de baixa renda. (TEIXEIRA, 2008, p. 165/166).

Criam-se projetos e programas e desenvolvem-se ações para a população idosa com base em referências e nos modelos americano e francês destinados para a classe trabalhadora

envelhecida, mas com diferenciações, pois determinadas instituições⁴⁷ atendiam um público distinto, e outra instituição, a exemplo da LBA, atendia as pessoas idosas de baixa renda, havendo uma separação na própria classe trabalhadora.

Ainda nesse contexto histórico e social, aconteceu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, na cidade de São Paulo, em 1979, que marcou a história do Serviço Social brasileiro, com profundas mudanças. A mesa de honra (abertura e final) até este Congresso era composta por autoridades da ditadura: Maluf (prefeito), o ministro do trabalho, secretários etc. Durante o evento, a categoria se posicionou politicamente em favor da classe trabalhadora e convidou, para compor a mesa oficial do evento, representantes da classe operária da época, a exemplo de Luís Inácio Lula da Silva (PAULO NETTO, 2009).

Esse fato significou uma virada, porque a categoria encontrou espaço, através da abertura democrática, para transformar seu modo de enxergar a realidade, deixando a antiga pseudoneutralidade⁴⁸. Isso trouxe muitas consequências para a profissão. A partir desse momento, outras mudanças se deram, tanto no plano da formação quanto no da atuação profissional. De acordo com Paulo Netto (2005, p. 17):

Estes assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional; quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado).

O Código de 1986 revelou-se insuficiente para a subordinação imediata e sem mediações entre ética e política e entre ética e ideologia. Em 1993, houve a renovação da Lei de Regulamentação da Profissão que, ao definir atribuições e competências profissionais, contribuiu para inscrever a profissão de Serviço Social num patamar qualificado no tratamento das expressões da questão social.

Desse período em diante, aprofunda-se mais ainda o acervo teórico-metodológico e ético-político. A profissão ganha visibilidade no cenário nacional na defesa intransigente dos direitos humanos, das políticas sociais universais e de um conjunto de marcos legais que se tornaram fundamentais para a luta pela efetivação dos direitos (CFESS, 2009).

⁴⁷ Sesc e Unati.

⁴⁸ Para Paulo Netto (2009, p. 27), “também no Brasil, os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política).”

A incorporação teórico-metodológica, haurida nas fontes originais de Marx, permitiu desvendar a realidade, afirmar e fundamentar o caráter contraditório do exercício profissional, indissociável das relações e interesses de classes e de suas relações com o Estado que fundam a sociedade brasileira (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 253).

O Serviço Social Crítico efetiva o Projeto Ético-Político da profissão e propõe uma nova ordem social, baseada na equidade e na justiça social, numa perspectiva de universalização do acesso aos bens e serviços relativos às políticas sociais.

Quanto ao MPC, seu sustentáculo ideológico é o conservadorismo e o tradicionalismo. Para que isso seja alterado, é necessária outra forma de organização societária que possibilite ultrapassar a ordem social vigente.

Compreendemos que a perspectiva de intenção de ruptura trouxe inegáveis ganhos, porém ainda é preciso muita luta para se alcançar uma ruptura total com a sociedade do capital. Enquanto existir capitalismo também existirá o conservadorismo e suas ideologias, assim como existirão possibilidades de mudanças societárias.

Para dar conta do objeto de estudo – *contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017* – e procurando dar continuidade ao que foi discutido até aqui, o próximo item aborda o surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e sua inserção como área do conhecimento na Capes, bem como a relevância da pesquisa na formação e na atuação profissional da/o assistente social nas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, para a construção do PEPSS.

2.2 A inserção do Serviço Social na Pós-Graduação (*stricto sensu*)

O Serviço Social em sua trajetória não adquire o *status* de ciência, o que não exclui a possibilidade e necessidade de o profissional produzir conhecimentos científicos, contribuindo para o acervo das ciências humanas e sociais, numa linha de articulação entre teoria e prática. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 95-96).

A origem do Serviço Social está vinculada ao caráter interventivo que a profissão tem nas diversas formas de manifestação da questão social. Porém, com o desenvolvimento que a profissão alcançou, ela foi conquistando outros espaços e hoje está inserida na universidade, aonde vem desenvolvendo pesquisas e contribuindo com a produção de conhecimento, que pode servir de embasamento para a transformação da realidade.

Apesar de o Serviço Social não ser considerado uma ciência, isso não impede que dê sua contribuição na área científica, sem deixar de lado a atuação na prática interventiva nos vários campos sócio-ocupacionais. Mesmo não sendo uma ciência, as/os profissionais da área que se dedicam à pesquisa são considerados/as cientistas sociais.

Como o nosso objeto de estudo é *a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017*, cumpre trazer a discussão sobre a inserção do Serviço Social na pós-graduação e como isso contribui para a formação profissional.

É importante observar que à medida que a profissão avançava em termos teóricos, metodológicos, éticos e políticos, a classe trabalhadora também lutava pelo direito à velhice com dignidade, obtendo algumas conquistas, como visto no item anterior. Mas só em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, é que a velhice passou a ser reconhecida como um direito e foi criada uma série de legislações para regulamentá-lo.

A pesquisa científica tem um importante papel para a formação e a atuação profissional de assistentes sociais, e vem contribuindo na construção do PEPSS. Antes de adentrar especificamente no projeto profissional dessa categoria, cabe definir o que são projetos societários e o que são projetos profissionais.

Paulo Netto (1999) afirma que os projetos societários são mais amplos e dizem respeito a toda a sociedade, ou seja, não são específicos apenas de um grupo, mas abrangem a coletividade. Segundo Paulo Netto (1999, p. 4):

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Os projetos profissionais são formados por todos/as que fazem parte da categoria, sejam os/as que atuam nos campos sócio-ocupacionais ou que estejam dedicadas/os ao ensino e à pesquisa nas universidades. Mas não se encerram por aí, pois incluem ainda as/os estudantes, as instituições sindicais, os organismos corporativos e as instituições que representam a categoria profissional. “Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais” (PAULO NETTO, 1999, p. 4). São, portanto, as organizações que representam a categoria profissional.

É importante ressaltar que os projetos profissionais se alteram, pois não ficam imunes às transformações societárias.

Os projetos profissionais também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional. Por tudo isto, os projetos profissionais igualmente se renovam, se modificam. (PAULO NETTO, 1999, p. 4-5).

O Serviço Social vem, desde o MV, passando por transformações e conseqüentemente modificando seu projeto profissional, chegando à década de 1990 com um novo projeto, o PEPSS, que está em processo de construção, o que só foi possível após a perspectiva de intenção de ruptura e da inserção do Serviço Social na pós-graduação *stricto sensu*.

Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2015, p. 2): “Podemos afirmar que o Serviço Social alcança sua maioria acadêmica, inscrevendo-se como área de conhecimento em meados dos anos de 1970, quando então emerge e se estrutura a Pós-Graduação no Brasil”. A partir de 1980, a profissão começou a avançar em formação profissional na pós-graduação (ABEPSS, 2015). Desde então o Serviço Social deixa de ser apenas consumidor de teoria das ciências humanas e sociais, para ser também produtor de conhecimento científico, contribuindo com o acervo crítico das ciências humanas e sociais.

É importante ressaltar que, conforme discutido neste estudo, antes de MR, a concepção teórico-metodológica que guiava as intervenções profissionais era pautada pelo positivismo de Comte, pelo funcionalismo e pelo estrutural-funcionalismo e, ainda, pela doutrina neotomista. Só após esse movimento de revisão do Serviço Social, na vertente de intenção de ruptura, é que se pôde pensar numa teoria crítica que respondesse à realidade social na sua totalidade.

De acordo com Bourguignon (2007, p. 49), “a relação do Serviço Social com a pesquisa surge em função de um processo histórico de amadurecimento intelectual e de ampliação das demandas sociais...”. Após o processo de renovação do Serviço Social “... implantam-se os primeiros cursos de pós-graduação no país (1972), em nível de mestrado, sendo um na PUC-SP e outro na PUC-Rio, os pioneiros no continente latino-americano” (CAPES, 2017). Já “o primeiro curso de doutorado em nosso país foi instituído na PUC-SP, em 1980; entre 1981 e 1989, o Programa titulou oito doutores em Serviço Social” (CAPES, 2017, p. 3).

Ainda no contexto das décadas de 1970-1980, o Serviço Social foi reconhecido e inserido, pelas agências de fomento à pesquisa (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ), como área do conhecimento (CAPES, 2017). Segundo Paulo Netto (2009), o Serviço

Social não tem teoria própria e, portanto, não é uma ciência, o que não o impede de produzir conhecimento científico.

Essa profissão pode contribuir com a sociedade tanto através da realização de pesquisas científicas⁴⁹, quanto na intervenção da realidade, por meio do exercício da prática profissional. O ingresso do Serviço Social nos Programas de Pós-Graduação, em especial no nível *stricto sensu*, contribuiu para a revisão da profissão e a instauração da sua tendência crítica.

Na opinião de Mota e Rodrigues (2020, p. 202):

Essa cultura profissional de ruptura com o conservadorismo avança com a consolidação da pesquisa dos Programas de Pós-graduação, responsáveis pela formação de quadros intelectuais e pelo acervo de publicações, que têm assegurado uma massa crítica de conhecimentos no Serviço Social e na intervenção profissional; insurgindo-se contra a hegemonia dominante e endossando uma direção intelectual e política na profissão, de caráter crítico e progressista.

A partir da elaboração e da produção de conhecimento científico, proporcionado pelos programas de pós-graduação (*stricto sensu*), o Serviço Social vem se renovando e construindo um projeto profissional que visa à defesa da liberdade e da garantia dos direitos sociais, aliando-se a um projeto de sociedade que pretende uma transformação estrutural, sem exploração de uma classe sobre a outra. Isso só é possível através da opção por uma teoria social crítica.

Fazendo uma conexão com o nosso objeto de estudo – *a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017* –, fica claro que conforme a profissão transforma o seu modo de explicar a realidade, também altera o modo de entender o processo de envelhecimento e a velhice. É isso que buscamos analisar com este estudo.

Sem dúvida, a pós-graduação tem uma importância imensurável para o desenvolvimento do Serviço Social crítico. No tocante à formação acadêmica, em 1982 foi criado um novo currículo, e em 1986, um novo código de ética. Neste último, conforme Faleiros (2005, p. 30), “como diz na sua introdução, ‘a nova ética é resultado da inserção da categoria profissional nas lutas da classe trabalhadora’. Os dirigentes da categoria profissional fazem uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses dessa classe”. Esse código de ética é fruto de um processo de amadurecimento da profissão e representa um posicionamento ético-político

⁴⁹ É importante esclarecer que o profissional também realiza pesquisas, que não são, necessariamente, científicas, durante a prática profissional, que servem para embasar suas intervenções, como, por exemplo, pesquisas em legislações, em prontuários, em artigos e/ou livros, no *site* do IBGE etc., que contribuem para entender a realidade e traçar um diagnóstico social do território, do Estado, do Município etc.

da categoria na defesa da classe trabalhadora, visando a um novo projeto de sociedade, que será mais bem definido no Código de Ética de 1993.

Para Barroco (2001, p. 120), as principais mudanças observadas pelo Código de Ética de 1986 foram: “negação à neutralidade profissional, aos pressupostos metafísicos e idealistas e ao papel profissional tradicional”. Mesmo com esse posicionamento, a categoria ainda tinha muitos desafios⁵⁰ impostos pela realidade, pois ter uma opção ideopolítica em favor da classe trabalhadora é com certeza um avanço, mas para concretizá-la é necessário um conhecimento teórico-metodológico e filosófico aprofundado. Isso só foi conquistado com o Código de Ética de 1993.

No que se refere às principais conquistas e alterações que este Código de Ética trouxe para a categoria, de acordo com Paula (2009, p. 99), “se as décadas de 1970 e 1980 foram imprescindíveis para o avanço da dimensão política da profissão, foi ao longo dos anos de 1990 que o componente ético da prática profissional alcançou maioridade teórica”.

No tocante ao PEPSS, este é formado pelo atual Código de Ética de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662, de 1993) e pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que dão um direcionamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para a formação e para a atuação profissional, com o objetivo de contribuir para a transformação da sociedade.

O Código de Ética de 1993 enfatiza os princípios fundamentais que norteiam a atuação profissional, sendo o principal a liberdade; define os direitos e deveres gerais das/os profissionais; as relações das/os profissionais com os/as usuários/as dos seus serviços; as relações com as instituições empregadoras e outras; as relações do/da assistente social com outros/as profissionais da mesma categoria e de outras categorias; as relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil; o sigilo profissional; as relações com a justiça; e as penalidades, a aplicação e o cumprimento do Código (CFESS, 2012).

No que se refere à Lei nº 8.662, de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social, esta define as competências e as atribuições privativas da/o profissional, além de trazer outras orientações.

É importante deixar claro quais os objetivos do PEPSS, pois a contribuição que a profissão vem dando à construção do conhecimento científico, em particular na área da Gerontologia Social, precisa estar alinhada à opção teórica e metodológica feita pela categoria, como, por exemplo, ao princípio da liberdade, à não discriminação, à não aceitação de nenhuma

⁵⁰ E continua a enfrentar os velhos e os novos desafios para materializar o seu PEPSS.

forma de preconceito, à construção de uma nova sociabilidade, calcada nos pilares da emancipação humana (CFESS, 2012).

Já no que concerne às Diretrizes Curriculares de 1996, suas orientações indicam que a formação em Serviço Social deve incluir capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, de modo que possibilite uma apreensão da realidade na sua totalidade, considerando: a historicidade; as particularidades da formação da sociedade e do capitalismo no Brasil; o significado social da profissão; das velhas e novas demandas e a formulação de respostas profissionais que visem enfrentar as expressões da questão social; as conexões entre público e privado e as competências e atribuições previstas na lei que regulamenta a profissão (ABEPSS, 1996).

Na Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, que aprovou as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, estão previstos os núcleos de fundamentação da formação profissional, que devem ser indissociáveis e complementares, evitando a fragmentação. São eles:

- núcleo de **fundamentos teórico-metodológicos** da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- **núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica** da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- **núcleo de fundamentos do trabalho profissional**, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABEPSS, 2002, p. 2, grifos nossos).

Os três núcleos são interligados e visam à compreensão da totalidade social, pois não basta apenas conhecer o ser social, é necessário ir além e entender sua relação com o trabalho, a realidade onde ele está inserido, suas características locais e específicas, sem deixar de associar o local com o geral e vice-versa, assim como é indispensável compreender a gênese e a trajetória da profissão e os demais elementos que contribuem para uma formação crítica que permita a/o profissional um olhar além das aparências que o cotidiano apresenta.

Todas essas aquisições que a categoria foi acumulando são fruto do MR e da inserção e consolidação do Serviço Social na pós-graduação.

É precisamente esse “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção do conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na

produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

Paulo Netto (2005) destaca a importância da pesquisa para o Serviço Social, pois o colocou em evidência e em paridade com as ciências sociais. Ademais, também possibilitou que a profissão se renovasse e se tornasse crítica, contribuindo para a intervenção na realidade.

O Serviço Social ao incorporar e optar pela teoria social crítica apresenta uma nova imagem e *status* para a categoria profissional, embora ainda persista, nos dias atuais, a convivência do moderno com o tradicional, e, portanto, a coexistência do Serviço Social crítico com o Serviço Social conservador.

Na contemporaneidade, a sociedade brasileira ainda carrega marcas do retrocesso desenvolvido no período da ditadura militar, que perdurou por quase 21 anos e deixou como herança um atraso no desenvolvimento social, político, econômico e cultural do país. Este persiste e vem ganhando destaque e espaço, como pode ser visto no resultado da eleição presidencial de 2018, que elegeu como presidente da República Jair Messias Bolsonaro, político com ideias de extrema direita, defensor do Estado neoliberal e que trouxe o que há de mais retrógrado e obsoleto para o país. O mais grave é que ele recebeu o apoio, naquele momento, da maioria da população brasileira, uma vez que foi eleito democraticamente pelo voto⁵¹.

Isso revela que a herança do que há de mais conservador no país está viva e vem afetando toda a sociedade, embora seja a classe trabalhadora a mais prejudicada. Segundo Gouvêa (1996, p. 84), na atualidade, a opressão é “mais complexa que antes, porque contempla não só a plus valia marxista, mas também o aspecto cultural, de gênero, raça, de idade etc.”.

Diante desse cenário, tanto a formação profissional de assistentes sociais quanto o desenvolvimento da sua prática profissional podem sofrer graves consequências, pois as ciências humanas e sociais são sacrificadas com os cortes para a pesquisa científica, além da redução no financiamento das políticas sociais, afetando toda a população que necessita de serviços públicos.

A/o assistente social padece de todos os efeitos desse retrocesso, pois enquanto classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho para sobreviver, não fica imune a todas essas transformações que ocorrem na política, na economia e na cultura. Tanto a formação quanto a atuação desse profissional pode ser prejudicada pelo contexto histórico social de retrocessos.

⁵¹ Vale ressaltar que nas eleições presidenciais de 2022 para novo mandato de 2023 a 2026 Jair Messias Bolsonaro perdeu no primeiro e segundo turno para Luiz Inácio Lula da Silva.

Para além do óbvio há muito mais – por exemplo, a reciclagem teórica e metodológica que envolveu fortemente a intelectualidade académica no último quarto de século. Da mesma forma, como na sequência do III Congresso e do processo que ele abriu, em consonância com a mobilização antiditatorial, surgiram rapidamente (de um mix que ia do funcionalismo à fenomenologia), no domínio da elaboração do Serviço Social, inúmeros marxistas, com a mesma rapidez, e muitos destes tornaram-se habermasianos, pós-modernos etc. Também entre nós a permuta de paradigmas se opera velozmente... Outro exemplo: as alterações no sistema e na estrutura universitários, efetivadas notadamente a partir de 1998, derivando, no caso da graduação, num nítido processo de barateamento da formação (a proliferação de cursos meramente comerciais, a instituição de uma educação à distância sem qualquer mínima garantia de qualidade) e, no caso da pós-graduação e da pesquisa, no mais espantoso e nefasto fordismo intelectual. (PAULO NETTO, 2009, p. 37).

Paulo Netto (2009) observa que houve a conquista de uma mudança teórica e metodológica na formação profissional de assistentes sociais, a exemplo da opção pela teoria social crítica, por parte da grande maioria da categoria profissional, embora o conservadorismo nunca tenha deixado de existir. O autor cita como exemplo desse conservadorismo as teorias pós-modernas, a que alguns profissionais acabam aderindo, e o ensino a distância. Além disso, faz uma crítica, muito pertinente, às exigências impostas aos programas de pós-graduação, que desenvolvem pesquisas científicas mediante cobranças por produção académica num nível considerado pelo autor como “fordismo intelectual”, o que pode prejudicar a qualidade das pesquisas e seus resultados, bem como afetar a saúde mental dos/as discentes.

Após a inserção do Serviço Social na pós-graduação (*stricto sensu*), Setubal (2007) chama a atenção para o crescimento do número de publicações, resultado do número de pesquisas que vem desenvolvendo. A autora ressalta que tais pesquisas são realizadas pelos/as profissionais que estão inseridos/as nos cursos de *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e por aqueles/as que se dedicam à docência em Instituições de Ensino Superior (IESs), sendo raras as publicações que não estão vinculadas às exigências da academia. Com isso, ela destaca a necessidade da relação entre teoria e prática, e a importância da pesquisa no processo de formação e de atuação profissional.

Para Setubal (2007, p. 67), “ao se atribuir importância à ação investigativa, longe de se negar a importância da dimensão interventiva, pretende-se mostrar a íntima relação existente entre teoria e prática e a condição de centralidade que esses processos devem ocupar na formação e na vida profissional”. Justamente por isso, ainda conforme Setubal (2007), a pesquisa já fazia parte dos cursos de Serviço Social desde seu primeiro currículo mínimo em 1953, sendo então algo inerente à formação profissional, embora só após o Movimento de

Reconceituação, o surgimento da pós-graduação e a inserção do Serviço Social como área do conhecimento, é que a profissão começou a avançar em produção científica.

Com relação a esse aspecto, de fundamental importância para o nosso estudo, Souza (2016 b) afirma que o Serviço Social vem construindo um acervo crítico, mas isso não significa uma mudança radical nas relações sociais onde está inserida a profissão, embora contribua para desmistificar as ideologias moralizantes e na superação do messianismo e do fatalismo, além de mostrar os limites e as possibilidades da política na sociedade burguesa.

Segundo Souza (2016b), Paulo Netto avança e demonstra que no Serviço Social brasileiro ainda existe o ecletismo e o sincretismo, e que ambos contribuem para o conservadorismo na profissão.

O sincretismo faz parte da constituição do Serviço Social, pois nasceu junto com a profissão: “... a própria *natureza sócio-profissional* do Serviço Social. É desta que decorrem, *posta a carência de um referencial teórico crítico-dialético*, as peculiaridades que fazem dele um exercício prático-profissional medularmente *sincrético*” (PAULO NETTO, 2011, p. 99, grifos do autor).

Como já visto, na sua gênese o Serviço Social não tinha um referencial crítico, então se apropriou da doutrina da Igreja Católica, mesclando-a com teorias de viés conservador. Tampouco tinha um objeto de intervenção definido, pelo menos até chegar ao MR na sua vertente de intenção de ruptura, o que possibilitou uma aproximação com uma teoria social crítica e, em seguida, entender que seu objeto de trabalho são as expressões da questão social.

O sincretismo no Serviço Social é todo esse processo de indefinição teórico-metodológica e incerteza do que realmente era o objeto de trabalho da profissão, que resultava numa prática indiscriminada e confusa. Embora com todo o avanço alcançado pela profissão, não se pode afirmar que o sincretismo tenha sido extinto, principalmente em relação à prática profissional.

Ecletismo é quando se misturam de maneira indiscriminada teorias e métodos que podem ser até inconciliáveis; já o sincretismo é uma prática indiferenciada e polivalente, que faz manipulação de variáveis e atende a prioridades baseadas ora na teoria, ora nas determinações burocráticas, combinando senso comum e bom senso com teoria.

É necessário esclarecer melhor as possíveis diferenças e semelhanças entre ambos. Paulo Netto (2011, p. 147, grifo do autor) afirma que “... o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do *seu* (de segundo grau) sistema de saber”. Ou seja, o ecletismo é a forma de se expressar e de se apresentar do sincretismo no nível teórico, que ao dar sustentação à prática

profissional poderá torná-la conservadora, mesmo que de forma implícita, sem considerar a realidade na sua totalidade.

Podemos formular o problema nos seguintes termos: mesmo sob a hegemonia do “projeto ético-político”, que estabelece a ruptura com o conservadorismo originário, determinadas características próprias da inserção do Serviço Social na sociedade burguesa recolocam velhos problemas, e esses problemas remetem a determinados traços do conservadorismo – o que significa, logo à partida, que não se trata da reatualização integral, absoluta, do conservadorismo dos anos 1930 a 1960, mas de singularidades específicas. Essas características, próprias da sociedade burguesa, por seu maior nível de abrangência sócio-histórica, é que definem as contradições sobre as quais avançam ou recuam o sincretismo e o ecletismo na profissão. (SOUZA, 2016b, p. 243).

O Serviço Social nasceu e se desenvolveu em solo capitalista; mesmo que essa profissão tenha realizado uma revisão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, possibilitada a partir do MR, em especial com a vertente de intenção de ruptura através da opção pela teoria social crítica, que haja conquistado maioridade acadêmica e se posicionado pela defesa de uma nova ordem societária, ela ainda continua inserida em terreno capitalista.

Isso significa que a contradição, a alienação e o conservadorismo continuam presentes nas relações sociais das quais o Serviço Social não está imune, pois interage, o tempo todo, desde o processo de formação profissional, nos espaços de trabalho e nas relações com as instituições empregadoras, com outros/as profissionais, com os/as usuários/as e com a sociedade em geral.

Segundo Paula (2009), embora tenha se consolidado a hegemonia do PEPSS, isso não significa que ele seja o único projeto presente na categoria profissional, pois coexiste com outras visões de mundo e, portanto, com outros projetos.

Desse modo, a produção do conhecimento, pelo Serviço Social, na área do envelhecimento e da velhice também pode reforçar a Gerontologia Social no seu viés mais tradicional ou fortalecer a Gerontologia Social Crítica, respondendo assim à manutenção de um projeto de sociedade já instituído ou à construção de uma nova sociedade.

No Brasil, o PEPSS do Serviço Social atinge sua hegemonia na década de 1990 e, concomitantemente, o projeto societário hegemônico no país é de ofensiva neoliberal. São projetos antípodas, com interesses e intenções contraditórios. Logo, o terreno não é fértil para o cultivo e o crescimento do PEPSS. Para Paulo Netto (1999, p. 19), “do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contramão da história”.

Com o merecido destaque, é importante lembrar que o PEPSS defende o projeto de sociedade que é semelhante ao projeto da classe trabalhadora e, portanto, que representa os interesses do trabalho. Já o projeto societário neoliberal defende os interesses do grande capital, e para isso lança mão de uma gama de estratégias a fim de ganhar e conquistar hegemonia.

Conforme Paula (2009), é importante deixar claro que nenhum projeto profissional consegue sozinho transformar a sociedade; essa tarefa deve ser da classe trabalhadora, que pode fazer alianças com outros projetos coletivos que também defendam os mesmos ideais, como o projeto profissional do Serviço Social, mas nunca ser substituído.

É importante que a/o profissional tenha essa consciência, para não se frustrar nem agir pelo determinismo, acreditando que não pode fazer nada para contribuir com a mudança social; nem pelo messianismo, acreditando que pode fazer e transformar tudo. Ambos os enfoques representam o conservadorismo e desconsideram as reais condições objetivas da conjuntura histórica com seus limites e possibilidades.

Apesar de todas as conquistas que fazem a opção pela teoria social crítica ser hegemônica no Serviço Social, as teorias e práticas conservadoras não foram eliminadas; ficaram apenas recolhidas e voltaram a ganhar força para se desenvolver num contexto de reformas e contrarreformas do Estado, que foi iniciado no Brasil na década de 1990.

Mas o conservadorismo contido nas proposições pós-modernas não se restringe ao campo da prática profissional, onde é nítida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética. Esta ofensiva neoconservadora pós-moderna possui fortes influências acadêmicas, principalmente, no âmbito das ciências sociais. E o argumento mais frequentemente utilizado diz respeito à responsabilização do referencial marxista pela “dicotomia entre teoria e prática”, uma vez que respalda uma formação profissional generalista e, portanto, não daria conta de preocupações microssociais porque não prevê microintervensões. (PAULA, 2009, p. 55).

Paula (2009) chama atenção para as demandas impostas aos profissionais e para as exigências que as instituições fazem por respostas, na maioria das vezes, imediatas, o que pode levar a/o profissional a focar sua atuação na dimensão técnico-operativa, contribuindo com a renovação do conservadorismo, que pode se apresentar em novas roupagens. Segundo Paula (2009), na prática profissional o conservadorismo tem mais facilidade para penetrar e se desenvolver, mas ele também vem se infiltrando e ganhando espaço na área de produção de conhecimento, ou seja, dentro da academia, através de teorias pós-modernas que tentam desqualificar a teoria crítico-dialética, como uma das estratégias para reacender o conservadorismo.

A ideologia transmitida é que as teorias pós-modernas conseguem explicar a realidade e proporcionam “manuais” de como intervir ou de como utilizar e aplicar a teoria na realidade. A teoria social crítica é acusada de ser “utópica”, descontextualizada da realidade contemporânea e de não conseguir fornecer respostas imediatas.

Em outras palavras, a teoria crítico-dialética é vista como ultrapassada, uma vez que a sociedade exige respostas imediatas, que deem conta do aqui e do agora, desconsiderando a historicidade, a luta de classes, o antagonismo e a contradição, que são intrínsecas às relações sociais estabelecidas na sociedade do capital.

Na área da produção de conhecimento e da formação acadêmica, o conservadorismo continua a se reproduzir através do ecletismo, da superficialidade, do pragmatismo e do aligeiramento da formação (SOUZA, 2016).

É necessário reconhecer que a profissão avançou, alcançou *status* acadêmico, vem construindo um PEPSS, mas que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, pois “a atuação profissional do assistente social é perpassada, a todo o momento, pelas inúmeras condições impostas pelo contexto social, político e institucional no qual o profissional se encontra” (PAULA, 2009, p. 58). É importante não perder isso de vista para não cair nas armadilhas do messianismo e do determinismo.

Este estudo poderá colaborar com a compreensão sobre como a categoria vem contribuindo para a construção da Gerontologia Social Crítica, a partir da análise de dissertações e teses produzidas pelos programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil.

O próximo capítulo perpassa pela história dos primeiros estudos sobre a velhice até a construção da Gerontologia e da Geriatria como ciências e suas ramificações, que podem ser multi e interdisciplinares, estudadas por outras áreas e profissões. Diante disso, discutiu-se acerca da relação do Serviço Social com a velhice enquanto direito, da produção do conhecimento que o Serviço Social vem desenvolvendo na área da Gerontologia Social, visando estabelecer qual a concepção teórico-metodológica predominante: a que possui uma tendência crítica ou uma tendência tradicional.

**CAPÍTULO 3: APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL E CONTRIBUIÇÕES
PARA A CONSOLIDAÇÃO DA GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Neste capítulo, ainda procurando problematizar o objeto de estudo, objetivando discutir sobre o nascimento e o desenvolvimento da Gerontologia e da Geriatria como ciências que estudam o processo de envelhecimento e da velhice e o seu caráter multidisciplinar; sobre a relação do Serviço Social e o direito à velhice; e acerca da contribuição do Serviço Social para a construção da Gerontologia Social Crítica.

3.1 A Gerontologia Social e a Geriatria como ciências do envelhecimento humano: a velhice como objeto de estudo da ciência

Para compreender a realidade e a significação da velhice é, portanto, indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representação se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares. (BEAUVOIR, 1990, p. 48).

Pretendemos discutir as condições histórico-conjunturais que contribuíram para o surgimento da Gerontologia e da Geriatria. Partimos da compreensão de que em uma sociedade capitalista nenhuma disciplina científica e/ou profissão surge em vão, mas sempre com objetivos definidos implícita ou explicitamente, que podem ser mantidos ou modificados posteriormente, recebendo influências dos projetos societários hegemônico e contra-hegemônico.

Portanto, de antemão, afirmamos que o estudo acerca de velhice humana surgiu primeiramente vinculado à área médica, para entender os resultados que a velhice pode trazer para o ser humano; além da preocupação com o crescimento numérico desse segmento, tão estudado pela demografia e que gerou e continua a gerar inquietações aos governos no que se refere a aposentadorias, pensões, benefícios assistenciais e atendimento à saúde que essa população pode requisitar; e por fim, mas não menos importante, as lutas da classe trabalhadora que deram visibilidade, na esfera pública, aos “problemas sociais” do envelhecimento, extrapolando o âmbito doméstico e privado e passando a exigir do Poder Público respostas às suas demandas.

Haddad (2017, p. 32), em sua obra intitulada *A Ideologia da Velhice*, sobre o tratamento oferecido aos/as velhos/as na sociedade capitalista, assevera que: “Na medida em que para a sociedade industrial moderna o que importa é produzir, os idosos são esquecidos o tempo todo, porque não interessa a essa sociedade investir em programas que não ofereçam retorno”. Concordamos com tal afirmação, uma vez que, no modo de produção capitalista, a ênfase é voltada para a fase da vida definida social e culturalmente como juventude, momento de

ingresso e permanência no mercado de trabalho. É nessa fase que o capital explora, com mais intensidade, a classe trabalhadora e obtém o lucro para expandir-se cada vez mais.

Ocorre uma supervalorização da juventude e um certo menosprezo à fase da velhice. Segundo Papaléo Netto (2013, p. 64), os estudos sobre envelhecimento ocorreram de forma demorada e lenta.

A política de desenvolvimento que domina as sociedades industrializadas e urbanizadas sempre teve mais interesse na assistência materno-infantil e dirigida aos jovens. O investimento em uma criança tem um retorno potencial de 50 a 60 anos de vida produtiva, enquanto cuidados médico-sociais direcionados à manutenção de uma vida saudável de um idoso não podem ser encarados como investimento. São na verdade um dever da sociedade para com aqueles que deram tanto de si para as gerações futuras.

Na sociedade do capital o objetivo é obter lucro, o que justifica o investimento, mesmo que escasso, na área infantojuvenil, porquanto essas crianças e adolescentes poderão tornar-se aptas, na fase adulta, a vender sua força de trabalho e a contribuir com a reprodução das relações sociais do sistema capitalista. Para a velhice, os investimentos são ainda mais baixos, pois não se vislumbra um retorno dessa população, visto que esse segmento quando sai do mercado de trabalho é descartado, perdendo seu único valor, que era apenas econômico.

Nesse tipo de sociedade, a preocupação que prevalece gira em torno da produção para a extração de mais-valia⁵². Não interessa investir em áreas ou segmentos que não deem retorno lucrativo. Neste caso, seria a área dedicada às demandas das pessoas idosas. Contudo, sabemos que a sociedade é dinâmica e vem passando por mudanças; e com conquistas da classe trabalhadora, a exemplo da aposentadoria⁵³, os velhos têm acesso a uma renda que supostamente seria para suprir suas necessidades básicas na fase da velhice, embora nem sempre seja suficiente. O capital desenvolve estratégias para transformar esses/as velhos/as em consumidores/as de produtos, bens e serviços que prometem trazer a felicidade e a valorização social desse segmento etário. Para Teixeira (2008, p. 113), “... não se trata de valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor da juventude”.

⁵² “A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz *mais* valor que aquele necessário à sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte de seu lucro). Do valor criado pela força de trabalho, a parte que excede o valor de trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa **relação de exploração** que se funda o MPC. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 114). O lucro é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista, e é esta forma a que imediatamente lhe interessa – com efeito, a rentabilidade de uma empresa é determinada pela sua taxa de lucro.” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 157).

⁵³ Embora, no Brasil, a classe trabalhadora tenha conquistado direitos, o Estado vem realizando um verdadeiro desmonte, a exemplo da recente reforma da previdência social.

Essa população envelhecida, detentora de uma renda fixa, passa a ser explorada pelo capital como potenciais consumidores. Ocorre, na verdade, o que Teixeira (2008) chama de “pseudovalorização da pessoa idosa”, pois essa valorização introduzida pelo capital não tem como foco o ser humano, e tampouco suas necessidades, pelo contrário, a valorização pretendida é a do próprio capital.

Os investimentos são realizados com a expectativa de obter retorno, através do lucro, já que os produtos e serviços não são direcionados para atender a necessidades sociais, biológicas e culturais da população idosa, mas servem a interesses inerentes ao próprio sistema capitalista, de expandir o mercado e alcançar novos consumidores aptos a comprar seus produtos.

Para que isso seja possível, o capital utiliza-se da ideologia dominante para criar necessidades, desejos e vontades por determinados produtos, bens e serviços que, na maioria das vezes, são supérfluos e tornam as pessoas endividadas. As pessoas sentem novas necessidades de comprar e consumir, na tentativa de serem aceitas e valorizadas socialmente. É criada e transmitida uma ideia de que é possível viver eternamente jovem e da responsabilização do sujeito pela manutenção do aspecto jovial. Conforme Campelo e Paiva (2014, p. 143):

Além de preconizar um tributo à juventude, mas a juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital, são criadas formas de menosprezar e desvalorizar a velhice; ou mesmo de enaltecê-la recorrendo a apelos do tipo “velho jovem”, negando a velhice. Ou seja, são criadas novas expressões, eufemismos, para se traduzir a velhice como sinônimo de tragédia humana.

Portanto, a velhice no sistema capitalista ainda não é aceita nem é respeitada; a pessoa idosa não é valorizada por ser detentora de direitos humanos e sociais, mas é transformada em potencial consumidora, na pessoa ativa e disposta, que consome e visa manter-se jovem. Já as pessoas velhas são aquelas que não desenvolvem atividades, que não participam e supostamente não investem na manutenção da juventude.

3.1.1 O nascimento e o desenvolvimento da Geriatria e da Gerontologia Social

É necessário saber quando e como surgiram os primeiros estudos sobre a velhice, e de que forma ela era entendida. De acordo com Beauvoir (1990, p. 24):

Foi no século II que Galeno fez uma síntese geral da medicina antiga. Ele considerava a velhice como intermediária entre a doença e a saúde. Ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas do velho ficam reduzidas ou enfraquecidas.

Da Idade Média até o século XV, a velhice foi associada a doenças e enfermidades. Durante esse período, todas as obras escritas eram tratados de higiene. Embora o tempo tenha passado e a sociedade se encontre no século XXI, ainda persiste essa relação da velhice com as doenças⁵⁴.

A criação de asilos na França por volta do século XIX favoreceu o surgimento da Geriatria⁵⁵, período em que a medicina buscou curar as pessoas idosas. No início, a preocupação com a velhice era centrada nas pessoas idosas de determinada classe social, além de envolver questões de gênero, com foco no sexo masculino.

Beauvoir (1990, p. 111) explica:

Se o problema da velhice é uma questão de poder, esta questão não se coloca senão no interior das classes dominantes. Até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”; estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não apresentavam rigorosamente nada... Mas quando se faz da velhice um objeto de especulação, considera-se essencialmente a condição dos machos. Primeiro, porque são eles que se exprimem nos códigos, nas lendas e nos livros; mas, sobretudo, porque a luta do poder só interessa ao sexo forte.

O foco era na velhice da classe dominante, pois eram as pessoas dessa classe que conseguiam viver mais. Isso acontecia porque as condições financeiras permitiam uma qualidade de vida com acesso à alimentação de qualidade, à moradia, à saúde etc. Como se vivia numa sociedade machista, a atenção era voltada para o velho do sexo masculino, uma vez que era este o chefe que mantinha a casa e ditava as ordens da família. Não obstante isso esteja mudando, pois muitas mulheres hoje são chefes de família e vêm conquistando direitos sociais, ainda se convive na contemporaneidade com o machismo.

Na França, no período de criação da Geriatria, a medicina procurava explicar as causas do envelhecimento e descobrir formas de adiar os seus efeitos (BENOIT-LAPIERRE, 1983 apud DEBERT, 2012). Para Debert (2012), a Geriatria só se constituiu numa disciplina científica em meados no século XX, pois até o século XIX as terapias de combate ao envelhecimento eram um campo desprestigiado e um médico de respeito não ousava dedicar-se a essa área.

⁵⁴ Isso pode ser observado em falas do senso comum, no cotidiano das pessoas, quando se diz e/ou se ouve: “estou com dores nas costas, é a velhice” ou “estou cansado, estou ficando velho”, sempre fazendo uma associação da doença com a velhice, como fossem sinônimas. É importante mencionar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) tinha incluído a velhice como doença na Classificação Internacional de Saúde (CID), que entraria em vigor em janeiro de 2022, mas a instituição recusou, devido à repercussão negativa que teve diante de organizações internacionais e de estudiosos da temática. (COLLUCCI, 2021, *Online*).

Desde o surgimento dos primeiros estudos acerca do envelhecimento, o tema era visto como um campo sem renome e sem *status* social, consoante Beauvoir (1990, p. 8): “Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar”.

Inicialmente, a Gerontologia era voltada ao estudo dos aspectos fisiológicos, patológicos e biológicos do envelhecimento; os aspectos sociais eram deixados um pouco de lado pelos cientistas, o que reforçava a ideologia de que a ciência contribui para reduzir os efeitos da velhice e prolongar a vida (LOPES, 2000).

Só a partir dos anos de 1940, no pós-guerra, é que a Gerontologia começou a dar mais atenção aos aspectos psicológicos e sociais, começando, então, a assumir uma identidade multidisciplinar (LOPES, 2000). É importante destacar que os primeiros a se interessarem por essa área foram os médicos, o que pode justificar esse foco e essa ênfase nos aspectos biológicos, que ainda perduram na contemporaneidade.

Conforme Papaléo Netto (2013, p. 13), a Gerontologia foi criada em 1903 pelo cientista Elie Metchnikoff. A origem da palavra Gerontologia vem do grego, *géron* = velho, ancião; e *logia* = estudo, que significava o estudo sobre a fase da velhice. Mais tarde, em 1909, o médico Ignatz L. Nascher criou uma especialidade na medicina que tratava sobre o estudo clínico da velhice e, por isso, é considerado o pai da Geriatria.

Já Marjory Warren introduziu “o conceito e implementou ações da avaliação geriátrica especializada, ponto de partida da avaliação multidimensional/interdisciplinar”. Ou seja, mostrou como essa ciência era multi e interdisciplinar, podendo ser estudada por diversas áreas do saber. Por isso, é considerada a mãe da Geriatria.

Embora tenha demorado, essa disciplina começa a conquistar um espaço maior na sociedade, como informa Debert (2012, p. 196):

Para Benoit-Lapierre, portanto, a geriatria nasce da gerontologia e gradualmente ganha autonomia. É só a partir dos anos 1960 que os problemas ligados à saúde dos velhos recebem espaço maior nas revistas médicas prestigiadas; associações e sociedades de geriatria são criadas, e formações universitárias e pós-universitárias são instituídas na área.

Nesse contexto, “no Brasil, a primeira sociedade de geriatria é fundada em 1961. É aberta a partir de 1978, também para gerontólogos, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)⁵⁶...” (DEBERT, 2012, p. 196). Só em “1970 a velhice passa a receber

⁵⁶ O surgimento da SBGG no Brasil coincidiu com o contexto de início da ditadura militar no país, na década de 1960.

um tratamento acadêmico propriamente dito, transformando-se num tema de pesquisa e de estudos no interior das universidades, especialmente na pós-graduação, em diferentes disciplinas” (DEBERT, 2012, p. 197), o que contribuiu para maior visibilidade a essa disciplina científica.

Segundo Alves (2014), esse movimento permitiu que a velhice fosse notada. A partir daí, surgiu outra vertente na Gerontologia, mais abrangente. Com o crescimento do número de velhos, surgem também demandas sociais. Assim nasce a Gerontologia Social, com o objetivo de entender os aspectos sociais e culturais que perpassam o envelhecimento.

Papaléo Netto (2013, p. 69) formulou um conceito ao definir a “gerontologia como uma disciplina científica multi e interdisciplinar, cujas finalidades são o estudo das pessoas idosas, as características da velhice enquanto fase final do ciclo de vida, o processo de envelhecimento e seus determinantes biopsicossociais”. Esse conceito evidencia o caráter multi e interdisciplinar da Gerontologia, que pode ser composta por diversas disciplinas, a exemplo do Serviço Social, da Psicologia etc.

Ainda segundo Papaléo Netto (2013, p. 69), a Gerontologia é uma disciplina e uma ciência do envelhecimento e possui três ramificações: a Gerontologia Social, a Gerontologia Biomédica e a Geriatria. Em suas próprias palavras:

A gerontologia social, que aborda os aspectos não orgânicos, e a geriatria e a gerontologia biomédica, que se atêm aos aspectos orgânicos, são subdivididas de acordo com as especialidades que as compõem. Assim, a primeira compreende os aspectos antropológicos, psicológicos, legais, sociais, ambientais, econômicos, éticos e políticas de saúde.

Alves (2014, p. 30) observa que “a Gerontologia Social, propondo-se mais totalizante que a Geriatria, carrega traços que herdou desta e acrescenta saberes sociais, psíquicos e legais aos estudos sobre envelhecimento humano”. Fica evidente que apesar de a Gerontologia ter ganhando um acréscimo, dando visibilidade ao campo social, ainda permanecem, e em alguns casos até predominam, características tradicionais, que dão ênfase aos aspectos clínico-biológicos no estudo e na compreensão do processo de envelhecimento e da velhice.

A Gerontologia Social engloba um leque maior de fatores que podem explicar o envelhecimento, mas ela não parte da totalidade social, conforme afirma Beauvoir (1990, p. 32):

A gerontologia desenvolveu-se em três planos: biológico, psicológico e social. Em todos esses domínios ela é fiel a um mesmo posicionamento positivista; não se trata de explicar por que os fenômenos se produzem, mas de descrever sinteticamente, com a maior exatidão possível, suas manifestações.

A Gerontologia Social avança ao dar atenção aos aspectos sociais e psicológicos do envelhecimento, mas ainda em caráter meramente descritivo. Ela não consegue explicar como as condições de vida podem interferir e contribuir para uma velhice mais independente ou doentia, o que não depende apenas de escolhas individuais, mas do acesso à informação, à orientação e a bens e serviços de qualidade que atendam às necessidades do indivíduo na sua integralidade.

No seu estudo sobre a *Ideologia da Velhice*, Haddad (2017) teve como objetivo conhecer o sistema de representações (ideias, valores, normas etc.) sobre a velhice. Para isso analisou três tipos de discursos: o da Gerontologia e da Geriatria, o do Estado e o discurso que alicerça os programas criados pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). Concluiu que a “ideologia da velhice” é um sistema de representações e ideias difundidas pela classe social que domina a sociedade numa época.

Nesse estudo, Haddad (2017) faz uma crítica às ciências que estudam o envelhecimento e a velhice – a Geriatria e a Gerontologia –, considerando que ambas trazem uma receita de como envelhecer bem, ao eleger a educação como instrumento que poderá ensinar as pessoas a levarem uma vida saudável; o trabalho como suporte para manter-se ativo, ou seja, o trabalho como uma terapia para o envelhecimento; e o apoio da família nesse processo.

Esse tripé é um modelo a ser seguido pelos homens e mulheres em relação ao próprio corpo, na relação com os demais sujeitos e com a vida. Nessa perspectiva, aqueles/as que não seguem tais orientações são culpabilizados/as e responsabilizados/as por seu processo de envelhecimento e sua velhice doentia, dependente, fragilizada e vulnerável.

Essa visão foi criada como um ideal da velhice, formulada por aqueles/as que detêm o poder, e é transmitida como verdadeira, o que acaba culpabilizando e responsabilizando os sujeitos e suas famílias, quando não conseguem seguir esse receituário. É o que Haddad (2017, p. 54) ensina: “A problemática social da velhice, assim como é formulada pelos seus teóricos, de forma autônoma, independentemente da realidade concreta que a produz, é uma falsa questão: expressão da ideologia dominante”. É preciso perceber que existem várias velhices, que são condicionadas pelo modo de produção e reprodução social vigente.

Definir regras de conduta e modos de comportamento com o objetivo de ensinar maneiras de envelhecer bem, desconsiderando as condições objetivas de vida da população, como se todos/as tivessem as mesmas condições econômicas, sociais e culturais, é camuflar a realidade. É, na verdade, desprezar a importância que o trabalho ocupa na vida social e menosprezar a diferenciação entre aqueles/as que produzem riqueza e os/as que se apropriam dela.

Segundo Beauvoir (1990, p. 17):

Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato.

Segundo Alves (2014, p. 34), a ênfase nos aspectos orgânico e biológico continua a exercer soberania e influência na Gerontologia. “A Gerontologia se tornou um campo de disputas políticas e corporativas, onde há uma demarcação de campos entre geriatras e gerontólogos, como consequência dos seus elementos fundantes e por influência das intervenções profissionais específicas”. Diante disso, outras profissões, além da medicina, dão a sua contribuição para a Gerontologia Social.

Para dar continuidade ao que foi discutido até aqui, o próximo item aborda discussões acerca da relação do Serviço Social com a conquista do direito à velhice e com o desmonte promovido pela ofensiva neoliberal. Em seguida, a produção de conhecimento pelo Serviço Social referente à temática da Gerontologia Social, além da sua contribuição para a construção de uma Gerontologia Social Crítica.

3.2 O Serviço Social e a conquista do direito à velhice

Conforme discutido neste trabalho, o Serviço Social atua nas questões relacionadas à velhice desde os primórdios da profissão, inicialmente com um viés assistencialista. Concomitantemente às mudanças por que a profissão foi passando, a forma de tratar a velhice também sofreu alterações, pois a classe trabalhadora conquistou o direito à velhice. Logo foi criada uma série de legislações, que atualmente dão embasamento à atuação das/os profissionais do Serviço Social e das demais profissões que trabalham com a população idosa.

Retomando a história, foi no final da década de 1970, com o esgotamento do regime militar, que reapareceram os movimentos sociais com diversas bandeiras de lutas, assim como surgem novos movimentos problematizando a situação do envelhecimento e da velhice e reivindicando uma política social para o segmento idoso. Quem contribuiu para isso foi a SBGG, através da organização de diversos seminários regionais sobre a temática.

Nesse contexto histórico, as propostas que surgiram primeiramente se voltaram para a qualidade de vida, sendo manifestadas pelas organizações privadas, ficando em segundo plano

as lutas por melhores condições objetivas de vida. Assim, as propostas têm focos em velhices diferentes, embora isso seja camuflado. Para Teixeira (2008, p. 166-167):

Essa direção das lutas reflete as orientações teóricas dos *experts* norte-americanos sobre a qualidade de vida no envelhecimento, os quais destacam critérios subjetivos como: a satisfação com a vida; expectativas com o futuro; vida ativa; competência adaptativa no exercício de papéis sociais e no ajustamento pessoal; vida produtiva; continuidade dos papéis e relações informais, entre outros critérios que reforçam a responsabilidade individual com o bem-estar e a velhice, correspondendo às atividades de responsabilidade pública, via políticas sociais, àquelas que contribuem para o bom desempenho das atividades de responsabilização individual.

No Brasil, sempre foi uma tradição seguir orientações externas, importando práticas e modelos de intervenções, sem adaptá-las à realidade brasileira, desprezando as características e a cultura do país. Observa Teixeira (2008, p. 167):

Portanto, são essas análises que fundamentam as propostas gerontológicas de “socialização libertadora”, da propagação da cultura do lazer, de atividades físicas, sociais, culturais, da aprendizagem da “arte de saber envelhecer” ou de evitar o envelhecimento, ou seja, elas orientam a “pedagogia da velhice” que encerra uma saída para a problemática vivida pelos velhos tomada na sua imediatividade como isolamento social, solidão, ociosidade, decorrentes da perda de papéis sociais, em que o determinado apresenta-se como o determinante, desconsiderando as condições de vida dos idosos e universalizando suas necessidades e problemas.

As primeiras propostas para a velhice surgem baseadas em modelos de países desenvolvidos, que possuem uma população com acesso aos direitos sociais, o que proporciona qualidade de vida, diferentemente da realidade brasileira, onde são negadas à população garantias mínimas para uma sobrevivência com dignidade.

Segundo Neri (2005, p. 9), “no Brasil, os campos de Geriatria e da Gerontologia se constituíram mais tarde, sob a influência de ideias europeias, principalmente francesas, sobre como enfrentar o ônus social do envelhecimento populacional”.

No Brasil, podemos citar a obra do assistente social Marcelo Antônio Salgado, intitulada *Velhice, uma nova questão social*⁵⁷, que trouxe uma enorme contribuição para a discussão do Serviço Social e da Gerontologia Social, sendo um dos pioneiros da área a escrever sobre a temática. A obra foi escrita na década de 1980, a partir de uma pesquisa realizada pelo autor, que também fazia parte da equipe técnica do SESC e atuava com a população idosa.

Marcelo Antônio Salgado destaca a necessidade de criação de uma política social pública para o envelhecimento; de uma preparação que anteceda a aposentadoria; de atividades

⁵⁷ Em nosso entendimento, não se trata de uma nova questão social, mas sim de velha questão com novas roupagens, inscritas no cenário perverso da sociabilidade do capital com novos contornos.

de lazer que ocupem o tempo livre da pessoa idosa; enfim, apontamentos pertinentes, mas a maioria só é viável para uma pequena parcela da população idosa, como, por exemplo, o público que frequenta o Sesc, ficando excluída a população mais pobre e vulnerável, que não tem acesso a condições mínimas de sobrevivência, como alimentação, educação, saúde, emprego, renda, habitação etc.

O público que frequenta e tem acesso aos serviços disponibilizados pelo Sesc representa uma pequena minoria de pessoas idosas. Os serviços disponibilizados pelo Sesc possuíam um direcionamento baseado na Gerontologia Social, que generalizava a velhice. O discurso era contrário à direção em que o Serviço Social caminhava naquele momento, que era a de uma perspectiva crítica, como visto no capítulo anterior.

Desta forma, a temática da velhice inicialmente é tratada de maneira desvinculada da realidade local, o que se acha na contramão do que está sendo vivenciado pelo Serviço Social brasileiro, pois este, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, desde a década de 1960, passa pelo MR e revê suas dimensões teórico-metodológica, ética-política e técnica-operativa, chegando na década de 1970 a uma aproximação com a teoria social crítica de Marx. Na década de 1980, inicia a construção de novo PEPSS⁵⁸. Assim, o Serviço Social começa a construir uma visão crítica da realidade, mas, só mais tarde, é que vai tratar do processo de envelhecimento na sua totalidade.

A conquista de direitos da população nas décadas de 1980, 1990 e 2000 traz também novos campos de trabalho para as/os assistentes sociais. A entrada da profissão na pós-graduação contribuiu para a construção de um acervo crítico sobre diversas temáticas, incluindo, a partir daí, também o envelhecimento humano.

Embora não seja intenção deste trabalho tratar sobre as políticas sociais destinadas às pessoas idosas, percebe-se a necessidade de ressaltá-las e de fazer uma reflexão crítica sobre a sua efetivação, uma vez que foi a partir da conquista do direito social de envelhecer que o Serviço Social passou a ser requisitado cada vez mais para dar respostas às expressões da questão social referente à temática, ou seja, atuar pela via do direito, conforme as legislações específicas desse segmento etário. Isso também contribuiu com o crescimento de pesquisas científicas sobre essa temática, realizadas pelas pós-graduações em Serviço Social.

No que se refere às legislações destinadas à garantia de direitos à população idosa, essas conquistas contaram com o apoio e as reivindicações de profissionais da área, de associações como a SBGG, da Confederação de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e do Sesc⁵⁹. Além

⁵⁸ Conforme estudado no primeiro capítulo deste estudo.

⁵⁹ A SBGG surgiu em 1961, a Cobap em 1985 e o Sesc em 1946.

disso, existiu um movimento internacional de preocupação com as questões relacionadas ao envelhecimento, como a primeira Assembleia Mundial realizada em Viena (Áustria), em 1982, e a segunda em Madri, em 2002. Ambas estabeleceram recomendações para os países desenvolvidos e em desenvolvimento realizarem ações para atender as pessoas idosas. Tudo isso foi possível, também, devido ao crescimento da expectativa de vida e às preocupações em torno dessa nova realidade.

No Brasil, pode-se citar a Constituição Federal de 1988, que traz garantias às pessoas idosas como detentoras de direitos. Visando regulamentá-los nas décadas seguintes, surge a Lei 8.842, em 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a “Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”. Essa legislação em seu art. 1º afirma que “A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994), além de delimitar no art. 2º como pessoa idosa o maior de sessenta anos de idade (BRASIL, 1994).

Ainda na mesma década, surge a portaria nº 1.395, em dezembro de 1999, que aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), revisada e revogada na década seguinte. Em 2006, a portaria nº 2.528 aprovou a PNSPI, em vigência atualmente, tendo como finalidade

recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. É alvo dessa política todo cidadão e cidadã brasileiros com sessenta anos ou mais de idade. (BRASIL, 2006).

Antes mesmo dessa nova publicação referente à PNSPI, surge a Lei nº 10.741 em 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, e no seu art. 1º regula os direitos às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos (BRASIL, 2003). Há ainda a Portaria nº 399, de 2006, que divulga o Pacto pela Saúde, a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto, incluindo ações para a saúde da pessoa idosa, a fim de “implantar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, buscando a atenção integral” (BRASIL, 2006).

A partir dessas legislações, que são um marco histórico, o direito à velhice foi definitivamente conquistado, apesar de que ainda é preciso muita resistência e luta para que tais direitos sejam de fato consolidados e efetivados pelo Estado. É preciso destacar que ainda persistem nas referidas leis e portarias um viés conservador, de responsabilização das famílias. Por exemplo, quando é afirmado em dois artigos da Constituição Federal, a saber: “Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever

de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.”; e “Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988).

Ainda seguindo o mesmo entendimento, o Estatuto do Idoso em seu art. 3º determina:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003).

Fica explícito nas legislações aludidas que a família é a primeira a ser responsabilizada pela atenção, cuidado e provimentos das necessidades da pessoa idosa. Em segundo lugar, a sociedade; e só por último, o Estado. Este só entra em cena quando esgotadas todas as possibilidades das primeiras instituições.

Há famílias que não têm o devido suporte, apoio e garantia dos direitos sociais, e mesmo assim são chamadas a responder, na maioria das vezes, sozinhas pelo provimento do cuidado físico e material dos seus membros. Quando não conseguem desenvolver todas as atribuições impostas, elas são consideradas disfuncionais ao sistema, sendo utilizados termos como “desestruturadas” e “incapazes”, quando na realidade elas são vítimas, pois foram, na maioria das vezes, negligenciadas pelo Estado através da negação ou insuficiência na efetivação dos direitos sociais previstos constitucionalmente. Tomemos como exemplo o art. 6º, onde se lê: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Segundo Teixeira (2009, p. 67), as famílias também não dispõem de recursos para manter os cuidados do seu familiar idoso, principalmente as famílias empobrecidas,

... em situação agravada com o desemprego estrutural, com a precarização do trabalho, entre outras vicissitudes sociais que impedem os familiares de prover cuidados e a subsistência do grupo. Nessas circunstâncias, esses idosos estão submetidos à pobreza, à dependência dos recursos públicos e privados, ao abandono, às doenças etc. (TEIXEIRA, 2009, p. 67).

O próprio trabalho⁶⁰ é um direito social, mas é negado à maioria da população, dado o desemprego estrutural e as inserções precarizadas no mercado de trabalho, sem direitos e garantias trabalhistas, resultando em velhices desprotegidas e sem aposentadorias.

Estamos de acordo com Campelo e Paiva (2014, p. 31) ao indicar que a velhice para muitos/as, ao invés de ser “uma fase da vida marcada pelo descanso do trabalho, protegida pela família, pelas políticas públicas e acolhida pela sociedade, é a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício de realização da emancipação humana”. Situação que pode acontecer devido à negligência do Estado em relação à efetivação desses direitos.

Ressalta-se que, a depender das condições de vida do sujeito, o envelhecimento pode ser precoce, doentio e dependente; ou tardio, ativo e independente, de acordo com as condições de trabalho e as relações sociais.

Os avanços nos direitos sociais conquistados pelas lutas e reivindicações da classe trabalhadora e pela população idosa, com a Constituição Federal de 1988, não foram efetivados, pois “na década de 1990, há um cenário de contrarreforma do Estado, advento do neoliberalismo com a reestruturação produtiva e a mundialização do capital” (SOARES, FARINELLI, LIPORONI, 2017, p. 186).

Bravo (2009, p. 397) mostra que a partir dos anos 1990 temos “um cenário de regressão de direitos sociais, de globalização e mundialização do capital, que tem na financeirização da economia um novo estágio de acumulação capitalista”. A autora enfatiza as estratégias do capital: “acirrada crítica às conquistas sociais da Constituição de 1988 – com destaque para a seguridade social – e a construção de uma cultura persuasiva para difundir e tornar seu projeto consensual e compartilhado” (BRAVO, 2009, p. 397).

Teixeira (2009, p. 71) cita também a “cultura privacionista no trato das refrações da questão social; destacam-se a modalidade de trabalho social com os idosos e a filantropia, organizações não governamentais, empresas cidadãs, entre outras que são tomadas como inovação nos cuidados institucionais”. Assim o Estado, na execução das políticas públicas, divide a sua responsabilidade com a sociedade. Desde a década de 1990 tornou-se hegemônico um modelo neoliberal de proteção social.

⁶⁰ É preciso entender de que trabalho estamos falando, pois na sociedade capitalista o trabalho é alienado e não satisfaz todas as necessidades humanas e na visão de Netto e Braz (2012, p. 57, grifo dos autores) A alienação é própria de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*.

Segundo Soares, Farinelli, Liporoni (2017, p. 183), a partir de 1990, com o neoliberalismo, verificam-se “sucessivas manobras de desmonte dos direitos sociais conquistados. A explicação para isso está na necessidade de ajustes fiscais almejando o superávit primário conforme determinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)”.

Segue-se o modelo neoliberal, que ataca a seguridade social, com a Desvinculação de Receitas da União (DRU), “cujo propósito era desvincular 20% das receitas de impostos e contribuições sociais que financiam a Seguridade Social. Esta foi prorrogada pela reforma tributária de 2007 e em 2016, com a justificativa da crise do Estado, passou a 30%” (SOARES, FARINELLI, LIPORONI, 2017, p. 183). Em 2016 foi aprovada a PEC 55, restringindo os gastos sociais por um período de vinte anos e prejudicando toda a população brasileira, em especial a população idosa.

Neste momento pandêmico agravou-se ainda mais a desproteção social da população idosa. Antunes (2021, p. 112) afirma que com a “eclosão da pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus, em meio a uma profunda crise estrutural do capital, esse quadro vem se acentuando exponencialmente”. Ainda segundo o autor:

Quando existe um sólido conjunto de leis protetoras do trabalho, quando se tem uma classe trabalhadora estável e com direitos, quaisquer decisões tomadas pelos governos e empresas têm de estar respaldadas nesses direitos, que funcionam como uma espécie de resguardo social. O que acontece, entretanto, quando os trabalhadores e as trabalhadoras estão vivenciando, como no Brasil, um enorme de devastação e corrosão dos direitos, que se intensificou particularmente de 2016 para cá?

No Brasil, mesmo antes da pandemia, a classe trabalhadora já vivenciava o desemprego estrutural e as inserções precarizadas no mercado de trabalho⁶¹.

Para a população de formal geral, em especial para o segmento idoso empobrecido, que depende dos serviços públicos, como, por exemplo, do Sistema Único de Saúde (SUS), a situação é grave. Segundo Antunes (2021, p. 120), o SUS, “uma experiência pública muito importante, vem sendo destruído pelas políticas neoliberal, financista e privatista”. Ainda segundo o autor, “a PEC do Fim do Mundo (Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016), aprovada durante o governo terceirizado de Michel Temer (Emenda Constitucional nº 95/2016), proibiu o aumento de recursos para saúde, educação e previdência” (ANTUNES, 2021, p. 120).

⁶¹ A proposta do (des)governo de oferecer R\$ 600,00 durante três meses (vale lembrar que a proposta inicial de Guedes era de R\$ 200,00), para as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora é acintosa, uma vez que é absolutamente insuficiente para manter um mínimo de dignidade. A letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão os recursos mínimos para sobreviver. (ANTUNES, 2021, p. 114).

No tocante à previdência social, Antunes (2021, p. 121) destaca a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/20219, que “altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. São medidas legislativas que alteram substancialmente a legislação previdenciária do país em desfavor da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2021, p. 121), trazendo impactos significativos na qualidade de vida da população idosa, principalmente aos em situação de vulnerabilidade social.

É nesse contexto histórico-social de contradições entre as garantias de direitos sociais via legislações e a ausência ou insuficiência na sua efetivação e materialização por parte do Estado que estão inseridas/os as/os assistentes sociais, as/os quais precisam dar respostas, na maioria das vezes, imediatas a demandas⁶² da população idosa e suas famílias. Para isso precisam estar munidos de conhecimento acerca da realidade, o que justifica a relevância de pesquisas científicas nessa área, pois a teoria e a prática são indissociáveis.

É importante compreender por qual concepção teórico-metodológica está sendo analisada a realidade, uma vez que, se for por meio de concepções que não dão conta da totalidade social, corre-se o risco de cair nas armadilhas do capital e de se acabar apenas reproduzindo o que é imposto pelo sistema: culpabilizar as pessoas idosas por suas condições de saúde, financeiras e sociais, e ainda, responsabilizar suas famílias pelo atendimento e cuidado aos/às seus/suas idosos/as, sem considerar as reais condições objetivas de vida dessas famílias.

3.3 O Serviço Social e as pesquisas na área do envelhecimento e da velhice: contribuições para a construção da Gerontologia Social Crítica

Acima de tudo, o Serviço Social assume a produção do conhecimento como possível contribuição da profissão para compreensão e solução de problemas sociais que afetam a grande maioria da população brasileira. (SILVA e SILVA et al., 2005, p. 72).

O Serviço Social, desde sua gênese, é e continua a ser uma profissão interventiva, todavia, conseguiu adicionar um *status* acadêmico à profissão, através da inserção na pós-graduação e do reconhecimento como área do conhecimento pela Capes.

No que se refere às pesquisas relacionadas à temática da Gerontologia Social, o Serviço Social vem, desde a década de 1980, aproximando-se dessa área e dando sua contribuição

⁶² As/os assistentes sociais são requisitadas/os a responder a demandas da população de forma geral, pois seu objeto de trabalho são as expressões da questão social, que podem se manifestar de diferentes formas. Como esse estudo se refere à temática da Gerontologia Social, demos ênfase ao segmento idoso.

teórica, o que foi iniciado por Marcelo Antônio Salgado, embora ainda numa perspectiva da Gerontologia Social tradicional.

A obra de Salgado trouxe uma imensurável contribuição do Serviço Social para a construção do conhecimento sobre a Gerontologia Social. Embora a profissão já tivesse uma aproximação interventiva com as questões relacionadas ao envelhecimento e à velhice, foi sua obra uma das pioneiras em relação à contribuição teórica. Todavia, foi a partir da conquista do direito à velhice, com a criação das diversas legislações e políticas públicas para o segmento idoso, além do crescimento da expectativa de vida e das novas demandas que foram aparecendo, que surgiram novas indagações e novas pesquisas na área. A partir daí, o Serviço Social foi se aproximando ainda mais da temática e incorporando a teoria social crítica nas pesquisas, embora ainda persistam sinais e marcas da Gerontologia Social tradicional.

Oliveira (2008, p. 37) desenvolveu uma pesquisa na Revista Serviço Social e Sociedade, periódico que é um dos meios de publicação e divulgação do conhecimento produzido pela categoria. A autora pesquisou a produção da temática envelhecimento e delimitou o período de estudo de 1979, quando foi publicada a revista número 1, até o ano de 2008, com a revista número 93. Concluiu que:

Na Revista Serviço Social & Sociedade, a publicação em envelhecimento representa um número muito baixo. De um universo de mais de 550 artigos, apenas 15 referiam-se à temática do envelhecimento, o que representa aproximadamente 2,73% de todos os artigos publicados.

No período pesquisado pela autora, o envelhecimento humano foi pouco discutido nessa revista tão importante para a categoria profissional. A respeito do assunto, Oliveira (2008, p. 37) anotou:

Todas essas evidências convergem para a confirmação da hipótese de que há uma lacuna do campo do envelhecimento na produção do conhecimento do Serviço Social. Os resultados apontam que há uma descontinuidade nas publicações sobre este tema. O primeiro artigo só foi publicado em 1991, e os demais em 1996, 1998, 2003 e 2008. As produções estiveram concentradas no ano de promulgação do Estatuto do Idoso e somente após aproximadamente cinco anos da aprovação deste foi publicado outro artigo sobre o tema.

Em seu estudo, Oliveira (2008) chamou a atenção para a lacuna na área da produção científica do Serviço Social sobre uma temática tão relevante, pois a revista teve origem em 1979 e só após 12 anos de existência é que, em 1991, foi publicado o primeiro artigo sobre envelhecimento. Ela detectou a falta de continuidade nas publicações sobre esse tema e destacou que a grande maioria das publicações se deu no período de promulgação do Estatuto do Idoso, no ano de 2003.

Ainda na graduação é identificada a necessidade de discussões sobre o tema envelhecimento e velhice. No artigo intitulado “Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional”, de Potyara A. P. Pereira, no ano de 2007, abordou-se a importância da inserção desse tema na formação de assistentes sociais. A referida autora ressalta que o Serviço Social vem incorporando essa temática através da criação de grupos de pesquisa, cursos de especialização (*lato sensu*), criação de linhas de pesquisa⁶³ no mestrado e doutorado (*stricto sensu*), e inclusão do tema em monografias, dissertações e teses (PEREIRA, 2007).

Embora o Serviço venha incorporando o tema na maioria das formas mencionadas, a autora destaca a Portaria da Secretaria de Educação Superior (Portaria nº 56, de 25 de novembro de 2004): “O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: art. 1º – Criar Comissão Especial com a finalidade de elaborar diretrizes e propor políticas para a formação de profissionais aptos ao atendimento do idoso”. Ressalta que nos cursos de Serviço Social não há diretrizes para uma formação que contemple essa temática (PEREIRA, 2007).

Segundo Pereira (2007, p. 253), “também não há, nos termos da referida Portaria, inclusão dessa matéria nas diretrizes curriculares vigentes dos cursos de Serviço Social e tampouco há, em âmbito nacional, uma política abrangente e concertada de estudos e discussões nessa área”. Ela cita formas de inclusão desse tema no ensino, na pesquisa e na extensão.

Sobre isso, o Estatuto do Idoso prevê no seu art. 22: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria” (BRASIL, 2003). Contudo, infelizmente, isso ainda não é vivenciado na prática.

Segundo Pereira (2007), tanto na graduação quanto na pós-graduação existem as disciplinas optativas sobre políticas sociais especiais; estas poderiam ser espaços específicos de discussões sobre envelhecimento.

No ensino, o tema envelhecimento humano pode ter caráter multidisciplinar. Logo, poderia ser discutido em outras disciplinas, a exemplo daquelas que abordam políticas sociais, ou em módulos livres que abordem a temática, e nos estágios em campos sócio-ocupacionais

⁶³ É necessário ressaltar, conforme já referido neste estudo, que ainda não existem linhas de pesquisa dedicadas especificamente à temática do envelhecimento, pelos programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil, embora estes estejam desenvolvendo pesquisas nessa área. Essa informação é baseada na pesquisa realizada em 2019 na plataforma da Capes, o que pode vir a mudar, já que a sociedade é dinâmica e histórica.

que incluam a atenção à pessoa idosa; na pesquisa científica, com criação de núcleos de estudos para buscar fomento junto aos órgãos que financiam pesquisas etc.

Pereira (2007, p. 256) finaliza seu artigo afirmando que “... quanto mais cedo os cursos de Serviço Social se conscientizarem de seu papel histórico no trato desse processo irreversível, menos problemática será a sua atualização e menos tardia a sua contribuição à sociedade”. O Serviço Social como profissão interventiva e inserida na área da pesquisa científica não pode ficar alheio às mudanças societárias.

Numa pesquisa desenvolvida por Silva e Silva et al. (2005) sobre a Pós-Graduação em Serviço Social e a produção do conhecimento no período de 2001 a 2003, as autoras identificaram a fragmentação de temas, considerando as áreas de concentração e linhas de pesquisa, além da pouca incidência de alguns temas, neles incluídos o envelhecimento. Ressaltaram que isso não significa que esses temas não estejam sendo tratados pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e citaram as disciplinas, os planos curriculares, os projetos de pesquisa e a produção bibliográfica. De acordo com as referidas autoras:

Cumprir, todavia, considerar a fragmentação de temas postos a partir das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa, revelando também a pouca incidência com que temas relevantes para o Serviço Social foram indicados, como Exclusão Social e Pobreza, Assistência Social, Saúde e Seguridade Social, que vêm polarizando o debate profissional a partir dos anos 1980, além dos temas Gênero, Família, Criança e Adolescente, todos relevantes nesse debate. O tema Envelhecimento só foi tratado no campo da Gerontologia Social, não sendo objeto de maior destaque nesse nível de estudo, embora esse tema mereça especial atenção, se considerarmos a relevância que vem assumindo na contemporaneidade, inclusive em nosso país, dada as transformações identificadas na estrutura etária da população mundial. Ressaltamos, porém, que a baixa incidência de indicação desses temas não significa que não estejam sendo tratados no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. Ao contrário, esses temas são estudados nas disciplinas, contemplados nas suas respectivas ementas que compõem os Planos Curriculares de estudo nos diversos Programas. Ademais, o trato dessas temáticas é destacado também no desenvolvimento de projetos de pesquisa dos Programas, quer aqueles projetos desenvolvidos por docentes, discentes e pesquisadores, quer aqueles específicos para elaboração de dissertações e tese, bem como na produção bibliográfica. (p. 90-91).

Segundo Campelo e Paiva, Soares e Santos (2020, p. 85), um dos eixos norteadores que fundamentam a proposta da Gerontologia Social Crítica é “a necessidade de se dar visibilidade às desigualdades sociais que permeiam os processos de envelhecimento e velhices das nossas populações, enfrentando o apelo ideológico à homogeneização, mecanismo este operado pela ideologia da velhice”. A Gerontologia Social Crítica busca ir além da descrição dos aspectos sociais, econômicos, culturais, étnicos e de gênero, procurando explicá-los de acordo com a

realidade de cada contexto histórico. Eis a diferença entre a Gerontologia Social e a Gerontologia Social Crítica.

A enorme contribuição que o Serviço Social pode e deve proporcionar para a Gerontologia Social é a construção do viés crítico, sustentado pela concepção teórico-metodológica crítica marxiana.

As questões relacionadas ao envelhecimento só tendem a crescer. É de extrema importância que o Serviço Social continue cada vez mais dando atenção a essa área e resistindo ao conservadorismo, tanto em nível de intervenção na prática quanto na produção do conhecimento, pois uma subsidia a outra.

O conservadorismo que deve ser combatido pelo Serviço Social no âmbito da Gerontologia Social Crítica é aquele que se verifica por meio de abordagens e discursos que homogeneizam a velhice, que relaciona a velhice com doenças, que atribui a responsabilidade pelo modo de envelhecer apenas ao indivíduo e à família, e que desconsidera as relações estabelecidas entre capital e trabalho e, portanto, não faz uma análise crítica na perspectiva de totalidade.

Campelo e Paiva (2014) realizou uma pesquisa que deu conta de cobrir a primeira década do século XXI, nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess), e constatou o seguinte:

Apesar do *Projeto Ético-Político* hegemônico, a concepção teórico-metodológica dialética não prevalece na produção de conhecimento nem nas práticas sociais dos profissionais do Serviço Social no campo da Gerontologia Social. Em outras palavras, apesar de ser uma categoria que adota a teoria social crítica em seus fundamentos, quando analisados os escritos publicados nos *Anais dos Enpess*, há a nítida tendência de se privilegiar metodologias de pesquisa que se vinculam mais à epistemologia que à perspectiva da ontologia do ser social. Escrito de outra maneira, os resultados da pesquisa indicam, apesar do Projeto hegemônico no Serviço Social, não é predominante a tendência de apreensão das novas expressões colocadas pelo envelhecimento da classe trabalhadora, na perspectiva da totalidade social. Ou seja, não predomina nos escritos a concepção teórico-metodológica dialética. Realidade esta merecedora de atenção urgente por parte da categoria profissional. (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 49, grifos da autora).

A autora constatou a contradição, que é inerente à sociedade capitalista, pois embora o Serviço Social tenha um Projeto Ético-Político hegemônico, tendo como suporte teórico-metodológico a teoria social crítica, a categoria nem sempre segue o direcionamento dessa

teoria para analisar e fundamentar sua prática e suas pesquisas. É necessário atentar também para o ranço conservador que ainda perdura na categoria e em toda a sociedade⁶⁴.

Em relação ao avanço na produção teórica sobre a temática, uma pesquisa realizada por Alves (2014) mostrou que houve um aumento significativo em número, sobre pesquisas relacionadas à velhice desenvolvidas por programas de pós-graduação vinculados a departamentos de Serviço Social.

Teixeira (2017, p. 189-199) reflete sobre a relação do envelhecimento com o Serviço Social e afirma que o tema pode ser visto como novo⁶⁵, se considerada a criação de legislações, políticas públicas e serviços que tratam sobre os direitos e serviços direcionados ao segmento idoso, o que contribuiu para o crescimento do espaço de trabalho desse/a profissional. Assevera que “são inúmeras as dificuldades da adoção do método histórico-dialético para a análise da realidade do envelhecimento humano, sendo escassas as referências, a partir dessa perspectiva, que iluminem as intervenções profissionais”.

Sobre as dificuldades em assumir uma direção crítica, conforme o fez a categoria de forma hegemônica para a construção do PEPSS, Teixeira (2017, p. 199) afirma:

A recente conquista do Serviço Social, como campo de conhecimento científico, e a ainda precoce produção acadêmica sobre a temática do envelhecimento fazem com que os pesquisadores da área busquem as produções da Gerontologia Social, que não assume a direção do Materialismo Histórico Dialético na abordagem do objeto, sendo essa produção apreendida sem críticas.

Quando as/os pesquisadoras/es buscam referências apenas na Gerontologia Social, podem não conseguir analisar e compreender a realidade na sua totalidade e apenas enxergá-la de forma fragmentada, relacionando doença e velhice sem considerar as causas e os fatores que contribuem com esse processo; relacionando velhice com solidão sem analisar as relações sociais estabelecidas numa sociedade capitalista; naturalizar a velhice sem analisar as diferenças existentes numa mesma classe social e entre classes distintas.

Enfim, uma visão fechada e focada num aspecto, que não consegue abranger a realidade em suas múltiplas faces e que descreve a realidade envolvendo os aspectos social, econômico, psicológico e cultural, mas não consegue atingir o todo e suas partes. Teixeira (2017, p. 199) entretanto ressalta que “iniciativas vêm ocorrendo no Serviço Social, nos últimos anos, para

⁶⁴ “Considera-se aqui que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social... O conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor.” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

⁶⁵ Embora o Serviço Social venha intervindo junto a essa população desde o surgimento da profissão.

apreender o envelhecimento na perspectiva da totalidade e formar tradição na área, demarcando as diferenças entre essas abordagens pela via do método histórico dialético e a gerontologia”.

Tanto a Gerontologia Social tradicional, como a Geriatria contribuem para a área do envelhecimento e da velhice, porém o que se busca com este estudo é a contribuição que as pesquisas realizadas na pós-graduação em Serviço Social podem trazer para fortalecer a Gerontologia Social Crítica, como defendido por Campelo e Paiva (2014, p. 49):

Continuo mantendo a proposta de se adotar a expressão “Gerontologia Social Crítica”, no Brasil, como campo de estudo sobre o Envelhecimento Humano, na perspectiva da totalidade social, iluminado pela teoria social crítica, ou seja, pela concepção teórico-metodológica dialética de análise, enquanto desafio e contribuição do Serviço Social.

Além de Campelo e Paiva (2014), outras assistentes sociais pesquisadoras também ofertam suas contribuições para a construção da Gerontologia Social Crítica, como Teixeira (2008), Alves (2014), Campelo e Paiva, Soares e Santos (2017). Há ainda autoras que não têm a formação em Serviço Social, mas que possuem uma concepção crítica e estudam sobre a temática, sendo referências nessa área, a exemplo de Haddad (2017), Beauvoir (1990) e Debert (1999).

**CAPÍTULO 4 – TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO SOBRE ENVELHECIMENTO E VELHICE: ANÁLISE DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA A GERONTOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Inicialmente foram tecidas discussões sobre as primeiras correntes filosóficas e da doutrina neotomista que influenciaram e/ou que ainda continuam a influenciar o Serviço Social, sobre a gênese dessa profissão na América Latina e, especificamente, no Brasil. Foram ainda elucidadas as transformações sofridas pelo Serviço Social, que a partir do MR, com suas vertentes de modernização, reatualização do conservadorismo e de intenção de ruptura, deixou de ser apenas conservador para ser também crítico, e com a sua inserção na pós-graduação, ganhou um maior *status* ao ser considerado área do conhecimento pelas agências de fomento à pesquisa do país.

O Serviço Social deixou de apenas realizar intervenções baseadas em teorias produzidas pelas demais disciplinas e ciências, para também estudar a realidade e propor estratégias de enfrentamento às diversas expressões da questão social. No que se refere à produção desse conhecimento, a pesquisa desenvolvida foi restrita à contribuição que a profissão vem dando para a construção da Gerontologia Social Crítica em termos de teoria, através da produção teórica das pesquisas que resultaram em dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social do Brasil, no período de 2013 a 2017.

Este capítulo procura responder aos seguintes objetivos específicos: *mapear os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil; identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações, sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017; e apreender as tendências de análises teórico-metodológicas defendidas, implícita ou explicitamente, nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, produzidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, no período de 2013 a 2017.*

Apresentamos neste capítulo os resultados encontrados e analisados, com o apoio da concepção teórico-metodológica crítico-dialética, das 37 dissertações e sete teses defendidas em programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, no intervalo de 2013 a 2017.

4.1 Panorama acerca dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil

O Serviço Social só conseguiu conquistar espaço na pós-graduação a partir de lutas da categoria e do desenvolvimento do MR, que contribuiu com alguns avanços para a profissão, como, por exemplo, a aproximação e a opção pela teoria social crítica, a construção do PEPSS, o posicionamento em defesa da classe trabalhadora e subalterna, a expansão dos campos sócio-ocupacionais, entre outras, ainda que nos limites permitidos pelo sistema capitalista.

No que se refere aos programas de Pós-Graduação relacionados à área de avaliação em Serviço Social no Brasil, um estudo desenvolvido por Prates, Closs, Carraro (2016, p. 10) mostrou que:

Em 2016 existia um total de 34 *programas de pós-graduação*, sendo um (1) de Economia Doméstica e os demais (33) desenvolvidos, prioritariamente, nas áreas de: Serviço Social (61,76%), Política(s) Social(is)/Políticas Públicas (23,52%), Serviço Social e Política Social (5,9%), Política Social e Serviço Social (2,94%), e Economia Doméstica (2,94%). (Grifo das autoras).

A sociedade é dinâmica e em processo de transformação contínua; nada é estático e tudo pode mudar. Nesse caso específico, tanto novos programas de pós-graduação podem surgir como outros podem ser extintos, conforme veremos neste trabalho.

4.1.1 Mapeamento dos Programas de Pós-Graduação

Um dos objetivos específicos deste estudo foi realizado mediante uma pesquisa na plataforma sucupira da Capes em 2019, através do *mapeamento dos programas de pós-graduação em Serviço Social*. Com isso foram respondidas as seguintes questões: I – quais os programas de pós-graduação em Serviço Social possuem linhas de pesquisa em Gerontologia Social? II – quais e quantos programas de pós-graduação em Serviço Social estão inclusos na pesquisa?

Durante o estudo foi identificado que não existe atualmente nenhum programa de pós-graduação em Serviço Social com linha de pesquisa específica em envelhecimento, embora já tenha existido na PUC/RS a linha de pesquisa em Gerontologia Social. Contudo, isso não significa que os programas não estejam pesquisando essa temática. Logo, optou-se por incluir na pesquisa todos os programas de pós-graduação apenas em Serviço Social, excluindo-se os demais, mesmo que estejam na mesma área de avaliação na Capes⁶⁶.

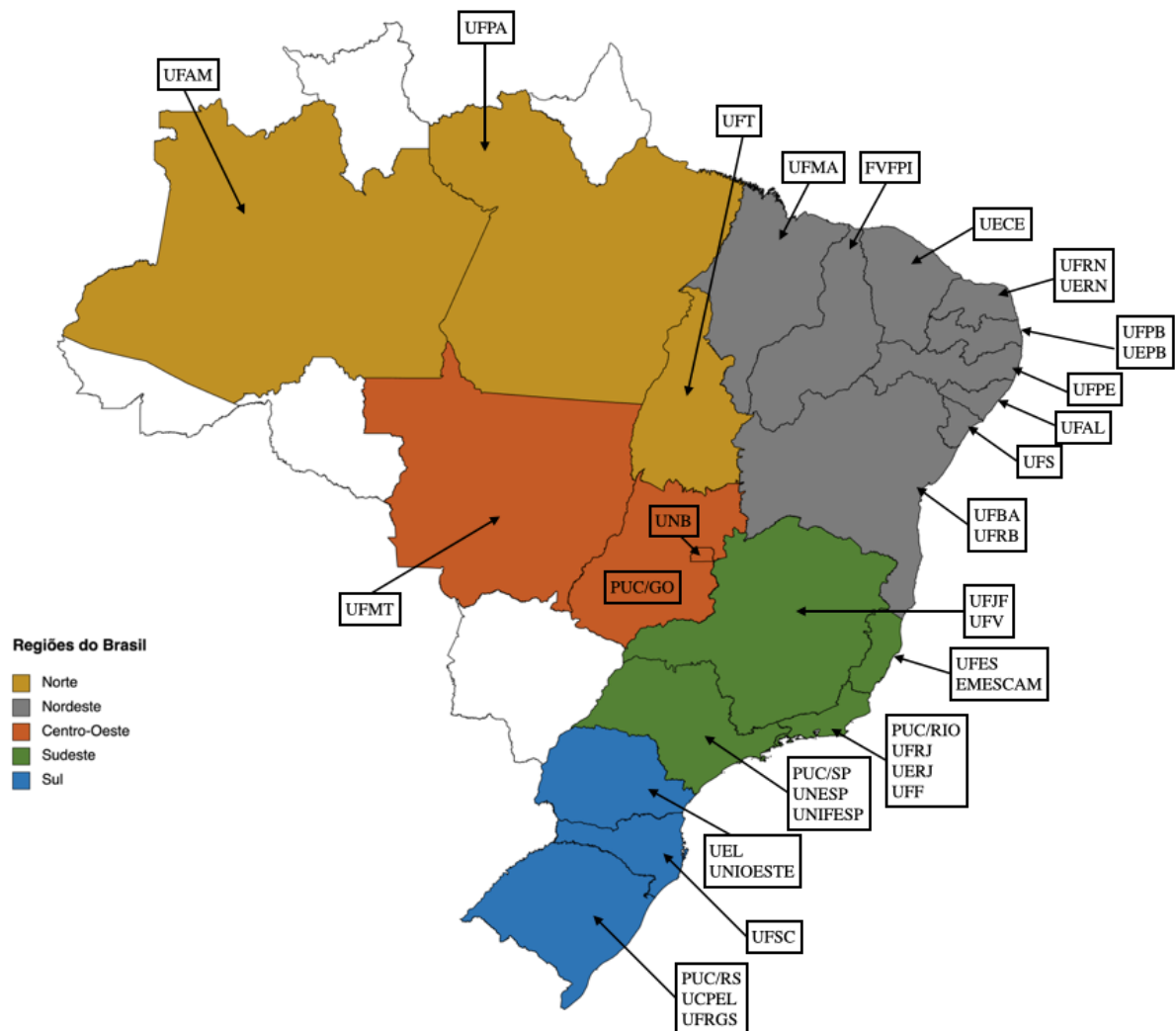
Ainda como resultado, foi constatado que, em 2019⁶⁷, existiam 36 programas vinculados à área de avaliação do Serviço Social; destes: um em Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa (UFV); vinte em Serviço Social, nas seguintes universidades: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS),

⁶⁶ Conforme já explicado na introdução.

⁶⁷ É necessário deixar claro que esses dados se referem ao ano de 2019, período em que foi realizada a pesquisa na plataforma sucupira.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Tocantins (UFT); um em Serviço Social e Direitos Sociais, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); um em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, na Universidade Estadual do Ceará (UECE); um em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, na Universidade Federal Fluminense (UFF); quatro em Política Social: na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e na Universidade Federal Fluminense (UFF); um em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (Emescam); dois em Políticas Públicas, na Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) e na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); um em Política Social e Direitos Humanos, na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); um em Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); dois em Política Social e Serviço Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL); e um em Serviço Social e Políticas Sociais, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Figura 1 – Mapa com os Programas de Pós-Graduação vinculados à área de avaliação do Serviço Social



Fonte: Dados obtidos da plataforma sucupira da Capes, programas vinculados à área de avaliação do Serviço Social, organizados por Maria Florência dos Santos. Criado no *site* mapchart.net, 2022.

No que se refere aos dados encontrados, conforme verificado, em 2019 existiam 36 programas vinculados à área de avaliação do Serviço Social. Destes, apenas vinte são especificamente em Serviço Social. Merece destaque o fato de dois terem iniciado suas atividades em 2019⁶⁸. Apenas 18 programas incluem-se na pesquisa, pois um dos critérios elege apenas aqueles programas em Serviço Social, ou seja, as dissertações e teses na área do envelhecimento que foram desenvolvidas por esses programas.

Essa delimitação se deu porque no Serviço Social tem-se hegemonicamente uma opção por uma teoria social crítica, razão pela qual queremos analisar se a produção do conhecimento

⁶⁸ A Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) iniciaram seus programas de pós-graduação em Serviço Social em 2019.

nesses programas realmente envolve a totalidade social, que é uma categoria fundamental na teoria social crítica de Marx, e sua contribuição para a construção da Gerontologia Social Crítica.

Em seguida foi realizada uma pesquisa na plataforma sucupira da Capes, utilizando como filtro a palavras-chave idoso: pessoa idosa, velhice e envelhecimento; mestrado, doutorado, período de 2013 a 2017; grande área do conhecimento: ciências sociais aplicadas; área do conhecimento: Serviço Social; área de avaliação: Serviço Social; e nome do programa: Serviço Social. Como resultado, encontraram-se 37 dissertações e sete teses, totalizando 44 trabalhos.

Das 18 universidades identificadas com programas de pós-graduação apenas em Serviço Social, só em 14 delas foram encontradas dissertações e/ou teses relacionadas à temática do envelhecimento; quatro⁶⁹ universidades não produziram dissertações e/ou teses sobre essa temática no período investigado.

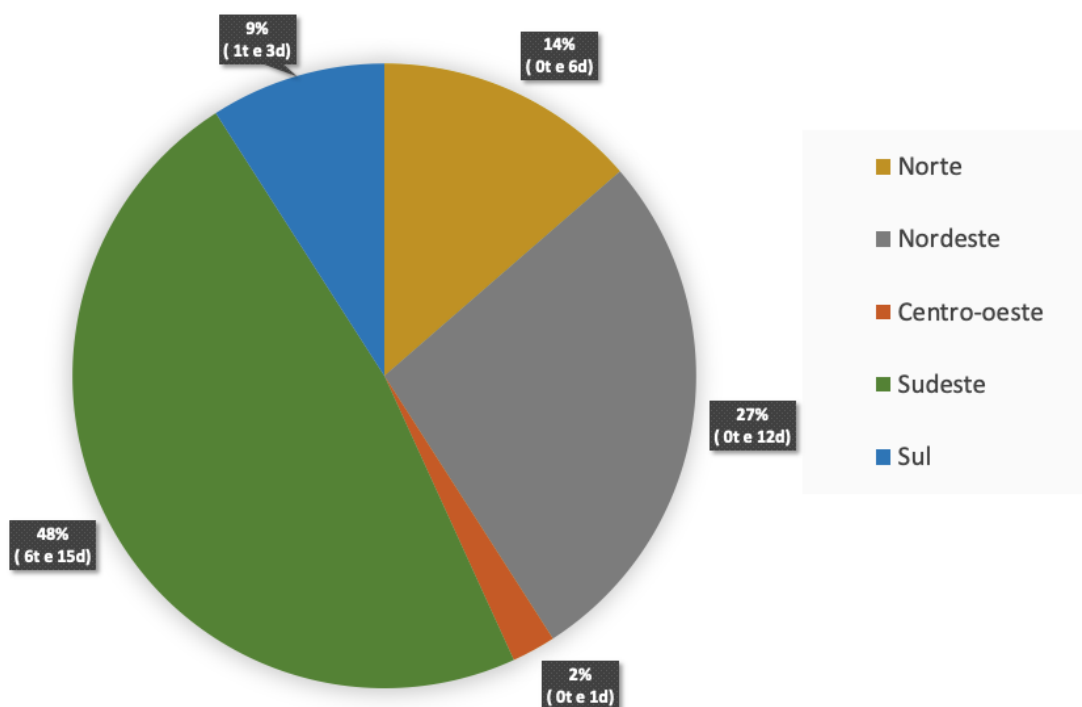
As universidades que produziram dissertações e/ou teses no período de 2013 a 2017 foram as seguintes: na região **Sudeste**, PUC/SP, UFRJ, Unesp, Uerj e UFJF; na região **Nordeste**, UFPA, UFRN, UFPE, UFAL e UEFPA; na região **Norte**, UFPA e UFAM; na região **Sul**, PUC/RS; e na região **Centro-Oeste**, PUC/GO.

As cinco regiões geográficas possuem diferenças e particularidades, tanto em relação às suas dimensões territoriais quanto aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. O modo de envelhecer em cada região também apresenta diversidades e desigualdades, principalmente relacionadas ao aspecto econômico. É importante destacar que o maior número de universidades que possuem programas de pós-graduação em Serviço Social encontra-se no Nordeste e no Sudeste, cada uma com cinco.

Traçamos um panorama para identificar as regiões onde foram localizadas as dissertações e/ou teses defendidas em programas de pós-graduação em Serviço Social em universidades do Brasil no período de 2013 a 2017.

⁶⁹ A Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não apresentaram dissertações e/ou teses relacionadas à temática do envelhecimento no período de 2013 a 2017.

Figura 2 – Panorama dos trabalhos em nível nacional divididos por região.



Fonte: Dados obtidos no banco de dissertações e teses da plataforma sucupira da Capes, organizado por Maria Florência dos Santos, 2022; (d) significa dissertação e (t) tese.

O Sudeste foi a região com maior número de dissertações e teses defendidas, totalizando 48% dos trabalhos encontrados no período investigado, seguida da região Nordeste, que apresentou 27%. É importante frisar que apenas nas regiões Sudeste e Sul foram identificadas teses; nas demais regiões, apenas dissertações.

Diante dos dados apresentados, é relevante entender como as regiões do país estão vivenciando o processo de envelhecimento. Segundo o IBGE (2018), com relação ao processo de envelhecimento:

Entre 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambos com 18,6% de suas populações dentro do grupo de sessenta anos ou mais. O Amapá, por sua vez, é o estado com menor percentual de idosos, com apenas 7,2% da população. (s/n).

Os dois estados que mais apresentaram crescimento no número de pessoas idosas foi o Rio de Janeiro, localizado na região Sudeste, e o estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul, embora o aumento da população idosa esteja presente em todo o país. De acordo com a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (CARMO, CAMARGO, 2020, p. 62), “a maior parte do volume absoluto de idosos em 2010 está

concentrada nas regiões Sudeste (46,27%), Nordeste (26,48%) e Sul (15,97%). A menor porcentagem encontra-se nas regiões Centro-Oeste (6,01%) e Norte (5,25%)”.

É importante entender os motivos que levaram a esse maior crescimento em determinadas regiões. De acordo com *Ervatti, Borges, Jardim, (2015, p. 34)*:

As Regiões Sul e Sudeste já apresentavam, desde a década de 1940, níveis de fecundidade mais baixos que as Regiões Norte e Nordeste. Esse diferencial acentuou-se nas décadas seguintes; na década de 1970, as mulheres da Região Norte tinham, em média, três filhos a mais que aquelas que viviam na Região Sudeste.

Segundo os dados dos estudos de *Carmo, Camargo (2020)*, a maior concentração de pessoas idosas na região Sudeste ocorreu porque esta é uma região com uma grande área metropolitana e com desenvolvimento e crescimento das atividades industriais e de serviços, o que atraiu a emigração. Quanto ao crescimento da população idosa no Nordeste, pode ser explicado pela emigração dos jovens para outras regiões do país, em busca de oportunidades de trabalho, porém as pessoas mais velhas acabam ficando na sua terra natal. Também se observa um movimento contrário de migrações principalmente para o Nordeste: o retorno para o estado ou cidade de origem, porém quem costuma voltar é a população mais envelhecida.

Concernente aos dados do nosso estudo, a região Sudeste foi a mais que mais teve produções científicas relacionadas à velhice: 15 dissertações e seis teses.

Quanto à região Sul, conforme *Carmo, Camargo (2020, p. 62)*:

A região Sul possui a terceira maior proporção de idosos do país, quando se considera o volume quantitativo absoluto. Pode-se dizer, então, que o sul do país possui a estrutura populacional mais envelhecida. Ou seja, o volume absoluto de idosos não é tão expressivo nessa região quando comparado com as outras, mas dentro da estrutura populacional, a proporção de idosos é grande. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul, por exemplo, é o estado que, em 2010, possuía o maior índice de envelhecimento do Brasil (66,47), sendo bastante superior ao resultado nacional, de 44,8, e ao da região Sul, que é de 54,94, o maior entre as Grandes Regiões. Essa composição populacional da região Sul está relacionada às baixas taxas de fecundidade ao longo de décadas. E também às migrações, no caso as emigrações de jovens sulistas com direção às fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte, nas décadas de 1970 e 1980, que vieram a aumentar posteriormente a quantidade de pessoas mais idosas no total da população.

É importante ressaltar que na PUC/RS, localizada na região Sul do país, existia no programa de pós-graduação em Serviço Social uma linha de pesquisa em Gerontologia Social. Os resultados da pesquisa mostraram que nessa linha de pesquisa foram identificados quatro trabalhos relacionados à temática do envelhecimento, sendo: uma tese em 2014, uma dissertação em 2015 e duas dissertações em 2017.

A região Norte apresentou o menor número de programas em pós-graduação em Serviço Social, apenas na UFPA (que produziu três dissertações, duas em 2013 e uma em 2014) e na Ufam (que produziu três dissertações, nos anos de 2015, 2016 e 2017), ficando em terceiro lugar entre as regiões que mais produziram dissertações, com seis dissertações no total. Essa região, de acordo com o Carmo, Camargo (2020, p. 63). “demonstrou a menor porcentagem de idosos entre as regiões brasileiras pelo motivo oposto ao da região Sul. A estrutura populacional nortista espelha os altos níveis de fecundidade do passado, levando a maiores proporções de crianças, jovens e adultos nos dias de hoje”.

No tocante à região Centro-Oeste, representada pela PUC/GO, que apresentou apenas uma dissertação defendida em 2016 relacionada à temática da velhice, anotam Carmo, Camargo (2020, p. 63):

A região Centro-Oeste também apresenta uma baixa porcentagem de idosos, devido à intensa imigração jovem para suas áreas de fronteira agrícola, especialmente de homens entre vinte e trinta anos. Isso até hoje repercute em uma estrutura etária que denota grande concentração, principalmente masculina, entre vinte e cinquenta anos.

Associando isso aos dados da pesquisa, sugerimos que o maior número de dissertações e/ou teses identificado nas regiões do Nordeste e Sudeste pode representar uma preocupação, por parte dos/as discentes, em estudar a temática do envelhecimento não apenas devido ao crescimento do segmento idoso no país, mas, em particular, em suas regiões e estados. Essa nova realidade traz consigo novos desafios, que vão impactar o cotidiano de trabalho das/os profissionais atuantes em espaços que atendam esse público, a exigir respostas críticas e que envolvam a totalidade social.

Em suma, os idosos estão distribuídos, em volumes absolutos, de forma desigual no país, e sua proporção no total da população dentro de cada localidade também é diferente. Todavia, a partir do entendimento das transições demográfica e epidemiológica, nota-se a tendência ao aumento desse grupo etário em relação aos outros em todas as regiões e UFs. Assim, no momento atual, torna-se importante repensar o sistema de saúde e as condições de infraestrutura pública no contexto das novas demandas criadas pelas transformações demográficas e epidemiológicas. (Carmo, Camargo, 2020, p. 63).

4.1.2 Perfil e formação dos/as pesquisadores/as

Outro aspecto que é relevante e será analisado neste trabalho são as temáticas encontradas nas dissertações e teses relacionadas ao envelhecimento, a fim de entender as

principais preocupações presentes nas pesquisas, desenvolvidas pelos programas de pós-graduação em Serviço Social, quando o assunto é velhice.

Sobre o perfil das/s autoras/res das 37 dissertações e sete teses, podemos afirmar que 40 (91%) são do sexo feminino e quatro (9%) são do sexo masculino. No que se refere à formação, foi identificado, a partir de uma pesquisa realizada em 2022 na plataforma Lattes do CNPq, que 42 (95%) das/os autoras/res possuem graduação em Serviço Social; destas/es, três possuem duas graduações: em Serviço Social, em Direito, Gestão Desportiva e Lazer, e um está cursando Direito⁷⁰; duas (5%) têm graduação em Psicologia.

Fica evidente que a profissão de Serviço Social é formada majoritariamente por pessoas do sexo feminino, embora haja pessoas do sexo masculino, em número reduzido.

A informação sobre a formação base em nível de graduação das/res autoras/res colaborou com a análise dos dados sobre a contribuição dos programas de pós-graduação em Serviço Social para a Gerontologia Social Crítica, pois esses programas não recebem apenas discentes formados em Serviço Social, mas também de áreas afins. A base teórico-metodológica hegemônica que sustenta a profissão é a crítico-dialética.

As pesquisas dos programas de pós-graduação em Serviço Social deveriam seguir a linha teórica e metodológica defendida majoritariamente pela categoria. Contudo, tanto essas/es discentes de áreas afins quanto os/as discentes que são graduados/as em Serviço Social podem ter visões teóricas e metodológicas diferentes e até contrárias à defendida pelo Serviço Social. Pois embora se tenha dentro da categoria uma hegemonia em defesa de uma concepção teórico-metodológica crítico-dialética e de um projeto societário que visa outra ordem societária, também existem correntes filosóficas que possuem outras visões de mundo e com outras defesas e posições.

Ressalta-se que no nível da teoria pode parecer mais fácil optar por teorias e metodologias críticas, embora se possa cair mais facilmente nas armadilhas do ecletismo ao misturar concepções contraditórias sem sequer conhecer suas diferenças. Porém é na prática que o desafio cresce imensuravelmente. Parafraseando Campelo e Paiva (2019), “não se faz Serviço Social crítico sem embates cotidianos”⁷¹. Acrescentamos que isso pode ocorrer na teoria e/ou na prática, sendo mais comum nesta última, devido à pressão por respostas imediatas às expressões da questão social. Neste trabalho o foco é dado no nível teórico.

⁷⁰ A pessoa que está cursando graduação em Direito iniciou o curso em 2020.

⁷¹ Fala proferida pela Prof.^a Dr.^a Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva durante o curso *on-line* de Gerontologia Social Crítica, em 2019.

Conforme demonstrado pelos dados da pesquisa, 95% das/os autoras/es possuem formação em Serviço Social, o que traz uma alerta, pois se espera que tragam conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que possibilitem entender a realidade na sua totalidade social, fazendo a análise histórica dos seus objetos de pesquisa, do contexto socioeconômico e cultural, da categoria trabalho, Estado, contradição, enfim, que tragam categorias do método crítico-dialético, pois só assim estarão contribuindo para a construção da Gerontologia Social Crítica. É sobre isso que versa o próximo tópico.

4.2 Dissertações e Teses: a realidade da produção científica do Serviço Social referente à velhice

Para iniciar este tópico dos resultados encontrados com a leitura e a análise do material, é importante registrar que dos 44 trabalhos (37 dissertações e sete teses), apenas 34 tinham o arquivo completo disponível em PDF, oito tinham apenas o resumo e uma das dissertações encontradas foi excluída da análise, devido a questões éticas e de conflito de interesse, pois é de autoria da discente deste estudo, restando então 34 trabalhos completos e nove resumos.

Apresentam-se aqui as informações encontradas nos 34 trabalhos completos e nos nove resumos, e a posterior análise dos dados, tendo como referência o método crítico-dialético.

As teses foram numeradas por regiões do país, mas essa divisão foi meramente metodológica, para facilitar a organização e a análise dos dados. Cada trabalho analisado está representado conforme o exemplo a seguir: D1, que representa dissertação e a numeração para melhor organização, seguida da região e do ano de defesa; as teses estão representadas por T1, seguidas da região e ano de defesa do trabalho.

Também foram considerados de forma destacada: o objetivo principal de cada estudo; a opção teórico-metodológica, que inclui as categorias: trabalho, como fundante do ser social; a sociedade de classes e seu movimento sócio-histórico de produção e reprodução do sistema do capital; a velhice como uma (re)produção social e até mesmo como expressão da questão social; as condições objetivas de vida de homens e mulheres e seus reflexos no processo de saúde e doença; a totalidade social; o envio para o CEP; a devolutiva dos resultados para os sujeitos participantes e para a sociedade; e se os referencias teóricas utilizadas incluíram autores/as críticos/as do Serviço Social. A partir daí, descrevemos os resultados por região.

No próximo item, realizamos uma análise dos dados com base na concepção teórico-metodológica crítico-dialética de Marx.

4.2.1 Resultados encontrados na Região Norte

Na região Norte, foram identificadas seis dissertações; todas tinham o PDF do arquivo completo disponível para acesso no momento da pesquisa.

A D1 Norte 2013 possui PDF disponível. A temática trata sobre a Universidade da Maturidade (UMA) e teve como objetivo geral “conhecer os benefícios realizados na UMA para a implementação das políticas públicas sociais no Estado do Tocantins” (SOUSA, 2013, p. 21). A perspectiva teórico-metodológica não estava explícita; constava apenas que era uma pesquisa bibliográfica, estudo de caso, diário de campo, entrevista semiestruturada, questionário e análise de conteúdo. Não foi identificado nada sobre o envio do projeto ao CEP, nem formas de devolutiva da pesquisa. O estudo também se fundamentou em autores/as críticos/as do Serviço Social.

Na D1 Norte, foram abordados assuntos acerca da questão do direito do velho, através da defesa da UMA como espaço para garanti-los, mas não se questionou o surgimento desses programas. Enfocou-se a qualidade de vida, o empoderamento, a integração social e o envelhecimento ativo e saudável do velho, sem questionar nem criticar esses modelos. Não se adotou como concepção teórico-metodológica o materialismo histórico crítico de Marx, embora tenha referenciado autores que possuem uma perspectiva crítica. Também trouxe a discussão associando Serviço Social, envelhecimento e o projeto ético-político da profissão, que embasa a atuação desse profissional na defesa e na garantia de direitos da população idosa.

A D2 Norte 2013 possui PDF disponível. A temática associa envelhecimento com a memória e tinha como objetivo geral “investigar qual a representação da ação e autoconstruir na baixada de Belém, na década de 70 do século XX, por moradores hoje idosos” (NOBRE, 2013, p. 20). A perspectiva teórico-metodológica é a da teoria social de Marx, do método materialista e dialético. O CEP não é mencionado diretamente, mas há o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCEL) nos anexos. Não são mencionadas as formas de devolutiva da pesquisa. O estudo também se fundamentou em autores/as críticos/as do Serviço Social.

Mostrou a exclusão da classe trabalhadora, que ocorre nos centros urbanos, sobrando os espaços mais vulneráveis. Foi sobre isso que o trabalho tratou, sobre as pessoas idosas entrevistadas na pesquisa que na fase da vida de adultos/jovens e trabalhadores/as construíram suas moradias nas baixadas. Foi identificada a falta de intervenção do Estado na garantia do direito à habitação, o que levou essas pessoas a construírem suas casas com a ajuda de vizinhos, contando com a solidariedade e com o esforço pessoal.

A D2 Norte mostrou como a classe trabalhadora, através do trabalho e da resistência, consegue desenvolver estratégias para sobreviver, construindo sua própria residência, pois o Estado não garante o direito à moradia. A autora enfatiza a importância que os/as idosos/as dão ao fato de terem uma casa para abrigar a família.

A D3 Norte 2014 possui PDF disponível. A temática associa envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal “verificar de que forma ocorre a resiliência dos idosos que fazem parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, serviço que de acordo com a Política Nacional de Assistência Social prioriza um envelhecimento ativo, saudável e autônomo” (ANJOS, 2014, p. 5). Sobre a perspectiva teórico-metodológica foram citadas a quali quantitativa e a escala de resiliência com roteiro de entrevista semiestruturada, história oral e análise de discurso. O CEP não é mencionado diretamente, embora seja referida a utilização do TCLE. Não foram mencionadas formas de devolutiva da pesquisa. O referencial teórico abrangeu conteúdos críticos da produção do Serviço Social.

A D3 Norte trouxe como discussão que os/as idosos/as podem flexibilizar seus comportamentos para terem uma qualidade de vida; que a resiliência pode contribuir para a adaptação dos velhos/as; que os/as próprios/as velhos/as reforçam os estereótipos com o isolamento, passividade, doença e inatividade; que melhorias em relação à velhice aconteceram graças ao progresso social. Não se questiona nenhum desses aspectos, nem a relação antagônica entre capital e trabalho, que provoca diferentes modos de envelhecer. Não se analisa a totalidade, embora sejam citados/as autores/as que explicitam que a velhice não é homogênea.

A D3 Norte traz como resultado que os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos contribuem como proteção e rede de apoio, assim como para a resiliência dos/as idosos/as participantes. Afirma ainda que as pessoas idosas são afetadas pelas adversidades da vida, mas podem adquirir um envelhecimento saudável por meio da resiliência; esta pode ser desenvolvida nos serviços prestados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

A D4 Norte 2014 possui PDF disponível. A temática associa envelhecimento com a Política de Saúde, especificamente o serviço de saúde que atende pessoas idosas com Insuficiência Renal Crônica (IRC) e tem como objetivo principal:

Analisar o cotidiano das pessoas idosas com IRC, usuárias do programa SOS VIDA e atendidas nas unidades de saúde de Manaus; caracterizando-os quanto a sua situação socioeconômica, familiar e histórico do agravo da doença; detectando os serviços de saúde demandados por estes idosos; apontando como é o seu cotidiano entre o viver, cuidar e tratar a doença e sua reação diante da morte de seus amigos de tratamento. (LIMA, 2015, p. 28).

A perspectiva teórico-metodológica citada foi a de natureza quali-quantitativa e crítica. Não se menciona nada sobre o CEP nem sobre formas de devolutiva da pesquisa. Foram utilizadas obras críticas da produção do Serviço Social.

A D4 Norte tratou sobre os termos velho, idoso e terceira idade, e explicou o surgimento de cada um. Velho é aquilo que é ultrapassado. Alguns/algumas autores/as substituem o termo velho por idoso, devido ao caráter pejorativo dado ao primeiro. Já terceira idade é definida como um termo que surgiu para atender uma população vista como velhos que têm condições financeiras e físicas para desenvolver diversas atividades.

Discutiu-se acerca da heterogeneidade da velhice, dos diversos fatores que fazem parte do envelhecimento: biológico, social, cultural, psicológico; das doenças crônicas, focando na Insuficiência Renal Crônica (IRC), que acomete pessoas idosas e que faz com que sofram duplamente: com as limitações próprias da idade e com as oriundas da doença. Abordou os direitos da população idosa a partir da Constituição Federal de 1998, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, a Lei 8.080, de 1990 e as demais legislações que tratam dos direitos da pessoa idosa, focando no direito à saúde, na portaria nº 1.168/GM, de 2004, que instituiu a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal.

A D4 Norte trata sobre a realidade do Amazonas em relação ao atendimento dos/as idosos/as renais crônicos. Cita autores que abordam os sintomas da IRC e as fases da doença; chama a atenção para o fato de os/as idosos/as serem diagnosticados em prontos-socorros (unidades de emergência) e não na unidade básica de saúde. Não se percebe nas falas dos/as idosos/as entrevistados/as menção às UBS para acompanhamento, mas sim às clínicas onde fazem a diálise e aos prontos-socorros.

A D4 Norte também aborda os condicionantes e determinantes da saúde. Afirma que as pessoas idosas com IRC não tiveram e não têm acesso aos direitos sociais; muitas vezes precisam escolher entre garantir o transporte para o tratamento e alimentar-se conforme prescrição e orientação médica, e a aquisição de medicamentos não disponibilizados pela rede. A D4 ainda observou que a maioria das clínicas de tratamento para IRC são particulares e recebem financiamento do SUS.

A D4 mostrou que o Estado cria legislações, mas não consegue garantir sua efetivação, pois prioriza o capital e não as demandas da classe trabalhadora.

A D5 Norte 2016 possui PDF disponível. A temática associa envelhecimento com a Política de Assistência Social e tem como objetivo principal “desvelar o cotidiano de idosos/as participantes do Centro de Convivência do Idoso ‘Pastor Lessa’, no município de Parintins”

(SILVA, 2016, p. 14). Sobre a perspectiva teórico-metodológica foi citada a análise de conteúdo e o estudo bibliográfico, documental e de campo. O CEP foi mencionado, mas não são referidas formas de devolutiva da pesquisa. Foram identificados referenciais teóricos críticos do Serviço Social.

A D5 Norte abordou o surgimento e o crescimento da cidade de Parintins; relacionou os aspectos sociais, econômicos e culturais na construção da cidade e nos modos de vida da população; fez uma análise do local (cidade) onde foi desenvolvida a pesquisa, para entender a realidade em nível micro; caracterizou os sujeitos da pesquisa e identificou que a maioria são mulheres; relacionou isso com os dados nacionais sobre a feminização da velhice; e destacou que em Parintins há mais mulheres na zona urbana e mais homens na zona rural.

A D5 trouxe uma retrospectiva histórica sobre os direitos da população idosa no Brasil e afirmou que primeiramente os direitos estavam ligados ao trabalho, ficando excluídos/as aqueles/as que estavam fora do mercado de trabalho. Só em 1988, com a Constituição Federal, dá-se a garantia legal de direitos sociais, incluindo a Seguridade Social. Foca na Política de Assistência Social como direito social a partir de 1988 e chega à década de 1990, no governo FHC, quando houve a focalização e o desfinanciamento das políticas públicas, ocorrendo o chamamento e a responsabilização da sociedade civil.

Na D5 também é realizada uma discussão acerca dos primeiros serviços destinados às pessoas idosas no Brasil. Cita o Sesc e ações voltadas para idosos aposentados; destaca que velhice não é sinônimo de doença, embora nessa fase da vida os sujeitos estejam mais propensos a doenças. Identificou na pesquisa que os CCIs contribuem com as condições de saúde, de lazer e de socialização; considera que a velhice é heterogênea. Embora não tenha mencionado o método dialético, a D5 trouxe análises críticas, considerando os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença.

A D5 Norte trouxe ainda como resultado que as pessoas idosas participantes do CCI percebem mudanças positivas e negativas com a chegada da velhice; que possuem uma visão multidimensional sobre a velhice; e que a participação em um CCI contribui para a convivência e a satisfação. Isso mostra a importância desses serviços para a população idosa.

A D6 Norte 2017 possui PDF disponível. A temática associa envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “avaliar a gestão o trabalho em saúde e suas implicações no cuidado de saúde da população idosa nas unidades básicas do distrito sanitário leste em Manaus, Amazonas” (SAKUTA, 2017, p. 19). A perspectiva teórico-metodológica foi explicativa e crítica. O CEP foi mencionado, mas não as formas de devolutiva da pesquisa. O estudo se pautou por referenciais teóricos críticos do Serviço Social.

A D6 Norte defende que o envelhecimento depende das condições de vida que o indivíduo tenha, ou seja, do acesso aos direitos sociais. Citou a CF de 1988, a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso e focou no acesso do segmento idoso ao direito à saúde. Considerou a reforma da previdência como um atraso para a área social.

A D6 Norte ressaltou a importância do território para a compreensão das dimensões geográficas, socioeconômicas, culturais e dos serviços disponíveis; citou a lei 8.080, de 1990, e a territorialização, regionalização e descentralização do SUS, bem como o decreto 7.508, de 2011, que regulamenta o SUS. Informa que a atenção básica é a porta de entrada ao sistema e enfatiza a importância de conhecer o território.

A D6 Norte mencionou as dificuldades de acesso aos relatórios de gestão e assevera que isso só foi possível através de requerimento e citação da lei de acesso à informação. Propõe que o *site* da Secretaria de Saúde do município estudado seja mais acessível através da publicização de informações.

A D6 Norte referiu que foi acolhida nas unidades de saúde onde realizou o estudo, tanto pelos/as profissionais quanto pelas pessoas idosas. Sobre o perfil das/os participantes da pesquisa, afirmou que a maioria é do sexo feminino; destacou que embora tenha, entre as idosas/os entrevistadas/os, aquelas/es que conhecem e participam dos conselhos de idosos/as, ainda são em número reduzido, sendo necessária uma maior divulgação e inserção dessa população nesses espaços de participação. Discute os dois projetos em disputa na área da saúde: o projeto pela Reforma Sanitária (universalidade e controle social) e o projeto privatista (redução dos gastos e privatização dos serviços de saúde).

Na D6 Norte foi identificado que se deve lutar por um controle social e pela defesa de um Estado ampliado, segundo a visão gramsciana, e lutar pela construção de um projeto contra-hegemônico que incorpore os interesses da classe trabalhadora. Também faz uma correlação com o Código de Ética do assistente social, que defende uma nova ordem societária, sem exploração de classe, com equidade e justiça social.

Ainda na D6 Norte, tem-se como resultado a identificação de avanços em relação à gestão participativa, mas devem-se fortalecer os conselhos gestores locais para uma maior participação da população, em especial do segmento idoso.

Em síntese, apenas a D2 da região Norte trouxe a opção pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética. As demais trouxeram outras opções, embora tenham apresentado análises críticas. A D1 e a D5 constituem um estudo bibliográfico de caso e análise de conteúdo; a D3, escala e resiliência com análise de discurso; a D4, pesquisa quali-quantitativa crítica; já a D6 foi explicativa e crítica.

A D5 e D6 mencionaram apenas o CEP; a D2 e a D3 mencionaram apenas o TCLE; a D1 e a D4 não mencionaram nada; nenhuma delas citou formas de devolutiva da pesquisa e todas apresentaram autores/as críticos/as do Serviço Social.

4.2.2 Resultados encontrados na Região Centro-Oeste

No Centro-Oeste foi identificada apenas uma dissertação em 2016. Possuía PDF disponível com o arquivo completo.

A D1 Centro-Oeste 2016 tinha PDF disponível. A temática tratou acerca do Programa de Preparação para Aposentaria (PPA) e teve como objetivo principal “analisar as PPAs existentes em Unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) do Estado de Goiás, bem como reconhecer o papel educativo que estes exercem na vida das/os servidoras/es públicos federais em pré-aposentadoria” (COSTA, 2016, p. 13). A fundamentação é do método dialético. O CEP foi mencionado, mas não as formas de devolutiva da pesquisa. O estudo se pautou por referenciais teóricos críticos do Serviço Social.

A D1 Centro-Oeste investigou o acesso da população idosa servidora pública aos PPAs. Tratou da velhice de uma classe trabalhadora que vive/viveu do trabalho formal e que, portanto, tinha acesso a uma renda.

Citou as legislações da população idosa; discutiu acerca do neoliberalismo, do chamamento e da responsabilização individual e familiar como fonte de proteção social; trouxe críticas em relação à legislação que coloca a pessoa idosa como sujeito de direitos, mas ao mesmo tempo impõe essa responsabilidade em primeiro lugar para a família, em segundo para a sociedade e por último para o Estado.

Também foi discutida na D1 Centro-Oeste a mediação que a categoria trabalho exerce entre o homem e a natureza, e a transformação que ocorre entre ambos. Foi realizada uma discussão sobre a distinção entre servidor público, empregado público (da administração pública direta e indireta) e funcionários/colaboradores (das empresas privadas), asseverando que o que ambos têm em comum é o trabalho, que, a depender da intensidade, pode levar ao adoecimento e até à morte precoce.

Ainda sobre os resultados da D1 Centro-Oeste, identificou-se a relação da aposentaria com o envelhecimento ativo, a saúde e a qualidade de vida, e os fatores econômicos que fazem os/as trabalhadores/as prolongarem a aposentadoria. Além disso, trouxe como desafio para o Serviço Social a discussão da ideologia do rejuvenescimento e prolongamento da vida, que impõe à população a necessidade de manter-se ativa.

A dissertação encontrada no Centro-Oeste trouxe o método dialético e realizou discussões críticas; fez menção ao CEP, mas nada informou sobre as formas de devolutiva da pesquisa.

4.2.3 Resultados encontrados na Região Nordeste

Na região Nordeste foram identificadas 12 dissertações; destas, seis têm PDF disponível com arquivo completo e seis não, sendo realizada nestas apenas a leitura dos resumos.

A D1 Nordeste 2014 não possui PDF disponível. A temática fez associação do envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal “a compreensão da inclusão da temática do envelhecimento populacional na agenda das políticas sociais no Estado da Paraíba” (VASCONCELOS, 2014, p. 1). A perspectiva teórico-metodológica foi a crítico-dialética. No resumo não foi identificado nada sobre CEP, nem formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial teórico, pois só havia o resumo disponível.

A D2 Nordeste 2014 tinha PDF disponível. A temática fazia associação do envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal “identificar as demandas e os desafios da política de assistência social no município de Natal/RN, na particularidade do acesso da população idosa à proteção social básica nos Centros de Referência da Assistência Social” (TELES, 2014, p. 18). O método foi o crítico-dialético. Não foi mencionado nada a respeito do CEP, nem sobre as formas de devolutiva da pesquisa. O estudo apresentou referenciais teóricos críticos do Serviço Social.

A D2 Nordeste discutiu sobre o trabalho e as mudanças no mundo do trabalho, incluindo o fordismo/taylorismo e o toyotismo, e como isso afeta a vida da classe trabalhadora, que é excluída e descartada, sobretudo quando envelhece, por não mais produzir riqueza através do trabalho. Foi destacado ainda o perfil dos/as idosos/as que frequentam o CRAS, sendo a maioria do sexo feminino, que reside próximo à instituição, sinalizando que quem reside distante acaba não tendo acesso; a ausência da busca ativa, pois 50% dos atendimentos são por demanda espontânea; o trabalho precarizado dos/as profissionais que atuam nos CRAS, pois não têm direitos trabalhistas garantidos, com vínculos e condições de trabalho precários; a necessidade de se criar uma rede de serviços para atender a população.

A D2 Nordeste, apesar de adotar a concepção teórico-metodológica crítico-dialética, a autora se refere às famílias atendidas pela proteção social especial como famílias com vínculos desestruturados.

A D3 Nordeste 2014 tem PDF disponível. A temática está associada à velhice, pois tratou dos estudos do Serviço Social sobre velhice e teve como objetivo principal “analisar o trato teórico dado ao fenômeno do envelhecimento humano pelo Serviço Social, ao desvendar as perspectivas teóricas e políticas da produção acadêmica sobre esta temática” (ALVES, 2014, p. 6). A metodologia foi desenvolvida com base numa perspectiva histórico-social crítica, de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. Não fez menção ao CEP, nem a formas de devolutiva da pesquisa. O estudo trouxe referenciais teóricos críticos do Serviço Social.

A D3 trouxe como dados que a produção do conhecimento sobre a temática do envelhecimento vem crescendo no Serviço Social, assim como o gradativo aprofundamento teórico-político com abordagens críticas. Cita algumas perspectivas de análise: “velhice e ciclo de vida, velhice e qualidade de vida, velhice e empoderamento, velhice e modo de vida, velhice e questão social, velhice e totalidade social”, mas reforça que a gerontologia social está direcionando os estudos sobre velhice no Serviço Social em especial às duas últimas perspectivas, que vêm colaborando com os estudos numa direção da Gerontologia Social Crítica.

A D4 Nordeste 2015 tem PDF disponível. A temática faz associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “realizar um estudo de caso de modo a analisar as múltiplas dimensões da garantia dos direitos dos pacientes idosos internados em um hospital público no município de Natal/RN” (LIMA, 2015, p. 22). O método foi o materialismo histórico-dialético. Não menciona nada a respeito do CEP, nem sobre a forma de devolutiva da pesquisa.

A D4 trouxe uma retrospectiva sobre o surgimento da cidadania, dos direitos civis, políticos e sociais; analisou de forma crítica a função do Estado na garantia de tais direitos; disponibilizou uma retrospectiva para mostrar como os/as idosos/as eram tratados/as pelas sociedades mais primitivas e com a Revolução Industrial tudo foi sendo modificado e a velhice passou a ser vista como uma fase da vida em que o sujeito já não “serve”. Foi realizada uma abordagem crítica, mas em alguns momentos, não foi identificada uma crítica de forma clara ao Estado e a suas políticas públicas, por exemplo, quando cita as legislações que responsabilizam em primeiro lugar a família pelo cuidado aos/as idosos/as ou quando diz que a sociedade deve estabelecer parcerias com o Estado para viabilizar os direitos da população idosa.

Houve uma análise crítica em relação à política de saúde, que não é efetivada na prática, conforme previsto na legislação, pois os indivíduos são responsabilizados pelo seu bem-estar e devem buscar no mercado a satisfação de suas necessidades. A saúde torna-se uma mercadoria,

e a própria Constituição deixou essa brecha, pois trata do setor privado como complementar. Os investimentos são maiores em contratações de serviços particulares, se comparados com os investimentos nos serviços públicos. Ressalta a falta de recursos humanos e materiais na saúde, para que esse direito seja efetivado com qualidade; e a importância do trabalho interdisciplinar na saúde, com o intuito de atender o/a idoso/a em todas as suas necessidades.

A D4 identificou que, na realidade investigada, os profissionais não recebem capacitação sobre as questões relacionadas à população idosa; há a sobrecarga de trabalho e a falta de recursos humanos e de materiais; e, de forma geral, os direitos do segmento idoso hospitalizado não são garantidos, devido à precarização do SUS.

A D5 2015 do Nordeste não tinha PDF disponível. A temática associa o envelhecimento com a judicialização do BPC (política de assistência social) e teve como objetivo principal “uma tendência à judicialização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. O objetivo é delimitar possíveis causas e as consequências desse processo aos trabalhadores idosos” (NETO, 2015, p.1). A partir da leitura e análise do resumo, não foi possível identificar a concepção teórico-metodológica, nem sobre o envio ao CEP e as formas de devolutiva da pesquisa.

A D6 2015 do Nordeste tinha PDF disponível. A temática associa o envelhecimento com a política de saúde e com discussões de gênero e sexualidade. Teve como objetivo principal “analisar como os condicionantes de gênero e sexualidade interferem na vulnerabilidade da mulher idosa em relação à Aids” (SILVA, 2015, p. 21). A concepção teórico-metodológica é apoiada no referencial do biopoder foucaultiano, de vertentes pós-estruturalistas e análise de discurso. Mencionou o CEP, mas não informou nenhuma forma de devolutiva da pesquisa. Utilizou-se de referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D6 fez uma abordagem que remete aos séculos XIX e XX, discutindo sobre a maneira como o assunto sexualidade era tratado entre homens e mulheres. Trouxe contribuições no que diz respeito ao tema e às experiências de mulheres idosas que convivem com a Aids.

A D6 Nordeste trouxe a teoria do vigiar e punir, que Foucault chamou de biopoder, para se referir à forma como os corpos e comportamentos femininos são tratados e educados. Aborda as formas impostas, mas transmitidas como naturais, de a mulher controlar sua sexualidade e esperar até o casamento para iniciar sua vida sexual, com a obrigação de ser doce e submissa; já o homem é ensinado a iniciar cedo a sua vida sexual e a ser viril e macho.

Na D6 Nordeste, os resultados mostraram que as mulheres idosas participantes da pesquisa foram contaminadas pelo vírus HIV através de seus companheiros, ou seja, através de

relacionamentos monogâmicos, sem proteção e sem poder de decisão em relação ao próprio corpo e à sexualidade.

A D7 Nordeste 2016 tem PDF disponível. A temática faz a associação do envelhecimento com a política de saúde, especificamente de serviços da atenção de média complexidade, e teve como objetivo principal “analisar a qualidade do atendimento em saúde em Média Complexidade prestada aos usuários idosos no município de João Pessoa, PB” (ARAÚJO, 2016, p. 12). O método foi o materialismo histórico-dialético marxista. Mencionou o CEP, mas nada comentou sobre as formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou-se de referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D7 aborda os conceitos de idoso, envelhecimento e velhice; expõe dados demográficos sobre o crescimento do segmento idoso; considera os fatores sociais como condicionantes e determinantes da saúde e a falta de ênfase na prevenção da saúde; trava uma discussão sobre Estado mínimo e a responsabilização da família, principalmente da mulher em relação ao cuidado com a pessoa idosa; traz as primeiras legislações que asseguraram os direitos trabalhistas e do/a trabalhador/a idoso/a (aposentadoria, criação da SBBG, Sesc e o trabalho social com idosos), a seguridade social e o seu caráter híbrido, que envolve os modelos de assistência bismarckiano e Beveridgiano; a criação de legislações voltadas à pessoa idosa, seguindo orientações da assembleia internacional de Madri (2002); tece críticas às legislações que versam sobre os direitos do segmento idoso, quando colocam a responsabilização para a família, a sociedade civil e, por último, o Estado; destaca que as legislações preveem a atenção à saúde do idoso, mas nos serviços de saúde ocorre a atenção à doença; aborda a integralidade do atendimento nos serviços de saúde, que devem envolver também a intersetorialidade, pois só assim será possível atender a todas as demandas dos sujeitos; trata sobre a organização do SUS e os três níveis de complexidade: básica, média e alta.

Ainda como resultados, a D7 Nordeste revela que permanecem ações imediatistas na saúde, como efeito da negação de direitos. Também mostra que ainda prevalece a centralidade médica e o não atendimento integral das necessidades do segmento idoso, pois as práticas são fragmentadas e pontuais, há falta de preparação dos profissionais para lidar com esse público; ressalta a necessidade da intersetorialidade entre as políticas de seguridade social e a ausência de um sistema que contenha o perfil do segmento idoso e formas de estimular sua participação ativa nos processos de prevenção, cura e reabilitação da saúde.

A D8 Nordeste 2017 não tem PDF disponível. A temática faz associação da produção sobre envelhecimento e teve como objetivo principal “cartografar a produção de conhecimento do Serviço Social relativo à temática do envelhecimento” (FIGUEIREDO, 2017, p. 1). Sobre o

método, apenas mencionou a pesquisa documental, bibliográfica e leitura seletiva, crítica, reflexiva e interpretativa. Não foi identificado nada a respeito do CEP, nem sobre formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial utilizado, uma vez que só há o resumo disponível.

Foi possível identificar, a partir da leitura do resumo, que os resultados encontrados mostraram que a direção encontrada na produção do conhecimento é referente a direitos/proteção social, trabalho e política social e que foi encontrada uma tendência no Serviço Social de analisar a questão da velhice numa perspectiva de construção social. Ressalta que o debate deve ser mais integral e complementar.

A D9 Nordeste 2017 não tem PDF disponível. A temática faz associação do envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal “analisar qual a contribuição das equipes multiprofissionais para a viabilização dos direitos sociais das pessoas idosas residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos de João Pessoa/PB” (COSTA, 2017, p. 1). Não ficou explícito qual foi o método, apenas que a análise do conteúdo qualitativo foi crítica. Menciona-se o CEP, mas nada sobre formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial utilizado, uma vez que só há o resumo disponível.

A D9 Nordeste trouxe como resultados a desresponsabilização do Estado em relação às pessoas idosas institucionalizadas, jogando essa responsabilidade para o terceiro setor; o conhecimento mínimo por parte dos profissionais da saúde que atuam nas Ilpis pesquisadas; a falta de capacitação, de sistematização e organização do trabalho. A contribuição das equipes multiprofissionais que atuam nas Ilpis é no sentido de realizar encaminhamentos e dar apoio em relação aos vínculos entre famílias e pessoas idosas institucionalizadas.

A D10 Nordeste 2017 tem PDF disponível. A temática faz associação do envelhecimento com a previdência social e teve como objetivo principal:

Identificar como se desenvolve no cenário brasileiro a proteção social ao trabalhador velho, mais especificamente, através da Previdência Social, e os impactos e repercussões que emergiram a partir da década de 1990 com as transformações políticas, econômicas e sociais que tiveram como base o ideário neoliberal. (LIMA, 2017, p. 11).

O direcionamento teórico-metodológico foi a dialética marxiana. Nada se identificou sobre o CEP, nem sobre formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou-se de referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D10 Nordeste faz uma crítica aos estudos gerontogeriátricos que contêm dados sobre a pessoa idosa de forma individualizante, desconsiderando o contexto social; traz o

entendimento da velhice como heterogênea; destaca que o processo de envelhecimento vai além do biológico, envolvendo o social, o gênero, o cultural e a classe social; faz um resgate histórico sobre o surgimento do sistema capitalista, sobre as classes sociais, sobre o trabalho e da exploração do capital sobre o trabalho; do envelhecimento precoce do trabalhador e da sua depreciação na velhice, que quando não possui mais força para vender o seu trabalho, torna-se uma mercadoria descartável pelo capital; discorre sobre as políticas sociais e sobre o Estado neoliberal, cada vez mais reduzido para a área social; aborda as lutas da classe trabalhadora e a conquista de direitos sociais nos países desenvolvidos, como Inglaterra, e cita a constituição da Seguridade Social, inicialmente baseada no modelo de Bismark; discorre sobre a conquista e o surgimento das políticas sociais na América Latina e, em seguida, no Brasil, mostrando que houve diferenças dos países desenvolvidos, pois os países periféricos serviram de sustentação para o desenvolvimento do modo de produção capitalista dos países desenvolvidos, através do fornecimento de matérias-primas; comenta sobre a responsabilização das famílias, da sociedade e do próprio sujeito por sua velhice, já que Estado se torna mínimo e não atende às necessidades do segmento idoso; cita a CF de 1988, a criação da Seguridade Social, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso; aborda as políticas destinadas à classe trabalhadora envelhecida, a conquista da aposentadoria, da renda mensal vitalícia, do BPC, sempre de forma crítica, pois não atendem a todos e são políticas seletivas e fragmentadas; ressalta que a Seguridade Social não se efetivou na prática devido ao neoliberalismo; considera que as reformas dificultam ainda mais o acesso do/a trabalhador/a à aposentadoria, o que irá provocar ainda mais carência na velhice.

A D11 Nordeste 2017 não tem PDF disponível; há apenas um PDF com a ata de defesa da dissertação. A temática faz associação do envelhecimento com a Assistência Social e teve como objetivo principal “analisar os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica da assistência social para a pessoa idosa em Natal-RN, verificando como tais serviços atendem às demandas dos idosos e idosas, dada a pluralidade nos modos de envelhecer e sua dimensão biopsicossocial” (SOUZA, 2017, p. 1). O direcionamento teórico deriva do método dialético. Nada foi identificado sobre o CEP, nem sobre formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial utilizado, uma vez que só há o resumo disponível.

Através da leitura do resumo da D11 foi possível identificar como resultados que o envelhecimento é tratado nos serviços da PSB com um viés biomédico, focando nas perdas de funcionalidade física, sendo o/a idoso/a colocado/a para ocupar o tempo livre com o objetivo de envelhecer bem. O foco é numa velhice ativa e saudável. A crítica em relação a esse trabalho

com idosos/as deve-se a seguir uma direção dos *experts* da gerontologia nacional e internacional e ao Estado adotar políticas neoliberais, o que não resolve as demandas da população idosa.

A D12 Nordeste 2017 não tem PDF disponível, apenas resumo. A temática faz uma associação do envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal:

Analisar os processos sociais e políticos implicados no atendimento à qualificação da oferta dos serviços de acolhimento de idosos, a partir das interações estabelecidas entre a Secretaria responsável pela gestão municipal do SUAS, as instituições da sociedade civil prestadoras dessa modalidade de atenção protetiva e o Conselho de Assistência Social no município de Vitória de Santo Antão-PE. (SANTOS, 2017).

A concepção teórico-metodológica foi a crítico-dialética. Nada foi identificado sobre o CEP, nem sobre as formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial utilizado, uma vez que só há o resumo disponível.

A D12 trouxe como resultado que a qualificação de serviços de acolhimento de idosos/as, no município estudado, não atende ao previsto na legislação, que existem muitos desafios e também possibilidades. Identifica como proposta a participação política dos/as usuários/as da política de assistência social nas instâncias de decisões para o atendimento das suas necessidades.

Na região Nordeste, oito dissertações trouxeram como opção a concepção teórico-metodológica pelo método crítico-dialético (D1, D2, D3, D4, D7, D10, D11 e D12). A D1, D11 e D12 possuem apenas o resumo disponível, o que impossibilitou a realização de uma leitura do material na íntegra, para um maior aprofundamento. A D2, apesar de ter apresentado categorias do método, também trouxe o termo “desestruturadas” para se referir às famílias atendidas pela proteção social especial, termo carregado de ideologia e pertencente a uma perspectiva conservadora. A D4 também trouxe críticas em alguns aspectos importantes e em outros não, pois citou as legislações, sem analisá-las de forma mais aprofundada.

A D6 trouxe uma concepção teórico-metodológica baseada no biopoder e em correntes pós-estruturalistas, embora tenha usado autores/as críticos/as e realizado uma análise crítica. A D5 nada tinha sobre o método no resumo. A D8 e a D9 afirmam serem pesquisas críticas; ambas só dispunham de um resumo.

Apenas a D6, a D7 e a D9 mencionaram CEP, mas em nenhum estudo identificaram-se formas de devolutiva da pesquisa. São perceptíveis algumas lacunas e tendências nos estudos apresentados, que serão analisadas e discutidas neste capítulo.

4.2.4 Resultados encontrados na Região Sudeste

No Sudeste foram identificadas 15 dissertações e seis teses. Foi realizado um resumo dos principais resultados encontrados nesse material, ressaltando que 13 dissertações apresentavam o arquivo completo em PDF e duas dissertações apenas o resumo disponível na base de dados, mas uma teve excluída a análise por questões éticas. Todas as seis teses tinham o PDF do arquivo disponível.

A D1 Sudeste 2013 não tem PDF disponível, apenas o resumo, e nele foi possível identificar que a temática trata do envelhecimento relacionado com a Política de Saúde; teve como objetivo principal “compreender um serviço que realiza Atendimento Domiciliar (UAD), inserido em um contexto da política de saúde, voltado ao idoso com algum grau de dependência ou acamado” (MONTENEGRO, 2013, p. 1). O estudo trouxe como concepção teórico-metodológica a crítico-dialética. Não foi identificado nada sobre o CEP, nem sobre as formas de devolutiva da pesquisa. Não se verificou o referencial utilizado, uma vez que só há o resumo disponível.

A D1 trouxe como resultados que o maior público desse serviço são pessoas idosas e que o número de UADs é insuficiente para atender à demanda; e como sugestões: que sejam inseridas nos espaços de deliberação de políticas públicas as necessidades das pessoas idosas acamadas.

A D2 Sudeste 2013 tinha o PDF disponível, tornando possível realizar sua leitura completa. O trabalho tem relação com a Política de Assistência Social, pois trata acerca da institucionalização de idosos/as. Tem como objetivo principal:

Analisar o conteúdo desses documentos, percebendo entre outras questões: o perfil desse idoso; como os aspectos individuais, familiares e sociais são acionados; de que forma os serviços públicos são provocados; o que informam o próprio idoso e os demais comunicantes; como o abrigo é compreendido pelos envolvidos. (STEFFENON, 2013, p. 15).

A concepção teórico-metodológica não estava explícita. O texto não mencionou o CEP, apenas referiu que a instituição autorizou a realização da pesquisa. Também nada mencionou sobre formas de devolutiva da pesquisa para os sujeitos. No que se refere às referências bibliográficas, trouxe conteúdos críticos do Serviço Social.

A D2 Sudeste realizou análises que contemplaram uma totalidade de fatores, a exemplo do surgimento e da mudança de termos para se referir à população envelhecida, a saber: “velho”, “idoso” e “terceira idade”; da velhice como questão pública e privada; e do processo que vem ocorrendo de reprivatizar essa demanda; analisa ainda as legislações destinadas a pessoa idosa

e traz críticas pertinentes, como, por exemplo, a falta de cumprimento das responsabilidades destinadas ao poder público, além do foco das políticas sociais ocorrer nas pessoas idosas independentes; sobre o papel da família, da própria pessoa idosa, do Estado, do mercado e da sociedade civil perante as demandas do envelhecimento e da velhice; da responsabilização em primeiro lugar da família, mesmo sem essa ter condições de responder a todas as imposições morais e legais; da responsabilização da mulher pelo cuidado com as pessoas idosas dependentes; da falta de remuneração destas e dos conflitos familiares.

A D2 Sudeste 2013 traz ainda a intervenção do Ministério Público, que só atua quando existe uma situação que indique risco à pessoa idosa e no que se refere à institucionalização. Isso só ocorre quando se esgotam todos os meios, tanto os da pessoa idosa quanto os da sua família.

A D3 Sudeste 2014 possui PDF disponível. A temática está relacionada à memória da pessoa idosa e teve como objetivo principal “conhecer a memória das pessoas idosas, em especial, a memória do trabalho realizado nas fábricas de calçados de Franca/SP” (POLTRONIEIRI, 2014, p. 6). Sobre a concepção teórico-metodológica estava explícita que foi a crítico-dialética. Há menção acerca do CEP e da forma de devolutiva da pesquisa, que se dava através de publicações científicas e da entrega de uma cópia da dissertação na instituição de que os sujeitos pesquisados faziam parte. Utilizou-se referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D3 trouxe como resultado a memória dos sujeitos pesquisados em relação ao trabalho, iniciado desde a infância, tornando-se algo degradante, ao invés de ser algo que proporcionasse realização. Foi possível identificar que é necessária uma valorização da memória das pessoas independentemente da idade. Assim, deve-se incentivar uma troca mútua entre as pessoas. Há necessidade de políticas públicas que proporcionem oportunidades para que as pessoas idosas expressem suas memórias.

A D4 2014 Sudeste possui PDF disponível. A temática está relacionada à Política de Saúde e abordou um serviço disponível na Política de Saúde. Teve como objetivo principal “analisar o processo de envelhecimento ativo na visão da equipe multidisciplinar e das pessoas idosas frequentadores da Unidade de Atenção ao Idoso – UAI no município de Uberaba-MG” (PEDROSA, 2014, p. 29). O enfoque teórico-metodológico foi do materialismo crítico-dialético e da análise de conteúdo. Houve menção ao CEP e a formas de devolutiva da pesquisa para os sujeitos participantes, que seria através da apresentação do resultado final. Utilizou-se o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

Foi identificada uma relação da temática do envelhecimento com saúde/doença, família e trabalho. Sobre o trabalho, foi destacado que influencia nas condições de vida e de envelhecimento. Ressaltou-se a saúde como um fator que contribui com o processo de envelhecimento saudável ou dependente. O texto destaca a multidisciplinaridade da temática do envelhecimento; é definido o uso do termo pessoa idosa e explicado que essa opção se deu por esse termo não trazer uma ideia pejorativa. São citadas as terminologias “velho” e “terceira idade”, embora não haja crítica a nenhuma das duas.

A D4 também trouxe uma discussão sobre a falta de investimentos e de preparação da sociedade para conviver com a população idosa. Como exemplo citaram-se os cursos de graduação, que não possuem uma disciplina sobre gerontologia. Foi definido o conceito de envelhecimento ativo e defendido que todos devem ter oportunidades para envelhecer com acesso aos direitos sociais, pois só dessa forma esse envelhecimento será realmente ativo. Outro aspecto identificado foi sobre a importância da prevenção através de projetos que proporcionem uma saúde de qualidade, em lugar de se gastar com internações prolongadas e doenças crônicas.

Na D4 são mencionados os três pilares do envelhecimento ativo: saúde, participação e segurança. No aspecto da saúde, são mencionadas a alimentação e a prática de atividade física como fatores que podem contribuir com o envelhecimento ativo. São citadas as doenças crônicas, o alcoolismo, o tabagismo, o autocuidado e o tratamento de doenças. Frisa-se a importância do trabalho das equipes multiprofissionais em discutir os casos referentes à pessoa idosa para responder a todas as suas demandas na integralidade. Há ainda uma discussão sobre o mundo do trabalho e como suas transformações afetam as profissões. Foi identificada uma crítica à responsabilização das famílias por parte do Estado; foi traçado um perfil das pessoas idosas que frequentam a UAI, com análises críticas sobre a insuficiência/ausência da renda e as poucas aposentadorias, insuficientes para atender às necessidades básicas; há crítica ao BPC por só atender pessoas idosas a partir dos 65 e não dos sessenta anos.

Ainda como resultados da D4, percebe-se que as equipes da UAI não têm clareza sobre o que é o envelhecimento ativo, o que foi relacionado à troca constante de profissionais, além da falta de capacitação. Apontou ainda a necessidade de aumento no número de profissionais nesses serviços. Destacou que a população idosa sabe o que é envelhecimento ativo e seus eixos, conforme a OMS, acrescentando trabalho, família e amigos como aspectos que contribuem para um envelhecimento ativo. Afirmaram que ao adentrarem na UAI sentiram melhorias na saúde, com mais motivação para participar da comunidade e segurança para realizar suas atividades.

A D5 2014 Sudeste possui PDF disponível. A temática se associa com a Política de Saúde e Assistência Social, sempre mantendo relação com o envelhecimento. Teve como

objetivo principal “estabelecer o perfil socioeconômico do segmento de pessoas idosas da região de Pirituba/Perus; identificar, mapear e caracterizar os serviços oferecidos às pessoas idosas” (SILVA, 2014, p. 16-17). A concepção teórico-metodológica não estava explícita, mas a partir da leitura foi possível entender que o trabalho tem características críticas, através de uma abordagem de totalidade. Foi citado o CEP, mas nada foi mencionado a respeito da devolutiva da pesquisa. Utilizou-se referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D5 traz uma discussão acerca das expressões da questão social no Brasil para mostrar como isso afeta a vida e o processo de envelhecimento da classe trabalhadora; aborda o crescimento da população idosa no Brasil e as leis que impõem a responsabilidade de cuidado para o próprio idoso, para a sociedade e a família; assevera que a velhice não é sinônimo de doença, mas existe uma série de doenças que afetam mais essa população, a exemplo das doenças crônicas, que podem dificultar as pessoas idosas na realização das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVs); faz uma crítica à terceira idade, pois no Brasil o segmento idoso não a vivencia; discorre sobre as várias configurações de modelos de família; critica a responsabilização da família pelo cuidado com as pessoas idosas e crianças; rejeita o familismo presente nas políticas sociais no Brasil; trata da reprivatização da velhice.

Alguns dos resultados versaram sobre a precarização dos serviços de saúde, a demora para conseguir vagas para consultas e exames, a distância de alguns serviços, o que dificulta o acesso; as Ilpis que não atendem à demanda, sem contar que exige um perfil, não aceitando idosos/as acamados/as. Fica a interrogação: se na fase final da vida o sujeito mostra-se mais propício a ter dificuldades em desenvolver as AVDs, por que as Ilpis não aceitam esse público? Foi desenvolvida uma análise crítica das legislações que impõem a responsabilização primeiramente às famílias, depois à sociedade e ao Estado; denuncia a inexistência de uma rede de serviços que atenda efetivamente às necessidades da população, principalmente daquelas com dependências, e a dificuldade de articulação intersetorial das políticas sociais.

A T1 2014 Sudeste tem PDF disponível. A temática está relacionada à memória e à velhice e tem como objetivo principal “buscar conhecer as especificidades do ‘envelhecer’ e ‘ser velho’ em Liberdade-MG...” (CUNHA, 2014, p. 20). O método identificado é o de um trabalho etnográfico. Não mencionou o CEP, nem formas de devolutiva da pesquisa, mas trouxe referenciais teórico-críticos do Serviço Social.

Na T1 foi realizada uma discussão sobre a “reinvenção da velhice” e a “ideologia da velhice”, e de como ela justifica o termo “terceira idade”, fazendo uma crítica sobre a responsabilização individual pelo envelhecimento bem-sucedido.

Ainda na T1 foi identificado que o trabalho era algo presente, desde a infância, na vida dos idosos; a relação do envelhecimento com a religiosidade, ressaltando que os/as velhos/as entrevistados/as na pesquisa sempre tiveram proximidade com a religião, fazendo parte da cultura do local; também destacou os papéis exercidos por homens e mulheres nas igrejas que frequentavam, sendo o homem quem assume funções de liderança e de prestígio na comunidade, ficando as mulheres com atividades mais internas, como, por exemplo, as funções para a realização de festas religiosas; retrata como é a vida e a velhice no campo, lembrando que os/as velhos/as trabalhadores/as rurais tiveram desde cedo de começar a trabalhar e não acessaram os direitos sociais, bem como tiveram suas condições de vida afetadas e seu processo de envelhecimento prejudicado; já as mulheres, além do trabalho na roça, tinham o trabalho doméstico da própria casa e ainda o trabalho na casa dos outros, que também era iniciado muito cedo, na infância.

A D6 2015 Sudeste tinha o PDF disponível. A temática mantém relação com espaços de participação democráticos e velhice. Teve como objetivo principal “analisar as produções sociais dos estereótipos sobre o processo de envelhecimento e velhice na contemporaneidade, destacando sua influência na participação, protagonismo e empoderamento dos/as velhos/as nos espaços das conferências de direito” (COSTA, 2015, p. 7). O método foi o crítico-dialético e a análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo. Foi mencionado o CEP, mas nada foi referido sobre a forma de devolutiva da pesquisa. Utilizou-se o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D6 apresenta uma discussão crítica da realidade, como pode ser evidenciado nas críticas direcionadas à ideologia que homogeneiza a velhice, e nos discursos individualizantes que tentam impactar o segmento idoso e desmobilizá-lo enquanto coletivo. As conferências analisadas demonstraram que há distanciamento entre as propostas e os temas, com resistência do segmento idoso.

Na D6 foi identificado um resgate histórico para conceituar totalidade social; em seguida, trava uma discussão sobre as lutas sociais da classe trabalhadora e do direito a envelhecer, da responsabilização do indivíduo em contrapartida à desresponsabilização do Estado para garantir os direitos sociais aos velhos; sobre as mudanças na previdência, o chamamento para continuar no mercado de trabalho e se preparar para a aposentadoria, desconsiderando as condições de vida e de trabalho da população pertencente à classe que vive do trabalho.

A D6 trouxe várias categorias do método de Marx, sempre fazendo uma análise da realidade de forma crítica e mostrando como os espaços de participação e democratização,

como as conferências e os conselhos da pessoa idosa, podem reforçar a ideologia da velhice e/ou desmistificá-la. Isso vai depender, em parte, da sensibilização realizada por quem trabalha diretamente com a população idosa, para divulgar informações sobre os direitos sociais e o engajamento (das pessoas idosas, dos profissionais e também da sociedade) nas lutas para reivindicar a concretização desses direitos; outra parte dependerá da vontade política de quem estiver no comando do Estado, pois se sabe que cada governo segue uma linha de prioridades e no sistema capitalista a prioridade sempre é o capital, em detrimento do trabalho e da classe trabalhadora⁷².

A T2 2015 Sudeste tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com as políticas de saúde e assistência social. Teve como objetivo principal “conhecer as demandas dos idosos da região do Butantã a partir dos relatórios dos profissionais do CRAS – Butantã” (MEDEIROS, 2015, p. 6). Sobre o método, afirma ser quantitativo e qualitativo, embora o texto apresente características de criticidade, percorrendo aspectos da realidade que demonstram um entendimento da relação das condições de vida com o processo de envelhecimento e a dependência, apesar de não aprofundar a totalidade. O estudo mencionou o CEP, mas nada trouxe a respeito de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

Na T2 foi realizado um resgate e uma crítica sobre a origem e o uso dos termos “terceira idade”, “melhor idade”, “velho” e “pessoa idosa”. Foi feita uma análise das mudanças por que as famílias vêm passando e frisado que em um futuro muito próximo será necessário pensar modelos assistenciais alternativos para as pessoas idosas que desenvolvam algum tipo de dependência, que permitam que elas continuem em casa, ou seja, algo intermediário entre a institucionalização e a permanência em casa. Foram discutidos os tipos de violência contra a pessoa idosa, incluindo a violência estrutural, e se criticaram os critérios exigidos para o acesso ao BPC pela população idosa.

De forma geral, pode-se afirmar que a T2 trouxe elementos críticos, além de tornar evidente um tema tão urgente e necessário: quem vai cuidar das pessoas idosas? Mostrou as mudanças familiares e a desresponsabilização do Estado.

A D7 Sudeste 2015 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “analisar as políticas de saúde direcionadas ao segmento idoso, nos âmbitos nacional e municipal, tendo em vista os parâmetros internacionais” (PADUA, 2015, p. 19). Sobre a concepção teórico-metodológica,

⁷² Nos governos populistas, a classe trabalhadora consegue alguns ganhos, porém sempre nos limites permitidos pelo capital, evitando uma mobilização/revolução dessa classe que possa atralhar os objetivos do MPC.

refere ser uma pesquisa bibliográfica e documental com a perspectiva crítica. Nada é mencionado sobre o CEP, nem sobre a devolutiva da pesquisa⁷³. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D7 fez uma análise crítica sobre documentos e legislações que tratam de envelhecimento e velhice. Afirma que eles são universais e não consideram as classes sociais nem as condições objetivas de vida e de sobrevivência de cada um/a, responsabilizando o sujeito e suas famílias pelo cuidado com as pessoas idosas, sem considerar o fortalecimento ou o rompimento dos vínculos e afetos nas relações familiares, o abandono, a violência, o uso excessivo de álcool e drogas, e principalmente sem proporcionar condições reais para que as pessoas e suas famílias possam exercer as responsabilidades impostas.

Na D7 foi identificada a discussão sobre a importância da intersetorialidade entre as diversas políticas públicas para atender às necessidades da população idosa na sua integralidade. Mostra os pontos positivos e de progresso da Política de Envelhecimento Ativo, assim como os pontos negativos e de regressão; por fim, indica que sem mudar as condições de vida, não será possível atingir o envelhecimento ativo, pois as políticas analisadas demonstram avanços em relação aos direitos da população idosa, mas na prática ainda são insatisfatórios, uma vez que não é efetivado tudo que a lei prevê.

A D7 discute a realidade de pessoas idosas com dependência, que não possuem um/a cuidador/a e necessitam ser institucionalizadas, porém, justamente por serem dependentes, não atendem aos critérios das Ilpis. Além disso, o número de vagas das Ilpis não é suficiente para atender à demanda. Na D7 foi identificado ainda que os Serviços de Atendimento Domiciliar (SAD) do município analisado reforçam a tendência de responsabilizar as famílias, pois o objetivo é capacitar o/a cuidador/a para que ele/ela realize o cuidado da pessoa idosa dependente, desconsiderando que essa pessoa necessita trabalhar para sobreviver e nem sempre tem condições para ficar disponível integralmente a fim de realizar os cuidados. Como alternativa é mencionada a criação de Centros-Dia para que a pessoa idosa possa ter seus direitos garantidos e a família possa desenvolver suas atividades laborais e/ou de lazer, e à noite a pessoa idosa retorne para casa, evitando a institucionalização e compartilhando a responsabilidade entre a família e o Estado.

A D8 Sudeste 2015 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “analisar a experiência

⁷³ É necessário destacar que D8 Sudeste 2015 não envolveu seres humanos, nem informações sigilosas, mas análise de documentos de acesso público, embora isso não impeça que seja mencionado o CEP, inclusive para esclarecer por que não foi necessária a apreciação de tal comitê.

de mulheres cuidadoras de idosos com síndromes demenciais, acompanhados regularmente por uma equipe multidisciplinar de saúde” (TRINDADE, 2015, p. 12). A concepção teórica não ficou clara, mas se identificou que a análise metodológica seguiu os estudos de Minayo, que trata da relação dialética entre teoria e prática. Fez menção ao CEP e sobre a devolutiva da pesquisa, que se daria com ações diretamente com os sujeitos participantes da entrevista. Utilizou o referencial teórico- crítico do Serviço Social.

Na D8 abordou-se o envelhecimento ativo; o surgimento do termo “terceira idade”; as legislações destinadas à população idosa; as lutas por direitos trabalhistas na década de 1930 e a restrição de direitos apenas aos que estavam inseridos no mercado de trabalho formal, através da “cidadania regulada”; a responsabilização da família, principalmente da mulher, no cuidado com as pessoas idosas, e a falta de serviços disponíveis para apoiar essas famílias; a existência do programa de cuidado domiciliar, mas que traz condicionalidades para o acesso, pois exige que a pessoa idosa tenha um/a cuidador/a, deixando clara a responsabilização da família.

A D8 evidencia que mesmo existindo uma Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), não há um programa de governo para a população com dependência, ficando a responsabilidade a cargo da família. Isso sobrecarrega a cuidadora principal, normalmente uma mulher, levando ao adoecimento da cuidadora. Há ainda a falta de atenção, por parte dos serviços, para com a saúde da cuidadora, e a falta de contribuição dos demais familiares.

Na D8 foi identificado que as mulheres cuidadoras de pessoas idosas entendem essa função como um dever moral, envolvendo obrigação, gratidão, condições socioeconômicas e profissionais. O termo sobrecarga foi utilizado pelos/as profissionais da saúde ao se referirem às cuidadoras.

Na D8 fica clara a sugestão de implantação de serviços de apoio para as pessoas idosas dependentes e suas famílias, passando a dividir a responsabilidade com o Estado.

A T3 Sudeste 2015 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a Política de Saúde, especificamente sobre o trabalho do/a cuidador/a de pessoas idosas, e teve como objetivo principal “identificar impasses e desafios para o reconhecimento dos cuidados enquanto direito social no país, fato que está atrelado à instituição de políticas destinadas a apoiar e promover os cuidados no âmbito da seguridade social” (GROISMAN, 2015, p. 7) Não foi identificada a concepção teórico-metodológica. Observou-se a menção ao CEP, mas não às formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A T3 faz uma retrospectiva histórica para mostrar como o cuidado vem sendo desenvolvido pela sociedade. Destaca o cuidado no âmbito familiar, pela Igreja e obras de

caridade, ou seja, pelas instituições religiosas e pelo Estado, através da institucionalização desse cuidado. Traz críticas sobre a forma como o envelhecimento ativo é entendido no Brasil, atendendo aos objetivos da ideologia neoliberal. Destaca o crescimento da população de oitenta anos ou mais, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a falta de membros na família para cuidar dos idosos dependentes e questiona de quem seria essa responsabilidade: da família, da sociedade ou do Estado?

A T3 também abordou a criação do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso. Retoma a história do país, o período de escravidão, quando as mulheres negras desenvolviam os serviços domésticos, incluindo a amamentação dos filhos das mulheres brancas. Com o fim da escravidão vem a luta pela regularização do trabalho doméstico, a PEC 72, de 2013, conhecida como “PEC das empregadas domésticas”, a desvalorização desse trabalho e o crescimento da demanda por tais serviços, focando na população idosa dependente.

A T3 trouxe ainda uma discussão sobre familismo, a defender a ideia de que o Estado responsabiliza a família. Trata da falta de lutas por uma política de cuidados, da regulamentação da profissão de cuidador, da falta de condições financeiras das famílias e das pessoas idosas dependentes para contratar um cuidador, pois tais famílias não recebem nenhum tipo de auxílio financeiro do Estado para isso.

Na T3 é resgatada a discussão sobre o surgimento do trabalho de cuidador/a como profissão remunerada, sua regulamentação e a oposição da enfermagem à profissionalização do cuidador de pessoas idosas, que coincide com o mesmo período em que o idoso passa a ser visto como consumidor de bens e serviços.

A T3 ressalta que a ausência de uma política de cuidados significa que o Estado e a sociedade não estão preparados para enfrentar os desafios e as demandas que já fazem parte da realidade, haja vista o crescimento da população idosa e a tendência da continuidade desse crescimento. Destaca ainda que o debate sobre o cuidado ultrapassa a mera preocupação entre categorias profissionais e exige urgência.

A D9 Sudeste 2015 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a Política de Assistência Social e teve como objetivo principal “analisar o impacto social dos SCFVIs em Franca (SP), pois estes se configuraram e se configuram como os maiores serviços socioassistenciais direcionados à população idosa da cidade” (SOUZA, 2015, p. 22). É identificado o método dialético. Foi mencionado o CEP, mas nada foi referido a respeito da devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D9 esclarece as diferenças entre CCI e SCFV; faz uma crítica aos termos “envelhecimento bem-sucedido”, “envelhecimento produtivo” e “envelhecimento ativo”;

discute as primeiras legislações referentes à população idosa, as assembleias mundiais, a criação da SBGG, o trabalho desenvolvido pelo Sesc, a Constituição Federal de 1988, a LOAS, o papel da família na proteção social. Discorre sobre a perspectiva do familismo, presente nas legislações que culpabilizam e responsabilizam as famílias; chama atenção para o fato de esses programas de CCI terem surgido para um público específico. Com a sua expansão, o público vulnerável começou a ter acesso.

A D9 identificou a ausência de avaliações de impactos dos serviços mencionados. Sobre isso foi feita uma crítica, pois todo serviço pode trazer algum benefício, mesmo que seja subjetivo e não seja possível quantificar. Assim, muitas famílias tiveram seus vínculos fortalecidos, muitos projetos de vida foram resgatados, entre outras situações em que o serviço contribuiu para a melhoria da vida dos usuários e de suas famílias. Foi ressaltado que nenhum serviço recebe verbas e financiamento sem que isso traga algum impacto. Logo, é necessário e urgente que avaliações e monitoramentos sejam realizados, para que se possa conhecer como a população é afetada e quais impactos o serviço proporciona aos/às usuários/as, suas famílias, os/as profissionais, o bairro e para a cidade, assim como é importante identificar aquilo que precisa ser melhorado.

A D10 Sudeste 2016 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com o trabalho e teve como principal objetivo “apresentar a realidade vivenciada pelas pessoas idosas e a sua permanência no mercado de trabalho, mesmo já usufruindo de algum benefício social ou previdenciário” (TEIXEIRA, 2016, p. 15). O método foi o materialismo histórico-dialético. Foi identificada menção ao CEP, mas nada foi referido sobre formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D10 trouxe a discussão sobre a categoria trabalho, a transformação que o homem realiza na natureza e em si mesmo, através do trabalho e da centralidade que essa categoria possui na constituição do ser social; a exploração do trabalho no Modo de Produção Capitalista (MPC); a produção de riqueza pela classe trabalhadora e a sua apropriação pela burguesia; as mudanças no mundo do trabalho, o fordismo, o taylorismo, o Toyotismo e a flexibilização do trabalho.

Na D10 foi possível perceber a associação da discussão do envelhecimento com o trabalho, quando foi abordado o retorno e/ou a permanência da pessoa idosa ao/no mercado de trabalho como forma de manter o sustento próprio e o da família; a legitimação da ideologia dominante de que a pessoa idosa deve ser consumidora, assim como a Política de Envelhecimento Ativo, que também incentiva o consumismo, embora traga ideias importantes sobre envelhecer bem. Destacou-se ainda que o envelhecimento não é um processo homogêneo

e perpassa a questão de classe social e de acesso às políticas públicas. Fez-se uma análise crítica do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (Madri, em 2002) e a Política de Envelhecimento Ativo (OMS, 2005), a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso; e críticas ao Estado, que transfere suas responsabilidades para a família, sem dar as condições para que ela possa desenvolver-se e atender às necessidades dos seus membros.

Ainda sobre os resultados da D10, foi possível identificar que os participantes da pesquisa iniciaram suas atividades relacionadas ao trabalho desde a infância e que o trabalho desenvolvido pelas pessoas idosas, além de ser a renda principal ou secundária, é também uma forma de ocupação que as mantém ativas.

A D11 Sudeste 2016 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a Política de Saúde, especificamente de um serviço para deficientes visuais. Teve como objetivo principal “compreender os significados atribuídos pelos entrevistados ao envelhecer e à deficiência, e suas relações com a família, no instituto e nas demais formas de interação social, e perceber como se realiza a prática da vida cotidiana destes indivíduos” (FERREIRA, 2016, p. 138). Sobre o método, consta apenas que é uma pesquisa qualitativa com análise de conteúdo. Fez menção ao CEP, mas nada sobre formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D11 traz uma discussão que mostra como as pessoas com deficiência eram tratadas no país, internadas em instituições e consideradas de forma preconceituosa e sem garantia de direitos. Aborda o modelo biomédico, que trata através das órteses e próteses a pessoa com deficiência, tendo como referência um corpo tido como são. Enfoca a ampliação de direitos a partir do CF de 1988, a Política de Assistência Social no Brasil e o BPC, bem como o aumento do número de pessoas idosas com deficiência solicitando tal benefício; a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Critica a focalização das políticas públicas.

A D11 traz uma discussão sobre a velhice, com elementos que demonstram que ela não é homogênea; sobre a valorização da juventude em detrimento da velhice, o uso do termo “terceira idade”, pois ninguém quer ser velho, mas sim idoso, devido aos estigmas associados ao termo; a desresponsabilização do Estado das suas obrigações e a culpabilização e responsabilização do sujeito pela sua situação, ocorrendo a reprivatização da velhice. Traz ainda a discussão sobre a família e considera que esta é um local também de conflitos, que vem passando por transformações.

Ressalta a importância do uso da bengala na visão dos idosos entrevistados, do aprendizado do braile, das dificuldades enfrentadas pelos/as idosos/as em aprenderem novas formas de se locomover, de se relacionar e enfrentar o preconceito; das dificuldades também

das famílias. Destaca que os/as participantes da pesquisa se reconhecem como idosos/as, e não como velhos/as, colocando a velhice como sinônimo de doenças e de algo descartável.

A D12 Sudeste 2016 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com a política de saúde, especificamente sobre a política de envelhecimento ativo, e teve como objetivo principal:

A análise crítica do documento público “Envelhecimento Ativo: uma política de saúde”, disposto pela Organização Mundial de Saúde – OMS (2005), com o objetivo de identificar as possibilidades de sua materialização para a real promoção do envelhecimento ativo na perspectiva de totalidade. (VILLIONE, 2016, p. 7).

A concepção teórico-metodológica foi o materialismo histórico-dialético, justificada pela possibilidade de análise crítica da realidade e também por fazer parte da formação de assistentes sociais e da apropriação que a categoria faz dessa teoria para o desenvolvimento do PEPSS. Menciona o CEP e as formas de devolutiva da pesquisa (publicações científicas e oficinas, fóruns, reuniões com conselheiros e demais setores que dialoguem com o tema). Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

Na D12 discutiu-se a pós-modernidade, a responsabilização do sujeito e da família pelo envelhecimento bem-sucedido e a reprivatização da velhice; faz uma crítica ao termo “terceira idade”, que tenta homogeneizar o segmento idoso; destaca que o envelhecimento por si só não é uma expressão da questão social, mas sim a velhice da classe trabalhadora, pois são destituídos de meios que possibilitem um envelhecimento e uma velhice digna, com acesso a bens e serviços. Refere a criação de legislações específicas para a população idosa como fruto de lutas sociais; analisa a Política de Envelhecimento Ativo com ênfase ao eixo saúde. Ressalta a focalização dessa política pública e sua judicialização em decorrência do neoliberalismo.

A D12 trata sobre a entrada do Serviço Social na saúde, suas contribuições e desafios. Ressalta que embora a categoria tenha um projeto ético-político e uma formação crítica, isso não significa que na prática isso ocorra, pois muitas vezes fica apenas no discurso. A D12 traz como resultado que a materialização da Política de Envelhecimento Ativo não é possível dentro do MPC, mas poderá se concretizar em outro modo de sociabilidade.

A T4 2016 Sudeste tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com os espaços de participação da sociedade civil e teve como objetivo principal:

Analisar a hegemonia no Conselho Estadual do Idoso de São Paulo (CEI/SP). Este trabalho procurou apreender, além das relações de disputas ou consensos que se travam nesse espaço, as potencialidades de representação, organização social e construções que aí se dão e, pela especificidade de sua composição, como se expressam as relações entre a sociedade civil e o Estado com vistas à

participação e à construção de posturas e ações mais emancipatórias. (CINAT, 2016, p. 24).

A concepção teórico-metodológica foi o materialismo crítico-dialético. Fez menção ao CEP, mas não citou formas de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A T4 tratou sobre o poder que a hegemonia possui para estabelecer e manter um sistema, como o sistema capitalista; sobre a criação do Estado moderno, que serve a classe dominante; discutiu de forma crítica acerca das categorias hegemonia e ideologia; sobre a CF de 1988 e a conquista de direitos a espaços de participação, como conselhos e conferências; da responsabilização da família com os velhos; da feminização e da heterogeneidade da velhice; da política de envelhecimento ativo, que embora traga mudanças, afirma que o envelhecimento com emancipação só será possível noutro tipo de sociabilidade; das lutas e da conquista de direitos, como aposentadoria, Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso; e ressalta que por ser o Conselho do Idoso uma instituição do Estado e de uma sociedade capitalista, tem limites e é um meio/um caminho para se alcançar outro projeto societário.

A T5 2016 Sudeste tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com questões de gênero (violência doméstica) e teve como objetivo principal “avaliar o alcance das perícias psicossociais em apreender e interpretar o universo cotidiano das mulheres negras idosas que demandaram por justiça quando vítimas de violência doméstica” (OLIVEIRA, 2016, p. 19). Não foi especificada a concepção teórico-metodológica que guiou o trabalho. Nada foi mencionado a respeito do CEP ou da forma de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A T5 afirmou que a velhice não é homogênea, que o envelhecimento depende de a qual classe social o indivíduo pertence; chamou atenção para a pobreza no país, que afeta mais a população negra; trouxe dados que mostram que os negros têm altas taxas de óbitos na faixa etária de 15 a 19 anos, pois ficam mais vulneráveis à violência urbana; ressaltou a diferença no acesso à educação formal e ao emprego formal entre brancos e negros; mencionou as terminologias “velho”, “terceira idade” e “idoso” e anotou que essa mudança de nomenclatura se iniciou na França e que o Brasil seguiu esse modelo importado, adotando atualmente nas legislações oficiais o termo “idoso”; abordou a submissão da mulher ao homem e as lutas dos movimentos feministas; observou que as mulheres negras sofrem as desigualdades de gênero, de raça e vivenciam mais situações de desigualdades, se comparadas com as mulheres brancas; tratou da criação da Lei Maria da Penha.

A T5 abordou a abolição da escravidão e a marginalização sofrida pelos negros libertos, sem condições de comprar terra nem meios para trabalhar e sobreviver; no processo de industrialização do país eram preferidos os imigrantes, seguidos dos trabalhadores/as brasileiros/as brancos/as e, por último, os negros.

Foi realizada uma discussão sobre o racismo institucional e como as idosas da pesquisa sofreram esse tipo de racismo, agravado pela invisibilidade atribuída à pessoa idosa; a criação de legislações sem considerar as diferenças entre o segmento idoso, e sem diferenciação de gênero e étnico-racial; traz críticas ao envelhecimento ativo, que responsabiliza o indivíduo e não considera as condições socioeconômicos dos sujeitos ao longo da vida, nem o grau de acesso a direitos básicos como alimentação, atividade física, lazer, etc. Aduziu que o capital percebe essa classe de aposentados com renda perene e os transforma em consumidores.

Foram citadas as Conferências Nacionais da Pessoa Idosa (a I em 2006, a II em 2010, a III em 2011 e a IV em 2015); em nenhuma delas foi abordado o idoso/a negro/a; trouxe o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, criado em 2005: na prática, o Estado é mínimo para as políticas sociais e os serviços destinados ao segmento idoso que sofrem violência doméstica são em número reduzido e funcionam de forma desarticulada entre si, assim como ocorre com crianças e mulheres. Destacou que a violência doméstica é reflexo da violência estrutural, com a ausência ou o precário acesso a políticas sociais públicas; mencionou a baixa qualidade dos atendimentos e a falta de medicamentos.

Ressaltou a falta de acesso à atenção básica de saúde e a falta de inserção na política de assistência social e nos seus programas, o que pode provocar a violência, pela falta de informação em relação aos cuidados; a falta de acolhimento e de atendimento das próprias necessidades do cuidador, entre tantas outras questões que poderiam ser sanadas ou anemizadas se a família tivesse acesso de qualidade aos diversos serviços de proteção básica da rede.

Na T5, o número de perícias de idosas negras é inferior ao número realizado com idosas brancas; muitas mulheres negras idosas nem sequer conseguem acesso ao Poder Judiciário devido ao racismo institucional; a falta de capacitação dos profissionais que estão nas delegacias da mulher; o machismo instaurado com falas: “você apanha porque quer, está com ele porque quer”, que reforça a violência doméstica e desencoraja as vítimas a procurarem ajuda. A autora afirma que as delegacias do/a idoso/a se recusam a fazer BO e encaminham as idosas para as delegacias da mulher quando o assunto é violência doméstica.

Foram destacados ainda os papéis sociais esperados pela família, como primeira instituição responsável pela socialização e cuidado dos seus membros. Com a retirada do Estado do papel de garantidor de direitos, a família fica cada vez mais responsabilizada pelo/a idoso/a.

Culturalmente, existe um pacto que estabelece uma troca: pais cuidam dos filhos, e estes cuidam dos pais na velhice. A pesquisa mostrou que nem sempre isso acontece na prática, e que a família não é espaço apenas de proteção, mas também de conflito e violência.

Foi ressaltado, na T5, que as idosas que sofrem violência doméstica não vão para as Ilpis, e que o Estatuto do Idoso assevera que a preferência é que os/as idosos/as permaneçam com suas famílias. As idosas vítimas de violência doméstica não se encaixam como público das casas-abrigo (destinadas a mulheres em situação de violência e risco de morte). Indaga se não deveria se pensar em outros tipos de moradias para idosos autônomos, para além das Ilpis convencionais.

A D13 Sudeste 2017 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com os espaços de participação da sociedade e teve como objetivo principal “analisar a participação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Uberaba na efetivação das deliberações oriundas das quatro Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa” (RIOS, 2017, p. 14). A concepção teórico-metodológica foi o materialismo crítico-dialético e a análise de conteúdo. Foi mencionado o CEP, mas nada sobre a forma de devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D13 considera a velhice como heterogênea e observa que a legislação destinada à pessoa idosa não é efetivada, devido ao Estado ser mínimo (neoliberalismo) para o social. Tratou sobre o discurso do envelhecimento ativo, que culpa a pessoa pelo seu envelhecimento, sem considerar as suas reais condições de vida; e da pseudovalorização da pessoa idosa pelo sistema capitalista; das lutas dos aposentados, das conquistas de direitos na CF de 1988, da Política Nacional do Idoso, do Estatuto do Idoso e dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa.

Outro aspecto que foi abordado na D13 foi o controle exercido pela classe dominante, que impõe a sua dominação buscando o consenso da classe trabalhadora. A participação deve ser conquistada, pois ela nunca é concedida como uma dádiva.

No que se refere à emancipação humana, é preciso outra forma de sociabilidade, pois na ordem capitalista não é possível sua realização; já a participação nos conselhos do idoso deve ser paritária entre poder público e sociedade civil, contudo isso não garante que as relações de forças sejam iguais.

A D13 discutiu acerca da importância das Conferências, que deliberam e propõem diretrizes de ação, e dos Conselhos, que têm o papel de fiscalizar o poder público. Também teceu uma crítica em relação aos temas e objetivos das Conferências do Idoso do município de Uberaba/MG, que mudam de foco como se estivessem sempre começando do zero. Assim, desconsideram e nunca resgatam o que foi discutido na conferência anterior. Destacou ainda a

existência de muitas legislações para a população idosa, com insuficiente efetivação. Por fim, sugeriu que a emancipação humana e política só se dará noutra ordem societária.

A D14 Sudeste tinha PDF disponível, mas não foi analisada devido a questões éticas, por envolver interesse pessoal, como já discutido.

A T6 Sudeste 2017 tinha o PDF disponível. O tema faz uma associação do envelhecimento com as políticas de Seguridade Social (saúde, assistência e previdência social) e com a dependência e o cuidado na velhice. Teve como objetivo principal “compreender as respostas encontradas pelas famílias para o cuidado de seus idosos em situação de dependência” (MONTENEGRO, 2017, p. 30). O método recebeu enfoque dialético e crítico. Fez menção ao CEP, mas não à devolutiva da pesquisa. Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A T6 destacou que o Estatuto do Idoso é uma conquista, mas observou que ele já não atende à realidade brasileira, pois impõe à família a responsabilização pelo cuidado com os/as idosos/as, só entrando em cena a sociedade e, por último, o Estado, quando esgotarem as possibilidades da família; tratou sobre o cuidado aos idosos com dependência, que acamados ou não, necessitam de cuidados. Aduziu que tal responsabilidade recai sobre a mulher e que a classe social a que o sujeito pertence diz muito sobre o modo de envelhecer; que as condições econômicas, sociais e culturais também afetam a forma como a família vai tratar esse/a idoso/a; considerou a heterogeneidade da velhice; trouxe o entendimento do cuidado como direito social que deve ser responsabilidade pública; fez críticas aos processos que “reprivatizam a velhice” e transferem a responsabilidade para o âmbito privado e individual.

Foi realizado um apanhado histórico sobre a família e sua evolução e transformações, numa concepção crítica. Teceu uma crítica ao Estatuto do Idoso, que criminaliza a família que não cuida da pessoa idosa, desconsiderando que nem todo/a idoso/a tem família, e nem toda família tem condições de realizar esse cuidado, principalmente em casos de dependência.

Abordou ainda a proteção social no Brasil, focando na previdência social, com um apanhado histórico; trouxe críticas à reforma da previdência e aos cortes na área social; tratou sobre o histórico da política de saúde e a Política de Assistência Social. Em seguida, enfocou o tripé da Seguridade Social, criticou as reformas da Previdência e asseverou que em muitas famílias a única renda fixa deriva da aposentadoria ou do BPC do/a idoso/a.

Abordou o cuidado numa perspectiva de direitos, ressaltando que as Ilpis não estão presentes em 70% dos municípios, que não possuem esse tipo de equipamento. Logo, é a família exclusivamente que acaba assumindo os cuidados dos/as seus/suas idosos/as dependentes.

A T6 mostrou os resultados obtidos com entrevistas de cuidadores/as de idosos/s participantes dos serviços de saúde e assistencial social da região Sudeste do município de São

Paulo; estes revelam a redução no número dos filhos das pessoas idosas, que os/as cuidadores/as acham que a responsabilidade pelo cuidado é das famílias. Outros/as acrescentaram que também é do Estado e citaram as dificuldades que a família enfrenta em encontrar um membro para esse cuidado e de adequar os horários de trabalho com as demais atividades da rotina da pessoa e do idoso. Considerou ainda que o cuidado é visto como uma retribuição pelo cuidado recebido dos pais; que a maioria dos/as cuidadores/as possuía idade a partir de cinquenta anos, sendo alguns idosos/as que cuidam de outros/as idosos/as, e a grande maioria do sexo feminino.

Sobre as formas como os cuidadores aprenderam a cuidar, frisa as dificuldades dos cuidadores, que relataram não ter tempo para cuidarem de si; muitos não têm com quem dividir a responsabilidade pelo cuidado. Afirmam que quanto mais dependente é o idoso, maiores são as dificuldades para cuidar, manusear, ter força física, alimentar, além dos cuidados com procedimentos que exigem conhecimento técnico, como o uso de sondas. Mencionou a falta de organização familiar para revezar o cuidado.

Foi ressaltada na T6 a urgência da participação do Estado, através das políticas públicas, como consta nas legislações. A responsabilização das famílias no cuidado com o idoso é insuficiente para atender a suas demandas, logo é necessário que o cuidado seja um direito social garantido pelo Estado, pois as famílias não detêm todas as condições para sozinhas, exercer essa responsabilidade.

Ficou constatado que as legislações e documentos internacionais e nacionais voltados ao segmento idoso focam no envelhecimento ativo e no/a idoso/a independente e consumidor; pouco se fala sobre a velhice com dependência. Como sugestão, com base nos resultados da pesquisa, a T6 trouxe a criação de outro tipo de benefício dentro da Seguridade Social, voltado a atender à demanda de cuidado de idosos. Citou Camarano, que sugeriu criar um quarto pilar na seguridade para esse fim; sugeriu ainda aumentar o número de Centro Dia do Idoso, a criação de mais Ilpis como opção e bolsa auxílio na política de assistência, bem como mais serviços de apoio na saúde para orientar e plantão para tirar dúvidas dos/as cuidadores/as.

A D15 Sudeste 2017 não tinha o PDF disponível. Através da leitura do resumo, foi possível perceber que o tema faz uma associação do envelhecimento com o trabalho (reingresso de velhos no mercado de trabalho). Teve como objetivo principal:

Compreender e analisar as motivações que estão fundamentando a decisão do velho trabalhador aposentado em se manter no mercado de trabalho, e aqueles que necessitam vender a sua força de trabalho, principalmente no que tange às necessidades de ordem econômica, que, em muitos casos, passam a ser o fator determinante nesse processo de reingresso no mercado de trabalho. (MAIA, 2017, p. 1).

Sobre o método, consta apenas que a metodologia para a análise dos dados foi qualitativa. Nada foi dito sobre o CEP, nem a forma de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial teórico, pois só havia o resumo disponível na base de dados pesquisada.

É possível assegurar que a maioria dos trabalhos produzidos na região Sudeste lançou mão da concepção teórico-metodológica crítico-dialética (D1, D3, D4, D6, D9, D10, D12, T4, D13, T6) de forma explícita e que foram identificadas análises de totalidade, embora houve dissertações e/ou teses que não continham de forma explícita a perspectiva teórico-metodológica e aquelas que indicavam apenas trabalho etnográfico (T1), pesquisa e análise qualitativa (D11 e D16). Em algumas não identificamos o método (D2, D5, T2, T3 e T5), mas apresentaram características de criticidade.

A menção ao CEP e as formas de devolutiva dos resultados para os sujeitos foram identificadas apenas em D3, D4, D8 e D12; as que citaram apenas o CEP foram D5, D6, T2, T3, D9, D10, D11, T4, D13 e T6; as que não citaram o CEP nem devolutiva foram D1, T1, D7, T5 e D15. Já a D2 mencionou apenas que a pesquisa foi autorizada pela instituição.

Observamos que na maioria dos trabalhos não houve menção às formas de devolutiva da pesquisa para os sujeitos, sendo uma lacuna e uma preocupação, pois o método crítico-dialético busca conhecer a realidade para transformá-la. Assim, não basta produzir conhecimento, é necessário compartilhá-lo com a sociedade, sobretudo com a classe trabalhadora e subalterna.

4.2.5 Resultados encontrados na Região Sul

No Sul foram identificadas três dissertações e uma tese; apenas uma dissertação não tinha o PDF com arquivo completo disponível. Desta, foi realizada a leitura do resumo.

A T1 Sul 2014 possui PDF disponível. A temática fez associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal:

Analisar as implicações do processo de hospitalização e as perspectivas da atenção domiciliar, com vistas a problematizar, em conjunto com idosos, familiares, assistentes sociais e profissionais da saúde, proposições destinadas à garantia da qualidade de vida do idoso no período pós-hospitalar. (ANDREATTA, 2014, p. 12).

A perspectiva teórico-metodológica foi a dialético-crítica. Foram mencionados o CEP e as formas de devolutiva da pesquisa (socialização das informações através da participação em espaços de discussão e prática profissional). Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

Na T1 Sul foi realizado um resgate histórico social da política de saúde no Brasil; da saúde enquanto direito social conquistado pela classe trabalhadora; da profissão de Serviço Social e sua aproximação com as lutas da classe trabalhadora, principalmente a partir de 1990, com a construção do Código de Ética; da lei que regulamenta a profissão e do projeto ético-político.

A T1 Sul abordou as políticas e legislações direcionadas à população idosa, e que tais políticas colocam na família a responsabilidade pelo cuidado com as pessoas idosas, principalmente as dependentes. Ressaltou a insuficiência das políticas para atender as famílias que possuem idosos dependentes; também foi discutida a internação em domicílio para idosos que não conseguem se locomover até as UBS; as equipes que atendem a domicílio e sobre o quanto esse suporte profissional contribui e faz diferença na vida das pessoas idosas e de suas famílias, principalmente de quem assume a função de principal cuidador/a; os desafios identificados pela equipe. Observou que são escassas as ações e políticas destinadas à população idosa com algum tipo de dependência, e ressaltou que o Serviço Social precisa produzir conhecimento sobre a temática para contribuir com as políticas sociais e como embasamento teórico aos/às profissionais que trabalham com esse público. Associou a atuação dos assistentes sociais com a tentativa de materialização do PEPSS.

Na T1 Sul também foi destacado que muitas pessoas associam doença com velhice e acham normal estarem velhas e doentes, por isso demoram a procurar atendimento. Ainda, ressalta a necessidade de desmistificar essa associação; afirma que a velhice é heterogênea.

Como resultados da T1 Sul, identificou-se que os/as idosos/as e suas famílias se sentem seguros com as hospitalizações pelo fato de terem no hospital profissionais capacitados para realizar os cuidados; o crescimento do número de pessoas idosas com oitenta anos ou mais e que se tiverem algum tipo de doença ficam mais propícias a desenvolver algum grau de dependência; a falta de articulação entre as políticas públicas, a responsabilização da família e a figura do cuidador, pois nem todas as famílias podem pagar um/a profissional para cuidar dos seus idosos. Chamou a atenção para a atuação profissional do assistente social no ambiente hospitalar com demandas referentes à população idosa; sobre a necessidade de produção teórica sobre o tema. Ressaltou que apesar dos esforços para a produção de conhecimento pelo Serviço Social, a produção teórica sobre o/a idoso/a hospitalizado/a está mais concentrada nas áreas da medicina, enfermagem e fisioterapia.

A D1 Sul 2015 possui PDF disponível. A temática fez associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “analisar de que forma a atenção à população idosa com transtorno mental é desenvolvida pelos Centros de Atenção Psicossocial

– CAPS, do município de Porto Alegre, a fim de contribuir para a qualificação da atenção a este segmento populacional” (ALVES, 2015, p. 21). A perspectiva teórico-metodológica foi a dialético-crítica. Mencionaram-se o CEP e as formas de devolutiva da pesquisa (através de publicações científicas e de ações diretamente com os sujeitos participantes da pesquisa, com entrega de relatórios aos serviços pesquisados e apresentação de seminários com a participação dos sujeitos da pesquisa). Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D1 Sul chama atenção para o crescimento do segmento idoso e das demandas que irão surgir; para as transformações nas famílias e da responsabilização do Estado; para a questão do gênero, ressaltando que as mulheres estão alcançando uma expectativa de vida maior do que a dos homens, o que não significa que vivem em melhores condições; que os/a usuários/as do Caps pesquisado têm mais pessoas idosas do sexo masculino. Também abordou o uso dos termos “velho”, “idoso” e “terceira idade/melhor idade”. O velho é visto como algo pejorativo pela sociedade capitalista; idoso é visto como um tratamento respeitoso para as pessoas de maior poder econômico; já terceira idade surgiu na França para valorizar as pessoas idosas que têm condições financeiras de praticar exercícios e desfrutar de atividades de lazer. Questionou o termo “melhor idade”, pois diante da situação econômica e social da maioria dos/as idosos/as brasileiros/as, como afirmar que vivem na melhor idade?

A D1 Sul trouxe como resultados que as principais demandas apresentadas pela população idosa usuária do CAPS pesquisado são transtornos depressivos, demências, esquizofrenia e transtornos afetivos. Também foi identificado que não existe nas legislações destinadas à população idosa, nem nas legislações de saúde mental, nada específico sobre serviço de saúde mental para o segmento idoso. Outro aspecto foi a ausência de capacitações aos/as profissionais das equipes para o trabalho com a população idosa, mas foi identificado o desenvolvimento de Projeto Terapêutico Singular, que contribui com o atendimento das demandas do segmento idoso.

A D2 Sul 2017 não possui PDF disponível. A temática fez associação do envelhecimento com a Política de Saúde e de Assistência Social e teve como objetivo principal “evidenciar os avanços e desafios e contribuir na efetivação das políticas públicas para a pessoa idosa na cidade de Porto Alegre” (MACHADO, 2017, 1). Sobre a perspectiva teórico-metodológica, o método adotado foi o dialético-crítico. Nada foi mencionado sobre o CEP, nem sobre formas de devolutiva da pesquisa. Não foi possível verificar o referencial teórico, pois só havia o resumo disponível.

A D2 Sul trouxe como resultados, a partir da leitura do resumo, que os planos municipais estão de acordo com as legislações federais destinadas à pessoa idosa, mas necessitam de

propostas específicas que considerem a realidade do município pesquisado, além dos diversos perfis de idosos, pois a velhice não é vivenciada por todos de forma homogênea.

A D3 Sul 2017 possui PDF disponível. A temática fez associação do envelhecimento com a Política de Saúde e teve como objetivo principal “conhecer as experiências sociais das pessoas idosas usuárias de álcool e outras drogas em relação ao atendimento realizado nos Caps no ano de 2016, a fim de qualificar e ampliar o atendimento prestado em municípios de fronteira do Rio Grande do Sul” (FONSECA JUNIOR, 2017, p. 15). A perspectiva teórico-metodológica foi a materialista histórico-dialética e a análise de conteúdo. Foram mencionados o CEP e formas de devolutiva da pesquisa (através da apresentação da dissertação e através de relatório final da pesquisa, enviado aos gestores e aos usuários por boletim informativo). Utilizou o referencial teórico-crítico do Serviço Social.

A D3 Sul trouxe uma perspectiva crítica ao tratar sobre o envelhecimento e a desvalorização do ser humano na velhice, sobre as políticas que responsabilizam primeiro a família, seguida da sociedade civil e, por último, o Estado. Analisou os documentos internacionais (assembleias de Viena e Madri) dos discursos de envelhecimento ativo sobre particularidades regionais da questão social.

A D3 Sul tratou acerca do histórico da política de saúde no país, chegando até o movimento pela Reforma Sanitária; dos desafios que o SUS vem enfrentando; da separação da Seguridade Social, em previdência (contributiva), saúde (universal) e assistência (a quem necessitar); da atenção básica que contribui para o atendimento de pessoas idosas no seu território; e dos desafios da Política de Saúde Mental no Rio Grande do Sul; dos hospitais psiquiátricos e do surgimento dos Caps, que substituem os hospitais e as internações, trazendo os/as usuários/as para perto da família e da comunidade. Também discutiu sobre a exploração do capital sobre o trabalho, sugando o tempo de vida do trabalhador para obter cada vez mais a mais-valia. Já aqueles que não atingem um *status* social desejável e imposto pela sociedade, acabam procurando nas drogas uma felicidade passageira.

Ainda sobre os resultados, a D3 Sul trouxe que os homens constituem o maior público que frequenta os Caps; que as mulheres preferem o atendimento ambulatorial; que o uso de álcool e de outras drogas tem início na infância e adolescência, tornando-se exacerbado na relação com o trabalho, o desemprego e com a violência estrutural que se materializa na vida da população através da falta de acesso aos direitos sociais ao longo de toda a vida e não apenas na velhice. Frisou a necessidade de capacitação dos/as profissionais que atuam nos CAPS, para que possam atender às questões de gênero e de geração (incluindo as pessoas idosas), além de maiores investimentos na política de saúde mental, por parte do Estado.

Todas as produções da região Sul (T1, D1, D2 e D3 Sul) trouxeram de forma explícita a concepção teórico-metodológica crítico-dialética. Apenas um trabalho (D2 Sul) não mencionou o CEP nem as formas de devolutiva da pesquisa. Os demais mencionaram os dois aspectos.

4.3 Tendências na produção do conhecimento em Serviço Social na área da Gerontologia Social Crítica

Ficou evidente que existe um número considerável de dissertações e teses pelos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil. As regiões Sudeste e Nordeste se destacaram.

No que se refere às principais temáticas pesquisadas e relacionadas com o envelhecimento e à velhice, destacam-se as políticas de **Saúde** (com discussões envolvendo gestão, gênero e sexualidade, serviços da média complexidade, atendimento domiciliar, unidade de atenção ao idoso, cuidadores de idosos/as dependentes, serviço para pessoa com deficiência visual, serviço para pessoa com insuficiência renal crônica, serviços de saúde mental, envelhecimento ativo); de **Assistência Social** (com discussões acerca de SCFV, CCI, judicialização do BPC, IUPI); da **Saúde e Assistência Social; Previdência Social; Memória; Espaços democráticos de participação** (Conselhos e Conferências de direitos da pessoa Idosa) e **Outros** (que inclui produção de conhecimento, programa de preparação para aposentadoria, trabalho e gênero).

Todas as temáticas mantêm relação com a discussão referente a políticas sociais e expuseram a realidade da “velhice trágica” no Brasil, tratando das dificuldades de acesso aos direitos sociais e mostrando como o processo de envelhecimento é condicionado pelas condições de vida a que os sujeitos têm ou não acesso ao longo da vida.

As dissertações e teses evidenciaram discussões que corroboram o que Keller (2021, p. 61) afirma em relação à Política de Seguridade Social:

Para os/as velhos/as que são integrantes da classe trabalhadora, a conjuntura aponta para um futuro de poucas perspectivas. Os projetos conservador e neoliberal propugnam o **desmonte da previdência** que lhes assegura condições mínimas de existência, **da saúde pública**, gratuita e de qualidade que acessam através do Sistema Único de Saúde (SUS), e da **assistência social**, que tornará a ser acessada não como um direito, mas mediante caridade e filantropia. (KELLER, 2021, p. 61, grifos nossos).

Essa realidade de desmonte, focalização, privatização e descentralização das políticas de saúde, previdência e assistência social, se expande e também atinge as demais políticas sociais (habitação, educação, transporte, lazer etc.), como mostrado pelas dissertações e teses analisadas.

Esse contexto é resultado da política neoliberal que o Estado vem adotando ao restringir e reduzir a garantia dos direitos sociais; ele transfere para as famílias e para a sociedade civil a responsabilização pelo atendimento das necessidades do segmento idoso, ficando sob sua responsabilidade a publicação de leis e a transferência de recursos financeiros, cada vez mais reduzidos, para o terceiro setor desenvolver/administrar serviços essenciais à população. Estes deixam de ter uma perspectiva de direito para serem transmitidos como um favor e se destinam apenas aos pobres em situação de maior vulnerabilidade e miséria.

Como anota Keller (2021, p. 61):

O cenário de agudização da crise capitalista prioriza a expropriação dos direitos historicamente conquistados e reforça ainda mais a responsabilização individualizada de trabalhadores/as pelo seu próprio destino. As contradições decorrentes da desproteção social intensificada pela ascensão do conservadorismo desamparam contraditoriamente aqueles que possuem o legado de guardar o passado e transmitir tradições, ante a destrutibilidade do capitalismo radicalmente neoliberal.

A situação piora quando esses/as velhos/as adoecem e tornam-se dependentes parcial ou totalmente para a realização das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVDs) e para as Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIDVs), situação também discutida nos estudos analisados, pois as famílias sozinhas não conseguirão atender a essa demanda. São necessárias políticas sociais públicas para garantir os direitos sociais dessas pessoas idosas de serem cuidadas e de terem todas as suas necessidades atendidas com qualidade.

As dissertações e teses teceram críticas às exigências estabelecidas pelos serviços que atendem a esse público dependente, assim como foi sugerida a criação de mais serviços que atendam às demandas das pessoas idosas, sejam elas acamadas e dependentes ou ativas e independentes.

Os estudos trazem uma denúncia acerca das condições degradantes de vida a que a classe trabalhadora foi submetida ao longo da vida, e do seu acirramento com a chegada da velhice. Algumas/alguns daqueles/daquelas velhos/as ainda ativos/as permanecem no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária, seja pela necessidade econômica, seja porque "... na

maioria dos casos as aposentadorias não permitem a satisfação das necessidades primárias dos indivíduos” (MAGALHÃES, 1989, p. 37). Acrescentamos nesse rol as pensões e o BPC⁷⁴.

Outro motivo identificado, nas dissertações e teses analisadas, que contribuem para a permanência dos/as velhos/as no mercado de trabalho é a ausência de outro projeto de vida fora do trabalho, pois o acesso a outras formas de sociabilidade e desenvolvimento do ser social⁷⁵ nunca existiu ou é insuficiente para garantir o desenvolvimento de outras habilidades e/ou acesso a outras atividades, como, por exemplo, a arte, a dança, a música e o lazer.

A categoria trabalho foi discutida como algo presente na vida dos/as velhos/as desde a infância, que desde cedo tiveram outros direitos negados, como a educação formal, incluindo o acesso e a permanência na escola.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1987, p. 50).

A categoria trabalho tem centralidade na vida do ser social, pois ao transformar a natureza o homem transforma a si mesmo. Mas no MPC, “... *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador*” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 56, grifo dos autores). Ocorre um processo conhecido como alienação.

Ainda conforme Netto e Braz (2012, p. 57, grifos dos autores):

A alienação é própria de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é *expropriado* – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*.

Todavia, na sociedade capitalista o resultado do trabalho foi transformado em algo estranho ao homem, que só se sente livre quando está fora do trabalho, mas ao mesmo tempo e de forma contraditória, não sabe o que fazer com essa liberdade.

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 58-59):

⁷⁴ É necessário mencionar que há uma população de velhos/as sem acesso a nenhum desses benefícios, seja porque ainda não atingiram a idade para se aposentar ou para conseguir acesso ao BPC. Isso porque as aposentadorias trazem requisitos de período de contribuições e idade mínima; já o acesso ao BPC para pessoas idosas exige idade a partir de 65 anos ou mais e a renda familiar não pode ultrapassar ¼ do salário mínimo.

⁷⁵ O trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (NETTO, BRAZ, 2012, p. 55).

Até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de *todos os homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje, o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens. Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens.

Netto e Braz (2012) ressaltam que nem todos/as os/as homens e mulheres na sociedade capitalista têm acesso e podem se humanizar (educação formal, informal, valores, política, ética, arte, cultura etc.); nem todos/as têm acesso ao acervo de conhecimentos e de produtos que a sociedade construiu. Mesmo que seja um patrimônio de todos, a forma de acesso é completamente desigual, pois as relações sociais nessa sociedade são marcadas pelas desigualdades.

Essas disparidades no desenvolvimento do ser social, fruto do modo de sociabilidade capitalista, não permitem o crescimento, a evolução e a humanização para todas as pessoas, deixando grande parte da população alienada e ao mesmo tempo presa ao trabalho, com o sentimento de vazio e ócio quando enfim saem do mercado de trabalho, pois não enxergam outras possibilidades de vida fora do trabalho, mesmo que esse trabalho tenha sido degradante.

Há ainda o preconceito e a discriminação, que desvalorizam quem está fora do mercado de trabalho, pois não há valorização humana na sociedade capitalista, a valorização é apenas econômica. É valorizado quem produz economicamente e/ou consome produtos e bens disponíveis no mercado.

Outros aspectos que foram discutidos nos estudos analisados foram a valorização da memória, os espaços de participação democráticos e as questões de gênero e sexualidade das pessoas idosas.

No modo de sociabilidade capitalista, não se valoriza a experiência de vida (trabalho, vida pessoal, cultura) da pessoa idosa e a transmissão e a troca intergeracional desses conhecimentos entre as gerações, conforme preconiza o Estatuto do Idoso.

Os espaços de participação democrática (conselhos e conferências de direitos da pessoa idosa) são o resultado das lutas e conquistas da classe trabalhadora, de militantes, de estudantes e de profissionais, incorporado na Constituição Federal de 1988, porém tais espaços podem servir para a manutenção da ordem e da ideologia dominante ou para mudanças; isso vai depender da direção política dos governos, da divulgação desses espaços e do

compartilhamento de informações que possibilitem a organização e a participação ativa da população, principalmente do segmento idoso.

No quesito gênero e sexualidade, os dados mostraram que o país está vivenciado um processo conhecido como feminização da velhice, embora isso não signifique que as mulheres vivam em condições melhores, pelo contrário, elas sofrem com o machismo e com o conservadorismo que naturalizam as funções impostas às mulheres, o que pode resultar no adoecimento. Além de velhas, essas mulheres tornam-se cuidadoras de outras pessoas idosas, mas sem garantias de também serem cuidadas.

No tocante à concepção teórico-metodológica, pode-se afirmar que a maioria das dissertações e teses trouxe a opção pela Teoria Social Crítica dialética. Foi possível chegar a essa conclusão através da identificação de críticas ao Estado neoliberal; críticas à responsabilização da família, da pessoa idosa e da sociedade; críticas às legislações que confirmam essa responsabilização e a insuficiente garantia de direitos sociais. Ou seja, o Estado não dá condições reais para as famílias desenvolverem os cuidados que lhes são impostos.

De acordo com Campelo e Paiva (2021, p. 32):

Insistimos na defesa da consolidação da Gerontologia Social Crítica, enquanto mediação necessária à produção de conhecimento, e de procedimentos para decifrar a “Ideologia da velhice”, enfrentando a sua naturalização, homogeneização, culpabilização, responsabilização e o apelo ao familismo, conteúdos estes presentes na prática profissional na atualidade.

Entretanto, a maioria dos estudos analisados defende a garantia de direitos dentro da ordem burguesa, mas sem alterar as estruturas do MPC. Em outras palavras, não sugerem outro modo de sociabilidade para além do capitalismo, conforme previsto pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética em Marx.

Poucos foram os estudos que identificaram ser necessário defender os direitos sociais como um caminho para se chegar à emancipação humana, o que só será possível em outra ordem societária, ou seja, que defenderam um novo projeto de sociedade sem exploração de classes.

A maioria dos estudos tem a centralidade das suas investigações nas políticas sociais públicas e no Estado neoliberal, em vez de eleger a categoria trabalho, fundante do ser social e responsável tanto pela exploração da classe trabalhadora quanto pela riqueza acumulada pelos donos dos meios de produção e pela divisão da sociedade em classe sociais. Trata-se da principal categoria da teoria crítico-dialética de Marx para buscar estratégias de transformação social.

As produções analisadas trouxeram críticas à naturalização do processo de envelhecimento e velhice, entendendo esse processo como construção social, a envolver os aspectos econômicos, culturais, de raça, gênero, sexualidade, classes sociais, enfim, a totalidade social, embora se tenha percebido que algumas produções realizaram uma análise mais profunda, seja na discussão e/ou na definição pela opção teórico-metodológica⁷⁶.

As produções que não foram guiadas pela concepção teórico-metodológica histórico-crítica de Marx não necessariamente são conservadoras/tradicionais. As/os autoras/es só não enveredaram por essa teoria, optando por outras formas de análises da realidade, que podem não entender a totalidade, mas que respondem a partes dela. Logo, não se pode negar a contribuição dessas pesquisas para o Serviço Social e para Gerontologia Social, embora se tenha de avançar e buscar cada vez mais análises que permitam a compreensão do todo e de suas partes.

Observamos algumas exceções, como, por exemplo, a D1 Norte, que trouxe a relevância das ações da UMA e das Unatis, mas é preciso cuidado com alguns termos, a exemplo do “integrar” a pessoa adulta ou velha na sociedade. Entendemos que esse termo traz uma carga de ideologia, pois se o sujeito precisa ser integrado, significa que ele está desintegrado, que o problema é ele e não o modelo de sociabilidade em que ele vive. Também na D6 Nordeste foi identificada a teoria do biopoder e pós-estruturalista.

A D4 Nordeste trouxe análises críticas em alguns aspectos, porém em outros só citou as legislações e suas responsabilizações para as famílias, sem fazer a crítica. Além dessas produções, outras trouxeram alguns detalhes de extrema relevância no quesito da metodologia, embora não ficasse claro o método e a teoria que direcionaram a pesquisa.

Para ir além da aparência e superar a realidade social, é necessário enveredar pela teoria social crítico-dialética, trazendo uma análise de forma aprofundada da sociedade e não análises superficiais e rasas, que não dão conta do todo e de suas partes. Para entender como se dá o processo de envelhecimento e a velhice na sociedade de classes, é necessário mergulhar na imediaticidade cotidiana, mas com o intuito de ultrapassá-la, pois, conforme ensina Teixeira (2021, p. 89):

Na perspectiva da totalidade social, o indivíduo é sempre social, logo, um indivíduo social e não apenas um amontoado de elementos biológicos geneticamente previstos ou cronologicamente delimitados. Essa perspectiva supera a ideia estritamente natural do envelhecimento, da velhice e da longevidade, de uma suposta natureza humana e põe em xeque as análises

⁷⁶ É necessário alertar que em produções desse nível (dissertações e teses), a opção do método e da teoria que guiam a realização das pesquisas deve estar explícita e bem definida.

individualizantes, culpabilizantes e responsabilizadoras dos indivíduos pelo seu envelhecimento.

Campelo e Paiva (2021, p. 34) assegura que a aproximação do Serviço Social com a Gerontologia não é recente no Brasil:

Evidentemente, no Brasil, a crítica à Gerontologia tradicional não foi inaugurada pelo Serviço Social, inclusive, como foi visto, essa crítica abrange a inserção do Serviço Social no âmbito do “Sistema S”, elaborada inicialmente e de maneira contundente por Haddad (1986). É pertinente mencionar que, sem afirmar o referencial crítico do Serviço Social brasileiro, a tendência mais provável de se concretizar é a da via tradicional da Gerontologia nos estudos realizados pelo Serviço Social. Realidade que precisa mudar.

Concordamos em parte, pois essa realidade, pelo menos no âmbito teórico (produção de dissertações e teses), vem mudando, conforme os dados que estão sendo discutidos aqui. Embora precise continuar avançando para se conquistar uma hegemonia nos estudos desenvolvido pela categoria de assistentes sociais.

Segundo Keller (2021, p. 68):

O posicionamento da profissão diante das questões relativas ao envelhecimento do/a trabalhador/a, numa perspectiva crítica de gerontologia social, comunga com a direção do projeto ético-político do Serviço Social, ao atentar para as expressões da “questão social”, considerando a realidade sócio-histórica. Perceber o/a sujeito/a velho/a como trabalhadora/a permite a interlocução dos problemas da velhice (pobreza, desprezo, adoecimento) de forma mais ampla, no contexto da exploração das classes subalternas e nas particularidades do envelhecimento das pessoas que constituem essas classes. Apesar da hegemonia na direção crítica, é um desafio para a profissão manter tal postura em um contexto tão adverso como o experimentado após o Golpe de 2016.⁷⁷

Tecemos uma observação relevante em relação à prática. Embora não tenha sido objetivo deste estudo, fizemos reflexões com base no referencial teórico e nas legislações analisadas (Estatuto do Idoso, Política Nacional da Pessoa Idosa etc.) e chegamos à conclusão que as/os profissionais realizam suas intervenções usando como referência essas legislações e as políticas sociais, que estão cada vez mais seletivas. Ademais, sofrem pressão por respostas rápidas e imediatas.

⁷⁷ A autora se refere ao Golpe que retirou a ex-presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República. “Apesar de todo o processo ter se realizado dentro da legalidade formal, foi possível identificar, gradativamente, que ocorreu no Brasil um verdadeiro Golpe de Estado. Como o afirma Freixo e Rodrigues (2016, p. 12-13), não foi um golpe nos moldes tradicionais, com o uso da força, mas através de outros órgãos do Estado. O governo petista foi derrubado pela articulação jurídica, técnica e política entre setores do Poder Judiciário e forças políticas conservadoras do parlamento, ficando as Forças Armadas em uma posição de aparente neutralidade.” (KELLER, 2019, p. 101).

Acreditamos que os desafios são maiores na prática, podendo ocorrer uma intervenção numa perspectiva mais próxima da Gerontologia Social Tradicional, pois, segundo Keller (2021, p. 68):

A ofensiva conservadora, aliada à racionalidade neoliberal, fetichiza a realidade e escamoteia as determinações que fazem do envelhecimento do/a trabalhador/a uma forma peculiar de enxergar as contradições de classe, mesmo para os/as que recebem uma formação crítica, como assistentes sociais. Muito desse ocultamento diz respeito ao fato e à prática de o/a assistente social, na interlocução com as demandas da velhice, materializar-se no cotidiano.

O Serviço Social vem avançando no âmbito teórico no que se refere à produção de conhecimento relacionado à Gerontologia Social Crítica, não apenas em quantidade de produções, mas principalmente em qualidade. O desafio é manter esse avanço, mesmo em meio à radicalização e à exacerbação da política neoliberal e ultraconservadora que, no momento, está em ascensão no Brasil. O segundo desafio é fortalecer o projeto societário da classe trabalhadora e com isso fortalecer também o PEPSS, para continuar buscando avanços tanto no âmbito teórico quanto no prático, pois um alimenta o outro, embora na prática os desafios sejam ainda maiores.

Esses desafios cresceram para a profissão após o golpe de Estado e o crescimento da onda conservadora:

De junho de 2013 ao Golpe de 2016, observou-se uma escalada do liberalismo conservador no Brasil, culminando na eleição do projeto político neoliberal e conservador de Jair Bolsonaro. Houve um desgaste político do Partido dos Trabalhadores (PT), em virtude de ter sido associado à corrupção pela grande mídia, bem como pelas ações orquestradas pelo juiz (hoje ministro) Sérgio Moro na Operação Lava Jato. Bolsonaro, com seu discurso tradicional, conseguiu captar a indignação gerada pela desestabilização proposital que sofreu Dilma, sendo alçado ao poder apesar do discurso extremista em diversas pautas “identitárias”. (KELLER, 2019, p. 141).

A profissão e toda a classe trabalhadora que defendem outro projeto de sociedade enfrentam muitos desafios diante do atual cenário do país, que retira direitos e responsabiliza cada vez mais os sujeitos pela sua situação de vida.

Outro aspecto importante acerca dos resultados do estudo se refere ao CEP, pois nem todos os trabalhos trouxeram menção⁷⁸ a ele, além das formas de devolutiva da pesquisa, pois a opção pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética requer o comprometimento com o desvendamento da realidade e com a formulação de estratégias para a sua transformação. Isso

⁷⁸ Mesmo nas pesquisas que não envolvam seres humanos e trabalhem com dados de acesso público, é importante mencionar o Comitê de Ética e Pesquisa, informando se foi necessária ou não a sua apreciação.

exige a divulgação/compartilhamento das informações para uma construção coletiva de alternativas que permitam traçar caminhos que provoquem mudanças até se conquistar outro tipo de sociabilidade.

Sobre esse assunto, o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social traz no art. 5º como deveres do profissional na sua relação com os/as usuários/as: “d – devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”. É, portanto, um compromisso ético e político.

O fato de não se mencionar a apreciação pelo CEP não nos permite afirmar que a pesquisa não tenha sido avaliada por tal instituição, pois as/os autoras/res podem não tê-lo mencionado nas produções. Contudo, consideramos que essa é uma informação importante e que deve constar em produções científicas resultantes de pesquisas de dissertações e teses. Também destacamos que as formas de devolutivas da pesquisa podem ter acontecido, mesmo que não tenham sido citadas. Resta aqui chamar a atenção para a importância desses detalhes em produções científicas desse porte, principalmente quando se faz a opção pela teoria social crítica, que busca conhecer a realidade com o objetivo de fornecer subsídios para a sua transformação.

Foram identificadas algumas tendências nas dissertações e teses em relação à velhice da classe trabalhadora: I – consideram os determinantes e condicionantes sociais, econômicos e culturais no processo de envelhecimento e velhice; II – não responsabilizam apenas o sujeito e sua família pelo modo de envelhecer e vivenciar a velhice, mas questionam e criticam a ausência do Estado e sua política neoliberal; III – o direcionamento político hegemônico é pela luta e garantia de direitos sociais da classe trabalhadora e subalterna, em especial, dos/as velhos/as; IV – a opção pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética, através da análise da totalidade social, embora com algumas lacunas.

As tendências identificadas vão, em alguns pontos, ao encontro, e em outros aspectos, vão de encontro às tendências identificadas por Alves (2014) apud Alves, Campelo e Paiva, Tavares (2016). Pode-se perceber isso quando os resultados corroboram a negação do caráter apenas biológico para caracterizar o envelhecimento; bem como a defesa da garantia de direitos dos/as velhos/as; porém há algumas mudanças, pois não se identificou na produção analisada a responsabilização dos velhos/as pela sua condição de vida e sua velhice, pelo contrário, pelo menos a maioria trouxe críticas a essas políticas e à ideologia que busca “reprivatizar a velhice”.

As tendências encontradas neste estudo também vão ao encontro dos parâmetros defendidos por Campelo e Paiva (2014), que considera que para um estudo contribuir com a

Gerontologia Social Crítica é necessário envolver a totalidade social, com a presença: da concepção teórico-metodológica crítico-dialética; da categoria trabalho como fundante do ser social; e da velhice como produto social.

Apesar de nem todas as dissertações e teses deixarem explícita a opção pela teoria social crítica e nem todas discutirem a categoria trabalho, e ainda algumas enveredarem por outras concepções teóricas e metodológicas, podemos afirmar que de modo geral a categoria está produzindo conhecimento científico que contribui com a Gerontologia Social Crítica.

É importante continuar avançando e multiplicar cada vez mais os estudos críticos que ultrapassam o imediatismo e trazem respostas que mostrem que a raiz dos problemas vem do MPC, ou melhor, da exploração do capital sobre o trabalho, e que a emancipação humana só será possível em outro modo de sociabilidade, sem a exploração e a divisão de classes sociais. Para isso é necessária a análise da totalidade social, fundamentada pela Teoria Social Crítica e com formas de divulgação dos resultados das pesquisas, incluindo reflexões, a fim de que se construam coletivamente alternativas para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a *analisar a contribuição da produção de conhecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil para a Gerontologia Social Crítica, no período de 2013 a 2017*. Podemos afirmar que esse objetivo foi atingindo, uma vez que foi desdobrado em objetivos específicos que contribuíram para entender o objeto de estudo em suas particularidades, indo das suas partes ao todo e vice-versa.

O primeiro passo realizado foi uma pesquisa teórica e bibliográfica *para entender a história do Serviço Social na América Latina e suas correntes filosóficas, discutir sobre a gênese do Serviço Social no Brasil e identificar como ocorreu a desconstrução de um movimento conservador na profissão e a construção de outro movimento crítico, bem como as primeiras aproximações da profissão com a Gerontologia; e discutir acerca da contribuição da pós-graduação (stricto sensu) para a profissão e sobre o nascimento e o desenvolvimento da Gerontologia e da Geriatria como ciências que estudam o processo de envelhecimento e da velhice e o seu caráter multidisciplinar; sobre a relação do Serviço Social e o direito à velhice; e a contribuição do Serviço Social para a construção da Gerontologia Social Crítica*.

Foi realizada uma discussão sobre o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social, que nasceu pela necessidade do MPC, atendendo de forma contraditória a interesses do capital e do trabalho. Num primeiro momento, visava apenas manter a ordem social e contribuir com a adaptação do homem ao meio social. Nesse período, o Serviço Social atendia os/as trabalhadores/as e suas famílias, e também a população subalterna, que não conseguia se inserir no mercado de trabalho, incluindo os/as velhos/as, aposentados/as ou não. Assim, o Serviço Social desde as suas origens tem proximidade com a temática da Gerontologia Social.

No que se refere à concepção teórico-metodológica da profissão, foi a partir do MR, iniciado em meados da década de 1960, que o Serviço Social inicia um processo de revisão da sua metodologia, da sua teoria, da sua ética, da sua posição política e das suas técnicas e modos de operar diante das demandas que requisitam intervenções das/os profissionais da área. Esse movimento passou por três fases: modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Foi a partir deste último momento que a profissão passou a adotar, de forma hegemônica na categoria, a concepção histórico-crítica dialética, ou seja, a Teoria Social Crítica de Marx, como forma de entender/explicar e intervir na sociedade, além de se posicionar politicamente em defesa da classe trabalhadora e subalterna e da construção de um PEPSS.

A profissão conquista espaço e ganha destaque no meio acadêmico, adquirindo *status* ao ser inserida na pós-graduação (*stricto sensu*), na década de 1980, e começar a produzir

ciência. Embora o Serviço Social não seja considerado uma ciência, as/os profissionais da área produzem conhecimento científico. Isso trouxe amadurecimento teórico para a profissão.

Ainda na década de 1980, o assistente social Marcelo Salgado publica um livro sobre envelhecimento e traz as primeiras contribuições teóricas do Serviço Social para a área da Gerontologia Social, apesar de essa contribuição ir na contramão do que o Serviço Social defendia naquele momento, pois se mostrava mais próximo daquilo que a Gerontologia tradicional defendia: a velhice independente como responsabilidade do sujeito, através de práticas de atividades físicas e de lazer, desconsiderando a realidade da maioria dos/das velhos/as do país. O livro trazia discussões relevantes sobre a área, e seu pioneirismo não pode ser negado, pois abriu portas para se pensar essa temática.

Em seguida, foram realizadas discussões a respeito do surgimento da Gerontologia e da Geriatria, que nascem, inicialmente, vinculadas à área médica, o que explica essa associação entre envelhecimento e doença, pois eram pensadas estratégias para prolongar a juventude e difundir a ideia da velhice como falta de cuidados e, portanto, como doença. Na França isso foi considerado através da mudança de termos, pois quem tinha uma qualidade de vida e independência na velhice passou a ser visto como integrante da “Terceira Idade”.

No Brasil, a profissão de Serviço Social passou a ser cada vez mais requisitada para atuar diante do segmento idoso. A partir das lutas sociais e da promulgação da CF de 1988, a velhice tornou-se um direito, sendo criada nos anos seguintes uma série de legislações e políticas sociais públicas para a população idosa. Porém todas responsabilizam a família, depois a sociedade e, em último caso, o Estado, como garantidor de tais direitos.

A expectativa de vida cresce a passos largos no país e não condiz com a realidade social, econômica e cultural da maioria dos/as brasileiros/as. Trata-se de um crescimento sem planejamento e, portanto, sem preparação, porquanto se adicionam os anos de vida, sem proporcionar meios para uma maior qualidade dessa vida. A realidade aponta que os/as velhos/as estão desprotegidos/as econômica, social e emocionalmente. Basta observar a reforma previdenciária, que aumentou a idade mínima de aposentadorias, sem contar o desemprego estrutural, que afeta milhões de jovens e adultos que nem sequer podem sonhar com uma futura aposentadoria.

Diante de toda a discussão realizada neste estudo, persistem alguns questionamentos sem resposta: o direito à velhice para quem, se a classe trabalhadora e subalterna é o tempo todo responsabilizada por sua situação econômica, social e de saúde?

Este estudo utiliza dissertações e teses defendidas por programas de pós-graduação em Serviço Social. Como um dos primeiros resultados, tem-se que não existem linhas de pesquisa

dedicadas exclusivamente a essa temática nesses programas. Apesar disso, a categoria vem construindo um acervo de conhecimento científico sobre essa temática, que vem crescendo nos últimos anos. Com isso foi desenvolvido o objetivo que *mapeou os programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil*.

Outro objetivo foi *identificar as principais temáticas e discussões nas teses e dissertações sobre o envelhecimento e a velhice, no período de 2013 a 2017*. As principais temáticas discutidas nas dissertações e teses analisadas neste estudo se dedicaram à área da Política de Saúde, Assistência Social e a Política de Previdência Social, bem como sobre os espaços democráticos de direitos, memória e outros temas, como já discutido.

As discussões trataram do desmonte da Seguridade Social, incluindo a focalização, a privatização e a descentralização das políticas sociais públicas, assim como a responsabilização das famílias pelo cuidado dos/as seus/suas velhos/as, num processo de reprivatização da velhice, resultante da adoção pelo Estado da política neoliberal, que defende um Estado mínimo e enxuto para as questões sociais, e máximo e amplo para o capital.

Nesse cenário, cresce a velhice trágica, reflexo do processo de envelhecimento sem a garantia de usufruir direitos básicos, tanto ao longo da vida quanto na velhice, o que resulta numa velhice doentia, dependente e frágil.

As produções trouxeram à tona uma denúncia das condições degradantes em que vive a classe trabalhadora e subalterna envelhecida no país. São velhos/as que muitas vezes continuam no ou retornam ao mercado de trabalho, seja porque não conseguem se aposentar, ou acessar um BPC, pois trabalharam informalmente a vida inteira, sem nenhum direito trabalhista garantido; e/ou porque precisam complementar a renda, uma vez que as aposentadorias/pensões e o BPC não suprem suas necessidades.

O ser humano passa a maior parte de sua vida dedicado ao trabalho, mas na sociabilidade do capital esse trabalho não traz prazer, pois o/a trabalhador/a não se identifica com o produto final do seu trabalho, assim como não sobra tempo nem há condições financeiras para usufruir de momentos de lazer com a família e amigos, e/ou em atividades que permitam o desenvolvimento de outras habilidades e o gosto por elas. O trabalho na maioria das vezes aprisiona, e estar fora dessa prisão pode ser uma liberdade vazia, sem sentido e sem condições para viver outras experiências.

No tocante à concepção teórico-metodológica encontrada nas dissertações e teses, em algumas estava claro que era a histórico-crítica dialética, mas nem sempre essa opção foi encontrada de forma explícita, embora fosse possível identificá-la de forma implícita em alguns trabalhos, mediante a detecção de críticas à “ideologia da velhice”, que naturaliza,

homogeneiza, culpabiliza e responsabiliza os sujeitos e suas famílias. Também constaram nas críticas as legislações e políticas sociais que trazem um viés da familismo e do processo de “reprivatização da velhice”, e as análises críticas sobre o trabalho, como categoria fundante do ser social.

Contudo, a maioria dos estudos analisados que contém tais críticas defende a garantia de direitos dentro da ordem social burguesa, mas sem trazer sugestões acerca da necessidade de alteração do MPC, conforme previsto pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética em Marx. Poucos estudos defenderam os direitos sociais como um meio, e não como um fim, para se chegar à emancipação humana, ou seja, que defenderam um novo projeto de sociedade, sem exploração de classes.

A maioria dos estudos defendeu como centralidade nas suas investigações as políticas sociais públicas e o Estado neoliberal, deixando a categoria trabalho de lado. Porém é essa categoria que deveria assumir o centro das análises que têm como concepção teórico-metodológica o materialismo crítico-dialético, pois o trabalho é o responsável pela produção da riqueza e da sociedade de classes.

Foram identificados trabalhos que tinham outras concepções teórico-metodológicas que também trouxeram sua contribuição, entretanto, como não dão conta de explicar a realidade na sua totalidade social, mas apenas partes dela, esses trabalhos não favoreceram a construção da Gerontologia Social Crítica.

A maioria das dissertações e teses não traz informações a respeito do CEP e sobre formas de devolutiva da pesquisa, o que deixa uma lacuna, pois pesquisas desse nível precisam atender a algumas exigências de resolução sobre realização de pesquisas envolvendo seres humanos e dados sigilosos. Mesmo aquelas pesquisas que utilizam dados de acesso público deveriam mencionar a desnecessidade de avaliação pelo CEP. Todavia, não podemos afirmar que tais pesquisas não hajam sido avaliadas pelo CEP, apenas advertimos para a categoria a importância de mencionar esse detalhe.

Outro aspecto concerne às formas de devolutiva para os sujeitos da pesquisa e para a sociedade, que é um dever ético da categoria de assistentes sociais e faz parte do método crítico-dialético, pois para que a realidade seja transformada é necessário conhecê-la e traçar estratégias coletivas a fim de viabilizar uma mudança do atual modelo de sociabilidade.

Quando não se tem esse compromisso de compartilhar com a sociedade o conhecimento adquirido com as pesquisas, não se está seguindo o que a teoria social crítico-dialética defende. É necessário atentar para esse detalhe tão relevante quando se faz a opção por essa concepção teórico-metodológica.

Sugerimos que a categoria invista mais na defesa e na divulgação da concepção teórico-metodológica e crítico-dialética, iniciando-se na formação em nível de graduação e se estendendo aos programas de pós-graduação, eventos científicos da área e afins, grupos de estudo e pesquisa e demais cursos de capacitação profissional. Além disso, é necessário e urgente o enfrentamento ao conservadorismo, ao ecletismo e ao sincretismo, tanto no âmbito teórico quanto no de intervenção na prática.

A apresentação e a disponibilização das dissertações e teses nos acervos físicos e digitais das universidades e bancos de dados da Capes constituem formas de divulgação desses estudos, todavia são poucas as pessoas com acesso a tal plataforma para leitura e entendimento desse tipo de conhecimento científico. Deixamos aqui uma sugestão para a definição de outras formas de devolutiva dos resultados das pesquisas que contemplem a sociedade de forma geral, principalmente a classe trabalhadora e subalterna, pois isso irá contribuir com o entendimento acerca da realidade e possibilitar que se tracem estratégias coletivas para a mudança social.

No geral, identificamos algumas tendências que predominam, a partir das análises das dissertações e teses, em relação à velhice da classe trabalhadora e subalterna que: I – consideram os determinantes e condicionantes sociais, econômicos e culturais no processo de envelhecimento e velhice; II – não responsabilizam apenas o sujeito e sua família pelo modo de envelhecer e vivenciar a velhice, mas questionam e criticam a ausência do Estado e sua política neoliberal; III – o direcionamento político hegemônico é pela luta e garantia de direitos sociais da classe trabalhadora e subalterna, em especial, dos/as velhos/as; IV – a opção explícita e implícita pela concepção teórico-metodológica crítico-dialética, através da análise da totalidade social, embora com algumas lacunas.

Por fim, é necessário reforçar que os dados aqui apresentados e discutidos não são a-históricos, pelo contrário, são temporais e representam um determinado período histórico. Os resultados se mostraram inacabados e até mesmo contraditórios, não permitindo uma conclusão “fechada”, mas aproximações que permitem afirmar que a contradição tão presente na sociedade capitalista reproduz-se na produção de conhecimento pelo Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine de. GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida:** definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. Prefácio do professor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. Disponível em: http://www.each.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf. Acesso em: 6 set. 2022.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**. Ano XXIV, n. 49. Jan./abr. 2021.

ALVES, Suéllen Bezerra. **Serviço Social e Envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 138. 2014.

ALVES, Suéllen Bezerra; CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira; ARRUDA, Fernanda Tavares. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 75-83, jan. /jul., 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22546> Acesso em: 20 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABESS). **Currículo mínimo para o curso de Serviço Social** (aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: Uerj, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social Resolução nº 15, de 13 de março de 2002**. Brasília-DF: ABEPSS, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Contribuição da ABEPSS para o Fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. Brasília-DF: ABEPSS, 2015. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto. **Fundamentos antropológicos e sociológicos**. Aracaju: UNIT, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Considerações sobre o Código de Ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, Dilséa A. (org.). **Serviço Social e Ética: convite para um anova práxis**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 1999.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm Acesso em 19 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm Acesso em: 19 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm Acesso em: dez. 2019.

BRASIL. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 fev. 2006.

BRASIL. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 out. 2006.

BRASIL. **Plataforma Sucupira**, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf> Acesso em: 15 nov. 2019.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 46-54, 2007. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2019.

BRAVO, Maria Inês. O trabalho do assistente social nas instancias públicas de controle democrático. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do serviço social**. Recife, 2012. 252 f. Tese (doutorado) – UFPE, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10699> Acesso em: 1 jan. 2020.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira. SOARES, Nanci. SANTOS, Maria Florência dos. O Serviço Social e a Gerontologia Social: elementos para pensar a pesquisa e a instrumentalidade In: TEIXEIRA, Solange Maria Teixeira (Org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira A Instrumentalidade do Serviço Social e a Gerontologia Social Crítica: reflexões e contribuições ao debate na atualidade. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social**. Recife, PE: Edupe, 2021.

CARMO, Roberto Luiz do. CAMARGO, Kelly. Dinâmica demográfica brasileira recente: padrões regionais de diferenciação. In: NETO, Aristides Monteiro (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: Políticas, Estratégias e Perspectivas**. v. 2. Ed.1. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

COLLUCCI, Cláudia. OMS recua e desiste de classificar velhice como doença. **Folha de S. Paulo**. 16 de dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/oms-recua-e-desiste-de-classificar-velhice-como-doenca.shtml> Acesso em: 5 jan. 2022.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (Org.). Apresentação. In: CFESS (Org.), CRESS/SP, ABEPSS, ENESSO (Coorgs.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 24 de maio 2020.

Conselho Federal De Serviço Social (CFESS). **Código de ética do/a assistente social e Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). **Sobre a plataforma.** Disponível em: <https://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 5 jun. 2022.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira. Cursos Avaliados e Reconhecidos.** Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Catálogo de teses e dissertações.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017: Serviço Social.** Brasília-DF: CAPES, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-Servico-Social-quadrienal.pdf> Acesso em: 18 jun. 2018.

CORREA NETTO, Edméia. **Profissão:** assistente social [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível no site: <http://books.scielo.org/id/8vr6k/pdf/correa-9788579830839-05.pdf> Acesso em: 7 abr. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Junior. In: **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias.** São Paulo: Cortez, 2006.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** São Paulo: Fapesp, 1999.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico** [livro eletrônico]: elementos de caracterização e crítica. 1. ed. -- São Paulo Cortez, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXVI, nº 84, p. 21-36 nov. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 3 set. 2018.

GOMES, Marília do A. A. PIRES, Ennia D. P. B. RIBAS, Geovania F. SOUSA, Lorraine A. M. NOVA QUESTÃO SOCIAL? Breve análise sobre as reverberações do neoliberalismo na política educacional superior brasileira. **I Seminário de Políticas Públicas Educacionais: desafios e perspectivas após o Golpe de 1016.** Agosto de 2018. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wp-content/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_36.pdf Acesso em 20 jul. 2022.

GOUVÊA, Maria das Graças. O funcionalismo e Serviço Social: elementos para sua compreensão no contexto do neoliberalismo de estado. **Serviço Social & Realidade**. Franca, 5(1): 67-88, 1996.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Ano 2, nº 3. Brasília (DF): ABEPSS. P. 9/32. Jan./Jul. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raúl de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018**. Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/wp-content/uploads/2019/04/tabua_de_mortalidade_2017_analise.pdf Acesso em: 1 jan. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017> Acesso em: 10 mai. 2022.

JUNQUEIRA, Iracy. A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento, na década de 1970. **Serviço Social & Sociedade**. Ano III, n. 7. Dez. 1981.

KALACHE, Alexandre. O século do envelhecimento e a sociedade que queremos construir. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, DF, n. 3, p. 30-35, set. 2009. Disponível: http://dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_03.pdf Acesso em: 25 jan. 2020.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**. Vol. 1 Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. Os entraves da ofensiva conservadora para a consolidação da Gerontologia Social Crítica no Serviço Social. In: CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). **Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social**. Recife, PE: Edupe, 2021.

KONDER, Leandro. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico. 2. ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1976.

LOPES, Andrea. **A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e os desafios da Gerontologia no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.

LOWY, Michael. **Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2006.

MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Emília Pio da; FONSECA, Estela Silva; FREITAS, Núbia Cristina; ALMEIDA, Alessandra Vieira. O Envelhecimento nas Diferentes Regiões do Brasil: uma Discussão a partir do Censo Demográfico 2010. In: **Anais III Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (CIEH)**, Campina Grande. Realize Editora, 2013. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3323> Acesso em: 21 mai. 2022.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'ana. São Paulo: Bertand Brasil-Difel, 1987. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: expressão popular, 2009.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. 4. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 de dezembro de 2012. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 2 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 7 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/03.pdf> Acesso em: 1 jul. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **R. Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p199/> Acesso em: 20 mai. 2020.

NERI, Anita Liberalesso. As Políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso. **A Terceira Idade/Serviço Social do Comercio**. São Paulo, v. 16, n. 34, p. 7-24, out. 2005.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100143&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2021.

OLIVEIRA, Wênia Cristian de. **O envelhecimento nas publicações do serviço social**: uma análise a partir dos artigos publicados na revista Serviço Social & Sociedade. 2008. 48 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/730> Acesso em: 2 jun. 2017.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). **Histórico da pandemia de Covid-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 ago. 2022.

PAULO NETTO, José. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Módulo 1. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

PAULO NETTO, José. Introdução ao método de Marx. In: CFESS, ABEPSS (org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/6.1-Introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-m%C3%A9todo-na-teoria-social-%E2%80%93-Jos%C3%A9-Paulo-Netto.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

PAULO NETTO, José. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXVI, nº 84, p. 5-20, nov. 2005.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma Introdução Crítica**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAULO NETTO, José. III CBAS: Algumas Referências para a sua Contextualização. In:

CFESS (Org.), CRESS/SP, ABEPSS, ENESSO (Coorgs.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2020.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Dimensão ideopolítica da intervenção Profissional do assistente social**: o debate teórico sobre sua conformação. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos. *In*: FREITAS, Elizabete Viana de et al. (org.) **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3. ed. [Reimpr.] Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. cap. 1, p. 62-75. Disponível em: <https://ftramonmartins.files.wordpress.com/2016/09/tratado-de-geriatria-e-gerontologia-3c2aa-ed.pdf> Acesso em: 19 jun. 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. **Revista Ser Social**, Brasília, nº 21, jun./dez. 2007, p. 241-257. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7287/1/ARTIGO_FromacaoServicoSocial.pdf. Acesso em: 2 jun. 2017.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUC/RS). **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Processo Seletivo**. Disponível em: <https://www.pucrs.br/humanidades/programa-de-pos-graduacao-em-servico-social/ingresso-e-processo-seletivo/> Acesso em: 05 nov. 2022

PORFÍRIO, Francisco. **“Augusto Comte”; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/auguste-comte.htm>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **“Karl Marx; Escola Brasil**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/karl-marx.htm>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **“Émile Durkheim”; Escola Brasil**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/biografia/emile-durkheim.htm>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PRATES, Jane Cruz. A Pesquisa Social a Partir do Paradigma Dialético-Crítico: do Projeto à Análise do Dado. *In*: PRATES, Jane Cruz. FERNANDES, Idília (orgs.). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. CLOSS, Thaisa Teixeira. CARRARO, Gissele. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 18, n. 2, P. 5-33, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23716> Acesso em: 10 out. 2018.

REZENDE, Rodrigo. Pandemia. Dois anos do Primeiro caso de coronavírus no Brasil. *In*: **Rádio Senado**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/02/23/dois-anos-do-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SALGADO, Marcelo Antonio. **Velhice, uma nova questão social**. São Paulo, SESC-CETI, 1980.

SALATIEL, José Renato. **Filosofia pós-moderna – Jean-François Lyotard: o fim das metanarrativas.** São Paulo: Uol-Educação, 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/filosofia-pos-moderna---jean-francois-lyotard-o-fim-das-metanarrativas.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 64-72, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0710spe.pdf> Acesso em: 30 jan. 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2319> Acesso em: 20 mar. 2019.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** 2006. Tese (doutorado em Serviço Social) – UFRJ/Escola de Serviço Social/Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0210spe.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice, Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **ARGUMENTUM (VITÓRIA)**, v. v.6, p. 133-152, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7474> Acesso em: 2 fev. 2020.

SOARES, Nanci. LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho; Farinelli, Marta Regina. Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In: Costa, Joice Sousa; Del Masso, Maria Candida Soares; SOARES, Nanci; CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Orgs.). **Aproximação e ensaios sobre velhice.** Franca: UNESP-FCHS; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016A. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0360.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O CONSERVADORISMO MODERNO: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 122, edição de abr.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016B.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitoria (ES), v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Serviço Social e Envelhecimento: perspectivas e tendências na abordagem da temática. In: COSTA, Joice Sousa; DEL-MASSO, Maria Candida Soares; SOARES, Nanci; CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Orgs.). **Aproximações e ensaios sobre a Velhice**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Editora Unesp, 2017.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. Disponível em: <https://beneweb.com.br/resources/METODO%20CIENTIFICO%20Uma%20abordagem%20ontol%C3%B3gica.pdf> Acesso em: 1 dez. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS, ABEPSS (org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Maria Luci Carvalho da. O 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá: seu contexto histórico, significação e influencia.: um quase depoimento. **Debates Sociais**, RJ, n. 63-64, Ano XXXIX, 2004.

VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da Educação**: reproduzir e transformar. São Paulo, FTD, 1994.

REFERÊNCIAS DA AMOSTRA UTILIZADA

ALVES, Suéllen Bezerra. **Serviço Social e Envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 138. 2014.

ALVES, Vanessa Castro. **Para além dos muros do manicômio: a atenção aos idosos** (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul (PUC/RS) Porto Alegre, p. 160. 2015.

ANDREATTA, Ana Paula Fabbris. **Para além do cuidado hospitalar: significados do processo de hospitalização do idoso e o contexto da atenção domiciliar.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 200. 2014.

ANJOS, Marina Dalmacio dos. **Resiliência em Idosos atendidos em um Centro de Referência de Assistência Social em Santarém-PA.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, p. 107. 2014.

ARAÚJO, Natanna Lopes de. **Saúde do idoso: Qualidade do atendimento na atenção de média complexidade em saúde em João pessoa, PB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, p. 137. 2016.

CINAT, Cristiane. **Hegemonia e conselho do idoso: relações entre estado e sociedade civil em uma perspectiva gramsciana.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 134. 2016.

COSTA, Joice Sousa. **Velhice, ideologia e crítica: uma análise sobre a participação, protagonismo e empoderamento dos (as) velhos (as) nos espaços conferências.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 165. 2015.

COSTA, Priscila de Almeida da. **A atuação das equipes multiprofissionais para viabilizar os direitos da pessoa idosa: estudo nas instituições de longa permanência para idosos de João Pessoa/ PB.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, p. 118. 2017.

COSTA, Sirlene Coelho da. **Programa de preparação para aposentadoria: um desafio para o serviço social.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, p. 107. 2016.

CUNHA, Estela Saleh da. **SOBRE ENVELHECER E SER VELHO EM LIBERDADE: religiosidade, trabalho e família em um pequeno município da zona da mata mineira.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, p. 315. 2014.

DANTAS, Priscila Monick de Araújo Barbosa. **As múltiplas dimensões da garantia dos direitos do paciente idoso internado: o caso de uma instituição hospitalar pública no município de Natal/RN.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 239. 2015.

FERREIRA, Vanessa de Abreu Carvalho. **Aprendendo a ser velho e deficiente visual**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, p. 159. 2016.

FIGUEIREDO, Joacely Carneiro. **O serviço social e as expressões da questão social do envelhecimento: análise da produção do Conhecimento nos periódicos da área**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, p. 113. 2017.

FONSECA JUNIOR, Roberto da Cruz. **As experiências sociais de idosos que fazem uso de álcool e outras drogas em municípios de fronteira**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, p. 120. 2017.

GONÇALVES, Lucélia Cardoso. **O impacto social dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas: um estudo sob a ótica dos trabalhadores do SUAS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 166. 2015.

GROISMAN, Daniel. **O Cuidado enquanto Trabalho: envelhecimento, dependência e políticas para o bem estar no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, p. 212. 2015.

LIMA, Marlene de Deus. **O cotidiano das pessoas idosas com Insuficiência Renal Crônica (IRC), participantes do programa SOS vida, e atendidas nas Unidades de Saúde de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 273. 2015.

LIMA, Thaysa Kelly Neves de. **O trabalhador velho na sociedade capitalista e os impactos do neoliberalismo no âmbito da previdência social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, p. 125. 2017.

MACHADO, Daiana de Aquino Hilario. **A interface entre a política de saúde e a política de assistência social com ênfase no envelhecimento populacional**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, p. 81. 2017.

MAIA, Danielle Moreira. **Velhos trabalhadores aposentados: uma análise dos impactos da sociabilidade capitalista no cotidiano laboral dos velhos trabalhadores aposentados (re) ingressos no mercado de trabalho de Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, p. 200. 2017.

MEDEIROS, Ana Paula Roland Rocha. **QUEM IRÁ CUIDAR DE NÓS? Desproteção dos idosos na região do Butantã- São Paulo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 130. 2015.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. **A atenção domiciliar ao idoso no município de São Paulo, realizada pela unidade de atendimento domiciliar-UAD**. Dissertação (Mestrado em Serviço) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, p. 161. 2013.

MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. **Idosos em situação de dependência: quem cuida? elementos para o debate**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 346. 2017.

NOBRE, Priscila Gleyce Nunes. **A representação social da moradia por idosos: um estudo sobre a autoconstrução na baixada de Belém**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, p. 108. 2013.

Cadernos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul (PUC/RS), Porto Alegre, p. 159. 2015.

OLIVEIRA, Ilka Custódio de. **Mulheres negras idosas: a invisibilidade da violência doméstica**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 146. 2016.

PÁDUA, Maria Augusta Carolino de. **A política de saúde para a pessoa idosa em São José do Rio Preto (SP): conquistas e desafios - um estudo a partir dos parâmetros internacionais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 159. 2015.

PEDROSA, Wanderley Cesar. **Envelhecimento ativo: um desafio para a equipe multidisciplinar e para as pessoas idosas frequentadoras da Unidade de Atenção ao Idoso (UAI), no município de Uberaba - MG**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 200. 2014.

POLTRONIERI, Cristiane de Fátima. **Rememorando vidas: lembranças de velhos trabalhadores**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 174. 2014

RIOS, Thamiris Inoué. **A participação do conselho municipal dos direitos do idoso de Uberaba na efetivação das deliberações oriundas das quatro conferências municipais dos direitos da pessoa idosa**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 159. 2017.

SAKUTA, Jéssica Marinho Martins. **A gestão do trabalho em saúde: as implicações no cuidado da população idosa do Distrito Leste de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 164. 2017.

SANTOS, Fernanda Maria de Lima. **Gestão do SUAS e rede socioassistencial: uma análise do serviço de acolhimento de idosos em Vitória de Santo Antão-PE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 180. 2017.

SILVA, Edlaine Faustino da. **A política de saúde e a articulação entre as políticas sociais no atendimento à pessoa idosa na região de Pirituba/Perus – Zona Norte do Município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 155. 2014.

SILVA, Karolayne Germana Leal e. **Visitando os discursos de mulheres velhas soropositivas sobre gênero, sexualidade e HIV-AIDS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, p. 168, 2015.

SILVA, Leiliane Amazonas da. **Cotidiano na velhice em Parintins/AM: concepções de participantes do centro de convivência do idoso “Pastor Lessa”** – Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 130. 2016.

SIMÕES NETO, Severino Elias. **Tendência à Judicialização do BPC/LOAS no Contexto e Crise do Capital: Causas e Consequências para os Trabalhadores Idosos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, p. 154. 2015.

SOUSA, Domingas Monteiro de. **Universidade da maturidade: “uma” metodologia de atenção ao processo de envelhecimento humano na Universidade Federal do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, p. 183, 2013.

SOUZA, SUYANNE GURGEL. **PROTEÇÃO SOCIAL E A PESSOA IDOSA: uma análise dos serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS, em Natal/RN**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 140. 2017.

STEFFENON, Rosanete. **Abrigamento de idosos: situações documentadas no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, p. 141. 2013.

TEIXEIRA, Laís Vila Verde. **A pessoa idosa na atual configuração do mundo do trabalho: um estudo realizado no município de Franca/SP**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 138. 2016.

TELES, Joana d’Arc Matias do Prado. **Assistência social ao idoso no município de Natal na proteção social básica: identificando demandas e desafios**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p. 130. 2014.

TRINDADE, Andréia de Albuquerque. **Envelhecimento com dependência e o cuidado familiar: a experiência de mulheres cuidadoras de idosos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, p. 205. 2015.

VASCONCELOS, Gabrielle Tayanne Andrade. **O envelhecimento como questão social: um estudo da Política do Idoso na Paraíba (2011-2014)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal Da Paraíba (UFPB), João Pessoa, p. 200. 2014.

VILIONE, Gabriela Cristina Carneiro. **Entre triunfos e desafios: os paradoxos da política de envelhecimento ativo e as possibilidades de materialização frente ao ideário neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, p. 217. 2016.

ANEXO

26/07/2022 21:24

Email - Maria Florencia dos Santos - Outlook

Re: DUVIDAS SOBRE PESQUISA

Maria Fernanda Aguilar Rosa Costa <fernanda.aguilar@unesp.br>

Ter, 10/08/2021 09:58

Para: Maria Florencia dos Santos <maria_s.social@hotmail.com >

Bom dia Maria Florencia!

Pe o desculpas pelo atraso na resposta.

S6 e necessaria a submissao do projeto ao CEP quando ha pesquisa envolvendo seres humanos, no caso de entrevistas; em seu trabalho ha apenas pesquisa documental e de acesso ao publico geral, portanto nao ha necessidade de submissao pela Plataforma Brasil.

Qualquer outra duvida, pode entrar em contato tambem pelo whatsapp: 99158.3791.

Att,

Maria Fernanda A. R. Costa
Secretaria do CEP

Maria Fernanda Aguilar Rosa Costa
Assistente de Suporte Academico I - STAEPE
Sec:ao Tecnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensao
FCHS - UNESP/Franca
Fone: (16) 3706-8754
Skype: m.fernanda

Em seg., 9 de ago. de 2021 as 19:38, Maria Florencia dos Santos <maria_s.social@hotmail.com> escreveu:

Prezadas(os),

Conforme e-mail abaixo do dia 08 de abril, venho novamente solicitar uma resposta, pois ea terceira vez que solicito e nao tenho devolutiva.
Agradec;o pela atenc;ao e compreensao.

Maria Florencia dos Santos.

Doutoranda do Programa de P6s-Graduac;ao em Servic;o Social da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP) -

Faculdade de Ciencias Humanas e Sociais - Campus de Franca-SP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8322836822739164>

De: Maria Florencia dos Santos
Enviado: quinta-feira, 8 de abril de 2021 22:26
Para: Comit e de  tica UNESP <comiteetica@franca.unesR.br>
Assunta: DUVIDAS SOBRE PESQUISA

Prezadas(os),

APÊNDICE

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FICHA/ROTEIRO PARA REGISTRO DE INFORMAÇÕES

Número: _____

1. Título:		
2. Nome do Autor (a):		
3. Formação Básica (Graduação): Serviço Social		
4. Sobre os Trabalhos Analisados:	5. Universidade	6. Ano de Defesa da Dissertação ou Tese:
4.1. () Dissertação 4.2. () Tese		
7. Região:	8. Linha de Pesquisa:	
9. Quais as principais temáticas pesquisadas relacionadas com a Gerontologia Social?		
9.1 () Saúde 9.2 () Assistência Social 9.3 () Previdência Social 9.4 () Educação 9.5 () Memória 9.6 () Outros (Qual? _____)		
10. Qual o objetivo principal e os específicos?		
11. Concepção teórico-metodológica baseada no método de Max:		
11.1 () Sim, (Se sim, está clara) () ou subentendida () 11.2. () Não Se não, Qual?		
12. Quais as palavras-chave?		
13. Aspectos mais referenciados em relação ao velho?		
13.1 () Saúde/doença 13.2 () Família 13.3 () Trabalho 13.4 () Outros		
14. Qual (is) o (s) termo (s) utilizado (s):		
14.1. () Idoso/a 14.2. () pessoa idosa 14.3.() velho/a 14.4 usuário/a 14.5() terceira idade 14.5 () Outra		
15. Há menção da questão da velhice trágica:		
15.1.() Sim 15.2. () Não		
16. Quais os resultados apontados na pesquisa? Quais as sugestões apresentadas pelos autores para transformação da realidade?		
17. Há menção de envio ao Comitê de Ética e Pesquisa naqueles trabalhos que envolveu seres humanos?		
17.1. () Sim 17.2. () Não		

18. Há menção a alguma forma de devolutiva da pesquisa?
18.1. () Através de publicações científicas
18.2. () ações diretamente com os sujeitos participantes da pesquisa
18.3. () Entrega da versão da tese ou dissertação na instituição a qual os sujeitos pesquisados fazem parte.
18.4. () Outra forma
18.5. () Não é mencionado nada a respeito
19. Quanto à bibliografia:
19.1 () Abrange conteúdos críticos da produção de Serviço Social (pelo menos um título)
19.2 () Não abrange conteúdos críticos da produção do Serviço Social
19.3 () Há maior ênfase na produção mais geral de gerontologia
19.4 () Há total ênfase na produção mais geral de gerontologia

Fonte: Ficha elaborada por Maria Florência dos Santos, com base nos referenciais teóricos, nas discussões e reflexões levantadas durante as orientações e na ficha de registro de dados da Tese de Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva (2012).